

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ANGELO JULIANO CARNEIRO LUZ

**CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NO PARANÁ: LUTA DE CLASSES E
SUA RELAÇÃO COM O PRINCÍPIO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

PONTA GROSSA

2021

ANGELO JULIANO CARNEIRO LUZ

**CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NO PARANÁ: LUTA DE CLASSES E
SUA RELAÇÃO COM O PRINCÍPIO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Tese apresentada para obtenção de título de doutor em educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa do curso de Pós-Graduação em Educação na área de concentração em História e Política Educacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Simone de Fátima Flach

PONTA GROSSA

2021

L978 Luz, Angelo Juliano Carneiro
Conselhos Municipais de Educação no Paraná: luta de classes e sua relação com o princípio da gestão democrática. / Angelo Juliano Carneiro Luz. Ponta Grossa, 2021.
268 f.

Tese (Doutorado em Educação - Área de Concentração: Educação),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Simone de Fátima Flach.

1. Luta de classes. 2. Hegemonia. 3. Estado ampliado. 4. Democracia. 5. Educação - Conselho Municipal. I. Flach, Simone de Fátima. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educação. III.T.

CDD: 371.26

TERMO DE APROVAÇÃO

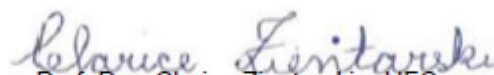
ANGELO JULIANO CARNEIRO LUZ

“CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NO PARANÁ: LUTA DE CLASSES E SUA RELAÇÃO COM O PRINCÍPIO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA”

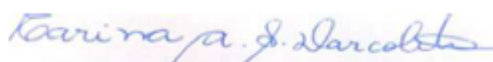
Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

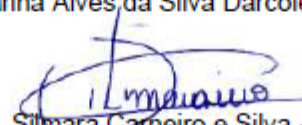
Orientador (a)


Prof. Dra. Simone de Fátima Flach – UEPG


Prof. Dra. Clarice Zientarski – UFC


Prof. Dra. Anita Helena Schlesener – UTP


Prof. Dra. Carina Alves da Silva Darcoleta – UEPG


Prof. Dra. Silmara Carneiro e Silva – UEPG

Ponta Grossa, 30 de abril de 2021.

Dedico esta tese a todos aqueles que não fugiram à luta frente às condições opressoras da vida material, e que nunca desistiram de participar na construção da democracia fundada na emancipação humana.

AGRADECIMENTOS

Devo agradecimento a muitos seres humanos que percorreram o caminho do conhecimento, da experiência da vida cotidiana, e promoveram reflexões ao nível do senso comum e da espontaneidade, tão rica de soluções e de vida prática, bem como aos que me incentivaram e ajustaram os caminhos a serem percorridos com lições sistematizadas, reflexões organizadas a partir da reelaboração técnico-científica do conhecimento.

Sou grato aos que acreditam e acreditaram na capacidade individual e coletiva da construção humana de uma sociedade justa, capacitada para enfrentar os problemas decorrentes da vida humana em sociedade, na luta pela igualdade material e das condições de equidade política, pautadas na emancipação e autogestão da vida.

Alguns foram fundamentais neste singular e particular, mas importante momento de minha existência, por isso presto homenagem e agradecimento especial.

Aos meus pais, que conduziram e sustentaram a minha formação humana, diante de um mundo complexo e contraditório, os quais suportaram as pressões e dificuldades apresentadas em diferentes contextos de suas vidas para que pudéssemos trilhar com firmeza as condições adversas que se apresentaram no caminho da humanização, da formação e da busca inquietante em compreender as contradições da vida humana.

A minha esposa, que compõe um alicerce extremamente fundamental para o amadurecimento intelectual, da formação de caráter e da consolidação de luta em favor da construção cada vez mais humanizante, a qual decidiu juntar as mãos e trilhar o caminho de nossa condição humana, e que aceitou o desafio de estabelecer comprometimento permanente com a nossa existência em comum. Eu e Kaite, cômicos de nossa responsabilidade histórica, compartilhamos das ações e concepção de mundo, da fadiga e alegria do dia a dia, e da perseverança incansável em se manter no caminho.

Kaite e as luzes de nossa vida, Felipe, Fernanda, Ana Julia e Gabriel, constituem-se o fundamento verdadeiro para que a luta e o compromisso com a vida humana se mantenham vivos. Por isso e tantas outras qualidades agradeço a todos eles, que não se cansam de disponibilizar o tempo de suas vidas, no exercício cotidiano de agir e refletir como esposa, filhos e amigos. Obrigado a minha esposa e aos meus filhos por lutarem e buscarem estabelecer condições adequadas para a formação de caráter e por responderem positivamente aos desafios que a vida nos impõe. Agradeço muito o companheirismo e compreensão.

À Professora Simone Flach, que acredita na humanidade e interroga a condição posta na realidade em virtude da face funesta da exploração humana. Essa condição e sua capacidade humana de compreender as dificuldades e valorizar as lutas permitem afirmar com orgulho que conheci um ser humano maravilhoso. Portanto, por esse momento que caminhamos juntos em nossa existência, sou muito grato e espero que continuemos a percorrer e trilhar juntos em novos caminhos.

Agradeço a disponibilidade e contribuição indispensável e extremamente fundamental das professoras Anita, Silmara, Clarice e Carina, que conduziram as reflexões, análises e produção da pesquisa mediante refinamento comprometido com a teoria e a prática humanizante, imprimindo rumo seguro e fundamentado na responsabilidade científica. Meu muito obrigado com apreço e satisfação em convivermos neste momento de minha vida.

Enfim, tenho muito a agradecer a muitos e especialmente aos que participaram desta particularidade, que se materializou na tese ora exposta. Em palavras escritas, tenho certeza que jamais conseguirei externar profundamente o agradecimento que tenho a todos, mas posso assegurar que tenho consciência da limitação humana, que é condição que inviabiliza produzir algo sozinho, questão para compreender a necessidade da coletividade.

*Não há estrada real para a ciência, e só tem probabilidade de chegar a seus cimos
luminosos aqueles que enfrentam a cansaça para galgá-los por veredas abruptas.
(Marx, “Prefácio à Edição francesa” - O Capital).*

RESUMO

A luta de classes no Estado moderno, marcada pela hegemonia, firma conteúdo e forma da participação democrática na sociedade brasileira no espaço de representação política dos Conselhos Municipais de Educação (CMEs). Nesse sentido, o objetivo da exposição da pesquisa é revelar a luta de classes no processo participativo de CMEs do estado do Paraná, e como ela se materializa nas ações políticas. Para proceder o processo de investigação, adotou-se o materialismo histórico e dialético no sentido de compreender a relação entre os fatos econômicos e políticos acerca do fenômeno em evidência, por meio do aporte teórico de Antonio Gramsci, o qual possibilitou desvelar as intrincadas tramas de relações de força no ato da política institucional e da participação democrática. A análise, exposição dos dados e o fundamento epistemológico desdobraram-se por meio das categorias de validade científica no debate expositivo, dentre elas: luta de classes, grupos sociais, hegemonia, intelectuais, relações de força, grande e pequena política e democracia. Ressalta-se que as categorias foram fundamentais e se constituíram durante o processo de detecção e análise das situações e dos nexos e contradições intrínsecos ao processo de participação da sociedade civil e sociedade política no exercício democrático dos conselhos municipais de educação no estado do Paraná. Os procedimentos metodológicos foram definidos a partir do método de pesquisa marxista, que permitiu estabelecer a relação entre singularidade e particularidade com a totalidade social, tendo em vista a atuação de 20 CMEs instituídos em sistema de ensino próprio no estado do Paraná. A utilização de dados, como leis, decretos, atas de reuniões e questionário, sustentaram as análises e fornecem informações relevantes para a compreensão do fenômeno da luta de classes na gestão pública educacional. A análise da luta de classes estabeleceu a compreensão de contradições do regime democrático a partir do viés conselhistas problematizado por Gramsci no início do século passado. A forma e o conteúdo das práticas conselhistas encontram suporte de análise e exemplo histórico nos conselhos de fábrica constituídos na Itália, de 1919-1920, no período do biênio vermelho. As estratégias e decisões firmadas no processo de pesquisa permitiram, por hora, concluir e confirmar que os diferentes dispositivos de gestão democrática são aparelhos privados de hegemonia, campo de disputa, os quais, em muitos momentos, solapam a construção coletiva das demandas sociais e consagram o momento da burocracia estatal. Contudo, a solidez do momento corporativo-econômico ou ético-político, sustentada pela hegemonia das classes em luta nos CMEs, está condicionada ao movimento de participação e das condições materiais. Nesse sentido, o espaço de representação democrática demonstrou necessidade de reafirmação e ocupação de espaço pelos diferentes grupos sociais, cuja disciplina e organização de classe se apresentam como questão *sine qua non* para a participação conselhistas, para contribuir com a disseminação de outra concepção de mundo e de uma reforma cultural que promova abalos na sociabilidade da produção material vigente na atualidade, em vista da autogestão dos produtores, e que garanta, consolide e amplie direitos econômicos, sociais e humanos de forma igualitária.

Palavras-chave: Luta de classes. Hegemonia. Estado ampliado. Democracia. Conselhos Municipais de Educação do Paraná.

ABSTRACT

The class struggle in the modern state, marked by hegemony, steers content and democratic participation way in Brazilian Society within the political representation spaces of Municipal Councils of Education (CMEs in Portuguese acronym). Thereafter, the aim of this research exposition is revealing the class struggle in the CMEs participatory process in the State of Paraná, and how it comes true in political actions. For the investigation proceedings, historical and dialectical materialism was adopted to understand the relation among economic and political facts on the phenomenon made evident, through theoretical contribution of Antonio Gramsci, whose work made possible revealing intricate webs of power relationships in the institutional political act and the democratic participation. Analysis, data exposition and epistemological foundation were unfolded by scientific validity categories in the expository debate, among them are the class struggle. Social groups, hegemony, intellectual ones, power relations, big and small politics, and democracy. The categories were paramount, and they were constituted along the process of detecting and analyzing situations and nexuses and contradictions intrinsic to the participatory process of the civil society and the political one in democratic exercise of Municipal Councils of Education in the State of Paraná. Methodological procedures were defined from the research method by Marx which allows establishing the relation among singularity and particularity with the social totality, focusing on the work of 20 CMEs instituted in the own teaching system of the State of Paraná. Data usage, such as laws, decrees, minute of meetings and questionnaire provided support for the analysis, as well as significant information to understand the class struggle phenomenon in public education management. Class struggle analysis enabled understanding the contradictions of democratic regimen from the counselor bias problematized by Gramsci the early last century. The way and content of counselor practices found support analysis and historical example in the factory councils constituted in Italy in 1919-1920, the red biennium period. Strategies and decisions made in the research process allowed, for now, concluded and confirm that different democratic management devices are private devices of hegemony, a dispute field, which frequently undermine the collective construction of social demands and consecrate the moment of state bureaucracy. However, solidity of the corporate-economic or ethical-political moment, supported by the hegemony of the struggling classes in CMEs is conditioned to the participatory movement and the material conditions. Hence, democratic representative space demonstrated a need for reaffirmation and occupation by the different social groups, whose discipline and class organization presented as *sine qua non* requirement for counselor participation to contribute with dissemination of another worldview and a cultural reform which provide shakes in the sociability of material production in force today, before the self-management by producers, and which could ensure, consolidate and enlarge economic, social and human rights in an equal way.

Keywords: Class struggle. Hegemony. Extended state. Democracy. Municipal Councils of Education of Paraná.

RESUMEN

La lucha de clases en el Estado moderno, marcada por la hegemonía, firma el contenido y la forma de participación democrática en la sociedad brasileña en el espacio de representación política de los Consejos Municipales de Educación (CMEs). Así, el objetivo de la exposición de la investigación es revelar la lucha de clases en el proceso participativo de CMEs del estado de Paraná, y cómo ella se materializa en acciones políticas. Para el proceso de investigación, el materialismo histórico y dialéctico fue adoptado en sentido de comprender la relación entre hechos económicos y políticos sobre el fenómeno hecho evidente, por medio de la colaboración teórica de Antonio Gramsci, que hizo posible aclarar las complejas tramas de relaciones de fuerza en el acto de la política institucional y de la participación democrática. El análisis, exposición de datos y el basamento epistemológico se despliegan por medio de categorías de validez científica en el debate expositivo, entre ellas la lucha de clases, grupos sociales, hegemonía, intelectuales, relaciones de fuerza, grande y pequeña política y democracia. Se destaca que las categorías fueron fundamentales y se han constituido durante el proceso de detección y análisis de situaciones y de los nexos y contradicciones intrínsecos con el proceso de participación de la sociedad civil y de la sociedad política en el ejercicio democrático de los consejos municipales de educación en el estado de Paraná. Los procedimientos metodológicos fueron definidos desde el método de investigación de Marx, que ha permitido establecer la relación entre singularidades y particularidades con la totalidad social, teniendo en vista el trabajo de 20 CMEs instituidos en sistema de enseñanza propio en estado de Paraná. La utilización de datos, como leyes, decretos, actas de reuniones y cuestionario soportaron los análisis y suministraron información significativa para comprender el fenómeno de la lucha de clases en la gestión pública educativa. El análisis de la lucha de clases estableció la comprensión de contradicciones del régimen democrático desde la inclinación de los consejos, ya problematizado por Gramsci en inicio del siglo pasado. La manera y el contenido de las prácticas de los consejos encuentran soporte de análisis y ejemplo histórico en los consejos de fábrica constituidos en Italia, de 1919-1920, período del bienio rojo. Las estrategias y decisiones tomadas en el proceso de investigación permitieron, por ahora, concluir y confirmar que los diferentes dispositivos de gestión democrática son dispositivos privados de hegemonía, campo de disputa, los cuales a menudo socavan la construcción colectiva de las demandas sociales y consagran el momento de la burocracia del estado. Sin embargo, la solidez del momento corporativo-económico o ético-político, sustentada por la hegemonía de las clases en lucha en los CMEs, está condicionada con el movimiento de participación y de las condiciones materiales. Por lo tanto, el espacio de representación democrática demostró la necesidad de reafirmación y ocupación del espacio por los diferentes grupos sociales, cuya disciplina y organización de clase se presentan como cuestión *sine qua non* para la participación de los consejos para contribuir con la diseminación de otra concepción de mundo y de una reforma cultural que pueda promover temblores en la sociabilidad de la producción material actual, frente la autogestión de los productores, y que garanta, consolide e incremente derechos económicos, sociales y humanos de manera igualitaria.

Palabras clave: Lucha de clases. Hegemonía. Estado extendido. Democracia. Consejos Municipales de Educación de Paraná.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - DENSIDADE DEMOGRÁFICA DO ESTADO PARANÁ.....	44
FIGURA 2 - DEMONSTRATIVO DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA POR GRUPOS ETÁRIOS – PARANÁ 2018	70

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – ELEMENTOS DELIMITADORES CONSTRUÍDOS NA PROBLEMATIZAÇÃO DA TESE DURANTE OS ANOS 2017-2021	21
QUADRO 2 – MUNICÍPIOS PARANAENSES COM SISTEMA EDUCACIONAL PRÓPRIO DISTRIBUÍDOS POR MESORREGIÕES – 2019	28
QUADRO 3 - CONTATO TELEFÔNICO E ENCAMINHAMENTOS REALIZADOS AOS PRESIDENTES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ ENTRE FEVEREIRO/2020 E JANEIRO DE 2021	30
QUADRO 4 - CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO A SEREM PESQUISADOS - PERÍODO DE 1985 A 2021	32
QUADRO 5 – MUNICÍPIOS PARANAENSES COM SISTEMAS DE ENSINO LEGALMENTE INSTITUÍDOS – POR ANO DE CRIAÇÃO – 1998 a 2018.....	136
QUADRO 6 - QUESTÕES NORTEADORAS PARA A ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS ENCAMINHADOS AOS REPRESENTANTES DOS CMEs – 2020	163
QUADRO 7 - ESPAÇOS ECONÔMICOS INSTITUCIONAIS CLASSIFICADOS POR RELEVANCIA DO PARANÁ – 2017	168

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – CATEGORIAS ORGANIZADAS A PARTIR DE PRODUÇÕES CIENTÍFICAS QUE SE RELACIONAM À INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NOS ÚLTIMOS 10 ANOS.....	23
TABELA 2 - DADOS GERAIS DO ESTADO DO PARANÁ ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2018	43
TABELA 3 - DADOS COMPARATIVOS DOS REDULTADOS DO IDEB, BRASIL-PARANÁ, 2017.....	71
TABELA 4 - DISPOSIÇÃO DE REPRESENTATIVIDADE EM RELAÇÃO AOS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA – 2020	138
TABELA 5 – QUANTITATIVO DE CONSELHEIROS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE POLÍTICA E SOCIEDADE CIVIL NOS CONSELHOS MUNICIPAIS PARANAENSES – 2020	144
TABELA 6 - QUANTITATIVO DE INSTITUIÇÕES DA SOCIEDADE POLÍTICA E SOCIEDADE CIVIL NOS CONSELHOS MUNICIPAIS PARANAENSES – 2020	146
TABELA 7 - RETORNO DE QUESTIONÁRIOS POR REPRESENTAÇÃO DE SEGMENTOS – 2020	165

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDES	Sindicato dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANEC	Associação Nacional das Escolas Católicas de Ponta Grossa
APP-Sindicato	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná
BM	Banco Mundial
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CACS/FUNDEB	Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Desenvolvimento para a Educação Básica
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça
CME	Conselho Municipal de Educação
CMEs	Conselhos Municipais de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
Conae	Conferência Nacional de Educação
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Consed	Conselho Nacional de Secretários de Educação
<i>Covid – 19</i>	<i>Coronavirus Disease 2019</i>
CP	Conselho Pleno
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Democratas
EDUTEC	Tecnologia na Educação - Programa de melhoria do ensino agrícola e industrial
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
FNMA	Fundo nacional do Meio Ambiente
FUNDEB	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
FUNDEPAR	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
IPARDES	Instituto Paranaense de desenvolvimento Econômico e Social
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MP	Medida Provisória
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG's	Organizações Não Governamentais
PAR	Plano de Ação Articulada
PCI	Partido Comunista Italiano

PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDL	Projeto de Decreto Legislativo
PF	Paula Freitas
PG	Ponta Grossa
PQE	Projeto Qualidade no Ensino Público
PL	Projeto de Lei
PME	Plano Municipal de Educação
PNPS	Plano Nacional de Participação Social
PPA	Plano Plurianual
Pró-conselho	Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação
Próinfância	Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontífice Universidade Católica
Sars-CoV-2	<i>Severe acute respiratory syndrome Coronavirus 2</i>
SEED	Secretaria de Estado da Educação
SIELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SIFAR	Sindicato dos Servidores de Araucária
SINEP	Sindicato das Escolas Particulares
SINSEP	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São José dos Pinhais
SISMMAC	Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba
SISMMAR	Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Araucária
SISMUC	Sindicato dos Servidores Públicos de Curitiba
SGD	Sistema de Garantia de Direitos
SJP	São José dos Pinhais
SME	Secretaria Municipal de Educação
SMEC	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UNCME	União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação
UNDIME	União dos Dirigentes Municipais de Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 - CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: A REALIDADE PARANAENSE NO CONTEXTO NACIONAL	35
1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS DA REALIDADE PARANAENSE.....	39
1.2 ASPECTOS POLÍTICOS DA REALIDADE PARANAENSE.....	49
1.3 ASPECTOS EDUCACIONAIS DA REALIDADE PARANAENSE, A CONSTRUÇÃO DE SISTEMAS MUNICIPAIS DE ENSINO E A FUNÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO.....	60
CAPÍTULO 2 - CATEGORIAS ESSENCIAIS PARA A ANÁLISE DO PROCESSO DEMOCRÁTICO NO INTERIOR DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	74
2.1 GRANDE E PEQUENA POLÍTICA NA TEORIA GRAMSCIANA	74
2.2 A LUTA DE CLASSES EM QUESTÃO: CLASSES, GRUPOS SOCIAIS E INTELECTUAIS.....	79
2.3 HEGEMONIA E RELAÇÕES DE FORÇA	87
2.4 DEMOCRACIA OPERÁRIA VERSUS DEMOCRACIA BURGUESA	92
CAPÍTULO 3 - O PROCESSO DEMOCRÁTICO NOS CONSELHOS DE EDUCAÇÃO NOS LIMITES DA DEMOCRACIA BURGUESA	101
3.1 RELAÇÕES ENTRE BLOCO HISTÓRICO E DEMOCRACIA BURGUESA	106
3.2 A ORGANIZAÇÃO DOS CONSELHOS DE FÁBRICA COMO EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA.....	112
3.3 POR UMA ORGANIZAÇÃO DEMOCRÁTICA QUE POSSIBILITE AMPLA PARTICIPAÇÃO	120
CAPÍTULO 4 - OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA DE DIREITOS: LIMITES E POSSIBILIDADES	128
4.1 CONSELHOS DE EDUCAÇÃO: CONTROLE SOCIAL OU PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO EDUCACIONAL?	129
4.2 CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: ORGANIZAÇÃO, RELAÇÕES INTERNAS E POSSIBILIDADES DE GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	135
4.3 LIMITES E PERSPECTIVAS PARA A DEMOCRACIA NO INTERIOR DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	148
CAPÍTULO 5 - OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ: ANÁLISE DA REALIDADE.....	162
5.1 CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ: INSTITUIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E PRINCIPAIS AÇÕES	167
5.2 A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA EXERCIDA NOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO.....	184
5.3 CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO NOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO PARA A LUTA DA CLASSE TRABALHADORA	202

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	217
REFERÊNCIAS	225
APENDICE A – TERMO DE ACEITE	249
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO UTILIZADO PARA MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL/SOCIEDADE POLÍTICA	250
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS DOCENTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.....	253
APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	256
APÊNDICE E – TEXTO ENVIADO POR E-MAIL AOS CMES – APRESENTAÇÃO E TERMO DE ACEITE	257
APÊNDICE F – TEXTO ENVIADO POR E-MAIL AOS CMES COM ORIENTAÇÕES DE PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO.....	258
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	259
ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	263

INTRODUÇÃO

Tendo em vista a participação da sociedade civil no controle social das políticas educacionais, via Conselhos Municipais de Educação (CMEs) frente à tarefa de fiscalizar, deliberar e normatizar as atividades não-exclusivas¹ do Estado, é necessário considerar a existência de nexos e contradições intrínsecas ao processo democrático formal e real.

A partir da Constituição Federal do Brasil de 1988, os processos de participação da sociedade civil nos espaços da administração pública educacional são retificados no bojo da política do Estado democrático de Direito, sendo reafirmados no Plano de reforma do aparelho do Estado brasileiro no ano de 1995.

Com a organização jurídica Constitucional de 1988, a administração da política educacional brasileira apresentou uma nova estrutura em relação à ampliação na intervenção da sociedade civil nos processos decisórios.

Este movimento, apesar de propiciar espaços de luta política, é marcado por interesses de classe, pressuposto da luta política, que determinam aspectos fundamentais para o envolvimento participativo da sociedade civil, bem como é enviesado por características formalistas em sua institucionalização e atuação.

Nesse sentido, a institucionalização dos conselhos de controle social da educação possibilitou a organização administrativa de órgãos paritários e representativos da vontade coletiva, permeados por condições que definem a luta hegemônica pelo controle social da educação. Cabe destacar que os mecanismos de formalização dos CMEs refletem a forma e o conteúdo que alicerçam a atuação dos conselhos municipais de educação mediante condição participativa e democrática evidenciada em pautas que definem as políticas educacionais.

Ao considerar a contradição da efetivação da democracia formal e real, compreende-se que a formalização jurídica não corresponde à efetivação de políticas públicas na realidade concreta, pois o campo dos direitos individuais expresso na letra da lei por meio das garantias

¹ Conforme o Plano de Reforma do aparelho de Estado (1995), os serviços não exclusivos do Estado correspondem ao setor onde o Estado atua simultaneamente com outras organizações públicas não estatais e privadas. As instituições desse setor não possuem o poder do Estado. Este último, entretanto, está presente porque os serviços envolvem direitos humanos fundamentais, como os da educação e da saúde, ou porque possuem “economias externas” relevantes, na medida que produzem ganhos que não podem ser apropriados por esses serviços através do mercado (BRASIL, 1995, p. 40 - 41).

constitucionais efetiva-se a partir de demandas hegemônicas, econômicas e culturais² pautadas em interesses de grupos dominantes e na relação estabelecida entre as classes sociais.

Esses apontamentos iniciais refletem o trabalho reflexivo gestado na prática profissional do pesquisador, construído ao longo de 25 anos, os quais foram exercidos na atuação como docente da Educação Básica, assessor da secretaria municipal de educação e secretário municipal de educação do município de Carambeí – Pr, e atualmente como docente do Ensino Superior. Este longo percurso foi marcado pela participação em Conselhos Municipais, Associação de Pais e Mestres, diretoria de entidades confessionais, conferências municipais e intermunicipais, grupos de trabalhos, reuniões com diferentes representações de classe e com representantes parlamentares e do executivo estadual.

Esta experiência possibilitou, em um primeiro momento, problematizar a realidade a partir do legado teórico marxista de Antonio Gramsci mediante materialização de pesquisa apresentada em dissertação de mestrado em Educação pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), com o título *As implicações da reorganização do estado brasileiro (a partir dos anos 1990) nos processos de planejamento da educação brasileira e o controle social: o caso do Plano Municipal de Carambeí (PR) 2006*, no ano de 2014.

A inquietação acadêmica, arraigada na curiosidade científica, possibilitou avançar na construção de questionamentos a respeito da função do Estado e da relação entre as diferentes condições participativas que se apresentam no bojo das políticas públicas educacionais, no seio da sociedade de classes, calcada no sistema democrático de direitos. Tais encaminhamentos permitiram propor a presente investigação junto ao Programa de Pós-graduação em Educação na linha de pesquisa de políticas educacionais da Universidade Estadual de Ponta Grossa/Pr, sob a orientação da professora Dra. Doutora Simone de Fátima Flach.

Mediante estas condições foi possível problematizar a presença da classe trabalhadora no âmbito representativo dos CMEs do Estado do Paraná na formulação e implementação de políticas educacionais em meio à luta de classes, a partir do tema: *democracia burguesa em Gramsci: a luta de classes no controle social da educação*.

Essa trajetória fundamentou e possibilitou delimitar o objeto de pesquisa do doutorado: *A luta de classes entre a institucionalização e atuação de Conselhos Municipais de Educação do Paraná*, no sentido de esclarecer os pressupostos teóricos que viabilizaram a discussão e o desenvolvimento da investigação. A escolha do objeto e da fundamentação teórica foi pautada

² A concepção gramsciana de cultura exprime estreita relação com a linguagem. As estratificações sociais são portadoras de culturas e linguagens determinadas. A consciência destas condições possibilita compreender a problematização de Gramsci a respeito da unificação cultural da humanidade (BARATTA, 2017).

no posicionamento ativo em prol da liberdade democrática substantiva e na igualdade das condições materiais.

Para estruturar as análises frente à inquietação problematizadora, no sentido de conhecer a realidade antes aparente, consideraram-se, como elementos categoriais, as relações hegemônicas estabelecidas no âmbito dos CMEs e as condições econômicas e culturais estabelecidas para a formulação e implementação de tais políticas. Sendo assim, problematizou-se a pesquisa a partir da seguinte questão: Como se estabelece a luta de classes na institucionalização e atuação dos conselhos municipais de educação dos sistemas de ensino do Estado do Paraná?

Mediante a definição do problema, foi necessário evidenciar a forma e o conteúdo que vigoram na relação entre a gestão democrática da educação e a democracia burguesa, pois “a gestão democrática burguesa se encontra nos limites da estrutura da democracia burguesa, submetida às condições históricas da formação econômica, social e política desta sociedade” (SCHLESENER, 2018, p. 64).

O sentido da forma e conteúdo remeteu a compreender a categoria de bloco histórico, da relação entre a estrutura e superestrutura da qual foi necessário considerar as condições materiais e as ideologias presentes na relação entre o Estado e sociedade civil como esferas indissociáveis. A categoria estabeleceu a premissa econômico-jurídica-cultural no campo da atividade do homem individual ou coletivo como diretriz no campo econômico e político, e sua relação com a concepção de sociedade e de governabilidade.

A partir dessas determinações, colocaram-se interrogações norteadoras e importantes para o desenvolvimento da investigação: Como se evidenciam as relações de força no processo de constituição e institucionalização de CMEs? Como elas se fazem presentes nas ações político-educacionais? Como ocorre a participação da sociedade civil e da sociedade política em CMEs?

Tais questões foram necessárias para nutrir o debate e tornaram-se fundamentais para a problematização do tema, no sentido de delimitar a especificidade estabelecida nas diferentes concepções da realidade a partir dos posicionamentos políticos e ideológicos bem demarcados pelos dados levantados. Com esses encaminhamentos foi possível refinar a compreensão da forma e do conteúdo implícito na atuação dos sujeitos representativos da sociedade democrática brasileira e seus movimentos dialéticos e contraditórios em fina relação com as singularidades presentes nos municípios do estado do Paraná.

Destarte, no início do século XXI, presencia-se um Estado com caráter intervencionista na dinâmica social a partir das implicações políticas, econômicas e culturais

que emergem das relações estabelecidas com e na sociedade, característica que propiciou fundamentar as análises no conceito gramsciano de Estado ampliado³.

A partir desta conceituação, foi necessário estabelecer a relação entre as categorias grande política e pequena política, luta de classes, grupos sociais, hegemonia e democracia como conceitos-chave para a compreensão do trabalho intelectual e da atividade prática de Antonio Gramsci para posicionar as relações estabelecidas pelo Estado e sua caracterização como expressão de classe.

Ao delimitar as categorias discutidas e explicitadas por Gramsci para análise, descrição, compreensão e exposição dos argumentos da pesquisa, foi possível estabelecer organicidade no fenômeno estudado. Isto porque o momento histórico vivido e descrito pelo autor italiano apresentou-se como elemento-chave para compreender as condições concretas apresentadas nos CMEs, as quais são pautadas nas relações sociais, no enfrentamento das estruturas de poder e no ordenamento do Estado capitalista, momentos da vida social imbricados e resultantes da produção da vida material.

As condições estruturais e superestruturais da sociedade brasileira contemporânea viabilizaram estabelecer relação com a crítica posta por Gramsci no século passado, tendo em vista a forma e o conteúdo que sustentam a operacionalização do sistema capitalista, mediante o cuidado de posicionar as especificidades de cada contexto, cada processo histórico. Nesse sentido é possível afirmar que sua contribuição crítica em relação à estrutura e superestrutura da sociedade continua atual, fato que o caracteriza como autor moderno (LOSURDO, 2006).

Mediante o exposto, e a pesquisa realizada a partir do eixo orientador que possibilitou desvelar a luta de classes entre a institucionalização e atuação de CMEs do Paraná, os objetivos organizados apresentaram-se na esteira da prática social vívida. Diante do amadurecimento intelectual como condição problematizadora da realidade, foram definidas questões basilares, as quais se originaram no movimento contraditório exposto entre a efetividade das políticas públicas e o direito exercido na democracia contemporânea.

Ao considerar que as práticas consolidadas nos conselhos de educação legitimam, perpetuam, transformam ações educacionais, o problema de pesquisa elucidou a necessidade de traçar como objetivo *desvelar a luta de classes no processo participativo de CMEs do Paraná e como ela se materializa nas ações políticas*.

³ Gramsci amplia o conceito de Estado, compreendendo sua organização a partir da sociedade civil + sociedade política, ou seja, a relação de hegemonia de uma classe sobre a outra, coroaçada de coerção.

Este objetivo desdobrou-se na identificação, descrição e análise desse processo, características fundamentais para compreender os limites, perspectivas e possibilidades da participação democrática em meio a um conjunto de relações de força, alicerçadas no plano econômico e na hegemonia de classe no processo de luta de classes. Em Gramsci, é possível compreender a questão da hegemonia como uma categoria indispensável para a existência da dominação, não apenas econômica, como cultural, linguística e política de uma classe sobre a outra na dialética de luta de classes.

Portanto, a pesquisa pautou-se em elementos delimitadores, os quais possibilitaram organizar os encaminhamentos pertinentes ao método de investigação.

QUADRO 1 – ELEMENTOS DELIMITADORES CONSTRUÍDOS NA PROBLEMATIZAÇÃO DA TESE DURANTE OS ANOS 2017-2021

Tema de Pesquisa	Objeto da Tese	Questões de Pesquisa	Objetivos
Democracia burguesa em Gramsci: a luta de classes no controle social da educação	A luta de classes entre a institucionalização e atuação de Conselhos Municipais de Educação do Paraná	<i>Central:</i> Como se estabelece a luta de classes na constituição e instituição de Conselhos Municipais de Educação?	<i>Geral:</i> Desvelar a luta de classes no processo participativo de CMEs do Paraná e como ela se materializa nas ações políticas.
		<i>Questões complementares:</i> Como se evidenciam as relações de força no processo de constituição e institucionalização de CMEs? Como elas se fazem presentes nas ações político-educacionais? Como ocorre a participação da sociedade civil e da sociedade política em CMEs?	<i>Específicos:</i> Identificar os CMEs do Paraná que têm funções propositivas e deliberativas na política educacional local. Descrever como ocorre o controle social nas políticas educacionais locais a partir da atuação dos CMEs. Analisar as possíveis relações entre a implementação de políticas educacionais locais e o controle social exercido pelos CMEs.

Fonte: o autor.

Para analisar a luta de classes na construção das políticas públicas educacionais correspondentes ao desenvolvimento estrutural da sociedade e das necessidades presentes nesta dinâmica, foi necessário descrever como ocorrem os processos hegemônicos na institucionalização dos CMEs.

Assim, ao pesquisar esse tema, foram definidos elementos que permitiram compreender as determinações estruturais hegemônicas, os quais permeiam as formas de participação da sociedade civil, tendo em vista que o controle da política pública social ocorre mediante relações de força entre as classes.

Portanto, compreender o processo de organização participativa em sua dinâmica institucional, frente à função da hegemonia, contribui para a elucidação dos meandros que efetivam o momento histórico concreto, real, indicando o viés hegemônico no campo em disputa no momento superestrutural da estrutura, remetendo a evidenciar dificuldades e contradições presentes na democracia participativa.

Conforme exposto anteriormente, o tema de investigação remeteu abordar questões relacionadas à formulação de políticas públicas no seio da sociedade de classes e os seus desdobramentos na realidade concreta. Nesse sentido, considerar as implicações da participação social institucionalizada, via conselhos gestores, requer estudo histórico das mediações envolvidas no desenvolvimento do objeto de pesquisa e sua relação com as demandas sociais, no que se refere à participação da sociedade civil no controle social e nos processos decisórios, tendo em vista a luta de classes pelo controle social das demandas educacionais.

Inicialmente, essas questões nortearam a pesquisa de produções nas bases de dados da Scielo e Banco de teses da Capes, a partir das palavras-chave: Participação; Sociedade civil; Controle Social; Intelectuais, no período dos últimos três anos. Mediante estes elementos, foi possível encontrar 7 artigos referentes à temática apontada. Apresentam-se, a seguir, alguns posicionamentos.

Dentre as literaturas, Gurgel e Justen (2013) apresentam discussões pertinentes à atuação dos conselhos gestores de políticas públicas e sua institucionalização durante a história da democratização do Estado brasileiro, mediante a análise desses mecanismos na efetivação da democracia capitalista.

Em estudo exploratório Buvinich (2014) identifica as principais características institucionais quanto à obrigatoriedade de conformação, natureza da representação, composição e capacidade decisória para destacar importantes características para a compreensão relacionada à forma de atuação e de intervenção política local nos processos de controle social das políticas públicas.

A partir destes estudos, confluem análises realizadas por Sipioni e Silva (2013) e Vaz (2013) no âmbito da participação, e a capacidade de intervenção da sociedade civil no controle das políticas públicas e o binômio democracia participativa e democracia representativa. Estas categorias indicam formas de atuação e conflitos existentes nessas duas formas de intervenção.

Freitas (2015) sinaliza as dificuldades de atuação da sociedade civil em construir a vontade coletiva e suas possíveis articulações para a concretização de um projeto democrático participativo, mediante a possibilidade de construção de uma nova sociabilidade que permita a inserção dos sujeitos nos processos mais amplos de elaboração da vida social.

Simionatto e Costa (2014) e Wanderley (2012) alicerçam uma discussão necessária sobre as categorias gramscianas e a refuncionalização do Estado na condução das políticas públicas, bem como denotam o papel dos intelectuais orgânicos na construção do pacto democrático em meio à crise e reforma do Estado.

Em um segundo momento, realizou-se pesquisa por produções correspondentes à palavra-chave *Conselho Municipal de Educação*. A palavra-chave foi redigida entre aspas e selecionado como idioma o português, para delimitar as produções em três bases de dados: Scielo, Fundação Carlos Chagas para artigos e livro, e banco de teses da Capes para teses e dissertações.

Portanto, as categorias encontradas possibilitaram a compreensão e análise de um quadro teórico importante para a pesquisa em política pública educacional, no que diz respeito à institucionalização dos CMEs, cujos resultados estão organizados na tabela a seguir.

TABELA 1 – CATEGORIAS ORGANIZADAS A PARTIR DE PRODUÇÕES CIENTÍFICAS QUE SE RELACIONAM À INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

CATEGORIAS	TESE	DISSERTAÇÃO	ARTIGO	Total
Sistema Municipal	4	2	5	11
Democratização da educação	4	15	7	26
Participação	4	15	7	26
Relações de poder	2	3	0	5
Descentralização	3	2	1	6
Sociedade civil	2	1	2	5
Representatividade	1	1	2	4
Papel político	0	11	3	14
Controle Social	1	1	1	3

Fonte: O autor (2018).

A pesquisa das produções na área das políticas públicas educacionais, tendo em vista o elemento delimitador *Conselho Municipal de Educação*, permitiu elencar 8 teses, 26 dissertações, 1 livro e 19 artigos que apresentam aspectos referentes à institucionalização e responsabilidade política do conselho municipal de educação para a efetivação das políticas públicas no Brasil.

Conforme a tabela 1, foi possível destacar, a partir do levantamento da literatura, os seguintes elementos articuladores (categorias) selecionados mediante a recorrência dos temas nos referidos trabalhos: Democratização da educação, Participação, Relações de poder, Descentralização, Sociedade civil, Representatividade, Papel político, e Controle Social.

Dentre as categorias evidenciadas, pode-se visualizar um quadro teórico relacionado com os objetivos definidos para a efetivação da presente pesquisa. Também possibilitou

evidenciar a importante contribuição dos elementos articuladores apresentados nas literaturas selecionadas.

É relevante denotar que algumas categorias, como *Representatividade e o Papel político* do Conselho Municipal de Educação na atuação da política pública municipal destacam-se como temas presentes na literatura, evidenciando a atualidade das temáticas e a necessidade de promover debates problematizadores relativos a estas questões. Constatou-se que a categoria *Representatividade* nos CMEs foi apresentada em 2 artigos, 2 dissertações e 1 tese.

No que se refere ao papel político do conselho e de seus integrantes, representados pelos conselheiros de educação, foram encontradas discussões tematizadas em 11 dissertações e 3 artigos. A partir dessas produções foi possível compreender que a preocupação dos pesquisadores em relação ao papel deliberativo dos Conselhos Municipais de Educação e a representação da sociedade civil frente às questões municipais são objetos de pesquisa que estão alicerçadas na demanda social concreta advinda de necessidades próprias do campo das políticas públicas. Nesse sentido, os temas colocados em destaque possibilitaram compreender a importância da atuação dos conselheiros e de suas contribuições para o sistema municipal de educação e o fortalecimento do conselho enquanto órgão de controle social.

As categorias tratadas nas diversas produções apresentaram-se como elementos norteadores das pesquisas e possibilitaram delimitar o objeto de estudo proposto. Contudo, as obras não trataram exclusivamente de uma categoria. Sendo assim compareceram, nos textos, mediante análises e nas discussões apresentadas pelos autores, duas ou mais categorias, as quais representam a estruturação das argumentações desenvolvidas na produção acadêmica e nas pesquisas.

Portanto, as categorias mais recorrentes nas pesquisas e produções elencadas são Democratização da educação, Participação e Papel político. Tais temas denotam a preocupação dos autores e pesquisadores do campo das políticas públicas educacionais em relação à democratização e ao envolvimento dos sujeitos nos processos normativos e deliberativos, no sentido de efetivar as demandas da sociedade civil e propiciar a autonomia decisória em relação aos problemas apresentados na educação local, estadual ou nacional.

Sendo assim, revelou-se a importância de fortalecer e compreender esse processo democrático e o papel da sociedade civil para a construção da educação pública via mecanismos de atuação democrática. Por outro lado, as referências acessadas não apresentaram discussões mais contundentes em relação à categoria *hegemonia*, que possibilita compreender o processo da *democracia* moderna como fio condutor do problema de pesquisa desta tese.

Dentre as teses estudadas, foi possível perceber a preocupação dos pesquisadores em compreender a organização do conselho municipal de educação, as relações de poder, as questões ideológicas que permeiam a institucionalização e funcionamento do controle social e da participação democrática.

Oliveira (2003), ao analisar os Conselhos Municipais de Educação (CMEs) do Estado de São Paulo, apresentou a necessidade de estabelecer, junto aos órgãos públicos administrativos, o entendimento da real função desses ambientes de controle social.

Scherer (2015), Oliveira (2003), Sousa (2016), Castro (2016) e Lima (2009) coadunaram para a teorização pertinente às relações de poder, ideologia e hegemonia. As questões apresentadas permitiram verificar a complexidade presente nas relações entre as classes e os sujeitos envolvidos no processo de institucionalização e controle social da política pública. Os autores apontaram conflitos e demandas de interesses existentes no âmbito do sistema público/privado.

Ficaram em aberto o aprofundamento teórico e prático no que se refere à ideologia e a hegemonia que permeiam as instâncias do poder. Essas lacunas permitiram compreender a necessidade de aprofundar a pesquisa, quando em andamento, e ao mesmo tempo permitiram evidenciar a importância de investigar e problematizar as questões intrínsecas ao desvelamento da luta de classes proveniente das diferentes concepções de mundo e das relações hegemônicas que direcionam e encaminham a atuação dos sujeitos na condição de conselheiros dos CMEs.

Assim, fez-se necessário apresentar e problematizar os pressupostos que permitiram e permitem a execução da tarefa correspondente a demandas apresentadas no cenário após a reforma do Estado brasileiro, no que diz respeito à institucionalização dos Conselhos Municipais de Educação a partir da luta de classes.

Ao considerar as relações de força presentes no bojo da política governamental, o intuito foi reconstruir historicamente as determinações que consolidaram os processos participativos, e as que permitem desenvolver a intervenção a partir de uma consciência teleológica. Para isto, o objetivo central foi desvelar a luta de classes no processo participativo dos Conselhos Municipais de Educação do estado do Paraná.

Estas questões remetem a inquirir as situações, condições e momentos de consenso e coerção que viabilizam projetos propositivos e deliberativos, os quais permitem identificar a posição de determinados grupos de interesse e as ideologias presentes no processo de institucionalização das políticas educacionais via CMEs.

Como método de investigação, o materialismo histórico e dialético foi adotado porque permite compreender a realidade na perspectiva da totalidade social. Tal método consubstancia

a apreensão dos elementos mediadores, dentre eles a política, a economia⁴ e as relações estabelecidas entre os sujeitos envolvidos na elaboração das políticas públicas educacionais, em especial nos conselhos gestores.

Portanto, a pesquisa foi alicerçada por meio de levantamento de dados e análise de documentos legais, que compreende aspectos referentes à criação, institucionalização e ações dos CMEs que constituíram sistema próprio de educação. Entre os documentos que compuseram o levantamento podem ser citados regimento interno, ata de reuniões, pareceres, deliberações e diário oficial⁵; e no estudo bibliográfico, referenciais teóricos que possibilitam analisar a sociedade mediante problematização teórica a partir da historicidade dos fenômenos de maneira dialética.

O levantamento de dados referente ao conteúdo e à prática representativa, com o intuito de localizar as concepções de mundo e o sentido da representação de classe, bem como espaços e mecanismos democráticos de representação, foi estruturado a fim de caracterizar os sujeitos integrantes do CMEs. Para tanto, foi utilizado questionário encaminhado ao CME, que foi direcionado pelo presidente do órgão a um membro representante da sociedade civil e sociedade política, e um membro do segmento de professores (apêndices A e C) com representação nos CMEs do estado do Paraná, com sistema de educação formalizado legalmente. Na exposição dos depoimentos, em virtude do anonimato dos participantes, os nomes dos municípios investigados foram substituídos por letras do sistema alfabético da língua portuguesa.

Para realizar as análises das mediações e contextualizar historicamente os encaminhamentos para a consolidação de novos parâmetros legais para o controle social da educação, reporta-se à década de 1990 como período de referência para compreender as reformas ocorridas no aparelho do Estado brasileiro e na educação.

Sendo assim, consideram-se os nexos e contradições em relação à trajetória histórica da constituição da participação democrática, no sentido de compor aspectos relacionados às mediações que possibilitam destacar as prerrogativas para a educação e os encaminhamentos que expressam os objetivos e proposições para a organização institucionalizada do controle social. Diante do desafio, inferiu-se direção à pesquisa por meio do método exposto por Marx

⁴ Conforme Engels (1984), o fator decisivo na história, em última instância, consubstancia-se na produção e reprodução da vida imediata.

⁵ As fontes documentais, como regimento interno, que se configura em documento legal que define normas e regras, atas de registro que apresentam relato das reuniões, pareceres que instruem consultas encaminhadas aos CMEs, deliberações que normatizam o sistema educacional municipal e diário oficial que publica e oficializa atos administrativos constituem-se em importante fonte de dados consultadas na investigação.

(1985, p. 20) no posfácio da 2ª edição do *Capital*: “O método de pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear a sua conexão íntima”.

Portanto,

É preciso que, em cada caso, a observação empírica ponha em relevo – de modo empírico e sem qualquer especulação ou mistificação – o nexo existente entre a estrutura social e política e a produção. A estrutura social e o Estado nascem continuamente do processo vital de indivíduos determinados, porém esses indivíduos não como podem aparecer à imaginação própria ou dos outros, mas tal e qual realmente são, isto é, tal como atuam e produzem materialmente e, portanto, tal como desenvolvem suas atividades sob determinadas limitações, pressupostos e condições materiais, independentemente de sua vontade (MARX; ENGELS, 2007, p. 50).

Em outras palavras, é necessário colocar em relevo as relações de produção, a política e a estrutura social em movimento de ruptura ao fato aparente, imediato. Nesse sentido, a contextualização dos acontecimentos econômicos e políticos da década de 1990 e as implicações que adentraram aos anos 2000, em relação à formulação das políticas educacionais por meio da participação democrática no Estado de direito, constituíram-se em elementos que possibilitam identificar o nexo presente na atuação da sociedade civil no âmbito dos conselhos municipais de educação do Paraná.

É necessário ressaltar que, mediante análise das prerrogativas estabelecidas nas relações sociais em virtude das demandas do mercado de trabalho e dos interesses de classe, foi possível apontar as concepções de mundo que norteiam a luta pela hegemonia no âmbito da participação da sociedade civil nos processos de controle social da educação.

Assim sendo, diante dos elementos definidos à pesquisa, investigou-se a participação dos sujeitos envolvidos no processo de elaboração das políticas públicas municipais no estado do Paraná, com ênfase na participação dos conselheiros municipais de educação mediante a luta pela hegemonia no interior dos Conselhos Municipais de Educação. Para tanto, foi necessário mapear os órgãos de controle social da educação, destacar o perfil dos conselheiros municipais e as relações estabelecidas com o órgão do executivo municipal.

Para compreender o processo propositivo e deliberativo no âmbito dos conselhos de controle social da educação do estado do Paraná, é necessário considerar que as técnicas de coleta de dados pautaram-se no viés apontado por Gramsci na crítica elaborada a Gaetano Mosca, no caderno 13 § 6:

No caso de Mosca, ‘não dispor dos meios’ para obter os textos e os documentos sobre o problema de que, não obstante, trata significa que Mosca pertence àquela parte de universitários que, embora considerem seu dever alardear todas as cautelas do método histórico quando estudam as pequenas idéias [*sic*] de um publicista medieval

de terceira categoria, não consideram ou não consideravam dignas ‘do método’ as doutrinas do materialismo histórico, não consideravam necessário ir às fontes e se contentavam com uma simples ‘espiada’ em pequenos artigos de jornal e em livretos populares (GRAMSCI, 2007, p. 23).

Sendo assim, apresentou-se a necessidade de identificar as proposições e deliberações em virtude da atuação dos membros frente às demandas existentes na gestão da política educacional, bem como as relações apresentadas pelos interesses de efetivação por projetos e práticas sociais em vista da consolidação de projetos hegemônicos permeadas por interesses de determinada classe. Assim, foi necessário evidenciar as instituições por meio de relatos registrados em atas de reuniões, mecanismos para nomeação dos representantes dos diferentes segmentos da sociedade civil e política, e a atuação representativa do conselheiro em relação à classe que pertence ou representa.

A escolha e definição dos CMEs que possuem sistema educacional no estado do Paraná foi definida mediante consulta à base de dados da pesquisa intitulada *Gestão democrática no ensino público paranaense e sua relação com as determinações da sociedade regida pelo capital: uma análise a partir dos sistemas municipais de ensino legalmente constituídos*, desenvolvida durante o Pós-doutoramento da professora Simone de Fátima Flach (2020), junto à Universidade Tuiuti, do Paraná – UTP⁶. A referida pesquisa identificou 16 municípios que organizaram e efetivaram legalmente CMEs.

Para além dos 16 municípios apontados por Flach (2020), identificou-se a existência de mais 4 municípios: Sertanópolis, Jacarezinho, Palmas e Paula Freitas, os quais são incorporados nesta investigação. A partir da identificação de 20 municípios com sistema de ensino próprio, foi possível organizar um quadro de referência geográfica mediante a localização espacial no estado do Paraná. Os municípios elencados na investigação estão distribuídos em oito (8) mesorregiões entre as dez (10) mesorregiões do território paranaense, conforme mapa das mesorregiões geográficas (IBGE) – Paraná (IPARDES, 2010), representados no quadro a seguir.

QUADRO 2 – MUNICÍPIOS PARANAENSES COM SISTEMA EDUCACIONAL PRÓPRIO DISTRIBUÍDOS POR MESORREGIÕES – 2019

(Continua)

Município	Mesorregião
Chopinzinho	Sudoeste
Palmas	Sudoeste
Londrina	Norte central

⁶ O texto intitulado *A gestão democrática nos sistemas municipais de ensino do Paraná: uma análise a partir dos conselhos municipais de educação* discute a gestão democrática dos Conselhos Municipais de Educação do Estado do Paraná que constituíram sistema próprio de ensino (FLACH, 2020).

QUADRO 2 – MUNICÍPIOS PARANAENSES COM SISTEMA EDUCACIONAL PRÓPRIO
DISTRIBUÍDOS POR MESORREGIÕES – 2019

(Conclusão)

Município	Mesorregião
Ibiporã	Norte central
Sarandi	Norte central
Sertanópolis	Norte central
Jacarezinho	Norte Pioneiro
São José dos Pinhais	Metropolitana
Araucária	Metropolitana
Curitiba	Metropolitana
Paranaguá	Metropolitana
Pinhais	Metropolitana
Toledo	Oeste
Cascavel	Oeste
Iguatu	Oeste
Palmeira	Sudeste
Paula Freitas	Sudeste
Ponta Grossa	Centro-oriental
Telêmaco Borba	Centro-oriental
Guarapuava	Centro-sul

Fonte: Flach (2020).

Nota: Adaptação do autor.

De acordo com o método definido para a investigação, localizar os CMEs conforme a distribuição geográfica em mesorregiões permitiu compreender as questões regionais e os aspectos econômicos, políticos e culturais como características presentes nos desdobramentos das políticas públicas locais, no sentido de sustentar as análises apresentadas no decorrer da tese.

Mediante esta configuração, tendo em vista realizar a intervenção de pesquisa e desvelar a luta de classes no interior dos CMEs, foi estabelecido contato por telefone e via e-mail com os presidentes de 20 Conselhos Municipais de Educação. O contato serviu para apresentar o investigador e o tema de pesquisa, bem como solicitar o preenchimento de termo de aceite e consentimento (apêndice A), conforme formalização da pesquisa junto ao Comitê de Ética na Pesquisa da Universidade Estadual de Ponta Grossa vinculado a Plataforma Brasil conforme Anexos A e B.

Dentre os 20 CMEs contatados, a manifestação de colaborar com a composição de dados para a pesquisa ocorreu via devolutiva do termo de aceite em 9 conselhos municipais de educação, os quais foram confirmados por meio de assinatura dos seus presidentes, sendo eles: Araucária, Curitiba, Cascavel, Chopinzinho, Palmeira, Ponta Grossa, São José dos Pinhais, Telêmaco Borba e Toledo.

O quadro a seguir contém informações sobre os encaminhamentos realizados no processo de contato e apresentação da pesquisa como momento de aproximação e de intervenção investigativa nos CMEs do estado do Paraná.

QUADRO 3 - CONTATO TELEFÔNICO E ENCAMINHAMENTOS REALIZADOS AOS PRESIDENTES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ ENTRE FEVEREIRO/2020 E JANEIRO DE 2021

(Continua)

MUNICÍPIO	ENCAMINHAMENTO
Paula Freitas*	Contato realizado em 03 de julho de 2020.
Chopinzinho	Termo de aceite assinado, sem retorno de questionários. Questionários enviados por e-mail em 20 de outubro de 2020. Ligação realizada dia 20 de novembro de 2020. Ligação realizada novamente no dia 21 de dezembro de 2020 com reenvio de questionários por e-mail.
Londrina	Presidência do conselho em transição. Reunião para eleição dia 21 de fevereiro de 2020. Contato reestabelecido no dia 10 de setembro com envio de termo de aceite por e-mail, o qual não foi devolvido. Ligações efetuadas em novembro e dezembro de 2020, sem retorno do CME.
Sarandi	Até o dia 14 de fevereiro de 2020 foram realizadas ligações para a SMEC, e não foi possível entrar em contato com o presidente do conselho de educação. Entre o dia 14 de fevereiro de 2020 e 20 de dezembro de 2020 foram realizadas ligações para a SMEC e não foi possível estabelecer contato com o presidente do CME.
Jacarezinho	Ligação realizada no dia 07 de agosto de 2020, em aguardo de retorno do CME. No dia 10 de setembro de 2020 foi reafirmada a solicitação de aguardo do retorno do presidente via contato telefônico. Ligações realizadas em novembro e dezembro de 2020 sem sucesso de contato direto com o presidente do CME.
Ibiporã	Termo de aceite encaminhado por e-mail no dia 13 de fevereiro de 2020. Conforme informação, iria deliberar a assinatura do termo na reunião do conselho no dia 14 de fevereiro de 2020. Enviado e-mail novamente em 11 de setembro, sem retorno do CME. Estabelecido contato nos meses de novembro e dezembro de 2020, mas sem retorno do órgão.
São José dos Pinhais	Termo de aceite assinado e questionários respondidos.
Araucária	Termo de aceite assinado e questionários respondidos.
Curitiba	Termo de aceite assinado. Questionários enviados em 23 de outubro de 2020. Questionários enviados novamente em 10 de novembro de 2020. Aguardando e-mail do conselho com ligação realizada dia 21 de dezembro de 2020, com envio de e-mail solicitando retorno. Informação do CME via e-mail no dia 22 de dezembro de 2020 que o envio dos questionários foi efetuado aos conselheiros, portanto o retorno do CME estava condicionado ao retorno das representações.
Paranaguá	Termo de aceite encaminhado por e-mail no dia 13 de fevereiro de 2020. Ligação e envio de termo de aceite em 21 de setembro de 2020. Ligações efetuadas em novembro e dezembro, sem contato efetivado.
Pinhais	Termo de aceite encaminhado por e-mail no dia 13 de fevereiro de 2020. Deliberação para a assinatura do termo prevista para a reunião do conselho no dia 17 de fevereiro 2020. Deliberou o aceite mediante protocolo a ser encaminhado para o CME. Ligação e envio de termo de aceite em 21 de setembro de 2020. Ligações efetuadas em novembro e dezembro sem contato efetivado.
Toledo	Termo de aceite assinado e questionários respondidos.

QUADRO 3 - CONTATO TELEFÔNICO E ENCAMINHAMENTOS REALIZADOS AOS PRESIDENTES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ ENTRE FEVEREIRO/2020 E JANEIRO DE 2021

(Conclusão)

MUNICÍPIO	ENCAMINHAMENTO
Cascavel	Termo de aceite assinado. Questionários e termo de aceite reenviados por e-mail no dia 19 de outubro de 2020, em virtude de mudança na presidência. Questionários enviados novamente em 19 de novembro de 2020. Ligação realizada no dia 21 de dezembro de 2020, com informação de que o envio dos questionários foi efetuado aos conselheiros, portanto o retorno do CME estava condicionado ao retorno das representações.
Iguatu	Secretário de educação assumindo o cargo, não soube informar quem era o presidente. Contato realizado dia 13 de fevereiro de 2020. Entre o dia 14 de fevereiro de 2020 e 20 de dezembro de 2020 foram realizadas ligações para a SMEC e não foi possível estabelecer contato com o presidente do CME.
Palmeira	Termo de aceite assinado e questionários respondidos.
Ponta Grossa	Termo assinado e questionários respondidos.
Telêmaco Borba	Termo assinado. Questionários não encaminhados ao pesquisador. Questionários enviados por e-mail em 16 de outubro de 2020. Contato estabelecido com a presidente do conselho no dia 19 de novembro de 2020. Ligação efetuada no dia 21 de dezembro de 2020, sem atendimento. Ligação realizada em 11 de janeiro de 2021, com compromisso da presidente do CME em enviar questionários respondidos até 12 de janeiro de 2021. Apesar das tratativas, não houve devolução dos documentos.
Guarapuava	Aguardando retorno telefônico. Contato realizado nos dias 13 e 14 de fevereiro de 2020. Novo contato estabelecido em 10 de setembro com o presidente, termo enviado para assinatura no dia 11 de setembro de 2020. Sem retorno. Enviado e-mail novamente em 11 de setembro. Foi estabelecido contato nos meses de novembro e dezembro de 2020, mas sem retorno do órgão.
Palmas	Termo de aceite enviado por e-mail no dia 29 de julho de 2020. Contato telefônico com presidente do CME dia 20 de novembro de 2020, com solicitação de assinatura e envio de termo de aceite. Sem retorno.
Sertanópolis	Ligação realizada no dia 11 de setembro de 2020 com envio de termo de aceite. Ligação efetuada 20 de novembro de 2020, sem retorno do órgão.

Fonte: CMEs com sistema próprio de educação do estado do Paraná (2020-2021).

Notas: Informações organizadas pelo autor.

*Paula Freitas encontra-se em transição, com nova lei de composição e atribuições. Contato realizado no dia 03 de setembro. A lei de 1985 institui o conselho como sistema, mas o atual regulamento define novas atribuições. Segundo funcionária da SMEC, o conselho sempre foi atuante e decisivo nas questões educacionais municipais.

Conforme o quadro 3, mediante registro de encaminhamentos, pode-se destacar que não foi possível confirmar participação de 11 CMEs. Ressalta-se que, devido ao período de crise sanitária mundial, foi inviável estabelecer encontro presencial com os respectivos presidentes desses órgãos para ampliar o quadro de informações e relatos das representações na composição de dados de pesquisa.

Em relação aos CMEs que se disponibilizaram a compor participação, efetuou-se novo contato por meio de envio de questionários para as seguintes representações: um (1) representante da sociedade civil, um (1) representante da sociedade política e um (1)

representante dos professores dos sistemas municipais de ensino pesquisados (apêndices A e B).

Portanto foi estabelecido, como parâmetro preliminar de seleção dos CMEs, o retorno de aceite efetivado pelo Conselho Pleno (CP) do CME com assinatura do (a) presidente em exercício no órgão para formalizar o envio de questionários para compor dados de investigação, com o objetivo de obter relatos referentes à participação democrática de representantes de diferentes segmentos da sociedade civil e sociedade política.

A partir dos encaminhamentos e conforme devolutiva de termos de aceite, delimitaram-se os seguintes CMEs localizados em suas respectivas mesorregiões, conforme sistematizado no quadro abaixo.

QUADRO 4 - CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO A SEREM PESQUISADOS - PERÍODO DE 1985 A 2021

Município	Mesorregião
Chopinzinho	Sudoeste
Araucária	Metropolitana
São José dos Pinhais	Metropolitana
Curitiba	Metropolitana
Cascavel	Oeste
Toledo	Oeste
Palmeira	Sudeste
Ponta Grossa	Centro-oriental
Telêmaco Borba	Centro-oriental

Fonte: o autor (2019).

Ressalta-se que, para além dos conselhos que formalizaram a participação na pesquisa, também foram problematizados os demais conselhos instituídos em sistema próprio de educação mediante pesquisa documental e informações publicizadas no *website* das prefeituras municipais.

Posto isto, a análise parte do concreto real, ainda não depurado, cheio de imperfeições, distorções que, em virtude da abstração no pensamento, viabiliza a identificação das determinações mais simples, e chega-se à síntese ou ao concreto pensado (NETTO, 2011).

Mediante esta posição, foram estruturados os argumentos e análises conduzidas na exposição da pesquisa. Os elementos concretos que forjam o funcionamento e a organização das instituições democráticas representativas, bem como as ações derivadas do exercício participativo das representações de classes constituíram-se em importantes dados, que propiciaram a articulação entre as categorias expostas pelo método de investigação e permitiram afirmar a relevância do aporte teórico na compreensão da realidade estudada.

A partir das explanações e discussões desencadeadas por teóricos marxianos e marxistas e a análise do desenvolvimento histórico condicionado pela ação humana em

condições determinadas, é possível afirmar que os diferentes grupos sociais, tendo como classes fundamentais a burguesia e o proletariado, são condicionados por contradições e luta de classes que impulsionam o desenvolvimento histórico por meio de uma realidade já determinada historicamente.

Posto isto, a exposição crítica do objeto de pesquisa foi organizada em 5 capítulos, os quais apresentam problematizações e análises das contradições presentes na organização social brasileira e paranaense, na investida do neoliberalismo na administração pública e nas demandas educacionais. O arcabouço teórico-prático das categorias de análise são o léxico e a análise econômico-política da concepção marxiana e marxista gramsciana.

A democracia, como fio condutor para a análise e exposição da pesquisa, percorre toda a estrutura do texto. Ela é categoria fundamental para a compreensão dos CMEs enquanto aparelhos privados de hegemonia na sociedade de classes e a problematização da luta de classes no bojo das políticas públicas e no exercício da representação participativa das classes fundamentais: burguesia e proletariado.

No sentido de buscar, na história da experiência italiana dos conselhos de fábrica (1919 e 1920), os elementos correspondentes de identificação e descrição da luta de classes, apresentam-se as condições de organização conselhistas como resultado do movimento da classe operária na consolidação da autogestão, as quais possibilitaram fundar argumentos que retratam o real inscrito na participação democrática dos CMEs do estado do Paraná.

No decorrer dos capítulos são apresentados relatos e situações identificadas e analisadas durante o levantamento de dados consubstanciados nos registros em atas, questionários, em leis sancionadas pelo executivo municipal, pareceres e resoluções emitidas pelos CMEs no exercício institucional, bem como por meio de dados estatísticos, anotações e relatórios efetuados durante o desenvolvimento do método de pesquisa.

Nesse sentido, o desafio de investigar foi pautado na responsabilidade de manter o rigor científico, atrelado a uma concepção metodológica que desse conta de analisar os conceitos e a realidade para identificar as complexas relações presentes na constituição do Estado moderno e a sua relação com as políticas públicas.

Localizar as efetivas demandas e a formalização das ações participativas organizadas, a partir das relações hegemônicas estabelecidas no seio da sociedade de classe, representou tarefa significativa no campo da política. Ao considerar as implicações da participação social institucionalizada via conselhos gestores e as mediações envolvidas no processo da consolidação da democracia burguesa, foi possível compreender a efetivação da democracia participativa em relação à concepção que norteia determinado *modus operandi*.

Portanto, espera-se que a pesquisa colabore com o debate a respeito dos espaços e mecanismos de gestão democrática das políticas públicas educacionais adotados em diferentes realidades e, quiçá, contribuir para a superação da desigualdade e dos entraves presentes nos processos participativos.

CAPÍTULO 1 - CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: A REALIDADE PARANAENSE NO CONTEXTO NACIONAL

Neste capítulo, ao considerar os conselhos de educação como espaço de luta, apresenta-se uma análise pautada nos critérios de formação representativa organizada a partir de uma vontade coletiva e o papel da sociedade civil e política na condução da gestão educacional.

Local de gestão, os conselhos de controle social são órgãos formalizados a fim de organizar a sociedade civil para a participação democrática no sentido de fiscalizar, deliberar e desempenhar papel consultivo em relação às questões pertinentes às diversas instituições e políticas educacionais, sociais, do meio ambiente e de saúde na gestão da atividade pública no país.

Esses canais de participação democrática são estabelecidos a partir de encaminhamentos econômicos, políticos, sociais e geográficos, e cumprem a importante tarefa de institucionalizar a participação dos grupos sociais via representação paritária entre sociedade civil e sociedade política para a construção das políticas públicas no espaço do Estado.

A definição das políticas públicas, neste caso, educacionais, denotam características econômicas que, construídas historicamente, são expressão de luta de classes e da predominância de determinados valores morais e culturais de um povo. Em relação a esse aspecto, as condições de análise de contexto material exigem o encaminhamento de exposição refinada a respeito do desenvolvimento das relações de produção em um determinado país e seu desdobramento na superestrutura da sociedade, a qual deriva, condiciona e sustenta a manutenção da ordem social estabelecida.

Refletir sobre a participação nos conselhos de controle social, em específico os órgãos que cumprem o papel de organizar os assuntos educacionais em um país localizado na periferia do capitalismo, neste caso o Brasil, condiciona a pesquisa a manter relação estreita com a teoria que fundamenta os alicerces do modo de produção da vida material e a prática dos movimentos dos grupos sociais neste contexto.

Portanto, as questões da luta de classes que permeiam os encaminhamentos formais do movimento participativo na gestão da estrutura e superestrutura da sociedade estão intimamente ligadas à hegemonia de uma classe. Cabe ressaltar que as pautas deliberativas e consultivas são conduzidas na esteira dos interesses de classe, as quais deslocam a essência da gestão pública da vontade coletiva para o acirramento da luta entre diferentes concepções de mundo.

Conforme Gramsci (2007), é necessário buscar, na história, a formação dos grupos sociais, o que significou a formação das cidades paranaenses e os grupos sociais envolvidos, como foi a formação da vontade coletiva para a fundação do Estado e no protagonismo da instituição das regras e valores, e quais condições materiais permitiram a efetivação de determinada política de Estado. Gramsci (2007, p. 17) questiona: “Existe[m] finalmente as condições para esta vontade, ou seja, qual é a relação atual entre essas condições e as forças opostas?”.

Mediante esse aspecto, Francisco de Oliveira (2001) chama atenção ao considerar as transformações ocorridas no Brasil, e denota a velocidade que o processo capitalista imprime na construção e reconstrução dos modos de vida e da organização econômica, com consideráveis modificações na estrutura de cidades, bem como do movimento da política nos últimos 90 anos.

No Brasil, de 1930 até o término da ditadura militar em 1984, temos uma média de tentativa de golpe para cada três anos. O que é espantoso! Mostra, no lado político, o que foi o esforço, a tensão, a violência e a acomodação entre grupos econômicos e sociais regionais. A luta fratricida entre os grupos para lograr o que é, hoje, um país diferente e razoavelmente unificado do ponto de vista da circulação e produção da mercadoria, circulação e homogeneidade do capital (OLIVEIRA, 2001, p. 49).

Desde a redemocratização do Brasil, a implantação de multinacionais se intensificou, e a acomodação dos conflitos no âmbito da luta de classes se perpetua por meio de acertos e da opinião pública. Presenciaram-se, durante esse período, dois processos de *impeachment*, um relacionado ao presidente Fernando Collor de Mello (PRN) em 1992; e recentemente à presidente Dilma Rousseff (PT)⁷, no ano de 2016.

Esses acontecimentos retratam a existência da luta de classes e da relação estabelecida entre interesses divergentes em relação ao comando do Estado. Evidencia-se, a partir dessas questões, que a atividade econômica e política de um determinado povo não se resolve de forma tranquila: a luta de classes ocupa o terreno da sociedade civil, e da sociedade política também. Essa luta ocorre de forma dialética e contraditória, expressando diferentes interesses em disputa.

Gramsci (2007), ao elaborar uma leitura de *O Príncipe*, de Maquiavel, fornece elementos categoriais que indicam a necessidade da organização da vontade coletiva mediante organismos de classe, e ressalta a necessidade de instaurar uma nova ordem social pautada em critérios de organização dos grupos sociais.

⁷ Chernavsky *et al.* (2020) incorporam outros elementos explicativos, para além da política fiscal e da profundidade da crise econômica no ano de 2015 no Brasil, que fundamentam o processo de *impeachment*, sendo eles: a insatisfação por parte do setor empresarial no que diz respeito ao poder de trabalhadores na negociação salarial e grandes ganhos distributivos direcionados aos assalariados.

A esse respeito, o autor problematiza a forma de produção estabelecida na modernidade, e considera que as bases do movimento revolucionário estão cimentadas nas condições de trabalho e nas tarefas desempenhadas pelo homem no mundo da produção, que refletem na representatividade de classe. Isto porque Gramsci (2007) considera que, no mundo contemporâneo, a forma de pensar e de atuar assume dimensões diferenciadas, as quais se vinculam à nacionalização e internacionalização do trabalho.

Essa característica do mundo do trabalho moderno requer que a organização da vontade coletiva supere a função dirigente de líderes individuais, singulares, pois as necessidades de flexibilização, especialização, eficiência e eficácia exigidas pela base econômica instaurada pelo neoliberalismo nas fábricas, escolas, e nos diversos ambientes sociais por meio da racionalização do trabalho são “a base económica do homem-coletivo [...]” (GRAMSCI, 2007, p. 260).

O homem coletivo de hoje, ao contrário, forma-se essencialmente de baixo para cima, à base da posição ocupada pela coletividade no mundo da produção: também hoje o homem representativo tem uma função na formação do homem-coletivo, mas muito inferior à do passado, tanto que ele pode desaparecer sem que o cimento coletivo se desfça e a construção desabe (GRAMSCI, 2007, p. 260).

Essa condição refere-se, de forma especial, à formação de grupos dirigentes formados no seio da instauração de uma revolução cultural, que viabiliza uma relação de comando mediante a organização da vontade coletiva que rompa com o limite imposto por função dirigente centralizada nos líderes de caráter carismático. Assim, torna-se possível que o dirigido tenha as mesmas condições intelectuais e morais para assumir a direção dos grupos sociais, como possibilidade de romper com a fragmentação posta pelo neoliberalismo.

Em relação à sociedade política, Gramsci (2007) apresenta uma relação contraditória na luta de classes, a qual permite problematizar os limites e perspectivas da participação dos diferentes grupos sociais mediante a análise e compreensão das relações estabelecidas na representação de classe nos conselhos municipais de educação.

Separação da sociedade civil em relação à sociedade política: pôs-se um novo problema de hegemonia, isto é, a base histórica do Estado se deslocou. Tem-se uma forma extrema de sociedade política: ou para lutar contra o novo e conservar o que oscila, fortalecendo-o coercivamente, ou como expressão do novo para esmagar as resistências que encontra ao desenvolver-se, etc. (GRAMSCI, 2007, p. 262-263).

Nesse sentido, é importante considerar que o resultado da participação dos movimentos sociais, da sociedade política no processo de representatividade, passa necessariamente pelo alinhamento com a hegemonia e a organização de classe, tendo em vista o conformismo estabelecido a partir das relações de produção.

Tais questões remetem a destacar as bases materiais que conduzem as formas e os conteúdos representativos de classe no movimento participativo e na organização de representantes dos grupos sociais. Na esteira da esfera democrática, há que se considerar o movimento estrutural do capitalismo e os desdobramentos políticos determinados pela base econômica para a sustentação do modo de produção.

Tendo em vista que as fórmulas aplicadas pelo neoliberalismo na condução e permanência do sistema capitalista impõem certas demandas, estabelecidas no movimento nacional e internacional, é necessário levar em conta as características da formação dos dirigentes e a relação de representatividade de classe, e considerar o papel dos intelectuais nesse contexto.

Ao considerar o Estado formado pela sociedade política (aparelho de governo) e pela sociedade civil⁸, o questionamento elaborado é: como se dispõem os grupos sociais no âmbito da representatividade, são organizados como prepostos do sistema vigente de produção ou apresentam, via relações participativas, uma demarcação de espaço que indica a luta por um novo conformismo?⁹ Isto porque “o conformismo sempre existiu: trata-se hoje de luta entre ‘dois conformismos’, isto é, de uma luta pela hegemonia, de uma crise da sociedade civil” (GRAMSCI, 2007, p. 260).

No que se refere ao conceito de grande política e pequena política¹⁰, tendo em vista a finalidade dos conselhos municipais de educação frente aos encaminhamentos das políticas educacionais e o ordenamento jurídico emanado da representatividade de classe nesses órgãos, cabe ressaltar que “o predomínio de uma ou de outra forma de fazer política é um elemento decisivo para avaliar que classe ou grupo de classes exerce o domínio e a hegemonia em uma concreta situação e de que modo o faz” (LIGUORI, 2017, p. 349).

Posto isto, apresenta-se a necessidade de buscar, no plano político, as características conservadoras e progressistas presentes na representatividade dos determinados grupos, em sua formação histórica, tendo em vista a formação de classe no contexto nacional e local. Isso

⁸ Sociedade civil é entendida por Gramsci como o conjunto de organizações ditas privadas, não em sentido formal, mas que constitui “Nesta multiplicidade de sociedades particulares, de caráter duplo - natural e contratual ou voluntário -, uma ou mais prevalecem relativamente ou absolutamente, constituindo o aparelho hegemônico de um grupo social sobre o resto da população (ou sociedade civil), base do Estado compreendido estritamente como aparelho governamental-coercivo” (GRAMSCI, 2007, p. 253).

⁹ A partir da exposição de Gramsci sobre a *revolução passiva*, Edmundo Dias (2012) problematiza o aspecto latente da luta de classes e a postura do proletariado nesse processo de disputa entre dois projetos de sociedade. Um projeto arraigado na exploração do trabalho, e outro pautado na autogestão dos produtores e na emancipação humana.

¹⁰ O par conceitual exposto por Gramsci (2007) permite localizar a organização da política de Estado no âmbito da grande política. Já a pequena política refere-se às questões relativas à prática de gestão de um determinado governo. No capítulo 2 discorre-se de forma mais refinada sobre o par conceitual em questão.

permite, segundo Gramsci (2007), compreender os fracassos e sucessos nas tentativas da formação de uma vontade coletiva.

Sendo assim, tem-se como objetivo expor, em linhas gerais, os aspectos da formação social brasileira e paranaense, tendo em vista as determinações do sistema capitalista de produção no contexto das singularidades e particularidades estruturais e superestruturais. Assim, almeja-se captar as múltiplas determinações dos fenômenos sociais em relação ao processo de formação de uma determinada relação social, expressa na e por meio da totalidade de relações estabelecidas no seio da sociedade de classes.

Portanto, neste capítulo, a exposição e a análise histórica, política, cultural e educacional brasileira e paranaense apresenta, como categoria balizadora, o binômio grande e pequena política exercida nos sistemas de educação do estado do Paraná via conselhos municipais. Como elemento constitutivo das considerações subsequentes, posicionam-se considerações referentes à organização da formação de uma vontade coletiva pautada na representatividade orgânica de classe em vista de um novo *conformismo*.

1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS DA REALIDADE PARANAENSE

Para compreender as relações de produção no Estado do Paraná e a organização da estrutura material regional a partir do método marxista, é fundamental que se estabeleçam apontamentos basilares a respeito dos aspectos de desenvolvimento econômico e social no Brasil, os quais permitam identificar as determinações presentes no processo histórico.

Mediante esta condição, considera-se a formação dos capitais no Brasil. Esse elemento econômico capitalista corresponde à organização de um sistema unificado de produção nacional que passou por um longo processo histórico, e representa a solidificação de uma classe burguesa nacional, que estabeleceu a dominação de classe e planificou a economia na década de 1960 (OLIVEIRA, 2001).

Conforme Oliveira (2001, p. 50),

O Estado forçou a circulação interna de capitais, algo que Estado populista vinha tentando antes de 1964, através de um sistema substituto da circulação do capital, que é o sistema de incentivos fiscais. Com o incentivo do Estado, os capitais se transfeririam de uma região para outra, portanto um mercado nacional de produção é um mercado nacional de capitais.

Essa organização da estrutura econômica, que se estabeleceu por meio das condições geridas pelo modo de produção material, correspondeu à superação da fase econômico-

corporativa de uma classe na expressão de luta pela hegemonia no domínio e direção do Estado, e apresentou-se como uma necessidade histórica.

Se é verdade que nenhum tipo de Estado pode deixar de atravessar uma fase de primitivismo econômico-corporativa, disso se deduz que o conteúdo da hegemonia política do novo grupo social que fundou o novo tipo de Estado deve ser predominantemente de ordem econômica: trata-se de reorganizar a estrutura e as relações reais entre os homens e o mundo econômico ou da produção (GRAMSCI, 2007, p. 286).

Por isso, as décadas precedentes aos anos de 1990 são caracterizados como momentos de expansão industrial e agrícola do país, com a formação de uma indústria de base e o fortalecimento de uma superestrutura que cimentou demandas econômicas aos interesses, aos anseios e projetos da burguesia nacional. Tendo em vista esse movimento, são acirrados os momentos de luta de classe na sociedade brasileira, que culminam em um novo pacto social no Brasil: a Constituição de 1988.

Como a Constituição de 1988 não corresponde perfeitamente aos projetos capitalistas, a década de 1990 foi marcada por um momento de reestruturação do capitalismo, que deixou suas marcas nas privatizações, enxugamento da máquina pública com redução na área social, e reformas que permitiram alinhar o capitalismo à concepção neoliberal da economia mundial, em que pese a letra da lei.

A principal reforma econômica foi elaborada no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) sob a coordenação do Ministério da Reforma do Estado, na gestão do ministro Bresser-Pereira. A reforma do aparelho do Estado apresentou-se como peça fundamental para adequar as novas necessidades do capitalismo e reorganizar, dentre outras questões, a participação da sociedade civil no movimento de luta pela hegemonia.

Com o advento do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), foram 14 anos de uma forma de administração pública que, segundo Sader (2013), promoveu uma inflexão na ordem neoliberal. Embora as demandas mundiais do capitalismo determinaram certas medidas econômicas, os governos de Luís Inácio Lula da Silva (PT) e Dilma Rousseff (PT) optaram pela adoção de uma política econômica pós-neoliberal.

Segundo Sader (2013, p. 141),

A construção do pós-neoliberalismo, portanto, se deu pela decisão do governo de priorizar as políticas sociais e a reinserção internacional do Brasil. O primeiro aspecto mudou a fisionomia social do país; o segundo, nosso lugar no mundo. A crise de 2008 consolidou o papel ativo do Estado, com políticas anticíclicas, que permitiram resistir os influxos recessivos que vieram dos países do centro do sistema.

Nesse cenário, considera-se a postura de enfrentamento às crises cíclicas do capitalismo e a inflexão do governo perante o ajuste às demandas do capitalismo, e a necessidade de investir na área social ocorre em um tipo de hibridização das investidas do Estado na intervenção do mercado econômico (BASTOS, 2012)¹¹. Esta consideração remete a pontuar uma ressalva, no que tange a permanência da desigualdade social e as políticas implementadas pelo PT, apesar de importantes, foram quase inexpressivas a esse respeito.

Para tanto, conforme Henrique (2013), paira a necessidade de mudanças quantitativas e qualitativas no modelo de desenvolvimento econômico, cujas reformas e formas de participação se apresentam como desafios presentes na atual conjuntura. Evidencia-se a necessidade de urgentes avanços na participação de sindicatos, no sentido de democratizar as relações de trabalho, bem como para a redução da pobreza, da miséria e das desigualdades regionais. Explicando de outro modo, é necessário mobilizar a democratização da gestão a partir de encaminhamentos pautados nos interesses dos trabalhadores em um ato que possibilite romper com a concepção de desenvolvimento econômico gerido por interesses do capitalismo.

Portanto, a configuração do cenário econômico brasileiro apresenta-se na esteira das condições impostas pela vigência de um modo de produção que desafia constantemente o Estado e os seus governantes a instaurar reformas e arranjos no contrato social a partir de determinações de controle e manutenção da ordem vigente. Isto permite manter o país na competitividade externa e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento estrutural, finalidades que, em determinados momentos, não encontram espaço para o desenvolvimento social da população.

Nesse sentido, Harvey (2014) critica o neoliberalismo e a manutenção dos pressupostos estruturais presentes na ordem econômica, tendo em vista as contradições intrínsecas ao sistema, a dissolução da democracia proletária e a manutenção da hegemonia burguesa.

Quanto mais se reconhece o neoliberalismo como uma retórica utópica fracassada que mascara um projeto bem-sucedido de restauração do poder da classe dominante, tanto mais se assentam as bases para a recuperação de movimentos de massa que defendam demandas políticas igualitárias e lutem pela justiça econômica, pelo justo comércio e por maior segurança (HARVEY, 2014, p. 217).

Essa condição de luta de classes e de reformulações organizadas pelos grupos e frações de grupos sociais da burguesia, e seus intelectuais no gerenciamento do Estado para a manutenção da ordem vigente, encobre o *engodo* da exploração do homem pelo homem, do

¹¹ A respeito desta questão, pode-se consultar Luz (2014), na subseção 3.2, que trata sobre a Reforma do Estado brasileiro de FHC ao Governo Lula/Dilma.

lucro e da mais-valia, e retira milhões de pessoas do mundo da participação das benesses do desenvolvimento estrutural da humanidade.

Isso resulta em uma massa de excluídos e desapropriados que compõem, no Brasil, um grupo de homens e mulheres retirados do campo da produção. O país é marcado pela desigualdade social em diversos níveis. Como resultado das condições econômicas da população e da participação na divisão da produção, tem-se a ampliação da desigualdade política e representativa de classe.

Essa argumentação estabelece uma relação orgânica com as características presentes na sociedade capitalista brasileira. São condições que indicam a necessidade de ampliar a democracia mediante a condução de processos participativos igualitários, no sentido de equalizar o espaço de luta coerente com a aspiração política contida na letra da constituição federal.

No que se refere aos últimos acontecimentos econômicos ocorridos recentemente na condução do governo brasileiro, pode-se afirmar que se constituem em um processo de luta pela hegemonia pautada no consenso alavancado pelas condições materiais econômico-corporativas da burguesia nacional.

Cremos, assim, que a guinada neoliberal na política econômica em 2015 teve outras razões, mais ligadas às consequências da 'revolução indesejada' no mercado de trabalho, descrita na segunda seção. Ou seja, parece que ocorreu na 'breve era de ouro' brasileira algo em parte similar ao ocorrido ao final da longa era de ouro dos países centrais: uma reação política ao acirramento do conflito distributivo, que acabou levando à adoção de políticas de austeridade. No caso específico do Brasil recente, o acirramento do conflito nos parece ter sido causado pela 'revolução indesejada' no mercado de trabalho. Além disso, houve a diferença de que os capitalistas daqui contaram com o apoio dos assalariados de maior renda, revoltados com a redução da desigualdade salarial e o custo crescente do trabalho nos serviços domésticos (SERRANO; SUMMA, 2018, p. 188).

Esse cenário histórico firma relações íntimas com a formação econômica do Estado do Paraná, o qual se constitui enquanto Estado a partir de um processo de lutas regionais e pela imigração de várias etnias, com uma diversidade cultural própria, que estabelece condições materiais pautadas na dinâmica da economia brasileira.

Sendo um Estado produtor agrícola com industrialização operacional composta por refinarias de petróleo, montadoras automobilísticas, e produção agrícola na qual despontam a produção de grãos, como soja, milho e trigo, ele ocupa a 5ª maior economia estadual do país. Contudo, apresenta desigualdades e contradições pertinentes ao processo de organização neoliberal da economia brasileira.

A estrutura econômica é distribuída entre a área metropolitana de Curitiba, que detém o expressivo percentual de 44% e 34% do Produto Interno Bruto e da população estadual, respectivamente. Assim, promove concentração regional e a maior porcentagem de pessoas com carências sociais.

A seguir, apresentam-se os dados gerais do Estado, sistematizado na tabela abaixo.

TABELA 2 - DADOS GERAIS DO ESTADO DO PARANÁ ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2018

PARANÁ – DADOS GERAIS	
CAPITAL	CURITIBA
ÁREA (KM²)	199.880
DENSIDADE DEMOGRÁFICA (2018) (HAB/KM²)	56,78
NÚMERO DE MUNICÍPIOS	399
POPULAÇÃO DO PARANÁ (2010)	10.444.526
POPULAÇÃO ESTIMADA DO PARANÁ (2018)	11.348.937
POPULAÇÃO DO BRASIL (2010)	190.755.799*
PARTICIPAÇÃO NA POPULAÇÃO DO BRASIL (%)	5,5
POPULAÇÃO URBANA (2010) (%)	85,3
IDH (2010)	0,749

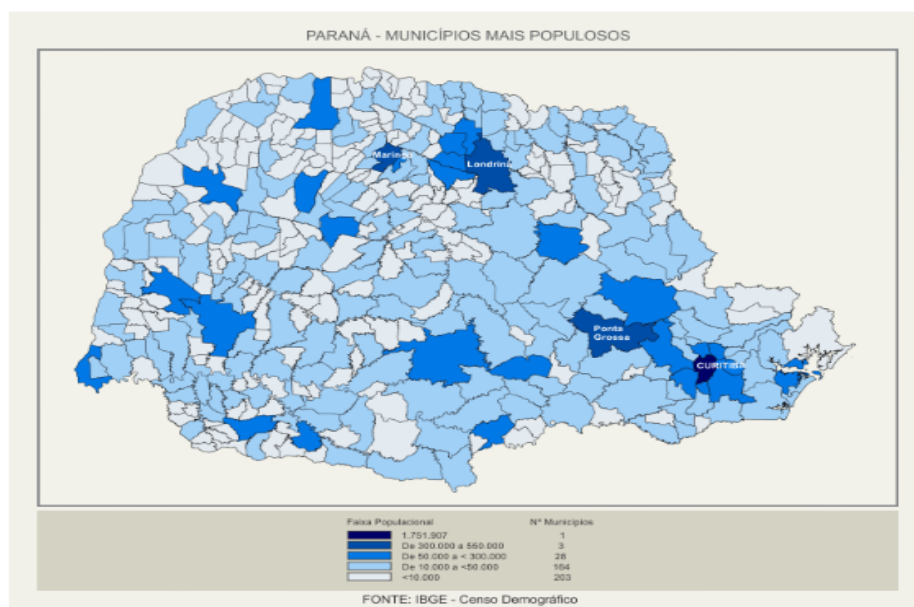
Fonte: IPARDES (2020).

Nota: * Conforme estimativa apresentada pelo IBGE em 1º de julho de 2020, a população residente no Brasil perfaz o número de 211.755.692 habitantes. Tabelas estimativas (IBGE, 2020).

A população do Estado está distribuída entre os 199.880 Km², com área disponível por habitantes de 56,78 Km². A maior parte da população está situada na zona urbana, que compreende 85,3% da população. A distribuição dos habitantes nos grandes centros urbanos representa o forte êxodo rural ocorrido nas décadas de 1960 e 1970, resultado da revolução verde que implementou avanços tecnológicos na área agrícola, sustentado pela substituição da mão de obra.

Em relação à densidade demográfica, constata-se diferenças de concentração da população nas diferentes regiões, conforme figura 1, na página seguinte.

FIGURA 1 - DENSIDADE DEMOGRÁFICA DO ESTADO PARANÁ



Fonte: IPARDES (2020).

Ao considerar a formação econômica do estado, segundo Lourenço (2012), o Paraná passa pelo 4º ciclo de transformações de sua estrutura produtiva. Nas décadas de 1960 e 1970 apresentam-se 3 ciclos, que são marcados pela organização da infraestrutura econômica, a modernização agrícola e agroindustrial, e a implantação da Cidade Industrial de Curitiba e da refinaria de petróleo em Araucária.

A década de 1990 foi promissora. O Estado entrou em uma nova fase, consolidada a partir de vetores articulados: o polo automobilístico, a modernização do agronegócio, a ampliação do complexo madeireiro e papereiro, expansão da fronteira internacional, retaguarda infraestrutural (com destaque para a ciência e tecnologia), e a otimização do tripé transportes, energia e telecomunicações.

Esses vetores estão intimamente ligados às transformações ocorridas no Brasil, à Constituição Federal de 1988, às reformas propostas pelo Estado, à estabilidade monetária promovida pelo Plano Real em 1994, bem como ao processo de descentralização fiscal entre os entes federados e o regime de colaboração (KLEINKE *et al.*, 2009).

Contudo, a crítica estabelecida no cenário econômico do Estado do Paraná, por autores das áreas da sociologia e economia, centra-se nos descompassos e contradições apresentadas no decorrer da história do Estado, entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social.

Em relação ao desenvolvimento social, Kleinke *et al.* (2009) fazem uma apreciação fundamental sobre a participação do Estado na condução das políticas sociais. Para a autora e seus colaboradores, a descentralização fiscal promove autonomia para o planejamento regional.

No entanto, o aspecto crucial de um projeto que pretende ter a esfera do governo estadual à frente da coordenação de um direcionamento inovador na execução das políticas não pode estar descolado da disponibilidade de recursos para financiar as novas definições. Cabe destacar que, ao longo das últimas décadas, o governo estadual incorporou com prioridade os gastos sociais, embora com recursos vinculados, o que significa relativa perda de autonomia para definir desenhos de novas políticas. Por sua vez, a disponibilidade de recursos livres tem sido bastante restrita (KLEINKE *et al.*, 2009, p. 26).

Essa característica aproxima a União e os municípios brasileiros na condução de políticas sociais no planejamento e execução de programas e projetos. O papel de articulador de políticas sociais regionais fica comprometido pelo distanciamento do ente responsável em subsidiar os municípios presentes em sua espacialidade.

Segundo relatório emitido pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2017), por meio de documento intitulado *Vários Paranás*, o grupo de estudos caracterizado como política de Estado para o controle da proposição de políticas para o desenvolvimento do Estado compõe documentação importante para a compreensão do movimento do capitalismo nacional e mundial entre os anos de 1990 a 2020.

Assim,

O desempenho econômico e institucional do Paraná foi acompanhado por importante avanço social, quando verificados os dados de 2000 e 2010. A análise do conjunto dos indicadores sociais selecionados neste trabalho revelou que, com exceção do déficit habitacional, houve melhora significativa em todos os indicadores analisados para o Estado (quadro 3). Acredita-se que essa melhora se deva, especialmente, aos programas e políticas públicas sociais implementados ao longo do período estudado, que além de refletir a melhora no desempenho econômico geral do país, contribuíram para a melhoria da qualidade de vida da população mais carente, em seus mais diversos aspectos (IPARDES, 2017, p. 39).

Ao considerar que o grupo de estudo do IPARDES, núcleo de pesquisa para a realização de estudos que pudessem subsidiar a proposição de políticas de desenvolvimento regional e urbano para o Estado, apresenta índices e aspectos econômicos e sociais relacionados ao desenvolvimento do Estado, é possível compreender os aspectos contraditórios de tal afirmação.

Segundo o grupo de estudo, os aspectos regionais concentram o desenvolvimento econômico em determinadas regiões do Estado, não obstante à existência de contradições entre o crescimento econômico e as desigualdades sociais produzidas em determinados centros, em destaque em relação a atividades diversificadas ou especializadas.

Ao considerar os aspectos como a centralidade e as especialidades referentes à contribuição na base produtiva do Estado, esses aspectos são divididos em espaços relevantes, de média relevância, pequena relevância, e espaços socialmente críticos. Assim apresenta-se,

logo a seguir, um resumo das regiões e suas características socioeconômicas segundo os estudos e pesquisas desenvolvidas pelo grupo de estudos do IPARDES.

Ao se considerar as relações econômicas, sociais e políticas, verifica-se que o Paraná se insere na dinâmica nacional e internacional, fundamentalmente, por meio dos três principais espaços, articulados pelo sistema rodoviário principal, quais sejam: o que se estende de Paranaguá a Ponta Grossa, polarizado pela aglomeração metropolitana de Curitiba (1.º espaço); o que se alonga no norte central, polarizado por Londrina e por Maringá (2.º espaço); e o que se projeta no oeste, a partir de Cascavel e adjacências, direcionando-se para Foz do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon (3.º espaço). Ressalta-se o elevado desnível entre esses espaços, com nítida concentração no primeiro. Os demais espaços inserem-se desempenhando papéis mais especializados, enquanto outros permanecem relativamente à margem da dinâmica econômica e política do Estado. Nestes, há profundas dificuldades na geração de emprego e renda, além de sérias restrições na oferta de ocupações e na atenção às necessidades sociais da população, colocando-os na posição de espaços socialmente críticos. Dessa forma, é o grau de inserção ou exclusão na divisão social do trabalho que desenha os Vários Paranas (MOURA *et al.*, 2006, p. 149).

Essas características apontam para um desenvolvimento regional desigual, que basicamente se estrutura pela capacidade de oferta de mão de obra, sendo resultado da potencialidade agrícola e recursos naturais disponíveis para a extração matéria-prima, bem como a infraestrutura viária. Essas condições são importantes para estabelecer relações concisas com a economia nacional e internacional.

Neste contexto de desenvolvimento desigual, comparecem 39 municípios que estão posicionados nos espaços socialmente críticos, cuja carência e pobreza são características evidentes. Esses municípios estão localizados no Vale do Ribeira¹², na porção central do Estado, e alguns na margem das fronteiras entre os Estados de Santa Catarina e São Paulo. Ressalta-se que a porção central do Estado é terreno de reservas indígenas e quilombolas, o que explica a precariedade, pois a exploração do capital encontra dificuldades para a sua inserção nesse contexto restritivo e de base econômica extrativista (MOURA *et al.*, 2006).

A principal malha viária da região contorna os municípios socialmente críticos, sendo o acesso a esses municípios viabilizado por estradas precárias e inviáveis para o transporte de bens e insumos em grande quantidade. Prevalece mão de obra no setor agropecuário e no funcionalismo público.

Contudo, em relação aos espaços relevantes do Estado, identificou-se, por meio da pesquisa, a concentração de um grande número de pessoas desatendidas e domicílios carentes¹³

¹² O Vale da Ribeira compreende sete municípios paranaenses localizados próximos a Curitiba, sendo eles: Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná. Cerca de 100 mil pessoas vivem neles (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ, 2019).

¹³ Consideram-se os termos pessoas desatendidas e municípios carentes como indicadores que representam as diferentes espacialidades do estado do Paraná em relação à divisão social do trabalho (MOURA *et al.*, 2006).

(MOURA *et al.*, 2006). Tais condições são resultado das debilidades da dinâmica do sistema capitalista, o qual não consegue absorver toda a população ativa no mercado de trabalho, mesmo em regiões com melhores índices de produção.

Essas características permitem compreender as relações econômicas desiguais dentro de um contexto regional específico. Ficam evidentes os interesses capitalistas no desenvolvimento social da população, absorção das possibilidades de lucratividade, e descaso aos espaços *improdutivos* do Estado.

Essa configuração espacial heterogênea não é específica do Paraná, mas decorrente da natureza do modo de produção vigente: concentrador, seletivo e excludente. A dinâmica engendrada por esse modelo adentra o Paraná, que se insere na divisão social do trabalho especialmente a partir de seu potencial em recursos naturais. Ao longo do tempo, o Estado consolidou seu papel centrado na exploração desses recursos e na agroindustrialização e, mais recentemente, na incorporação de segmentos modernos e internacionalizados da indústria. A integração do Paraná à dinâmica da economia do Brasil e, com este, à do mundo, dá-se heterogeneamente, tornando diferentemente integradas as partes de seu território. A heterogeneidade percebida resulta do movimento do capital no espaço, buscando mercados, selecionando localizações, excluindo segmentos ou municípios, enfim, organizando, a seu modo, a distribuição da atividade econômica, diversificando, especializando, e até mesmo relegando. (MOURA *et al.*, 2006, p.145-146).

Essa característica do capitalismo é sustentada por uma hegemonia de classe que não vivencia os problemas sociais da classe proletária e do camponês, que perece e convive com dificuldades em relação à prestação de serviços básicos, como saneamento, habitação, segurança, educação e saúde.

O descaso do Estado é reforçado pela falta de representatividade dos grupos sociais atingidos pelas precariedades estruturais e pelo conformismo de classe. Um descaso que promove a unificação coletiva da multiplicidade de vontades, por meio do consenso e da coerção, que agrega a partir de baixo, educa as massas e dá uniformidade ao Estado-governo, o qual transfere o seu prestígio para a classe que o fundamenta (GRAMSCI, 2007) e estabelece a forma democrática pertinente aos interesses da classe hegemônica.

Ao considerar a crítica gramsciana a respeito da fragilidade apresentada pela sociedade civil no processo de hegemonia, foi necessário verificar a que ponto os CMEs contrapõem e exercem a tarefa de fiscalizar e deliberar pautas que conduzam a uma modificação na relação estabelecida com o Estado no âmbito do fortalecimento das demandas sociais, bem como nas condições que possibilitam a formação de uma hegemonia de classe que modifique as relações de produção, tendo em vista que a estrutura do Estado influencia na representação.

Os conselhos de educação não podem assumir a condição de reestruturar o modo de produção da vida material como tarefa individual. Contudo, sua presença no exercício de gerir

as demandas educacionais no cenário regional como espaço democrático de classe constitui-se em elemento de luta no processo de estabelecimento de uma nova hegemonia, um processo de revolução material e cultural.

Segundo Gramsci (2007), quando a sociedade civil é gelatinosa e por isso não compõe uma formação de liderança e representatividade pautada nos interesses da classe, o Estado assume a função de dirigente da sociedade. No caso do Estado do Paraná, é possível afirmar que as relações de condução das políticas sociais estão sob o comando de um Estado sob o controle hegemônico da classe burguesa.

Tal preocupação foi expressa por uma conselheira do CME do município de São José dos Pinhais, a qual argumenta em favor do fortalecimento da democracia e problematiza o *ranço* político presente no estado do Paraná: “[...] somos um sistema muito fechado em caixinhas, muito burocrático, reafirma que o Paraná tem 20 municípios com sistema próprio e isso precisa ser ampliado” (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2019b, p. 4).

Nessa reunião foram colocadas questões sobre currículo, descentralização, e implantação de sistemas próprios de ensino no estado do Paraná. A respeito deste assunto, alguns conselheiros manifestaram-se de forma especulativa em torno da independência e dificuldade financeira dos municípios paranaenses. Contudo, registra-se a fala da presidente, que remete à centralização de poder. É um reflexo da manutenção de oligarquias, mediante a perpetuação de famílias na dominação econômico-política do Estado.

A presença de um estado que promove a desigualdade entre as regiões pertencentes a sua espacialidade estabelece e reafirma o compromisso com demandas capitalistas, e apresenta as consequências desastrosas desta experiência que o modo de produção vigente determina. No caso paranaense, estão presentes relações de dominação alicerçadas a partir da vigência conservadora de uma concepção de mundo burguesa, que remonta à história do Estado e sua relação com as condições materiais estruturadas nas relações de parentesco e coronelismo, que perpetuam a exploração e manutenção de poder.

Tendo em vista as questões apresentadas, e no sentido de problematizar o momento de solidificação do modo de produção a partir do conceito de bloco histórico gramsciano, a próxima subseção aborda as relações políticas no Estado do Paraná, com foco na questão de formação de uma hegemonia que solidifica os aspectos estruturais e superestruturais em determinado contexto histórico.

1.2 ASPECTOS POLÍTICOS DA REALIDADE PARANAENSE

Os elementos da crítica a respeito da política no Estado brasileiro aparecem periodicamente durante a história nacional. Nos últimos 100 anos, o país registra golpes e ações da burguesia nacional, dos quais são expressões concretas os movimentos populistas de 1930, a ditadura civil-militar¹⁴ de 1964, os arranjos econômicos de 1990 pautados pelo neoliberalismo, e recentemente a guinada de uma ideologia de extrema-direita que apregoou a figura salvadora de um líder carismático.

Mediante essas considerações, pode-se estabelecer uma relação com o contexto italiano analisado por Gramsci e as condições históricas que se configuram na atualidade brasileira, a respeito da organização das políticas públicas e a concepção democrática de gestão encaminhada no campo político, econômico e cultural durante a década de 2010, e implantada a partir do governo do atual presidente da República, Jair Messias Bolsonaro (sem partido).

As proposições de projetos para redefinir as políticas públicas implantadas em governos anteriores são encaminhadas na esteira de desacordos entre as instituições democráticas e o executivo nacional. Demonstra similaridade entre a ascensão fascista na Itália na década de 1920 e os acontecimentos que se efetivam a partir das declarações e da reorganização proposta pelo atual governo brasileiro eleito por sufrágio universal no ano de 2018.

A relação com a ascensão do fascismo na Itália de 1920 demarca posicionamentos políticos, econômicos e culturais que abrangem o enraizamento de desigualdades sociais e contradições postas pelo capitalismo mundial, em um movimento permeado por condições de vida que refletem na insatisfação da população e da crise de comando do grupo dirigente.

Posto isto, denota-se que

O aspecto da crise moderna que se lamenta como ‘onda de materialismo’ está ligado ao que se chama de ‘crise de autoridade’. Se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais ‘dirigente’, mas unicamente ‘dominante’, detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam, etc. A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados (GRAMSCI, 2007, 184).

Essa expressão reflete os desdobramentos da crise e da trajetória construída no decorrer das duas décadas do início do século XXI, que se apresenta de forma latente a partir

¹⁴ O termo *ditadura civil-militar* refere-se à presença da burguesia nacional e do setor produtivo privado nas influências de comando; ou seja, “a autonomia do Estado, mesmo numa ditadura, é relativa, pois o Estado não tem em si mesmo o poder” (COSTA, 2006, p. 139).

da crise econômica de 2008, a qual efetiva reflexos na década seguinte, bem como a derrocada do PT e greves gerais em diferentes momentos por diferentes categorias, como a efetivada pela categoria de caminhoneiros, que afetou todo o país e o governo federal no ano de 2018, permitindo constatar, nesse contexto singular, a configuração de uma revolução passiva.

Esse momento histórico permitiu efetivar a hegemonia de grupos da burguesia nacional, com o consentimento (conformista) de uma parcela considerável da classe trabalhadora da cidade e do campo, uma revolução sem revolução, que localiza relação com o processo econômico-político italiano analisado por Gramsci (2007), cuja ascensão do fascismo se colocou como questão fundamental do processo de organização social.

A década de 2010 no Brasil é marcada pela ascensão de ideias e da plataforma política que se sustenta na polarização social, divisão no interior das classes sociais, em meio a narrativas antidemocráticas e solidificação de um aparato antiestatal e repulsa em relação às minorias étnico-raciais, estabelece relação com a plataforma política adotada na Itália de Gramsci do período carcerário. Como na Itália do século passado, alastra-se a ideia de nacionalismo como bandeira de luta contra adversários políticos sob o manto propagandista veiculado nas redes sociais¹⁵ em prol da família, dos costumes e da religião. O que mais chama atenção é que Gramsci considera o fascismo [...] como técnica de gestão das novas formas do conflito social, expressão de uma autonomia da política em relação à economia” (SPAGNOLO, 2017, p. 285).

A ideologia do governo do presidente Jair Messias Bolsonaro (sem partido), assim como no fascismo, absorve com grande capacidade as contradições enraizadas culturalmente (SPAGNOLO, 2017), que sustentam formas de gestão com narrativas próprias para a governabilidade nacionalista.

A partir de mecanismos que arrebata as classes trabalhadoras ao sentimento nacionalista em substituição à noção de conceito de classe proletária, suprime a luta de classes mediante o gerenciamento de conflitos subjetivos. O conteúdo é o mesmo nos dois casos históricos, passado e presente: “[...] a crise da hegemonia da classe dirigente” (GRAMSCI, 2007, p. 60).

Quando a crise não encontra esta solução orgânica, mas sim a do chefe carismático, isto significa que existe um equilíbrio estático (cujos fatores podem ser muito variados, mas entre os quais prevalece a imaturidade das forças progressistas), que

¹⁵ As redes sociais, fenômeno da revolução tecnológica do século XXI, mediante a expansão da comunicação virtual, ocupa papel fundamental como aparelho hegemônico na formação do senso comum, assim como expressa Gramsci (2007) sobre a influência da imprensa e dos jornais na formação da opinião pública. “A imprensa é a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica, mas não a única: tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte dessa estrutura” (GRAMSCI, 2001a, p. 78).

nenhum grupo, nem o conservador nem o progressista, dispõe da força necessária para vencer e que até o grupo conservador tem necessidade de um senhor [...] (GRAMSCI, 2007, 61).

Esse movimento instituído entre os sujeitos sociais, que cimenta a materialidade das relações de produção assume, na obra gramsciana, posição-chave para a compreensão das relações estabelecidas entre os sujeitos históricos, em virtude das elaborações cognitivas e na relação existente entre o ensinamento da moral no sentido da ação (SUPPA, 2017).

A partir desta leitura, deve-se considerar que os aspectos políticos estão intrinsicamente relacionados aos conteúdos e às formas que caracterizam a atuação das classes na luta pela hegemonia, bem como com a função dos intelectuais na organização dos grupos sociais em conflito pelo controle da sociedade e do Estado, em virtude das relações estabelecidas na história, no passado e no presente (GRAMSCI, 2007).

Diante do exposto, considerar os aspectos políticos que se apresentam no passado e no presente da formação social brasileira e paranaense suscita estabelecer correspondência ao que Gramsci (2007) denomina *momento das relações de forças políticas*. É o momento em que a superação do círculo corporativo de classe torna os interesses meramente econômicos em interesses universais, denominado *momento ético-político*.

Fica estabelecida uma relação entre a teoria e a prática, que se expressa de forma orgânica, na compreensão e na atividade prática pautada em uma concepção de mundo ou na conformação dos grupos dominados. Nesse sentido, a organização do direito e da política, tanto no sentido de apropriação do Estado por parte dos grupos sociais subalternos, quanto em relação à administração do Estado pelos grupos dominantes hegemonicamente, espelha a economia na política implementada por determinada classe.

Em relação a essa condição, o Estado é lugar de estratégia e de luta política. Isto porque

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias 'nacionais', isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo (GRAMSCI, 2007, p. 41-42).

A expansão dos conteúdos da superestrutura para a direção e dominação da sociedade são fundamentais para a atividade política de um grupo social. A consolidação de uma forma de sociabilidade em uma determinada nação está vinculada ao aspecto político, que apresenta como elemento concreto o confronto entre duas concepções de mundo antagônicas.

Tendo em vista que a política estabelece relações com os intelectuais e a hegemonia nas críticas gramscianas (SUPPA, 2017), é fundamental compreender que toda ação é política, e está contida no âmbito da definição de uma concepção de mundo e das ações derivadas dela, e as ações correspondem à forma e ao conteúdo da participação de determinados grupos sociais.

A esse respeito, Schlesener (2018) contribui para reconhecer a dialética presente no contexto político concreto da gestão democrática participativa, frente às relações estabelecidas no terreno da sociedade civil.

A gestão democrática burguesa se encontra nos limites da estrutura da democracia burguesa, submetida às condições históricas da formação econômica, social e política desta sociedade. A gestão, portanto, não se reduz ao mero exercício do poder estatal, mas implica em pressupor que tudo é política, ou seja, que todas as ações se caracterizam, por um lado, em consolidar e reproduzir determinadas relações de poder ou, por outro, em transformar e subverter a ordem de nossa posição na luta de classes (SCHLESENER, 2018, p. 64).

Ao estabelecer um paralelo entre o conceito de democracia burguesa e as análises de Gramsci (2001b) sobre a organização econômica e política no ocidente a partir do fordismo, e na Europa fascista, ao utilizar o conceito de revolução passiva, destaca-se que, no Brasil, as investidas dos movimentos sociais sempre estiveram, de certa maneira, no centro de poder da dominação da burguesia, no qual se instituiu um controle da participação via processos e arranjos políticos. Cabe ressaltar que, no Brasil, as organizações sociais não contaram com uma organização de partidos políticos como intelectual de classe (MAGALHÃES, 2017).

Segundo Basbaun (1986), o Partido Comunista Brasileiro não correspondeu a um movimento de representatividade cimentado na estratégia e na tática organizativa. O desaparecimento do partido é um exemplo do corporativismo econômico de classe, que se materializou nos conchavos e reuniões secretas, organização interna dividida e alheia aos interesses de base e do proletariado nacional, distanciando-se da possibilidade de organização de um bloco-histórico.

Tal fato retrata a impossibilidade da conquista do Estado pelas massas trabalhadoras e camponesas. No Brasil, os grupos subalternos estão impedidos de dominar o campo político. O operariado e o campesinato brasileiro não se organizaram politicamente enquanto classe para tomar os meios de produção, embora como movimento de classe participaram de intervenções importantes durante o processo histórico brasileiro (BASBAUN, 1986).

Contudo, no que diz respeito à formação política no Brasil, pode-se afirmar, conforme Oliveira (2001, p. 51), que “[...] a política é uma invenção das classes dominadas. Elas foram capazes de deslocar a política do eixo que o Estado autoritário fazia transitar para um outro eixo, para o eixo do desafio à ordem autoritária”.

É necessário contextualizar a colocação do autor, pois a política está inserida nas relações sociais, colada à estrutura como conteúdo organizativo e de manutenção dos interesses gerais de uma classe dominante. Portanto, as classes dominadas não a inventaram no sentido literal do termo, reclamaram a visibilidade de sua concepção de mundo; ou seja, a implementação de outra política.

Essas características apresentadas na constituição política do país correspondem aos aspectos pertinentes ao desenvolvimento da luta de classes e do espaço correspondente ao campo de luta pela hegemonia: a sociedade civil (GRAMSCI, 2007).

Segundo Gramsci (2001b), ao destacar a concepção de tomada de Estado por Lênin, tendo como estratégia a guerra permanente e de manobra, o autor considera os acontecimentos políticos da Europa de 1920 e 1930, e compreende que nesse período ocorreu a necessidade de tradutibilidade da concepção de tomada do poder pelo proletariado. Isto leva o autor a definir a *guerra de posição*¹⁶ como necessidade a ser adotada pela sociedade civil para o controle do Estado no ocidente.

Sobre o passado da formação das relações políticas no Brasil, é importante destacar a existência de um campo de embate a partir da federalização, que se institui pela formação de uma nação unificada econômica e politicamente por meio de regras determinadas pela circulação do capital, que com muito esforço foi alçado pela burguesia regional. Tal aspecto reflete, no campo político, a planificação de pautas reivindicatórias.

A criação de órgãos de representatividade, como o ANDES¹⁷, Conselho Nacional de Educação¹⁸, dentre outros, expressa a materialidade da política proletária, bem como a pressão de grupos sociais em momentos como a ditadura civil-militar frente às contradições do sistema capitalista e à restrição da democracia.

No campo jurídico, a elaboração do sistema de colaboração entre os entes federados, pautada na divisão de responsabilidades estabelecidas pelos pactos sociais internacionais e pelo modo de produção capitalista, sob o manto do neoliberalismo, que formula reformas e ditames

¹⁶ Ao estabelecer relação entre a arte militar e a arte política, Gramsci (2007) considera a guerra de posição como o movimento estratégico e de ocupação de espaços decisivos, e que expressa a organização e resistência da classe em luta por meio de superestruturas bem definidas, as quais suportam as irrupções do fenômeno econômico imediato.

¹⁷ O Sindicato Nacional das Instituições de Ensino Superior (ANDES) foi criado em 9 de fevereiro de 1981, estruturou-se ao final do período do regime empresarial-militar mediante uma concepção de trabalho voltada a manter a relação entre trabalho acadêmico com a realidade social, no sentido de vincular, na prática, a luta docente com a luta da classe trabalhadora (ANDES [s.d.]).

¹⁸ Ressalta-se que, na composição atual do Conselho Nacional de Educação, dentre os membros, ocupam esse espaço representativo alguns conselheiros que são ligados ao ideário neoliberal, em virtude de cargos e filiações a instituições privadas, como o Anhanguera educacional S.A., PUC/SP, Instituto Ayrton Senna, e ao Movimento Todos pela Educação.

pertinentes aos interesses de manutenção da dominação de classe, recoloca a participação no eixo da burocracia¹⁹ estatal, e permite a organização da representação democrática no âmbito da descentralização dos serviços do Estado. A sociedade civil passa a responder pela deliberação e fiscalização dos serviços públicos.

A burguesia nacional opera hegemonicamente no campo ideológico mediante o propósito de manter o equilíbrio entre os acirramentos de classe por meio da coordenação de elementos teóricos e práticos, que concedem, aos diferentes grupos sociais, representações participativas no âmbito de conselhos de controle social, bem como por meio de concessões de direitos e bens de consumo parametrizados no limite da democracia burguesa.

Nesse sentido, pode-se afirmar, com Magalhães (2017), que a estrutura participativa no Brasil é uma invenção do governo, o que estabelece uma relação com a afirmação gramsciana a respeito da sociedade civil na América, a qual passou por um contexto de racionalização do trabalho e da produção. “A ausência da fase histórica europeia assinalada, também no campo econômico, pela Revolução Francesa deixou as massas populares em estado bruto: a isso cabe acrescentar a ausência de homogeneidade nacional, a mistura das culturas-raças, a questão dos negros” (GRAMSCI, 2001b, p. 248).

A partir da análise de Lênin sobre guerra de posição, Gramsci (2007) considera que, no caso do ocidente, a sociedade civil sendo robusta, ao oscilar o Estado na condução dos processos econômicos e políticos, o sistema de trincheiras possibilitaria a formação de um sistema de casamatas e fortalezas, com a ressalva de que se faz necessário reconhecer o caráter nacional da organização de classe. Por isso a importância da formação de um bloco-histórico que organize, a partir da hegemonia, a ocupação do Estado, sendo este uma trincheira avançada.

Outra questão importante refere-se ao partido político. Esse intelectual de classe a quem Gramsci (2007) considera como escola da vida estatal, tem papel fundamental para educar a massa da população em virtude dos interesses do Estado burguês ou formar um novo tipo humano.

Essas características delimitam o que Gramsci (2007) denomina *Estado Educador*, o que corresponde à função das instituições ligadas a ele (escolas, partidos políticos), a moldar o pensamento e as formas de atuação dos sujeitos sociais para um novo tipo ou nível de civilização, e o direito premia e pune tendo a opinião pública como instrumento que sanciona o exercício desse Estado dominado hegemonicamente.

¹⁹ Para Gramsci (2002), os problemas reais da nação estão nas mãos de técnicos e profissionais com capacidade e valor estimado, mas sem ligação *permanente com a vida nacional*.

Posto isto, no sentido de elaborar alguns apontamentos sobre a formação política do Estado do Paraná, é importante ressaltar o que Gramsci (2007) compreende sobre a íntima relação entre estrutura (economia) e superestrutura (política e jurisprudência).

Dado que se opera essencialmente sobre as forças econômicas, que se reorganiza e se desenvolve o aparelho de produção econômica, que se inova a estrutura, não se deve concluir que os fatos de superestrutura devam ser abandonados a si mesmos, a seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação casual e esporádica. O Estado, também neste campo, é um instrumento de 'racionalização', de aceleração e taylorização; atua segundo um plano, pressiona, incita, solicita e 'pune', já que, criadas as condições nas quais um determinado modo de vida é 'possível', a 'ação ou a omissão criminosa' devem receber uma sanção punitiva, de alcance moral, e não apenas um juízo de periculosidade genérica. O direito é o aspecto repressivo e negativo de toda a atividade positiva de educação cívica desenvolvida pelo Estado (GRAMSCI, 2007, p. 28).

A partir desta consideração de Gramsci, destaca-se que é fundamental apresentar os acontecimentos históricos e da formação jurídica e populacional do Estado do Paraná, mediante a justa relação entre os aspectos econômicos e políticos em face da estrutura do capital e da organização e atuação do Estado na esteira da democracia burguesa.

Sendo assim, com a emancipação da 5ª comarca do Estado de São Paulo em 1853, o Paraná assumiu as demandas jurídicas do Estado enquanto ente autônomo, requerente de liberdade decisória em relação às atividades políticas, bem como emancipação financeira, criação de estradas, formação de mão de obra qualificada e instrução pública (MAGALHÃES, 2017).

O povoamento no Estado do Paraná, a partir do movimento migratório, que data de 1824, configurou-se pela necessidade de ocupação de território e formação de uma classe média composta por agricultores rurais, artesãos e comerciantes. Em virtude da expansão populacional em direção ao interior do Estado do Paraná, serviços básicos, como saneamento, estradas e segurança pública tornaram-se necessidade material, requisito para a permanência da população nessas regiões, e como política de Estado intervencionista.

Após a formação de uma burguesia nacional e do advento do capitalismo, iniciou-se a emigração do povo trabalhador, que aumentava a mais-valia dos capitalismos estrangeiros: a debilidade nacional da classe dirigente, assim, atuou sempre negativamente. Ela não emprestou disciplina nacional ao povo, não o fez sair do municipalismo para uma unidade superior, não criou uma situação econômica que reabsorvesse as forças de trabalho emigradas, de modo que estes elementos se perderam, em grande parte, incorporando-se às nações estrangeiras em funções subalternas (GRAMSCI, 2001a, p. 92).

A necessidade de mão de obra devido à proibição do tráfico de escravos e a ideologia do branqueamento²⁰ da população resultam na política imigratória que incentivava a vinda de imigrantes europeus, sendo a província do Paraná marcada pelo povoamento de colonos que se distribuíram nas terras paranaenses com a finalidade de cultivá-las (HESFENSTEIN, 2014).

A construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande produziu revoltas na década de 1910. A ocupação de terras, que abrangia 15 km de cada lado da ferrovia *Brazil Railway Company*, que ocupou terras declaradas devolutas, gerou conflitos entre residentes das áreas ocupadas nos limites do Estado do Paraná e do Estado de Santa Catarina, cujo desfecho foi a Guerra do Contestado (LUZ, 2014).

Conforme Martins (2016, p. 16), a condição do sujeito e a qualidade atribuída e autoatribuída constituiu-se, nas sociedades do Século XVI ao XIX, como reguladores sociais que “limitavam, condicionavam, permitiam, facilitavam acesso a bens, espaços, cargos, títulos, entre outros”.

Segundo Magalhães (2017), o ano de 1946 a 1964, a experiência democrática constituiu-se em formar quadros para o executivo estadual, uma forma de enquadramento da democracia popular nos moldes da burocracia burguesa, em consonância com a organização do trabalho e os métodos disciplinares dos trabalhadores nas fábricas.

Com a instauração da ditadura militar, os Estados perderam a autonomia. A tecnocracia prevaleceu com a transformação da população em cliente do Estado, mediante a censura sob o regime do silêncio da população. A partir desta política de Estado, desdobra-se um processo de caça aos comunistas no Paraná. Repercutem, no Estado, os episódios da ditadura militar, que se materializou na perseguição de grupos estudantis, vigilância a reuniões, repressão a manifestações públicas e perseguições a comunistas, na esteira da ideologia da *Segurança Nacional* (MAGALHÃES, 2017).

Contudo, mediante o esgotamento do regime ditatorial civil-militar, tendo em vista o endividamento externo, o modelo de substituição das importações e crises internas no grupo político que apoiava o regime, ocorreu a derrocada do sistema econômico desenvolvimentista, e a sociedade civil ampliou espaços de reivindicação por eleições diretas.

Sendo assim, uma forte relação entre o descontentamento nacional em relação à centralização do poder no executivo, por parte de partidos políticos, bem como o esgotamento

²⁰ Segundo Martins (2016), o Movimento Paranista, no início do século, apregoava a ideologia de branqueamento da raça brasileira. A discussão a respeito da mestiçagem x antimestiçagem, nas primeiras décadas do século XX, coloca como regra a segunda, que se apresenta como a base para a construção identitária do Estado do Paraná.

da era do ouro do capitalismo, provocaram um movimento pela abertura política e redemocratização do país (MAGALHÃES, 2017).

O processo de redemocratização, na década de 1980, envolveu uma forte luta por direitos sociais e pela liberdade, momento ímpar no país, que foi coroado pela elaboração de nova constituição no ano de 1988. Figuram nesse processo instituições populares, das quais se destacam o Movimento dos Sem-Terra e o Movimento Estudantil.

As fontes históricas permitem compreender a luta pelos espaços de participação democrática, que configuram a conquista legal da organização social perante o Estado Educador burguês.

Segundo Magalhães (2017), para compreender a política paranaense após a redemocratização, é necessário considerar três aspectos: as relações de poder entre estados e União, enfraquecimento dos partidos políticos, e a supremacia do técnico sobre o político. Ressalta-se que, sob a bandeira da redução dos investimentos públicos e serviços públicos no Paraná, salientam-se a subordinação da política no Estado do Paraná às exigências da mão invisível do mercado.

O modelo da tecnocracia reformulado na década de 1990, após a redemocratização no Brasil, reflete nova forma de operar a democracia por parte do Estado em relação à sociedade civil. A publicização dos serviços públicos, que representam nova forma de democracia burguesa, desloca a responsabilidade da execução e do controle dos serviços sociais para a sociedade civil.

Segundo Costa (2006), o processo de publicização estabelece uma nova relação entre a sociedade civil e o capitalismo.

O Estado deve subsidiar os serviços da área social, sem ser responsável pela sua operacionalização. A atividade desenvolvida pelas Organizações Públicas Não Estatais – OPNE (ou OS), estaria submetida a um controle misto – Estado e mercado. O controle do Estado fica a cargo dos conselhos de administração das organizações sociais, constituídos por entidades da sociedade civil e representantes do Poder Público, e o controle do mercado, pela cobrança dos serviços das áreas publicizadas (COSTA, 2006, p. 223).

O reflexo dessa diretriz política adotada pelo Governo Federal ramifica-se para estados e municípios brasileiros. Alguns casos, no Estado do Paraná, podem ser citados como resultado da publicização: Paranaeducação, Paraná tecnologia e Paraná cidade²¹ (COSTA, 2006), bem como a terceirização de serviços nas áreas da saúde e educação, viabilizados pelos contratos de

²¹ Paranaeducação, Paraná Tecnologia e Paraná Cidade são órgãos criados e fortalecidos para o desenvolvimento social do Estado, e que fomentam a execução e efetivação de serviços não exclusivos do Estado (COSTA, 2006).

prestação de serviços. Isto parece bem razoável para a população, ao considerar a ideologia burguesa que justifica as medidas tomadas pelo Estado em tempos de crise, sejam elas econômicas ou repressivas.

Historicamente sintonizado com a ordem dominante central, o estado é frequentemente apresentado como exemplo de modernidade, de racionalidade, de adesão aos valores e às práticas de um capitalismo regido pelos princípios da impessoalidade e da eficiência (OLIVEIRA, 2007, p. 152-153).

Portanto, a nova forma de atuação da sociedade civil tem como caráter o exercício democrático de direitos sociais via conselhos de direitos e de políticas públicas, bem como está pautada na participação das organizações não governamentais (ONGs) para controle da administração do bem público. Isto reflete a forma de reestruturar, no plano legislativo, as novas demandas estruturais dos meios de produção em conformidade com a Constituição Federal.

A partir deste momento, é fundamental estabelecer uma relação entre as condições econômicas, os novos arranjos neoliberais, e a presença do mercado nos rumos da política paranaense, mediante a análise da rede de relações estabelecidas nos diferentes ambientes político-institucionais do Estado.

Para tanto, Oliveira (2007; 2017) observa as intrincadas redes familiares que se estabeleceram nos últimos trezentos anos da história do Paraná. Essa formação política e econômica retrata as malhas de parentesco e de nepotismo no seio do Estado, e na manutenção do modo de produção da vida material.

Oliveira (2007) realiza um estudo criterioso a respeito da genealogia dos políticos e empresários paranaenses, dos quais destacam-se as famílias: Munhoz da Rocha, Requião, Richa, Dias, Magalhães de Barros, Alves da Rocha Loures, Malucelli, Khury, Mussi, Rego de Almeida, Beltrão, Iatauro, Lupion, Guimarães, entre outros.

Tais sobrenomes ligados à política paranaense e a empresas de grande relevância para o Estado e para o modo de produção capitalista. As intrincadas redes de relações são consubstanciadas por união matrimonial, as quais fortalecem vínculos e organizam a distribuição de cargos no executivo, legislativo e judiciário do Estado.

Frente a essas condições da organização parental e de herança política, firmam-se compromissos e acordos de interesse da classe dominante, perpetuando, no Paraná, uma relação de clientelismo e coronelismo que se arrasta desde o Brasil Império.

Oliveira *et al.* (2017) apresentam uma análise sobre as obras produzidas a partir de 1990, a respeito da contribuição de autores que discutiram aspectos relevantes sobre o poder e a continuidade das famílias na política brasileira. Cabe ressaltar que as formas de organização

das intrincadas relações estabelecidas no poder do Estado entre determinadas famílias são marcadas por transformações que se adequam às exigências do capitalismo moderno, perpetuando o nepotismo, apesar dos limites presentes no âmbito jurídico.

A racionalização, burocratização e modernização do campo político, portanto, não foram capazes de suprimir a presença de famílias dominando a política nas mais diferentes esferas de poder, tão menos nos aparelhos da administração estatal, como também não foram capazes de suprimir essa presença direcionando a ação e o rumo de partidos políticos nos estados. (OLIVEIRA *et al.*, 2017, p.177).

Sendo assim, constata-se, nos casos brasileiro e paranaense, as debilidades de uma estrutura participativa de fachada, porque esconde as desigualdades históricas, pois toda democracia liberal funciona como máscara (GRAMSCI, 2007), na medida em que protege oligarquias e expressa o autoritarismo. Tal questão é fundamental para reconhecer o valor da relação horizontal entre dirigido e dirigente e a presença das relações de classe no exercício da democracia. Isto porque,

Se não existe diferença de classe, a questão torna-se puramente técnica- a orquestra não crê que o regente seja um patrão oligárquico -, de divisão do trabalho e de educação, isto é, a centralização deve levar em conta que nos partidos populares a educação e o ‘aprendizado’ político se verificam em grande parte através da participação ativa dos seguidores na vida intelectual - discussões - e organizativa dos partidos (GRAMSCI, 2007, p. 166-167).

Como o ocultamento das desigualdades sociais não se sustenta sem conflitos, no cenário nacional acirram-se as lutas pela moradia, defesa dos direitos das crianças e adolescentes, organizados por ONGs e entidades populares, bem como movimentos comunitários, dos negros, das mulheres, dos indígenas, dos ecologistas, de gênero, dentre outros. Isto permite afirmar que a heterogeneidade destes grupos apresenta a possibilidade de superação do corporativismo em vista de planificar pautas reivindicatórias em relação ao exercício da democracia na direção da conquista da igualdade econômica e política (NEVES, 2008).

Cabe considerar que, nos cenários nacional e paranaense, “a iniciativa política destes últimos trinta anos foi, portanto, toda das classes dominadas” (OLIVEIRA, 2001, p. 52). Ao analisar esse período histórico, que compreende da década de 1970 ao início do século XXI, é possível constatar, conforme Oliveira (2001), Neves (2008) e Magalhães (2017), um movimento significativo dos grupos sociais no Brasil.

A sistematização apresentada por Oliveira *et al.* (2017) ajuda a estabelecer uma diretriz de análise em relação à constituição das lutas travadas no terreno da sociedade civil. Os sistemas de parentesco, as reivindicações da população, as condições impostas pelo Estado no sistema

capitalista, e a organização de uma política conservadora no estado do Paraná representam elementos fundamentais para compreender a organização dos conselhos municipais de Educação como instrumento democrático da gestão participativa.

A problemática da conquista dos espaços de luta via conselhos municipais instituídos representa a necessidade de considerar as relações hegemônicas estabelecidas por meio da coerção, em que a adesão a um conformismo situado no seio da concepção burguesa de sociedade se faz presente.

Isto reflete no relato de representante de professores do CME/C²², em relação aos desafios que se apresentam para participação. Esse representante aponta a necessidade de organizar a “escolha do Secretário de Educação pelo funcionalismo da educação e não indicação política”, e “incentivo do funcionamento efetivo do Fórum de Educação” (Informação escrita)²³. Também reflete na exposição de representante da sociedade civil (apêndice B), que considera as oportunidades de participação muito adequadas, e aponta, como desafio, a necessidade de “Maior envolvimento da sociedade” (Informação escrita).

Esses testemunhos remetem a compreender que o espaço representativo da sociedade política está bem assegurado. Isto permite afirmar que as questões orbitam na necessidade de ampliação da participação da sociedade civil no Estado, na condução da gestão, e na ocupação de espaços e mecanismos que possibilitem à sociedade civil efetivar presença de grupos sociais das classes fundamentais, representados de forma permanente e atuante.

O fato histórico fundamental dessa condição se materializa na evidência organizativa de 20 sistemas municipais de educação em um universo de 399 municípios, apesar de a política econômica do Estado instituir a descentralização. Tem-se, nessa situação, a clareza das relações de força e de clientelismo estabelecidas no Estado do Paraná, que possui um legado histórico pautado no coronelismo regional.

1.3 ASPECTOS EDUCACIONAIS DA REALIDADE PARANAENSE, A CONSTRUÇÃO DE SISTEMAS MUNICIPAIS DE ENSINO E A FUNÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

O movimento mundial do capitalismo que implanta processos de mudanças nas políticas educacionais para o desenvolvimento de países subdesenvolvidos é organizado por

²² Em virtude de respeito ao anonimato dos participantes da pesquisa, adotou-se o sistema alfabético para designar os CMEs que encaminharam questionários respondidos, conforme termo de aceite e designação dos Conselhos Plenos dos referidos órgãos institucionais.

²³ Informação concedida ao autor por meio de questionário (apêndice C).

dois marcos históricos fundamentais. A *Conferência Mundial de Educação para Todos*, ocorrida em Jomtien no ano de 1990; e a *Conferência Mundial de Dakar*, no ano 2000, em Senegal. Esses marcos históricos representam a confluência da hegemonia burguesa na superestrutura educacional em âmbito mundial.

Tomar esses dois fenômenos concretos da realidade social como referência é condição fundamental para compreender os desdobramentos ocorridos no Brasil e os encaminhamentos realizados no decorrer dos últimos 30 anos em relação às políticas educacionais e aos programas de governo nesta área.

O que se preconiza, nesses dois movimentos mundiais, é estabelecer compromissos educacionais a partir de acordos e empréstimos vinculados às prerrogativas do Banco Mundial e ao acordo de Washington. Em essência, representam as estratégias traçadas pelo capitalismo para o desenvolvimento econômico mediante a redução da pobreza e das desigualdades nos países da América Latina.

O efeito cascata dessas determinações evidenciam-se na municipalização da educação. O pacto social firmado no movimento de regulação econômica e de ajustes necessários ao ciclo capitalista, que remodela a política e as relações estabelecidas a partir da manutenção do modo de produção, e não sua substituição, reorganiza a economia e a política sob a bandeira do neoliberalismo.

Por sua vez, as bases das estratégias de ação do neoliberalismo estão firmadas nos discursos de afastamento do Estado das demandas sociais, da disciplina e da organização no mundo do trabalho a partir da flexibilização, eficácia e eficiência, descentralização dos serviços públicos, na qual se institui juridicamente a colaboração entre os entes federados.

Na década de 1990, os municípios paranaenses passaram a assumir responsabilidade financeira, de execução e de fiscalização da educação pública para crianças de 4 meses aos 10 anos de idade, que compreende a Educação Infantil e o Ensino Fundamental: Anos Iniciais – 1º a 5º ano.

Uma concepção de gestão de cunho neoliberal acompanha essas mudanças durante o referido período. As reformulações, em nível nacional, encaminham-se no sentido de estabelecer uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a lei 9.394, que foi promulgada e sancionada pela presidência da república no dia 20 de dezembro de 1996.

O processo de ajustes coordenados pelo capitalismo é tão rápido e estratégico, no sentido da manutenção da ordem e da cultura própria dos processos por este suplantado, que a LDBEN promulgada nos anos de 1990 passou por várias reformulações. Cabe ressaltar que o movimento pela elaboração de um documento que representava a vontade coletiva foi permeado

por disputas que se iniciam uma década antes, e culminam com a retirada de boa parte do texto que expressava as demandas da sociedade civil (NEVES, 2008).

Em relação aos projetos nucleares que, por vezes, figuraram e figuram a definição das políticas educacionais do país, destaca-se o *Plano Decenal de Educação para Todos*, elaborado no ano de 1993, período de reformulações do Estado na área econômica e política que ocorreram na esteira da *Declaração Mundial de Educação para Todos*, documento produzido em Jomtien no início da década.

Na linha de confirmação econômica, política e cultural da ordem capitalista, no ano de 2007 foi organizado, por uma parcela da sociedade civil, o movimento *Compromisso Todos pela Educação*. Foi um Movimento de cunho político atrelado aos interesses da classe burguesa, a qual apresentou o plano e coordenou ações por meio de instituições não governamentais, dentre elas Itaú Social e Instituto Ayrton Senna, sob o manto do desenvolvimento econômico híbrido vivenciado pelo país.

Segundo Saviani (2007), o *Plano Nacional de Educação* passou a ser solenemente ignorado.

No contexto indicado, o PDE assume plenamente, inclusive na denominação, a agenda do ‘Compromisso Todos pela Educação’, movimento lançado em 6 de setembro de 2006 no Museu do Ipiranga, em São Paulo. Apresentando-se como uma iniciativa da sociedade civil e conclamando a participação de todos os setores sociais, esse movimento se constituiu, de fato, como um aglomerado de grupos empresariais com representantes e patrocínio de entidades como o Grupo Pão de Açúcar, Fundação Itaú-Social, Fundação Bradesco, Instituto Gerdau, Grupo Gerdau, Fundação Roberto Marinho, Fundação Educar-DPaschoal, Instituto Itaú Cultural, Faça Parte-Instituto Brasil Voluntário, Instituto Ayrton Senna, Cia. Suzano, Banco ABN-Real, Banco Santander, Instituto Ethos, entre outros (SAVIANI, 2007, p. 1243).

Essas condições políticas da educação brasileira são acompanhadas pela mobilização da sociedade civil, nos moldes da descentralização e do controle social, que repercutem em *Conferências Nacionais de Educação* (CONAEs), na elaboração do *Plano Nacional de Educação* (PNE), bem como na produção de planos estaduais e municipais, sempre sob a orientação de organismos internacionais, com a presença de técnicos do executivo das instâncias federativas e a sociedade civil representada.

Em relação à repercussão destes documentos nas instâncias de controle social, foi possível constatar que as considerações sobre o PNE e dos *Planos Municipais de Educação* (PME) são frequentemente analisados pelos CMEs, tendo em vista as condições para sua efetivação. A este respeito, cita-se fala de conselheiro representante dos profissionais da educação:

O que ocorreu nos últimos anos foi a expansão territorial do município e a expansão do setor agroindustrial, por isso a administração pública deve levar em conta o atendimento básico que é garantido pela Constituição, e fazer um planejamento do que é garantido no Plano Nacional de Educação. Segundo o Conselheiro (...) muitos gestores não assumiram o Plano de Educação nem a nível nacional, nem em nível estadual e menos ainda no nível municipal, por este motivo acaba acontecendo esta realidade. *‘Acompanhando o índice demográfico de crescimento de Toledo, nem se você construir um CMEI por mês vai conseguir dar conta. É um erro histórico que uma hora alguém vai pagar o pato’* (TOLEDO, 2020d, p. 6, grifo do autor).

Nesse sentido, Carnoy e Castro (2012) consideram que a descentralização assumida pelo governo central tem como interesse desburocratizar e transferir a administração da política educacional para Estados e municípios, e que a ela vem sendo considerada uma reforma para a competitividade, já que contribui para a melhoria da qualidade dos recursos humanos de uma nação. Isto resulta da proximidade dos processos decisórios ficarem ao encargo dos pais da comunidade escolar e das autoridades locais.

Os efeitos dessas características repercutem na produção e organização de métodos de avaliação em ampla escala, que responsabiliza escolas, diretores e comunidade escolar por desempenho acadêmico dos alunos. Também são presentes nesse cenário movimentos como o projeto intitulado *Amigos da Escola*²⁴, criado pela Rede Globo.

Essas ações reverberam na reorganização de verbas para manutenção de escolas nos diferentes contextos do país, dentre as quais apresentam-se, a partir das discussões registradas no CME de São José dos Pinhais, que em ata de reunião ordinária faz referência às festas juninas e alvarás, mas o que mais chama a atenção é a existência da necessidade de arrecadação extra por parte das escolas devido à falta de insumos, materiais de consumo (SÃO JOSÉ DOS PINIAIS, 2019c).

A história da educação brasileira registra a captação de recursos por instituições privadas há um bom tempo, dos quais se destacam o crédito estudantil, o sistema de bolsas, incentivos fiscais a empresas que implantassem projetos de formação profissional. Nesta mesma linha consta a política de concessão de bolsas de estudos em escolas privadas, de que um exemplo concreto é a participação do banco Bradesco nesse processo, o qual já assumia a administração de escolas em várias regiões do Brasil no ano de 1984 (CUNHA; GÓES, 1985).

Esse modelo retrata o período da ditadura civil-militar no Brasil, mas cabe lembrar que as investidas privatistas nas finanças públicas remontam períodos anteriores, com a presença

²⁴ Conforme o manual *Amigos da Escola - Guia de ação*, o projeto tem o objetivo de contribuir com o fortalecimento da escola pública de Educação Básica por meio do trabalho voluntário e da ação solidária. O projeto é implementado em parceria com a Petrobras, o Instituto Faça Parte, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), além de instituições e empresas comprometidas com a educação de qualidade para todos (REDE GLOBO [s.d.]).

de grupo de interesse em disputa pelas definições educacionais no país, caso da luta entre liberais e igreja católica na década de 1930. Esse movimento repercutiu na atualidade, perante as demandas enfrentadas nos CMEs.

Portanto, essa discussão encontra espaço e enfrentamento no CP do CME de Ponta Grossa, na postura da representante de instituição pública de Ensino Superior, ao se manifestar em relação à apreciação e revisão de minuta de lei do sistema municipal. Tendo em vista a previsão de concessão de bolsas de estudos, a representante assim procedeu:

No artigo 52 foi discutido o disposto no inciso VII, referente a concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas, questionado pela Conselheira (...), a concessão de bolsas para escolas privadas, visto que as verbas públicas podem ficar comprometidas se forem direcionadas, também, para alunos que estudam em escolas particulares (PONTA GROSSA, 2017a, p. 1).

No Estado do Paraná, uma série de medidas foram organizadas para concretizar prerrogativas mundiais e nacionais em face do contexto de condições impostas no campo econômico e político pelo neoliberalismo. São significativos os imperativos de controle total, de eficiência e qualidade, vinculados a empréstimos internacionais decorrentes da crise econômica instalada no Estado na década de 1980.

Conforme Gonçalves *et al.* (2003), o IV acordo MEC/BIRD foi firmado na base de financiamentos durante os anos de 1980, tendo como implantação o projeto *Eduotec* – Programa de melhoria do ensino agrícola e industrial. Entre os anos de 1987 e 1990, a Secretaria Estadual de Educação do Estado (SEED) implantou o *Programa de Inovação Básica*, cuja proposta norteava a organização do ciclo básico no Paraná. O investimento foi proveniente de empréstimo junto ao BIRD, que recomendava certas prerrogativas.

O conjunto destas recomendações orientava-se na direção da priorização dos primeiros anos do ensino fundamental para a melhoria de sua eficácia. Deste modo, tanto a pré-escola como a educação especial, previstos na proposta do Paraná, não poderiam ser contemplados. Também no que tange às construções escolares o Banco indicava a necessidade de que os custos unitários das salas de aula devessem ser reduzidos significativamente de modo a adequarem-se aos padrões do BIRD para a construção de sala de aula para a América Latina (BIRDSALL, 1988). Pode-se perceber que desde então as orientações para empréstimos, que prevalecerão nos anos 90, como, por exemplo, a focalização, já começam a ser esboçadas (GONÇALVES *et al.*, 2003, p. 84)

No cenário da redemocratização do país, em 1994 foi assinado o acordo entre governo do estado do Paraná e BIRD para implementação do *Projeto Qualidade no Ensino Público/PR* (PQE), o qual encontrou consonância com as determinações do BIRD, assim como ocorreu com o *Programa de expansão, melhoria e inovação no Ensino Médio do Paraná* - Proem implantado em 1998 (GONÇALVES *et al.*, 2003).

No campo da descentralização e da autonomia dos entes federados e da participação social, alguns apontamentos de Lima e Viriato (2000) são esclarecedores sobre a forma e o conteúdo da atividade política, no que concerne à estrutura organizacional da educação do Estado nas últimas três décadas. O desenvolvimento histórico permite apreender o movimento dialético e a construção de mecanismos superestruturais pautados na concepção burguesa de sociedade, um roteiro que consolida o efeito cascata da institucionalização de ações e medidas educacionais, as quais são necessárias de problematizar a seguir.

Segundo os autores, no governo de José Richa (PMDB), em 1983, inicia-se a municipalização do Ensino Fundamental e eleição para diretores. A política adotada procede, sob a forma de convênio, à contratação de professores, técnicos administrativos e pessoal para os serviços gerais, processo que se manteve até o ano de 1991.

A *Fundação Educacional do Estado do Paraná* (FUNDEPAR) assumiu papel importante na área de expansão da rede física das unidades escolares, cujas verbas eram provenientes do *Banco de Desenvolvimento Interamericano* (BID), o qual propunha projetos de parceria entre escola e comunidade para o fortalecimento da participação e da gestão do espaço público (GONÇALVES *et al.*, 2003).

No governo de Álvaro Dias (PMDB), no período de 1987 a 1991, o conceito de descentralização era pautado pelo repasse de responsabilidades aos municípios, e a comunidade escolar passou a ser incorporada nos interesses locais, de forma tutelada e em momentos específicos (LIMA; VIRIATO, 2000).

Nos governos subsequentes, a lógica da reestruturação da participação escolar nos interesses coletivos educacionais foi equacionada pela descentralização da SEED em núcleos de educação distribuídos no espaço territorial do Estado. As pautas da construção coletiva de projetos pedagógicos e regimentos escolares conduziram a organização de conselhos escolares. Segundo Lima e Viriato (2000), isso implica colocar o conselho escolar como órgão complementar, e que ocupa o espaço da estrutura burocrática da escola, mas com poder apenas deliberativo.

Nesse sentido, é importante retomar o conceito de boa governança tratado por Borges (2003), que encontra definição nos documentos do Banco Mundial. Após a exposição sobre esse formato organizacional da participação, o autor apresenta uma síntese importante para a compreensão do seu significado:

Finalmente, a boa governança diz respeito a questões de transparência e participação. Essas duas dimensões, consideradas fundamentais para aumentar a eficiência econômica, envolvem a disponibilidade de informações sobre as políticas governamentais, a transparência dos processos de formulação de política e alguma

oportunidade para que os cidadãos possam influenciar a tomada de decisão sobre as políticas públicas (BORGES, 2003, p. 127).

Os primeiros conselhos instituídos no Estado do Paraná datam de 1985, nos municípios de Curitiba e Ponta Grossa (FLACH, 2020). Contudo, com a formalização democrática pautada na Constituição Federal de 1988 e reafirmada na LDBEN 9.394/96, que dispõe sobre a autonomia para a escolha do regime de organização do sistema de ensino, é que se efetivam as condições de órgãos representativos de caráter paritário, em uma conjuntura econômico-política municipalista e descentralizadora.

A institucionalização desse instrumento de participação democrática e de controle social no Estado do Paraná, em conformidade com os encaminhamentos prescritos na Constituição Federal, efetiva-se a partir da Constituição Estadual (CE) de 1989, no art. 228. A Constituição Estadual normatiza o Conselho Estadual de Educação, com caráter deliberativo, normativo e consultivo, garantindo princípios de autonomia e representatividade na sua composição (PARANÁ, 1989).

As questões apresentadas por ora representam e sinalizam as dificuldades em efetivar a autonomia na participação em conselhos municipais de educação. Cabe frisar que a tese deste trabalho está pautada na existência da luta de classes nesses órgãos. Destaca-se que a análise das determinações, carregadas de interesses de classe, propiciam elementos para sua confirmação.

Referente a esta questão, pode-se problematizar: a descentralização e a municipalização educacional, como política de Estado, têm possibilitado a democratização da educação? Tal questionamento foi elaborado por Oliveira (2003), que suscita expor alguns posicionamentos necessários para compreender a função dos CMEs enquanto espaços democráticos e representativos de classe.

Oliveira (2003) considera a função dos CMEs essencial para a organização e a execução da política municipal educacional. Contudo, estas características não se concretizam nas rotinas estabelecidas pelos seus membros representativos. Muitas vezes eles se apresentam como um órgão de reduzida amplitude de ações, o que remete a considerar a distância estabelecida entre os sujeitos representativos e os grupos sociais.

Conforme depoimento por meio do questionário (apêndice D) enviado aos CMEs, a representante do quadro próprio do magistério do CME/B, conselheira com experiência no conselho municipal de educação há mais de três anos, considera que existem algumas oportunidades de participação, e que não são inadequadas e nem adequadas em relação à tomada de decisão.

A conselheira relata que,

Com relação à representatividade do magistério, existe o Sindicato da categoria que pode servir de meio de comunicação entre conselheiros/as e representados, mas precisaria melhorar seus mecanismos de comunicação (tanto por parte do Sindicato quanto dos/as conselheiros/as), no caso da sociedade civil, existem os Conselhos Escolares que poderiam estar mais organizados para encaminhar consultas, denúncias, solicitações ao CME e qualificar sua participação nos processos decisórios. Falta uma forma de participação mais direta entre representantes e representados criado pelo próprio Conselho (Informação escrita).

Concorda-se com a afirmação, mas é necessário pautar a seguinte ressalva: essa falta de eficiência dos conselhos municipais de educação, quer pelo pouco tempo de existência, quer pela hegemonia burguesa enrustida em suas formas de gestão, ou pela inexpressiva participação e dificuldade de representação ativa dos grupos sociais, não representa a inexistência de lutas e resistências em seu interior.

Esse aspecto deve ser compreendido: como se desenvolve a luta de classes na existência do conselhismo educacional municipal, já que as demandas educacionais posicionadas nas pautas para o debate são questões de interesses das diferentes concepções de mundo dos grupos sociais representados nesses órgãos.

Questão de continuidade, dominação e conformação cuja não identificação de diferentes concepções leva ao conformismo.

Este problema contém *in nuce* todo o ‘problema jurídico’, isto é, o problema de assimilar todo o grupo à fração mais avançada do grupo: é um problema de educação das massas, de sua ‘conformação’ segundo as exigências do fim a alcançar. Esta é precisamente a função do direito no Estado e na sociedade; através do ‘direito’, o Estado torna ‘homogêneo’ o grupo dominante e tende a criar um conformismo social que seja útil à linha de desenvolvimento do grupo dirigente (GRAMSCI, 2007, p. 240).

Oliveira (2003) faz uma ressalva fundamental sobre o assunto, que sobre a descentralização parece, ao autor, que em geral, a política educacional de administração dos sistemas de ensino caracterizou um processo que promoveu a diminuição da participação popular, em virtude da concentração de poder desses órgãos na representação por parte da sociedade política.

O autor se posiciona da seguinte maneira: “isso se dá, a meu ver, porque a democratização da gestão da educação não se resolve pela alteração do ente federado encarregado da oferta, mas pela existência de organismos de gestão que, de fato, tenham poder de decisão e sejam representativos” (OLIVEIRA, 2003, p. 104).

Ao compreender que os CMEs são canais legítimos de participação política (LIMA, 2011), é necessário que sejam ocupados por pessoas que estejam envolvidos nas questões

pertinentes às demandas dos grupos sociais representados, que compartilhem as angústias e contradições presentes na realidade social a qual pertencem.

Mediante o quadro educacional do estado do Paraná, em que políticas de governo são implementadas para um contingente de alunos de diferentes classes sociais, a educação pública apresenta demandas relacionadas às necessidades apresentadas neste início de século. Elas ainda se perpetuam, apesar das condições de superação das carências básicas e de favorecerem, soluções aos problemas apresentados. A investida do governo em relação à manutenção das desigualdades de classe e desproporcional acesso a bens e serviços públicos não sustenta compromisso com a emancipação humana²⁵.

Sendo assim, ao analisar e problematizar os dados educacionais do estado, segundo o relatório *Paraná em perspectiva*, do IPARDES (2019, p. 56), considera-se que “[...] apesar dos avanços recentes nas taxas de escolarização, as distâncias e desigualdades herdadas do passado mantêm-se manifestas em níveis elevados”.

O relatório IPARDES (2019) apresenta dados referentes ao ciclo de conclusão das etapas de ensino da Educação Básica, que corresponde a 12 anos de estudos, entre Ensino Fundamental e término de Ensino Médio. No Paraná, esse ciclo representa uma média de 9,3 anos de estudos, período que possibilita indicar que 46,1% da população paranaense possui Ensino Médio completo.

Em relação à faixa etária da Educação Infantil de 0 a 3 anos de idade, o relatório apresenta um aumento em relação a matrículas. Este dado se consolida em virtude da ampliação da cobertura e oferta de serviços educacionais. Cabe ressaltar que o relatório aponta pouca possibilidade de crescimento de matrículas para essa etapa de ensino, pois os limites estruturais para a ampliação de vagas são bem restritos.

Sobre este aspecto, ao recorrer às atas dos CMEs, encontram-se questões pertinentes às desigualdades e carências municipais, as quais são encaminhadas por debates e discussões sobre o acesso de crianças de 0 a 3 anos na Educação Infantil. Destaca-se que algumas falas de conselheiros são problematizadas a partir das necessidades da classe trabalhadora, em destinar um ambiente educativo aos filhos pequenos enquanto trabalham. Portanto, a questão de

²⁵ A emancipação humana, que orienta as asserções indicadas nesta tese, está pautada na concepção de Marx, na obra *Questão Judaica*, na qual o autor se refere da seguinte maneira: “Mas a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas ‘*forces propres*’ [forças próprias] como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política” (MARX, 2010, p. 54, grifo do autor). Essa expressão que compreende a autogestão dos produtores, e configura a qualidade de equidade social para além das conquistas de direito político, apenas.

organizar as vagas e suprir a demanda municipal, organizar e viabilizar condições de funcionamento com qualidade de atendimento são assuntos em diferentes conselhos.

Reporta-se ao caso do CME do Município de Araucária, em que ocorreu manifestação pública de dirigentes sindicais, Sindicato dos Servidores de Araucária (SIFAR) e Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal (SISMMAR), que se manifestaram contra a extinção de cargo de educador e inchaço de turmas.

O representante do SISMMAR

[...] falou a respeito da criação do CME como um órgão democrático, que não pode servir de ‘braço do Executivo’. Afirmou que o aumento no porte de estudantes é um retrocesso na educação, uma manobra jurídica para a precarização do atendimento em escolas e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI’s) (ARAUCÁRIA, 2017d, p. 2).

Na ata 14, de 2017, segue a seguinte deliberação:

foi sugerida a inclusão de um trecho na minuta da Resolução, para que a tolerância de até três estudantes excedentes ao número admitido nas turmas ocorresse apenas para o ano de dois mil e dezoito. Representantes do SISMMAR e do SIFAR estiveram presentes e causaram tumulto na reunião, dificultando a comunicação e o trabalho dos conselheiros durante a análise da questão (ARAUCÁRIA, 2017f, p. 1).

Esse registro permite compreender que foram deliberadas as necessidades de números de alunos em relação à adequação do porte de escola, conforme retratado em ata, bem como a representação SISMMAR, que estabelece representação e indica luta de classes, a qual resulta na deliberação mais adequada sobre as demandas da secretaria municipal de educação naquele momento (ARAUCÁRIA, 2017f).

No CME de São José dos Pinhais, em relação à reestruturação de obras, que prevê construção de lactários e adequação de espaços para alimentação, mediante debates entre conselheiros, a opção foi por

[...] uma adequação, sendo mais viável nesse momento do que realizar uma construção de lactário para atender apenas quatro bebês, conforme indica a Deliberação nº 02/2019. [...] sugere atendimento excepcionalmente até 2020, para que a prefeitura atenda com urgência essa demanda. A presidente fala que é impossível concluir todas essas obras em 2020, sendo assim, precisa fazer uma previsão de mínimo dois anos para conclusão das novas estruturas (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2020a, p. 3-4).

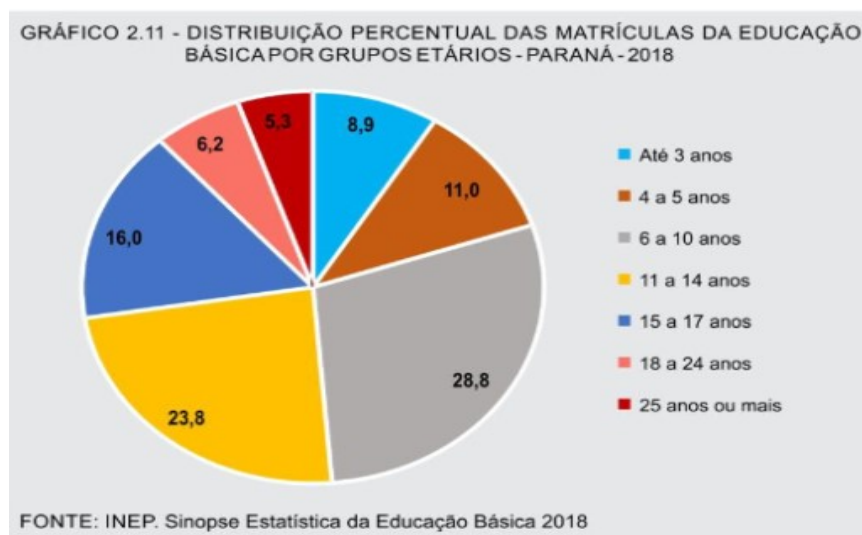
A partir dos relatos apresentados, compreende-se o nível de dificuldade de promover acesso e qualidade de ensino mediante demandas das políticas de Estado. As adequações são pautas de debates, bem como o enxugamento de gastos com profissionais da área, também recorrente nos CMEs, mesmo em municípios localizados em mesorregiões do estado

consideradas de elevada relevância, como é o caso dos municípios de Araucária e São José dos Pinhais.

Em relação aos estudantes matriculados no estado do Paraná na etapa do ensino fundamental, são 82,7% de estudantes na rede pública de ensino; destes, 42% na rede estadual. A rede particular de ensino tem suas participações proporcionais em relação à creche com 24,6%; educação especial com 36,6%; e educação profissional com 30,7%.

O gráfico abaixo representa a distribuição das matrículas por grupos etários no estado do Paraná no ano de 2018.

FIGURA 2 - DEMONSTRATIVO DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA POR GRUPOS ETÁRIOS – PARANÁ 2018



Fonte: IPARDES (2019, p. 59).

Registra-se que a taxa de rendimento no Ensino Fundamental é maior do que no Ensino Médio, e a referida taxa de rendimento no Ensino Fundamental, em relação à média nacional, apresenta índices levemente mais altos, cenário que se inverte em relação ao Ensino Médio.

Em relação ao *Índice Desenvolvimento da Educação Básica* (IDEB), o estado apresentou, em 2017, média consolidada no estado e Brasil superior ao projetado para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, e ficou abaixo do estipulado para o Ensino Médio, conforme se apresenta na tabela da página seguinte.

TABELA 3 - DADOS COMPARATIVOS DOS RESULTADOS DO IDEB, BRASIL-PARANÁ, 2017

TABELA 2.14 - IDEB - BRASIL E PARANÁ - 2017

ETAPA DE ENSINO	BRASIL		PARANÁ	
	Observado	Meta	Observado	Meta
Anos iniciais EF - Total	5,8	5,5	6,5	6,2
Anos iniciais EF - Rede Estadual	6,0	5,6	6,3	6,5
Anos finais EF - Total	4,7	5,0	4,9	5,1
Anos finais EF - Rede Estadual	4,5	4,8	4,6	4,8
Ensino Médio - Total	3,8	4,7	4,0	5,0
Ensino Médio - Rede Estadual	3,5	4,4	3,7	4,6

FONTE: INEP/IDEB (2017)

Fonte: IPARDES (2019, p. 61).

A partir dos dados e do relatório do IPARDES (2017), considera-se que o Paraná apresentou avanços em relação aos índices educacionais, mas se destaca que não são tão significativos quanto se projetava. Contudo, é importante registrar que não ocorreram regressões, salvo exceções inexpressivas. “Foi na dimensão educação que se obteve o maior avanço no IDH no período analisado tanto para o Brasil, como para todos os estados. Em 2000, o IDH-educação do Brasil foi de 0,456 e 0,637 em 2010; no Paraná, respectivamente, 0,522 e 0,668 [...]” (IPARDES, 2017, p. 47).

Em relação aos municípios que constituíram os CMEs do estado do Paraná, não foram registrados dados de retração nos índices educacionais no relatório emitido pelo IPARDES no ano de 2017. Isso não significa que inexistam dificuldades de várias ordens, as quais foram constatadas nas discussões a respeito de temas de financiamento, além das dificuldades encontradas para a gestão financeira e de pessoal das unidades escolares dos municípios.

Em relação ao campo das relações de força, que expressam a luta de classes, o estado do Paraná apresenta uma dinâmica de efervescência entre o governo e as demandas neoliberais no campo das conquistas históricas de direitos e no exercício da democracia. No atual contexto político do estado, deve-se considerar a tentativa de ruptura com princípios educacionais definidos na carta magna, que mascarada pelo clamor de grupos específicos do governo, visa a suprimir a liberdade de expressão por meio de projetos, como *escola sem partido*, ensino domiciliar e a militarização do ensino, sob o manto de um movimento de dominação e direção.

O princípio da ‘gestão democrática no ensino público’ parece ser aquele que explicitamente é o mais aviltado, visto que existem propostas do Governo Federal e de alguns governos estaduais em andamento para militarizar as escolas, sob o subterfúgio de garantir a segurança, a ordem e, consequentemente, a melhoria da qualidade da educação. A militarização das escolas pressupõe que escolas públicas, notadamente com problemas relativos à segurança, disciplina e baixos índices educacionais sejam geridas por militares (especialmente polícia e bombeiros), sob a justificativa de que a hierarquização e a disciplina militar são necessárias para corrigir os rumos da escola. Parece não restar dúvida que a proposta de gestão educacional sob a responsabilidade de militares, tradicionalmente não afetos à discussão ampliada,

mas, sim, afetos à rigidez, à obediência e à hierarquização do poder afronta de forma explícita o princípio de gestão democrática, tão caro para uma democracia ainda não consolidada, como a brasileira (DARCOLETO; FLACH, 2020, p. 233).

Nesse sentido, o contexto histórico do estado do Paraná permite vislumbrar relações de força, o sentido histórico dos grupos dominantes que perpetuaram no poder, inscritos na essência da expropriação do trabalhador e da dominação política sob o manto do coronelismo arraigado durante décadas no contexto paranaense.

Em meio a essas condições de manutenção da vigência da ordem capitalista, as condições de luta e de defesa pela escola pública de qualidade sofreram ataques constantes nas últimas décadas. Sobre isto, é bem elucidativo o rechaço efetuado por meio de aparato policial no dia 29 de abril de 2015, sob o comando do secretário da Segurança Pública e Administração Penitenciária, Fernando Destito Francischini, no governo de estado de Carlos Alberto Richa (PSDB). O fato ficou conhecido como *Massacre ou Batalha do Centro Cívico*, e se desenrolou a partir de manifesto exercido em prol da educação no ano de 2015, o qual sucumbiu ao exercício da força como momento de hegemonia de grupos de interesses situados no seio do estado.

Com a presença de professores da rede pública estadual da Educação Básica, do Ensino Superior e respectivas representações de classe, sob protestos de manifestantes e ação violenta das forças policiais, foi aprovado, pela Assembleia Legislativa do Paraná, o projeto de Lei (PARANÁ, 2015), que permitiu a transferência 33.556 beneficiários com mais de 73 anos para o Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos do Paraná (Paranaprevidência), uma manobra financeira que sequestra o fundo previdenciário e transfere o custo previdenciário do Estado para os investimentos dos servidores públicos do estado do Paraná.

Essa visão geral, que corresponde a políticas de Estado e de governo e as demandas do sistema de produção gerido pela burguesia, retrata e indica a necessidade do compromisso ético-político da classe. Uma questão importante a desvelar e compreender é como essa relação se apresenta no quadro democrático, pois é uma situação que remete à luta pela conquista e manutenção de espaços representativos. É uma condição que conduz a luta organizada pelos direitos sociais e produz questionamento consciente em relação à desigualdade estrutural da sociedade de classes, sustentada a partir da ideologia burguesa como regra do jogo capitalista.

Essa relação estabelecida no compromisso ético-político, que envolve o sujeito representativo e o grupo social, possibilita uma atuação teleológica, desde que firmada na relação coletivizada, na atividade teórica e prática construída no âmbito do debate e das

escolhas dos grupos sociais, tendo em vista o interesse comum, as necessidades e vontades agregadas.

Diante do quadro de investidas do sistema capitalista por meio de reordenamento político das demandas sociais e da organização do Estado, a luta pela hegemonia do Estado perpassa as condições históricas materiais, sociais e políticas das classes em luta, as quais ocupam espaços legalmente institucionalizados.

Portanto, cabe compreender em que medida a organização dos grupos sociais, no exercício do direito democrático na sociedade burguesa, efetiva ações racionais burocráticas ou pauta seus interesses e reivindicações a partir de uma teleologia que permita romper com o conformismo, mediante a compreensão efetiva da existência de concepções antagônicas de mundo e de sociedade, no sentido de exercer a luta de classes de forma consciente e ativa.

A identificação dessas características da participação democrática, a teleologia e a racionalização, possibilita localizar as lutas de classes no interior dos CMEs. A teleologia conduz para a consolidação de uma participação ampliada, em virtude do engajamento consciente e coerente a uma concepção de mundo, a qual confere, aos grupos sociais, o exercício democrático e participativo que concorre para a efetivação do que Gramsci (2007) conceituou como grande política. Caso contrário, a democracia participativa é esfacelada e obscurecida pelos atos rotineiros, por pequenas demandas e assuntos de menor interesse, de pautas individualizadas que engessam os ambientes participativos no crivo da pequena política.

CAPÍTULO 2 - CATEGORIAS ESSENCIAIS PARA A ANÁLISE DO PROCESSO DEMOCRÁTICO NO INTERIOR DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

[...] a arte de operar com os conceitos não é algo inato ou dado na consciência comum, mas é um trabalho técnico do pensamento, que tem uma longa história, tanto quanto a pesquisa experimental das ciências naturais (GRAMSCI, 1999, p. 179).

Neste capítulo expõem-se as categorias do materialismo histórico e dialético que fundamentaram a análise sobre o exercício da democracia no interior dos Conselhos Municipais de Educação do estado do Paraná.

A teoria de Gramsci contribuiu significativamente para a compreensão da política pautada nos princípios da democracia proletária, e do desvelamento da complexa realidade imposta pelos determinantes econômicos e sociais do capitalismo na contemporaneidade, que demarca limites democráticos para o exercício participativo da sociedade civil e sociedade política.

As categorias *grande e pequena política, luta de classes, hegemonia e relações de força, democracia, e intelectuais*, debatidas arduamente pelo autor sardo, destacaram condições de embate estabelecidas pelos grupos sociais na construção da política de gestão de órgãos colegiados em sua relação com o Estado.

Ao delimitar as categorias, pretendeu-se iniciar reflexões necessárias para a crítica da realidade social que envolve a implementação e consolidação de CMEs, tendo em vista a sua capacidade representativa de classe e os meandros políticos que envolvem a atuação desses órgãos de controle social e de políticas públicas municipais.

Portanto, considera-se que o movimento participativo não se configura em processo de fácil apreensão, pois as demandas e as pressões sociais evocadas no âmbito da sociedade democrática de direitos produzem contradições que inviabilizam e ou acirram a luta por espaços democráticos mais sólidos e pertinentes aos anseios sociais. Coube organizar a teoria sustentada pelas análises marxistas e marxianas para conceber, de maneira concreta, relações de força apresentadas em cada contexto histórico, em cada caso, sem perder de vista a totalidade de determinantes sociais que caracterizam o fenômeno a ser estudo.

2.1 GRANDE E PEQUENA POLÍTICA NA TEORIA GRAMSCIANA

Compõem o pensamento e as reflexões de Antonio Gramsci questões relativas ao desenvolvimento da concepção marxista rumo a uma nova ordem econômica e cultural, o

Comunismo. Resulta desse trabalho intelectual e de sua ação prática, um encaminhamento teórico rico em categorias que subsidiam a compreensão dos aspectos políticos e culturais da sociedade nas relações estabelecidas com o Estado.

Esse modo de pensar a realidade, nas várias possibilidades e limites firmados entre os sujeitos sociais na produção da vida material, conduziu Gramsci a analisar a realidade concreta e as *situações*²⁶, o que lhe permitiu aprofundar a crítica de forma sistemática, sem abandonar as características fundamentais da filosofia da práxis.

Essa maneira orgânica de captar as múltiplas determinações da realidade social possibilita, ao desenvolvimento teórico e prático de Gramsci, um refinamento do pensamento marxiano, o qual se refere às questões relativas ao Estado na organização estrutural da sociedade e da política.

Em relação ao Estado, Liguori (2003) afirma que Gramsci não é o analista da crise do Estado, e sim o autor marxista que melhor apreendeu a relação entre Estado e sociedade em relação às suas funções e a sua presença no campo político, econômico e social na realidade do século XX, no sentido de possibilitar a definição para o conceito de ampliação do Estado.

Nesse âmbito, ao considerar o debate a respeito da política, pode-se considerar que a sua conceituação permite reconhecer, com Coutinho (2017), que o autor sardo presta uma das mais importantes contribuições a respeito da discussão sobre as sociedades modernas, presentes nos *Cadernos do Cárcere*.

Cabe destacar que Gramsci estabelece uma relação entre a política e um conjunto de relações sociais historicamente determinadas; ou seja, expressa que a concretude do fenômeno humano está colada ao desenvolvimento estrutural da sociedade.

A inovação fundamental introduzida pela filosofia da práxis na ciência da política e da história é a demonstração de que não existe uma ‘natureza humana’ abstrata, fixa e imutável (conceito que certamente deriva do pensamento religioso e da transcendência), mas que a natureza humana é o conjunto das relações sociais historicamente determinadas, ou seja, um fato histórico verificável, dentro de certos limites, com os métodos da filologia e da crítica. Portanto, a ciência política deve ser concebida em seu conteúdo concreto (e também em sua formulação lógica) como um organismo em desenvolvimento (GRAMSCI, 2007, p. 58).

A posição que a ciência política assume na obra de Gramsci possibilita entender que o cunho político avança como instituição humana carregada de significados que, produzidos

²⁶ Gramsci (2007), quando se refere às *situações* remete à análise dos elementos de observação empírica tratados pela ciência política sobre como se devem estabelecer os diversos níveis de relações de força que derivam de aspectos da realidade, como relações de força internacionais, argumentos de Estados em sistemas hegemônicos, o grau de desenvolvimento das forças produtivas, relações políticas imediatas, as relações políticas e de partido, dentre outros.

historicamente, são processo e resultado das relações estabelecidas entre os sujeitos na vida social e correspondem a determinado modo de produção. Assim, é necessária a disseminação da concepção filosófica marxista, explicada de outro modo, da filosofia da práxis na sociedade entre os grupos sociais, como forma indispensável para compreensão da realidade objetiva.

No cárcere, em relatório emitido por Athos Lisa, em 1933, ao centro do *Partido Comunista Italiano* (PCI), Gramsci refere-se à importância da política no seguinte sentido: “É preciso ser mais político, saber servir-se do elemento político, ter menos medo de fazer política” (BUCI–GLUCKSMANN, 1980, p. 304). Isto remete a compreender que o ato político ocupava posição de destaque nas suas elaborações teóricas e práticas, caracterizada como uma prática que visa a transformar as relações de forças existentes, mudar a situação hegemônica mediante a preparação e a organização da classe.

O caráter da práxis política, que leva a considerar a organicidade cultural de uma nova ordem estrutural, conta com o trabalho intelectual a ser organizado a fim de dotar os sujeitos da consciência da classe a que pertencem. É um posicionamento político e ideológico definido no sentido de delimitar a atuação comprometida com a transformação da organização da sociedade.

Segundo Liguori (2017), por meio da historização radical da ciência política, Gramsci apresenta as muitas determinações que constituem a esfera da práxis política e destaca outras categorias, dentre elas a relação entre governantes e governados, entre coerção e consenso, entre econômico-corporativo e o ético-político, entre estrutura e superestrutura.

Nesse sentido, o binômio categorial *grande e pequena política* reflete esse trabalho intelectual, comprometido com as condições de classe a que Gramsci pertencia, e ao processo histórico vivenciado por ele. A partir destas condições, fundamenta o marxismo na Itália de forma ativa e aguda, em um movimento que fomenta o debate a respeito da revolução comunista na Europa.

Sobre a grande e pequena política, no Caderno 13, § 5, Gramsci (2007) considera dois momentos que se completam no exercício político, definindo diferenças entre eles. Conduz os apontamentos para configurar a ação dos sujeitos sociais em relação à organização ampla de questões fundamentais na pauta governamental com intuito de fortalecimento do Estado, movimento que passa a denominar *grande política*.

A grande política é entendida como um processo que visa a “compreender as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais” (GRAMSCI, 2007, p. 21).

Já a *pequena política* envolve um trabalho pertinente à manutenção e conservação da ordem instaurada por meio de conteúdos corriqueiros, pequenos embates, problemas parciais e

intrigas. “A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política” (GRAMSCI, 2007, p. 21).

Representa essa categoria o fato ocorrido e registrado em ata de reunião do CME do município de Toledo, em virtude de instalação de câmeras de vigilância nas escolas e CMEIs. A respeito do assunto, a câmara de vereadores do município emitiu o seguinte ofício:

Neste Ofício à Comissão Especial da Câmara de Vereadores exige punição ao CME/Toledo por ter descumprido o prazo de envio de respostas sobre a solicitação encaminhada em relação a instalação de câmeras de monitoramento nas escolas e Cmeis Públicos municipais. O que chama a atenção é o seguinte: ‘solicita que o Chefe do poder Executivo determine a instauração de procedimento punitivo em face do renitente, aplicando-lhe as penas constantes do Artigo 31 da Lei 2.187, de 2014’. (TOLEDO, 2019d, p. 3).

A partir deste fato, é fundamental considerar que também é grande política tentar retirar a grande política das pautas estatais, no sentido de reduzir tudo a pequena política e enfraquecer a lutas internas entre as classes (GRAMSCI, 2007). Isto porque as pequenas questões, embora importantes para o desenvolvimento da sociedade e para a consolidação da grande política, não viabilizam transformações significativas.

A organização representativa da sociedade civil nem sempre tem clareza desse processo, expresso no conceito de grande política, que visa ao fortalecimento de objetivos pautados em questões educacionais fundamentais para a efetivação da qualidade educacional e da conquista, preservação e consolidação de direitos constitucionais, e que se constitui em projeto de Estado.

Posto isto, a pequena política exercida no âmbito dos CMEs desvia os esforços representativos para questões corriqueiras, intrigas e pequenos acertos políticos na esteira de projetos de governo, conforme pondera Gramsci (2007, p. 22): “ao contrário, é coisa de diletantes pôr as questões de modo que cada elemento de pequena política deva necessariamente tornar-se questão de grande política, de reorganização radical do Estado”.

Mediante o exposto, quando ocorre um empenho da classe em concentrar os esforços na grande política, os sujeitos sociais representativos organizam-se para um processo de conservação ou mudança das estruturas e superestruturas estatais, com mérito para pequena política. Em vista da articulação meticulosa dessas situações, a pequena política exerce um movimento de manutenção e conservação da estrutura estabelecida.

A partir da caracterização do binômio *grande e pequena política*, torna-se viável compreender as pautas deliberativas das instituições da sociedade civil e sociedade política no

âmbito dos CMEs, ao retratar a concretude da práxis política e a manutenção e efetivação de projetos concretizados na relação hegemônica de uma classe sobre a outra.

A ampliação do conceito de Estado, na obra gramsciana, que compreende a extensão da definição das políticas públicas por uma relação recíproca e representativa da sociedade civil + sociedade política, é possível analisar os interesses de classe mediante a forma e o conteúdo que elas apresentam.

Destaca-se, também, a relevância da categoria *grande e pequena política* na organização e análise dos dados da investigação, no sentido de destacar entraves e dificuldades encontradas nos bastidores políticos, na nomeação dos representantes da sociedade política e sociedade civil e da burocracia. Também, de captar elementos que evidenciem a conservação ou transformação das demandas do governo por meio da apreensão dos mecanismos que as classes utilizam para estabelecer e organizar as relações de força na definição das políticas públicas educacionais.

Nesse sentido, o respaldo teórico da categoria *grande e pequena política* permite identificar os elementos das situações na correlação de forças presentes no processo político estabelecido entre os sujeitos no decorrer da tramitação de propostas educacionais e na efetivação de ações no campo da educação. A categoria ainda permite apreender o movimento de embate desencadeado na proposição de temas sobre os assuntos de interesse coletivo. Esses aspectos permitem evidenciar pautas verdadeiramente comprometidas com a qualidade social da educação nos municípios pesquisados, ou com a manutenção de práticas políticas conservadoras.

Uma ação coletiva que reflete a grande política pauta-se em propostas de impacto social estrutural ou superestrutural mais comprometida com a consolidação e articulação de direitos sociais adquiridos, de interesse da vontade coletiva. Em outras palavras, transforma e revigora determinadas formas de organização do Estado.

De outro modo, as conversas de bastidores, articulações, questões corriqueiras e a existência persistente de pautas mais ou menos importantes ou irrelevantes são consideradas *pequena política*, que fortalece a grande política conservadora, ou inviabiliza a sua consolidação.

Portanto, compreender esse binômio possibilita analisar as relações de forças, as quais se concretizam nos encaminhamentos e debates referentes aos interesses de classe, por meio de pautas específicas e posicionamento demarcado pela luta de classes. Nesse sentido, o conservadorismo, a subalternidade ou a criticidade dos sujeitos representativos são condições que expressam a luta de classes e, ao mesmo tempo, expressões e sustentáculos da hegemonia

presente nas relações estabelecidas nos Conselhos Municipais de Educação do Estado do Paraná.

Mediante os apontamentos, tem-se o intuito de identificar quais projetos apresentados nas reuniões dos CMEs são hegemônicos, a quais interesses correspondem, e como a sociedade civil e sociedade política representada concentram seus esforços na grande e pequena política, em vista da luta pela manutenção ou transformação da estrutura vigente.

Ao delimitar a contribuição da categoria *grande e pequena política*, que viabiliza a análise das situações concretas no que diz respeito às relações de força presentes no Estado, cabe apresentar, na próxima subseção, a categoria *luta de classes*, no sentido de pontuar as concepções de mundo que sustentam os encaminhamentos para a organização da estrutura e superestrutura da sociedade.

2.2 A LUTA DE CLASSES EM QUESTÃO: CLASSES, GRUPOS SOCIAIS E INTELECTUAIS

Karl Marx e Friedrich Engels (1998) iniciam o *Manifesto do Partido Comunista* com a afirmação de que a história de quase todas as sociedades, até os dias atuais, é a história da luta de classes. Esta afirmação reflete a compreensão de que a vida material, ou seja, a necessidade humana em produzir as suas condições de existência, está pautada na luta de classes em quase todas as sociedades existentes²⁷. Essas condições que constituem o processo histórico é a expressão dos conflitos econômicos, culturais e sociais que permeiam a constituição das sociedades, a base estrutural que determina uma superestrutura jurídica.

Ao estabelecer referência com a Revolução Francesa, constata-se que o acirramento de interesses e a hegemonia econômica possibilitou, no século XVIII, a subversão do Antigo Regime, expressão da revolução burguesa, que retrata esse acirramento e a modificação das relações de produção.

Nesse sentido, a história permite compreender a complexidade da Revolução burguesa na França mediante a destruição da feudalidade por meio do alistamento realizado pela burguesia de massas de trabalhadores rurais e urbanos, que caracterizavam o “âmago da revolução burguesa e a impeliam para a frente” (SOBOUL, 1986, p. 116).

²⁷ Cabe esclarecer que apenas na sociedade da fase superior do estado selvagem (regime de gens) não se encontra registro de luta de classes. Conforme Engels, somente nessas sociedades encontra-se a propriedade como resultado do trabalho pessoal, fato que “[...] os juristas e economistas atribuem à sociedade civilizada e que é o último subterfúgio jurídico em que se apoia, hoje, a propriedade capitalista” (ENGELS, 1984, p. 179).

As produções materiais feudais foram transformadas em relações capitalistas, deixando a marca de uma transformação nas estruturas da sociedade, cujo resultado foi a reorganização do sistema econômico e político em virtude de um sistema capitalista em desenvolvimento. Essa mudança da organização social foi marcada pela luta entre monarquia feudal e uma nascente classe burguesa e o campesinato.

Segundo Soboul (1986), a contribuição mais significativa produzida na Revolução Francesa foi o avanço democrático, que caracterizou as lutas pela mudança da ordem vigente. Contudo, apesar da conquista da liberdade subjetiva e econômica, não foi um processo que consagrou a igualdade econômica,

Mas a ruína da propriedade fundiária feudal e do sistema corporativo e regulamentar libertou os pequenos e médios produtores diretos; acelerou o processo de diferenciação de classes na comunidade rural, bem como no artesanato urbano, e a polarização social entre capital e trabalho assalariado (SOBOUL, 1986, p. 110).

Mediante esse contexto histórico, Marx, nas múltiplas pesquisas que realizou com Engels, constatou que os governos, de uma maneira ou de outra, estão imbricados com as classes burguesas, as quais detêm os meios de produção (CHÂTELET, 1994). Sendo assim, iniciou um processo intelectual que focaliza a preocupação em captar essas determinações e destacar os conflitos emergentes entre as classes.

Conforme Châtelet (1994), na *Ideologia Alemã*, Marx e Engels vão esboçar e empreender a tarefa de construir uma história das sociedades, e não somente uma história do Estado, com o intuito de expor o movimento real que constitui as sociedades. “[...] e assim mostrar que os atos dos governos são apenas, na realidade, a expressão de uma luta profunda que atravessa todas as realidades sociais: a luta de classes” (CHÂTELET, 1994, p. 133).

A importância que Marx confere aos dinamismos materiais das sociedades, ligada ao desejo de ir além das teorias abstratas do Estado, leva-o a tomar duas direções: por um lado ele se documenta sobre a situação do proletariado das cidades e dos campos e sobre as lutas que essa classe empreende para combater a miséria e a sujeição às quais está reduzida; e, por outro empenha-se em pôr em evidência os mecanismos econômicos que governam a sociedade atual e que estão na origem das crises e dos conflitos que a abalam (CHÂTELET, 1985, p. 127).

Em relação à primeira direção tomada por Marx, pode-se destacar a preocupação do autor com a situação da classe operária, que lhe motivou a pensar no estudo sistemático do real e da constituição da classe burguesa capitalista, bem como sobre os desdobramentos referentes à classe operária em luta.

Mas afinal, o que são *classes* para Marx? Como o autor compreende a existência de classes na sociedade? Segundo Botomore (2001), o conceito de classe é de importância capital

no desenvolvimento da filosofia da práxis, pois a descoberta do proletariado frente a uma luta pela emancipação humana possibilitou a Marx engajar-se no estudo sistemático da estrutura econômica e no processo de desenvolvimento da classe burguesa.

Karl Marx, ao identificar a classe proletária na história, delimita a existência de dois segmentos sociais que apresentam contrastes de interesses e concepções de mundo diferentes, os quais correspondem a sistemas de produção da vida material antagônicos. Mediante esta análise, pode-se afirmar que, no capitalismo e no processo de industrialização, ficam evidentes as diferenças entre as classes, e o processo histórico das sociedades é marcado pela luta, conforme Gramsci categoriza, entre governantes e governados.

Um problema fundamental a ser evidenciado, na teoria marxiana, é a delimitação das classes sociais, pois se apresentam estratificadas na sociedade em várias frações de classe, dentre elas a classe média e os grandes proprietários de terra (BOTOMORE, 2001)

Há que se considerar, nas análises marxistas de Leandro Konder (2001), que Marx observa, em alguns textos produzidos posteriormente ao Manifesto do Partido Comunista, o fortalecimento de setores intermediários na sociedade capitalista. Com essa identificação, possibilita que se destaque a necessidade de pensar uma dinâmica mais ampla em relação à composição das classes sociais.

No entanto, a partir desta perspectiva, pode-se compreender a existências de duas camadas sociais antagônicas, as quais Marx denomina *classes sociais em lutas*, no plural, visto que se configuram em uma multiplicidade de conflitos sociais. Explicando de outro modo, as lutas travadas entre opressores e oprimidos²⁸ é a condição que os homens travam para a conquista da emancipação humana (LOSURDO, 2015).

Por outro lado, essas lutas são travadas para reafirmar as condições gerais do desenvolvimento social, sobrepujar uma classe e suas necessidades, e fortalecer, de forma hegemônica, um sistema produtivo carregado de interesses da classe na posição de dominação, conforme se denota na dinâmica burguesa que expressa sua dominação por meio da exploração do trabalho assalariado.

Contudo, essas características, fermentadas pelas relações de dominação, aludem a contradição que Marx expõe, no *Manifesto do Partido Comunista*, em relação às lutas que a burguesia trava em seu processo histórico de consolidação como classe hegemônica, e em relação ao desenvolvimento do proletariado.

²⁸ Segundo Losurdo (2015), existem lutas dentro das classes; ou seja, lutas entre opressores e opressores e entre oprimidos e oprimidos. Contudo, prevalece a compreensão de duas classes fundamentais: burguesia e proletariado.

Nestas batalhas, ela se vê compelida a apelar para o proletariado, pedir a sua ajuda e, assim, arrastá-lo para dentro da arena política. A própria burguesia, portanto, fornece ao proletariado seus próprios elementos de educação política e geral, em outras palavras, supre o proletariado com armas para enfrentar a burguesia (MARX; ENGELS, 1998, p. 25).

Marx e Engels (1998) expõem a fragmentação da sociedade e a produção de uma massa de trabalhadores pela burguesia, a qual possui necessidades, organiza-se, reivindica e se manifesta no sentido de estabelecer condições adequadas para a supressão de tais necessidades, bem como em relação à equidade no acesso à produção material, assunto a ser detalhado mais adiante.

Para delimitar o espaço das lutas de classes na sociedade moderna, segundo Konder (2001), o conceito de sociedade civil criado por Gramsci representa um avanço no pensamento marxista, de importância capital para a compreensão do lugar dos grupos sociais na luta de classes, além da concretude de uma proposta de enfrentamento das condições postas pela realidade social.

Portanto, a estratégia que Gramsci atribui para sociedade civil é o seu fortalecimento; ou seja, um trabalho ativo rumo à elaboração de uma nova forma cultural, expressão da classe representada pelas várias instituições privadas de hegemonia mediante direcionamento político em vista da emancipação humana dos grilhões da opressão e das desigualdades sociais.

As considerações apresentadas permitem concordar com a afirmação de Châtelet (1994, p. 134), de que algo insubstituível e admiravelmente novo apresentado na obra de Marx e Engels

[...] é a palavra enfim dada àqueles que nunca a tiveram, e que, no entanto, fazem a história; é a afirmação de que os produtores da sociedade tiveram que lutar constantemente, e não apenas contra a natureza, mas também contra os governantes que lhes impunham essa dominação política.

Neste sentido, a luta de classes figura categoria fundamental de análise dos dados investigados nesta tese, tendo em vista o objetivo de desvelar a luta de classes no processo participativo dos órgãos de controle social da educação do Estado do Paraná. A materialização destas lutas nas ações políticas propositivas e deliberativas dos CMEs, bem como a compreensão do papel social dos sujeitos envolvidos, a partir das condições objetivas, possibilitam identificar o projeto educacional hegemônico vigente.

Com a contribuição de Antonio Gramsci, que denota função específica da sociedade civil nas lutas de classes, salienta-se a condição humana em relação à sociabilidade na política moderna. Gramsci (1999, p. 435) considera que, “na história moderna, o ‘indivíduo’ histórico-político não é o ‘indivíduo’ biológico, mas o grupo social”.

O termo *grupos sociais* aparece em várias notas dos *Cadernos do cárcere*, muitas vezes acompanhado por *classe* ou *classes sociais*, mas o significado remete ao mesmo conceito apresentado por Marx e Engels. A condição de censura, imposta pelo regime fascista no cárcere, impele o autor a utilizar essa forma lexical menos vistosa (MORDENTI, 2017).

O significado de classes fundamentais, em Gramsci (1999, p. 427), pode ser identificado a partir do seguinte fragmento do Caderno 10, II, 61:

A concepção do Estado segundo a função produtiva das classes sociais não pode ser aplicada mecanicamente à interpretação da história italiana e européia [*sic*] desde a Revolução Francesa até todo o século XIX. Embora seja certo que, para as classes fundamentais produtivas (burguesia capitalista e proletariado moderno), o Estado só é concebível como forma concreta de um determinado mundo econômico, de um determinado sistema de produção, disso não deriva que a relação de meio e fim seja facilmente determinável e assuma o aspecto de um esquema simples e óbvio à primeira vista.

Essa afirmação sustenta-se na crítica marxiana ao capitalismo e na concepção liberal que funda a dinâmica que estabelece a relação entre Estado e sociedade. Nesse sentido, Gramsci chama atenção para a compreensão do movimento da luta nos diferentes contextos, e para as lutas de classes no interior deste processo de formação política, entrelaçada por mecanismos de ajustes. Representados por momentos expressos pelas relações de força, perpassam a conquista da hegemonia no campo econômico, cultural e político, caracterizando as ações de controle que envolve o consenso e a força e caracterizam o momento político.

Essas condições possibilitam que os grupos sociais se desenvolvam no terreno das contradições, a partir do aspecto econômico, caracterizado por fase econômica do momento político das relações de força. Gramsci alude a uma segunda fase marcada pela organização econômico-corporativa em que o grupo social se unifica por meio de interesses comuns.

Em uma terceira fase das relações de força, os elementos políticos superam os aspectos corporativos presentes na relação interna do grupo, permitindo, aos grupos sociais, a compreensão de sua própria situação enquanto classe, bem como suas tarefas e determinações em direção a uma revolução cultural e estrutural da realidade.

Gramsci (2007) denomina esse momento como *ético-político*, mediante a ação política do partido, como organizador moral e difusor de uma nova concepção de mundo que fortalece a relação política e os interesses de classe, tornando-os universais. Nessa fase ocorre a passagem dos grupos sociais de uma esfera de interesse particular para o interesse universal, da esfera egoísta-passional para a esfera ético-política.

[...] e esta função é desempenhada pelo partido precisamente na dependência de sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um

grupo social nascido e desenvolvido como ‘econômico’, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política (GRAMSCI, 2001a, p. 24).

Representa a referência de organicidade que compõe as formas de relações entre os sujeitos de determinados períodos históricos, cujo terreno da determinação estrutural, em consonância com as instituições da superestrutura, capacita os grupos sociais a tomar para si certa concepção de mundo ou questioná-la. Isto porque os grupos sociais representam os vários interesses da sociedade civil, de concepção proletária ou burguesa.

Na ocupação de espaços e dos mecanismos de participação ou aparelhos privados de hegemonia na representação social, que se concretiza nas características de interesses divergentes em luta pela hegemonia e consenso, o exercício democrático participativo resulta na definição de projetos e propostas da classe fundamental hegemônica, mas mediante resistências. Isto explica o debate entre conselheiros de diferentes representações no CME de Araucária, conforme registro em ata, cujo excerto se transcreve a seguir.

A presidente lembrou que o CME precisa estar a serviço da educação e que os segmentos precisam defender o todo e não grupos específicos como os de funcionários que já possuem um Sindicato em sua defesa. Salientou ainda que os representantes de pais precisam pensar na Educação Infantil e no Ensino Fundamental abrangendo suas modalidades, saindo da esfera da defesa somente da Educação Especial, por exemplo. Concluiu dizendo que é necessário pensar nas crianças e nos estudantes de um modo geral, pois estes não têm um órgão representativo ligado à Educação que defenda unicamente seus direitos como é o sindicato para os professores. A conselheira representante do segmento de mães [...] comentou que quando lutam pelos direitos para a criança com deficiência, o ganho é para todos. A conselheira [...] também representante dos pais comentou que a caminhada é árdua para os pais que tem filhos na Educação Especial e gostaria que os pais do Ensino Fundamental participassem mais do Conselho pois equilibraria as defesas. A conselheira [...], do segmento do Magistério comentou que algumas pautas dos sindicatos dos servidores são específicas, mas que outras pautas são as mesmas do CME e não estão contrárias ao interesse da educação ou das crianças e adolescentes (ARAUCÁRIA, 2019c, p. 3-4).

Nesse caso, é fundamental destacar a questão da representatividade dos grupos, a articulação dinâmica entre os intelectuais e as massas. Essa relação define a qualidade da intervenção e da participação democrática das classes sociais e a atuação política frente às demandas apresentadas na realidade, e o grau de mobilização dos sujeitos envolvidos nas diferentes instituições da sociedade.

Isso remete a considerar a preocupação de Gramsci (2007, p. 35) com o dever ser, tendo em vista que

A questão, portanto, não deve ser posta nestes termos, é mais complexa: ou seja, trata-se de ver se o ‘dever ser’ é um ato arbitrário ou necessário, é vontade concreta ou veleidade, desejo, miragem. O político em ato é um criador, um suscitador, mas não cria a partir do nada nem se move na vazia agitação de seus desejos e sonhos.

Portanto, foi necessário evidenciar como se estabelece a relação de representação institucional entre dirigentes e dirigidos pertencentes a determinado grupo social, em direção à participação em conselhos de controle social da educação, frente ao pressuposto gramsciano da função dos intelectuais em relação à preparação intelectual, e desenvolvimento de uma nova cultura no processo de participação política da classe à qual estão vinculados. Nesse sentido, foi fundamental identificar como se estabelecem os mecanismos de comunicação e organização das decisões em relação aos problemas enfrentados pelos grupos sociais.

Tendo em vista que essa categoria instrumentaliza e promove o reconhecimento das contradições e das condições objetivas concretas presentes nos processos decisórios, também permite entender que o posicionamento dos intelectuais e as relações que eles mantêm com os sujeitos envolvidos nos processos participativos se configura na possibilidade de localizar os interesses das classes em disputa.

A categoria dos intelectuais aludida por Gramsci (2001a) subsidia a compreensão da participação como componente de um processo democrático carregado de interesses que, conduzido no sentido de fomentar as condições de igualdade e coletividade sob o crivo das necessidades reais, pode instigar os sujeitos ao embate e à compreensão dos processos de participação.

Continua Gramsci (1999, p. 399):

Disso se deduz a importância que tem o ‘momento cultural’ também na atividade prática (coletiva): todo ato histórico não pode deixar de ser realizado pelo ‘homem coletivo’, isto é, êle [*sic*] pressupõe a obtenção de uma ‘unidade cultural-social’ pela qual uma multiplicidade de vontade desagregadas, com fins heterogêneos, solda-se conjuntamente na busca de um mesmo fim, com numa idêntica e comum concepção de mundo (geral e particular, transitoriamente operante — por meio da emoção — ou permanente, de modo que a base intelectual esteja tão enraizada, assimilada e vivida que possa se transformar em paixão). Já que assim ocorre, revela-se a importância da questão lingüística [*sic*] geral, isto é, da conquista coletiva de um mesmo ‘clima’ cultural.

Nesse sentido, Lima (2009) corrobora, em suas reflexões sobre a necessidade de compreender o papel dos intelectuais e a atuação na coletividade, tendo em vista o fortalecimento dos órgãos institucionais, entre eles os conselhos de educação.

É importante salientar que o conselho é um canal legítimo de participação e, como tal, tem suas limitações. Entretanto, deve ser ocupado por pessoas que concebam a si mesmas como sujeitos históricos, que são capazes de mudar e construir um conselho que garanta a participação, a democracia, a autonomia em um sentido mais crítico, mais político, para que, daí, estas construam sua legitimidade social para confrontar com as atitudes impositivas, autoritárias e conservadoras (LIMA, 2009, P. 485).

Sendo assim, ao considerar que a luta entre as classes, que se desenvolve a partir da e no terreno da sociedade civil, o objeto de investigação permitiu destacar a luta pela efetivação do domínio e direção das demandas educacionais da sociedade e a dinâmica desse movimento, a partir da sociedade organizada em grupos sociais representativos.

A partir deste aspecto, apresentam-se categorias elucidativas para a leitura da realidade concreta. Gramsci (2001a) discorre a respeito da clareza estabelecida pelos grupos sociais em relação à concepção de mundo, à compreensão da necessidade de estabelecer a passagem do momento meramente econômico para o momento ético-político, características fundamentais que possibilitam, ao grupo social dominante, dirigir e organizar a vontade coletiva.

Que todos os membros de um partido político devam ser considerados como intelectuais é uma afirmação que pode se prestar à ironia e à caricatura; contudo, se refletirmos bem, nada é mais exato. Será preciso fazer uma distinção de graus; um partido poderá ter uma maior ou menor composição do grau mais alto ou do mais baixo, mas não é isto que importa: importa a função, que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, isto é, intelectual (GRAMSCI, 2001a, p. 25).

A irrupção da classe trabalhadora para a condução da sociedade sem classes caracteriza-se pela luta estabelecida no interior dos órgãos de classe, ou de controle, ou de instituições do Estado. A efetivação da verdadeira democracia popular ou conselhistas, para Gramsci, exige que o grupo social que representa os interesses da classe trabalhadora atue ativa e efetivamente na luta pela igualdade de condições materiais e de direitos (SCHLESENER, 2018).

No acirramento de forças entre os grupos sociais no terreno da sociedade civil e do Estado, são debatidas as propostas de anulação, modificação, confirmação de direitos públicos estabelecidos, bem como proposições de novos direitos. Como ocorre esse processo? Que resultados são postos pela sociedade civil e sociedade política por meio da representação democrática dos diferentes grupos sociais?

Ao considerar que as proposições e deliberações presentes na atuação política dos CMEs expressam interesses e disputas de classe permeadas pela ação hegemônica e as relações de força, na próxima subseção apresentam-se essas categorias conceituais de referência fundamental para a compreensão dos desdobramentos e da articulação política na direção da manutenção ou transformação da realidade social.

2.3 HEGEMONIA E RELAÇÕES DE FORÇA

Segundo Cospito (2017), a primeira ocorrência do termo hegemonia nos Cadernos do cárcere aparece no caderno 1, por meio da expressão hegemonia política. Essa inferência denota a distinção apontada por Gramsci entre hegemonia econômica e hegemonia política e cultural, diferença que não separa, mas especifica elementos particulares e moleculares.

No decorrer de seus escritos, o conceito de hegemonia está muito ligado ao pensamento do autor aos grupos sociais, que evidencia elementos que vão desde a estrutura econômica até aspectos relacionados com linguística, antropologia, religião, cultura e política. Essa relação ao âmbito dos contextos sociais, ora indicam um sentido restrito do termo, ora referem-se a sua abrangência ampliada.

No sentido restrito, refere-se à relação de direção em oposição a domínio; e no sentido amplo, no aspecto que promove uma relação orgânica entre direção e domínio, porque o grupo que domina deve ser dirigente, condição que permite, ao grupo dominante, a hegemonia por meio do consenso coraçado de coerção. “Quando um grupo ou uma classe social se alça a uma condição de iniciativa, isto se dá primeiramente no campo econômico-corporativo depois no campo cultural e político, até a consolidação intelectual e moral de uma hegemonia” (SAID, 2006, p. 63).

Isso remete a destacar a insistência, nos cadernos do cárcere e nos escritos políticos a respeito da organização dos grupos sociais, a presença do elemento cultural, que traduz a percepção gramsciana de uma revolução cultural na sociedade.

Sendo assim, ao considerar o valor das ideologias, as quais estabelecem estreita relação com a estrutura material, Gramsci discorre sobre pontos distintos que permitem situar as relações hegemônicas.

É necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalísticas, ‘voluntaristas’. Enquanto são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade ‘psicológica’: elas ‘organizam’ as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Enquanto são ‘arbitrárias’, não criam mais do que ‘movimentos’ individuais, polêmicas, etc. (nem mesmo estas são completamente inúteis, já que funcionam como o erro que se contrapõe à verdade e a afirma) (GRAMSCI, 1999, p. 237-238).

Gramsci insiste e ressalta a relação que existe entre as ideologias e as forças materiais, sem as quais as ideologias não fazem sentido (LIGUORI, 2017).

O Príncipe de Maquiavel poderia ser estudado como uma exemplificação histórica do ‘mito’ soreliano, isto é, de uma ideologia política que se apresenta não como fria

utopia nem como raciocínio doutrinário, mas como uma criação da fantasia concreta que atua sobre um povo disperso e pulverizado para despertar e organizar sua vontade coletiva (GRAMSCI, 2007, p. 13-14).

A relação entre grupo dirigente e dominante aparece no Caderno 4, ao ser tematizada a relação entre sociedade civil e hegemonia, no qual Gramsci (2007) dedica seus apontamentos sobre as relações entre estrutura e superestrutura distinguindo 3 momentos: o primeiro estritamente ligado à estrutura; o segundo, às relações de forças políticas; e o terceiro, às relações de forças militares²⁹ (COSPITO, 2017).

Destaca-se, nesse momento, que

No sistema hegemônico existe democracia na medida em que existe um movimento molecular entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos, ou seja, ‘na medida em que (o desenvolvimento da economia e, portanto) a legislação (que expressa este desenvolvimento) favorece a passagem (molecular) dos grupos dirigidos ao grupo dirigente’. A democracia, portanto, não se conclui na ideia de gestão nascida da paridade de poder entre dirigentes, mas na ‘passagem molecular’ da situação de dirigido para a situação de dirigente, num processo de construção da hegemonia. Para tanto, o pressuposto é a igualdade social, ou seja, pressupõe a abolição da desigualdade gerada pela exploração do trabalho ou outra forma de exploração e de dominação. Uma democracia concreta implica a existência de uma nova sociedade sem qualquer forma de abstração que oculte ou mascare a dominação. Para tanto, torna-se necessário superar a separação entre forma e conteúdo, dirigentes e dirigidos, própria da democracia burguesa, a fim de criar as bases de uma nova ordem social e política (SCHLESENER, 2018, p. 75).

Conforme apontado na subseção anterior, o momento das relações de força passa por diversas fases, que culminam naquela mais abertamente política. Em outras palavras, culminam em uma fase democrática que supera questões particulares e de pequena política, cuja preponderância do exercício político supera as necessidades puramente econômicas passionais.

É importante ressaltar que as questões políticas e democráticas inserem-se em limites que dificultam as lutas de classes. Pode-se pontuar, a partir dos apontamentos, que o sistema econômico e jurídico que firma o pacto social no Brasil restringe a participação dos grupos e classe trabalhadora no processo decisório e democrático; portanto, a democracia burguesa opera um cerceamento do enfrentamento via coerção e consenso. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de identificar as demandas sociais e políticas ancoradas no âmbito da sistematização política de caráter burguês democrático.

Assim, “reafirmamos, a partir deste contexto, que a gestão democrática, da perspectiva de Gramsci, implica a participação efetiva das massas, a sua autonomia construída a partir de

²⁹ Na seção que tratou sobre os *grupos sociais*, apresentaram-se as reflexões de Gramsci a respeito do segundo momento das relações de força, que diz respeito ao elemento político. A opção de apresentar antecipadamente o conceito pauta-se na organicidade da obra gramsciana, a qual permite a relação dialética em movimento, e não de forma mecânica.

um trabalho coletivo e a possibilidade de acesso dos dirigidos a dirigentes” (SCHLESENER, 2018, p. 83).

A relação de dominação e direção aprofundada por Lênin, torna-se assunto debatido e exposto, em textos no jornal *Ordine Nuovo*, por Gramsci, fiel leitor e membro ativo do PCI. No transcorrer do período de 1920 a 1924, constata-se um amadurecimento na obra do autor, que compreende o papel dirigente de classe e sua relação com o conceito de hegemonia ao retomar Lênin palavra por palavra (BUCI-GLUCKSMANN, 1980).

Com o aprofundamento do conceito de dominação e direção por Lênin e Gramsci, destaca-se a necessidade de um trabalho cultural que permita a passagem molecular dos dirigidos ao posto de dirigente e vice-versa, primando pela rotatividade no poder e a elaboração de uma classe operante e organicamente interessada, envolvida em questões vitais para a hegemonia.

É importante chamar a atenção a que esse movimento não deve ser irrompido pela burocracia estatal e nem pela figura de um chefe, o qual ordena a partir da organicidade das relações entre os sujeitos dos grupos sociais com meios e fins delimitados por objetivos práticos e teóricos (BUCI-GLUCKSMANN, 1980).

Assim, o tema da revolução cultural, longe de um aspecto idealista da realidade, faz-se a partir da transformação dos elementos estruturais que determinam uma superestrutura complexa estabelecida na sociedade europeia do início do século XX. Em Lênin e Gramsci, é recorrente a categorização da hegemonia, não a estatal, mas as características que expressam mecanismos fundamentais para a implantação de uma ditadura do proletariado, em face da organização de dirigentes e dirigidos mediante um movimento molecular.

Contudo, conforme Buci-Glucksmann (1980), as determinações históricas e a conjuntura da experiência do fascismo, a partir do de 1926, levam Gramsci a debater o retorno da estratégia da *frente única*, a qual assume um caráter de guerra permanente, tendo em vista o planejamento e táticas de ocupação de espaços pela sociedade civil representada na luta dos grupos sociais do proletariado pela hegemonia, e que representa a *guerra de posição*.

Essa retomada da *frente única* nos Cadernos do cárcere denota o seguinte posicionamento, que reafirma o elemento cultural e de revolução permanente:

O elemento decisivo de cada situação é a força permanentemente organizada e há muito tempo preparada, que se pode fazer avançar quando se julga que uma situação é favorável (e só é favorável na medida em que esta força exista e seja dotada de ardor combativo). Por isso, a tarefa essencial consiste em dedicar-se de modo sistemático e paciente a formar esta força, desenvolvê-la, torná-la cada vez mais homogênea, compacta e consciente de si (GRAMSCI, 2007, p. 45).

Ao traduzir as questões pontuadas por Gramsci, durante sua elaboração prático-teórica em relação à análise dos organismos de representação política da sociedade civil no contexto brasileiro contemporâneo, é necessário considerar que existe uma discrepância que se apresenta no âmbito da organização dos CMEs, ao evidenciar o aspecto concreto da paridade em sua composição, bem como a força de coesão presente na representatividade dos grupos sociais.

Autores como Lima e Nunes (2011) consideram a descaracterização desses órgãos, que em muitos dos casos se apresenta como hegemonia estatal por meio da representação hegemônica da sociedade política, caracterizada por uma concepção de mundo pautada que sustenta uma relação de força *econômico-corporativa*. Assim, é necessário destacar que, “de fato, a maioria dos Conselhos existentes, como é o caso dos Conselhos Municipais de Educação, por exemplo, não ultrapassam em nada o campo do debate, não ganham reconhecimento e nem mesmo autonomia para fazer cumprir a lei” (LIMA; NUNES, 2011, p. 141).

Essa característica aponta para questões de ordem hegemônica na constituição da institucionalização dos CMEs, que influenciam as normatizações e deliberações emitidas por estes órgãos. Portanto, as relações presentes nos processos de formalização das políticas públicas municipais estão atreladas aos meandros dos interesses dos grupos com maior capacidade de influenciar decisões coletivas.

Nesse sentido, o Estado como elemento mediador, torna-se campo de embate e de luta pela hegemonia, permeado por ideologias (GRAMSCI, 1999). Neste caso, como categoria que viabiliza as relações de forças presentes no movimento de organização das demandas do Estado, destaca-se a hegemonia de uma classe sobre a outra.

Isso permite compreender a questão, mediante o indicativo de que uma relação hegemônica tem uma função pedagógica, pois a reversão da práxis se pronuncia na ocupação dos espaços de autonomia em que a sociedade civil, na relação com o Estado, estabelece uma relação pedagógica (GRAMSCI, 1999).

Sob esse aspecto, delimita-se a conceituação de participação da sociedade civil nos processos de consolidação da democracia a partir de dois paradoxos pontuados por Lima e Nunes (2011), os quais remetem ao momento ético-político das relações de força.

A participação voluntária ocorre quando certo grupo se organiza autonomamente e define seus próprios objetivos e métodos. Contudo, muitas vezes, também, esse tipo de atuação parte de iniciativas externas aos membros do grupo, como na participação provocada, que dirige e manipula outros em prol de objetivos já estabelecidos (LIMA; NUNES, 2011, p. 117).

Esses dois momentos da prática democrática da sociedade civil estabelecem novas formas de conformação ou de ativismo político, caracterizando as relações pedagógicas intrínsecas ao processo de hegemonia.

Sendo assim, a possibilidade de construção de uma participação efetiva pautada na igualdade de condições participativas, e que explicita a organização, mobilização social e novas formas de coordenar as demandas educacionais por meio de aparatos instrumentais de controle social das políticas educacionais (LIMA, 2011), passa pelo terreno da luta de classes, que nasce na sociedade civil e suscita a necessidade de organização ético-política dos grupos sociais representativos do proletariado.

Para compreender a relação estabelecida no movimento político institucional, é necessário colocar em destaque as determinações e os pontos de embate entre a participação da sociedade civil nos processos decisórios das políticas públicas educacionais em relação ao enfrentamento das desigualdades e da luta pela consolidação dos direitos constitucionais proclamados e efetivados.

Portanto, o momento-chave que Gramsci chama de *análise das situações* ou das *relações de força* (COUTINHO, 2017) ocupa espaço importante no binômio conceitual *grande política-pequena política*. Em outras palavras, a consciência de classe permite uma homogeneidade que promove a superação do plano econômico-corporativo e o avanço no sentido ético político, em direção a tonar a relação entre os grupos sociais universais focados nas questões estratégicas do Estado, do seu fortalecimento, da sua transformação.

Seria, então, marcado por

[...] uma fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em ‘partido’, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano ‘universal’, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados (GRAMSCI, 2007, p. 41).

Nesse sentido, a categoria *hegemonia* explicita que

[...] a gestão não pode ser apenas administrativa ou uma forma de paridade de poder no âmbito da estrutura de governo. Falar de gestão implica esclarecer os pressupostos da democracia burguesa e estender que tal democracia é apenas uma forma de exercício do poder que se consolidou porque mistificou a realidade mascarando ou ocultando os conflitos sociais e a luta de classes (SCHLESENER, 2018, p. 84).

Segundo Coutinho (2017), o conceito *relações de força* estabelece relação orgânica com boa parte dos conceitos apresentados nos Cadernos do cárcere. É necessário considerar que compreender a luta hegemônica, e a sociedade civil e seus elos com o Estado sem remeter-se ao conceito de relação de forças, se torna tarefa impossível no referencial gramsciano. Para além de sua importância em virtude de se apresentar como conceito estratégico, as relações de força compreendem, no Caderno 13, papel fundamental para a discussão sobre a democracia burguesa e proletária, assunto a ser esboçado na próxima subseção.

2.4 DEMOCRACIA OPERÁRIA VERSUS DEMOCRACIA BURGUESA

Partindo do pressuposto de que a democracia não ocorre por si mesma, mas se configura nas relações estabelecidas entre os diversos grupos sociais e as necessidades postas na realidade, denota-se que o caminho a ser percorrido para a construção de uma sociedade democrática vem sendo garantido por aparatos legais que permitem a organização e atuação da sociedade civil e da sociedade política, por meio de instituições oficializadas e representativas³⁰.

Ao estabelecer a diferença entre democracia burguesa e democracia proletária, sendo esta última vinculada à superação das desigualdades econômicas, é possível posicionar as questões norteadoras da tese com o objetivo de polarizar a divergência entre diferentes concepções de mundo, de homem e de sociedade.

O problema da gestão não é apenas de diretriz política de governo, da funcionalidade das políticas públicas e sua realização prática, mas de como a gestão expressa um projeto de sociedade e de como reflete as mudanças que ocorrem a partir do modo como os grupos sociais se inserem na vida produtiva da sociedade (SCHELESENER, 2018, p. 65).

Em relação à problemática apontada por Gramsci, pertinente à democracia liberal cuja concepção de mundo sustenta a liberdade individual e a igualdade de direitos sem igualdade econômica, que insere os trabalhadores em uma condição de desigualdade complexa, verifica-se que o nivelamento socioeconômico é organizado por meio de pequenas reformas sociais, sem concretizar uma profunda transformação na economia.

³⁰ No momento histórico brasileiro, o ato da Presidência da República, representado pelo Decreto Nº. 9.759, de 11 de abril de 2019, “Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal”. Dentre os motivos que justificam tal decreto cabe destacar o item 5 exposto pelo ministro chefe da casa civil: “o fato é que o excesso de colegiados resulta em problemas muito mais graves, entre os quais citamos, a título exemplificado: - Grupos de pressão, tanto internos quanto externos à administração, que se utilizam de colegiados, com composição e modo de ação direcionado, para tentar emplacar pleitos que não estão conforme a linha das autoridades eleitas” (BRASIL, 2019d).

A partir da compreensão gramsciana de democracia, a qual é construída pelos homens no processo de movimento e desenvolvimento de reprodução socioeconômica, já que a forma do liberalismo clássico produz, na história humana, a forma e conteúdo da democracia moderna e sendo *status* condicionado ao aspecto econômico, é importante considerar a necessidade de tipificar e esclarecer sua característica socioeconômica e cultural.

No caderno 13, § 30, Gramsci, considera a preponderância do momento econômico-corporativo na eleição de representantes a determinados governos com a seguinte afirmação:

Da crítica (de origem oligárquica, e não de elite) ao regime parlamentarista (é estranho que esse não seja criticado pelo fato de que a racionalidade historicista do consenso numérico é sistematicamente falsificada pela influência da riqueza), estas afirmações banais se estenderam a qualquer sistema representativo, mesmo não parlamentarista e não formado segundo os padrões da democracia formal (GRAMSCI, 2007, p. 83).

Nesse sentido, Gramsci, em carta para a cunhada Tânia, descreve a democracia parlamentar como um desastre (LIGUORI, 2017).

Frente a essas questões, nesta subseção pretende-se aprofundar a discussão sobre a democracia moderna, fundada no advento do liberalismo; e a crítica gramsciana em relação à ampliação do termo *democracia* na realidade concreta, mediante as relações econômicas e políticas estabelecidas pelos grupos fundamentais (proletariado e burguesia).

A partir da perspectiva gramsciana, as lutas de classes devem estar pautadas no objetivo de instaurar uma democracia que equalize a relação entre governantes e governados. Isso implica em uma mudança pedagógica, ou seja, que o operário tenha condições de ser dirigente e que o partido, por meio dos intelectuais orgânicos, organize as condições necessárias para que ele possa ser via uma revolução cultural.

O terreno com as condições para que se estabeleça a revolução cultural está colocado via instituições representativas, algo significativo para a disseminação de uma nova concepção de mundo. Isto porque

[...] a vida social da classe trabalhadora é rica de instituições, articula-se em múltiplas atividades. É necessário desenvolver estas instituições e estas atividades, organizá-las em conjunto, coligá-las num sistema vasto e agilmente articulado que absorva e discipline toda a classe trabalhadora (GRAMSCI, 1976, p. 339).

Portanto, a questão pontual para compreender a participação dos grupos sociais representados por instituições da sociedade civil via conselhos de controle social, neste caso, os CMEs, implica em considerar que,

Se a relação entre intelectuais e povo-nação [*sic*], entre dirigentes e dirigidos, entre governantes e governados, é dada graças a uma adesão orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, desta forma, saber (não de uma maneira mecânica,

mas vivida), só então a relação é de representação, ocorrendo a troca de elementos individuais entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos, isto é, realiza-se a vida do conjunto, a única que é força social; cria-se o ‘bloco histórico’ (GRAMSCI, 1999, p. 222).

A respeito da organização do grupo social proletário, Gramsci pergunta como fazer tornar concreto (e não apenas no campo escolástico) aquele direito abstrato de autogoverno (LIGUORI, 2017, p. 189).

Retorna-se ao contexto descrito na subseção anterior, em que Gramsci denota a importância dos conceitos de grupos dirigentes e grupos dirigidos em relação aos significados de democracia.

Entre os muitos significados de democracia, parece-me que o mais realista e concreto se possa deduzir em conexão com o conceito de hegemonia. No sistema hegemônico, existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos na medida em que o desenvolvimento da economia e, por conseguinte, a legislação que expressa este desenvolvimento favorecem a passagem molecular dos grupos dirigidos para o grupo dirigente (GRAMSCI, 2007, p. 287).

Conforme Oliveira (2018), a inexistência de igualdade política, que pressupõe a necessidade de existir igualdade econômica, fortalece a desigualdade das relações de força. Implanta-se a vulnerabilidade e subalternidade participativa, situação que exige, no decorrer do processo de pesquisa, a condição de desvelar como os indivíduos compreendem a participação democrática, no sentido de identificar crenças, valores, pressupostos e concepção de mundo que sustentam opiniões e ideias a respeito do ato democrático e da participação no processo político.

Sendo assim,

[...] a noção de gestão democrática no contexto da obra de Gramsci vai muito além da paridade de poder no âmbito da estrutura de governo e implica necessariamente a inclusão das classes populares no processo político, de forma ativa e operante, em seus movimentos sociais de origem espontânea, pelos quais se pode construir uma democracia efetiva (SCHELESENER, 2018, p. 68).

O reconhecimento desta postura, tendo em vista a crítica gramsciana em relação ao parlamentarismo, que expõe condições de representatividade que restringem a participação popular devido à falta de presença efetiva dos grupos representados durante o processo de governabilidade, configura-se em câmaras de representação que não conduzem ao exercício participativo democrático ampliado (SUPPA, 2017). Essas características sustentam as críticas de Gramsci sobre o enfraquecimento do parlamentarismo. Conforme Suppa (2017, p. 603), para Gramsci, “[...] se funda também no crescimento do sindicalismo e na sua objetiva contradição com um sistema de representação do tipo parlamentar”.

Nessa discussão está a necessidade de problematizar o sufrágio como ponto de partida, e não de chegada. No Brasil, nas últimas eleições, um exemplo da consciência de classe e da formação da vontade coletiva expressou-se na candidatura coletiva ao mandato representativo na câmara de vereadores da cidade de São Luís³¹, no estado do Maranhão; e na cidade de Ponta Grossa³², no estado do Paraná. Um movimento que expressa a necessidade de pautar questões fundamentais de classe, e que conduz a enfatizar a possibilidade de representação democrática e uma frente de luta pautada nas desigualdades de condições materiais e de concepções de mundo antagônicas. É questão da organicidade da política e da representação efetiva da classe em luta.

Nesse sentido, fundamentado em Castro (2007), Luz (2014) considera a democracia partindo de dois paradoxos. De um lado, existe uma dupla racionalidade que se exprime pelo descompasso das atitudes democráticas de forma e pelas atitudes pautadas no conteúdo; por outro, a democracia da forma é concebida como minimalista, em detrimento à concepção de democracia como conteúdo, a qual é caracterizada como maximalista.

Esse paradoxo encontra explicação no conceito de hegemonia de Gramsci, ao permitir destacar os interesses da classe. A classe dominante sobrepuja a classe trabalhadora, quando impõe seus valores e crenças para a manutenção e preservação da estrutura econômica, por isso meramente formal, minimalista.

No contexto das relações de exploração, as relações de dominação, especificamente na busca do momento consensual, tornam-se centrais e principais no contexto do avanço do sistema capitalista e impõem-se por toda a parte. Todos os espaços sociais se tornam espaços políticos (e contraditórios) das relações de dominação, isto é, adquirem o caráter de uma política cuja finalidade é bem mais a reprodução das relações de produção do que o lucro imediato ou o crescimento da produção (CURY, 1989, p. 55).

Essa organização das políticas de controle social, sob o controle do capital, delimita a participação e a recoloca no movimento de uma democracia correspondente à estrutura vigente na sociedade contemporânea, e sustenta a tese de que a democracia burguesa se pauta na forma e no conteúdo específico de uma agenda definida pela classe que a instituiu.

Conforme Konder (2001), a respeito da participação da sociedade civil, é necessário considerar que os liberais apresentam uma preocupação aguda em relação ao tema. As agitações

³¹ O coletivo é formado por militantes do PT e 6 membros que moram em bairros da zona rural e da periferia do município de São Luís, para o mandato de 2021 a 2024 (G1, 2020).

³² Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 2020, o estado do Paraná registrou 13 candidaturas coletivas, sendo eleita 1 dentre estas, a bancada *Mais Coletivo*, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), no município de Ponta Grossa. Cabe destacar que, no Brasil, nas últimas eleições municipais, foram registradas 250 candidaturas coletivas (CÂNDIDO, 2020).

e movimentos impostos pelos diferentes grupos sociais geram acirramento das lutas entre as classes, desconforto, pressão ideológica e possíveis abalos nas estruturas do capital. Sendo assim, defende-se a liberdade formal (dentro de limites bem definidos) em detrimento da igualdade real.

Por outro lado, cabe ressaltar que,

Contudo, a sociabilidade atualmente conhecida pode também ser *social* de modo profundo e responsável, assumindo a forma de *genuína cooperação*. Tudo depende da orientação seguida na instituição de valor pelos indivíduos sociais, que podem ou bem favorecer as potencialidades positivas da humanidade ou, ao contrário, alinhar-se aos contravalores cada vez mais perigosos do capital – conforme escolhem entre as alternativas reais disponíveis – ao confrontar ou esquivar-se do desafio do fardo de seu tempo histórico (MÉSZARÓS, 2011, p. 38, grifos do autor).

Esse embate ideológico encontra resistência nos interesses de grupos antagônicos à aceitação passiva das condicionalidades engendradas na busca insustentável do lucro a todo custo. Portanto, romper com as determinações impostas pela concepção capitalista, que anuncia o fim da história, e por sua vez destrói a objetividade coletiva, indica como caminho o enfrentamento consciente do desafio posto à sociedade civil no momento superestrutural do espaço autônomo (MÉSZÁROS, 2011).

Por outro lado, as relações de força e de interesse inviabilizam a ação efetiva, o envolvimento espontâneo e comprometido da sociedade civil. Explicado de outra forma, é a prevalência da hegemonia couraçada de coerção manifestada pelo Estado, e nesse sentido, faz-se necessário destacar o momento catártico³³ como categoria que permite reconhecer a possibilidade de mudança no momento político das relações de força.

Sendo assim, Gramsci, ao discorrer sobre a formação política das sociedades ocidentais, em relação aos Estados mais avançados e ao aludir o conceito de guerra de posição, aponta para a existência de uma justa relação na sociedade civil. Isto porque, nessas sociedades, “[...] a ‘sociedade civil’ tornou-se uma estrutura muito complexa e resistente às ‘irrupções’ catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.); as superestruturas da sociedade civil são como o sistema das trincheiras na guerra moderna” (GRAMSCI, 2007, p. 73).

Ao levar em conta que a constituição das instituições representativas da sociedade, formalizadas na lógica liberal como representantes da vontade coletiva, por meio dos conselhos

³³ “Pode-se empregar a expressão ‘catarse’ para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa, também, a passagem do ‘objetivo ao subjetivo’ e da ‘necessidade à liberdade’” (GRAMSCI, 1999, p. 314).

gestores, conselhos de controle social, é via de mão de dupla, caracterizada pelas prerrogativas neoliberais e por uma relação que possibilita, de forma contraditória, a passagem da necessidade à liberdade por meio das lutas entre as classes (GRAMSCI, 1999).

E outras palavras, a participação da sociedade civil traz, para o terreno das contradições, a possibilidade do envolvimento dos indivíduos nas questões problematizadas no Estado. Nessa relação, ocorre a luta pela hegemonia. Os embates e as lutas travadas promovem a necessidade de organizar mecanismos de participação em vista da defesa de interesses da classe trabalhadora, em movimento de inversão da lógica democrática burguesa.

Destaca-se que, após a reforma do aparelho do Estado, na década de 1990, o governo federal passou a subsidiar os serviços da área pública sem se responsabilizar pela sua execução e funcionamento, a partir do engodo da participação como bandeira de uma nova perspectiva de democracia. A presença da sociedade civil no processo de construção das políticas públicas não garante a efetivação da democracia participativa, pois se estabelecem relações hegemônicas que apresentam características próprias.

De acordo com Gramsci (2007), a democracia tornou-se o terreno da luta de classes no ocidente, e a sociedade civil encontra, na participação institucionalizada, um espaço de manobra em relação à *guerra de posição*, que exige organização e consciência de classe nos processos decisórios e participativos. É um momento de catarse que favorece a prática democrática e a luta pela hegemonia.

O envolvimento da sociedade civil no debate e no âmbito da responsabilização pelo controle social e implementação das políticas públicas impele um movimento contrário, um movimento de luta hegemônica, que sustenta a luta de classes no processo democrático institucionalizado pelo Estado.

Conforme Lima (2011), a conquista de espaços democráticos institucionalizados permite apontar a contradição entre o afastamento e a presença dos sujeitos no processo democrático. Esse movimento contraditório dinamiza os imperativos de ordem econômica. Contudo, instiga e possibilita a organização dos sujeitos em processos democráticos representativos e participativos legalmente instituídos. No que se refere à participação ativa, pautada na consciência da concepção de mundo que fundamenta o processo participativo, exige organização do grupo de intelectuais orgânicos.

Portanto, falar de gestão democrática pressupõe dizer de qual gestão e de qual democracia se fala, visto que a grande política compreende a natureza do Estado e sua tarefa, na sociedade burguesa, de defender e conservar determinadas estruturas econômicas e sociais. Se não se explicita a posição política da qual se parte, se fala

sempre em abstrato mistificando a realidade visto que falar em abstrato significa apoiar-se em uma forma sem conteúdo (SCHLESENER, 2018, p. 65).

Mediante os apontamentos, o objetivo foi desvelar as efetivas demandas e a formalização das ações participativas organizadas pelas classes em embate por espaços participativos, e a justa relação entre a hegemonia dos grupos dominantes, pois a função das relações de força, no campo da concretização dos interesses de classe, viabiliza a dominação e a direção dos projetos para a sociedade.

Conforme Saviani (2016), as relações de classe estabelecidas no controle e organização da sociedade civil, em vista da participação da classe trabalhadora a partir da perspectiva gramsciana de hegemonia, possibilitou analisar a forma e o conteúdo político presentes na luta de classes.

Sendo assim, a contribuição marxista de Antonio Gramsci permitiu aprofundar a análise crítica, pois coloca em destaque a influência política, cultural, intelectual e moral dos grupos sociais, e a capacidade da sociedade civil em encontrar fundamentos políticos na relação entre os intelectuais e as massas. Segundo Gramsci, é na sociedade civil que se desenvolve a luta pela hegemonia (LIGUORI; VOZA, 2017).

Lima (2011) considera que a conquista de espaços democráticos institucionalizados aponta para a contradição presente no afastamento e na necessidade da presença dos sujeitos representativos das instituições sociais no processo democrático. Esse movimento contraditório dinamiza os imperativos de ordem econômica, mas instiga e possibilita a organização dos sujeitos em processos democráticos representativos e ou participativos legalmente instituídos.

Portanto, as categorias de luta de classe e hegemonia permitiram posicionar os conflitos e as medidas tomadas pelo governo na relação com a sociedade, na implementação das políticas públicas educacionais inseridas em uma determinada ordem econômica, que tem um determinado sistema de produção como fundamento das relações sociais presentes no complexo contexto histórico contemporâneo.

Sendo assim, assumindo a categoria da totalidade como postura teórica, foi possível focalizar a contribuição gramsciana a respeito da análise das situações, que viabiliza identificar as ações e deliberações existentes entre o Estado, ou seja, sociedade civil e política, a partir da compreensão do papel desempenhado pelo momento superestrutural na transformação da sociedade (LUZ, 2014).

O homem deve ser concebido como bloco histórico de elementos puramente subjetivos e individuais e de elementos de homem massa – objetivos ou materiais – com os quais o indivíduo está em relação ativa. Transformar o mundo exterior, as relações gerais, significa fortalecer a si mesmo, desenvolver a si mesmo. É uma ilusão,

e um erro, supor que o ‘melhoramento’ ético seja puramente individual: a síntese dos elementos constitutivos da individualidade é ‘individual’, mas ela não se realiza e desenvolve sem uma atividade exterior, atividade transformadora das relações externas, desde as com a natureza e com os outros homens – em vários níveis, nos diversos círculos em que se vive – até a relação máxima, que abraça todo o gênero humano. Por isso, é possível dizer que o homem é essencialmente ‘político’, já que a atividade para transformar e dirigir conscientemente os homens realiza a sua ‘humanidade’, a sua ‘natureza humana’ (GRAMSCI, 1984, p. 47-48).

As reflexões teórico-práticas desenvolvidas a respeito da política na obra gramsciana sustentaram a compreensão sobre as instituições representativas dos grupos sociais e as ações dos indivíduos em suas múltiplas e complexas atividades participativas realizadas nas sociedades democráticas. Essas relações revelaram um espaço considerável para a análise, pois a inferência filosófica de Gramsci evidencia a necessidade urgente de romper com o formalismo democrático rumo a representações orgânicas e moleculares dos grupos sociais.

Neste capítulo, buscou-se apresentar as categorias trabalhadas ao longo da obra de Antonio Gramsci nos documentos que retratam sua vida e trajetória intelectual e política, mediante o cuidado de estabelecer e manter a organicidade de seu pensamento. O posicionamento do autor revela seu compromisso político e intelectual com uma democracia diferenciada, que questione o modo de produção vigente e promova avanços no campo da igualdade das condições materiais e políticas.

As categorias aprofundadas resultaram da delimitação de conceitos-chave para a compreensão da forma e do conteúdo que o Estado moderno sustenta. Tais categorias também surgiram da elucidação da complexidade existente nos meandros da política em vista da organização social das classes, no sentido de compor elementos que organizam a manutenção dos aparatos estatais e da dominação coercitiva de uma classe sobre outra, ou da transformação das estruturas sociais, tendo como meio, e não como um fim, uma revolução cultural.

Portanto, ao refletir sobre as condições materiais e as superestruturas que sustentam e mantêm relação ativa com a estrutura da sociedade, foi necessário firmar compromisso adequado à concepção de mundo que sustenta o trabalho intelectual. Isto exigiu tarefa minuciosa do pesquisador, e um trabalho sério e compenetrado nas análises gramscianas a respeito dos elementos que permeiam a política e a sociedade classista. “Daí porque a proposição da passagem do reino da necessidade ao da liberdade deve ser analisada e elaborada com muita finura e sutileza” (GRAMSCI, 1999, p. 206).

É importante destacar que essas considerações viabilizaram entender as relações sociais democráticas em suas várias situações, das quais emerge uma luta contínua pela manutenção e erradicação de direitos, liberdades e igualdades.

A partir do aprofundamento que envolveu a implicação categorial, ao considerar a análise das situações como elemento constitutivo da compreensão do real, tornou possível afirmar que o estudo das relações sociais necessita ser refinado e conduzido por questões fundamentais, as quais, apresentadas durante o capítulo, orientaram a identificação concreta da atuação do Estado e das condições reais que as políticas públicas acontecem.

A partir dessas questões, compreende-se que a democracia está posta dentro de uma determinada estrutura econômica que conserva diretrizes fundamentais para a sua permanência. Tomando as inferências de Gramsci, são identificados limites e pressupostos da democracia burguesa e as diretrizes que fundamentam a democracia proletária/popular.

No próximo capítulo, tendo em vista problematizar a organização da classe proletária, abordam-se questões pertinentes aos limites e possibilidades para a efetivação de uma democracia pautada na participação orgânica dos grupos sociais. Gramsci aponta a experiência dos conselhos de fábrica implantados durante os de 1919-1920 na Itália, cuja experiência foi retirada da Revolução Russa de 1917 (SCHLESENER, 2018). Na implantação de um mecanismo molecular representativo de classe, os conselhos de fábrica contribuem significativamente para a compreensão da organização representativa dos grupos sociais via CMEs, conforme exposto a seguir.

CAPÍTULO 3 - O PROCESSO DEMOCRÁTICO NOS CONSELHOS DE EDUCAÇÃO NOS LIMITES DA DEMOCRACIA BURGUESA

De que modo o presente é uma crítica do passado, além de (e porque) uma ‘superação’ dele. Mas, por isto, deve-se jogar fora o passado? Deve-se jogar fora aquilo que o presente criticou ‘intrinsecamente’ e aquela parte de nós mesmos que a isto corresponde. O que significa isto? Que nós devemos ter consciência exata desta crítica real e dar-lhe uma expressão não só teórica, mas *política*. Ou seja, devemos ser mais presos ao presente, que nós mesmos contribuimos para criar, tendo consciência do passado e de sua continuação (e de seu reviver) (GRAMSCI, 2001b, p. 95, grifo do autor).

O tema democracia apresenta-se, na contemporaneidade, com frequência nos meios de comunicação, nas redes sociais e na vida cotidiana dos sujeitos, em consonância com a liberdade e a igualdade de escolhas e de direitos, a partir de determinada forma e conteúdo que manifesta a percepção da representação social por meio do voto em eleições e na capacidade de opinar na escolha de representantes da sociedade civil, no âmbito dos poderes executivos e legislativos.

Ao caracterizar as especificidades e conceitos que permitem compreender a relação que se estabelece entre o conceito de democracia e a sua expressão fenomênica na realidade social, Antonio Gramsci apresenta críticas importantes a respeito das limitações e possibilidades que a democracia mostra na sociedade contemporânea.

A respeito do materialismo metafísico e idealista³⁴, Gramsci aponta a estreiteza da compreensão do termo ao destacar a redução da democracia a aspectos relacionados à igualdade entre os sujeitos ao *status* de categoria da natureza humana. Com isso, o autor sardo denota a relevância da igualdade de direitos políticos como único elemento a ser considerado no ditame burguês da democracia moderna. Esse *status* concedido à democracia subverte e ignora a necessidade de considerar a igualdade de condições materiais entre os homens e mulheres como algo fundamental para o efetivo exercício da liberdade (LIGUORI, 2017).

Conforme Saes (2008), a democracia perpetrada pela burguesia permite um mínimo de participação e organização da classe trabalhadora na gestão do Estado. Na democracia burguesa, a classe dominante tem prioridade aos direitos de reunião, associação, palavra e imprensa, bem como dispõe de prédios e meios materiais que permitem articular com facilidade as liberdades na prática cotidiana.

³⁴ O materialismo metafísico e idealista foi duramente combatido por Gramsci frente a posições influentes em sua época, de interlocutores como Croce, com seu idealismo; e Bukharin, por seu materialismo mecanicista (BOTTOMORE, 2001).

Tendo em vista essas contradições e como se trata de um fenômeno social fundamental para a dignidade humana, é necessário que sejam considerados os aspectos que fundamentam a existência do conceito de democracia e o desdobramento da condição que esse conceito apresenta no contexto da obra de Gramsci.

A respeito dessa questão, pretende-se apresentar as reflexões de Antonio Gramsci na sociedade italiana do início do século XX, sob a égide de um governo autoritário e fascista, cujos representantes inverteram a prática democrática para finalidades específicas em favor de determinados fins.

As dificuldades encontradas para a efetivação de uma relação democrática no período da 1ª guerra mundial, e a ascensão do fascismo na Itália da década de 1920 são alguns dos elementos históricos que fundamentam as críticas do autor sardo, bem como possibilitam compreender o empobrecimento do conceito de democracia no já mencionado país, diluindo seu caráter essencial enquanto estado de liberdade e igualdade humana.

Nos escritos políticos de Antonio Gramsci produzidos entre os anos de 1916 e 1926, são registrados os embates vivificados pelo autor durante sua militância política como homem de partido e suas duras críticas aos desafios apresentados pela realidade social, ditada pela guerra e por contradições teóricas e práticas a respeito da formalização democrática de direitos.

A leitura histórica do momento proposto para esse debate, início do século XX, tem como objetivo realizar a exposição de algumas reflexões de Gramsci e a compreensão das possibilidades e limites ao nível teórico e prático, no que tange ao fortalecimento da democracia como sustentáculo de uma sociedade regulada.

Sendo assim, pretende-se apresentar o termo conceitual a partir das reflexões do autor italiano e suas ações enquanto homem de partido, militante e marxista em um período de efervescência política. Por isso os textos produzidos no período de sua adolescência e início de sua participação na vida pública são tão importantes, pois retratam a sua capacidade de romper com as dificuldades particulares e de organização coletiva, tendo, ao mesmo tempo, vigor e responsabilidade política em se posicionar pela formalização da democracia.

Mediante esses apontamentos, a atividade de exposição desta tese apresenta a democracia e a gestão democrática como princípios orientadores para o desvelamento da luta de classes no interior dos Conselhos Municipais de Educação, categorização fundamental para compreender como ocorre o sistema de gestão democrática em uma economia burguesa, capitalista e com determinadas demandas superestruturais. Tais características sustentam a organicidade da estrutura material da sociedade, e a relação estabelecida com a sociedade civil e sociedade política na tomada de decisões.

A partir das reflexões realizadas e da proposta de análise dos Sistemas Municipais de Educação, indicou-se a necessidade de considerar o questionamento teórico-prático gramsciano, que diz respeito à delimitação coerente do papel da democracia na sociedade moderna e sua possibilidade de alcançar a efetivação da gestão participativa.

Cabe ressaltar que a democracia estabelece relação direta com as bases estruturais e, nesse sentido, não é possível conceber a democracia pautada na vontade coletiva sem uma mudança nas relações de produção. Nesses termos, ainda que pareça incoerente falar em participação democrática no sistema capitalista, Gramsci debate e apresenta a preparação da representação democrática no processo de transformação social.

Entende-se que, para Gramsci, a luta que se trava no campo político ocupa papel específico para a mudança estrutural, e por isso deve ser organizada, planejada de forma coerente com uma concepção de mundo baseada na igualdade e justiça social. Mediante as questões pontuadas no texto, foi cabível questionar o conteúdo e a forma da gestão democrática efetivadas na condução dos Sistemas Municipais de Educação.

Antonio Gramsci, ao questionar a forma e o conteúdo da democracia parlamentar, já demonstrava preocupações teóricas a respeito da redução que esse tipo de sistema equaliza na sociedade de classes. O autor considera, em seus escritos, que “o sufrágio universal e a democracia coincidem cada vez mais” (LIGUORI, 2017, p. 188).

Segundo Liguori (2017, p. 188), “obviamente, G. está consciente dos diferentes desenvolvimentos que as ideias democráticas tiveram, às vezes convergindo, às vezes opondo-se as ideias liberais, e das alternativas que o tema encerra, em primeiro lugar aquela de uma democracia puramente política *versus* uma democracia também socioeconômica”.

A questão da democracia nas sociedades modernas resume-se à organização da participação da sociedade civil em conquistar o direito à escolha de governantes por meio do sufrágio universal, portanto burguesa, tema abordado por Marx, o qual realiza críticas nos textos da comuna de Paris. A preocupação marxiana orbita no âmbito da inferência rousseauiana, no que diz respeito à vontade de todos e vontade geral (COUTINHO, 2011).

Portanto, pensar em vontade geral ou interesse comum remete a considerar a crítica de Gramsci, a relevância concedida à democracia política, e ressalta a necessidade de considerar a construção e efetivação democrática no patamar político-econômico que assegura, aos diferentes segmentos da sociedade, uma participação efetiva na consolidação do autogoverno.

A respeito desse tema são frequentes, nos escritos políticos e nos cadernos do cárcere, reflexões que aludem e indicam a necessidade de preparação dos grupos sociais, no sentido de

apontar caminhos que possibilitem a participação ativa dos grupos sociais no processo de autogoverno.

Para Gramsci, a vida social democrática requer, dos sujeitos, o empenho em encaminhar ações para a construção de uma sociedade regulada, e que cada sujeito se torne governante ou tenha condições de sê-lo, mesmo em condições abstratas, posição que leva o autor a questionar como tornar concreta essa condição (LIGUORI, 2017).

A esse respeito, nas *Notas sobre Maquiavel*, Gramsci refere-se nesses termos: “e é preciso também definir a vontade coletiva e a vontade política em geral no sentido moderno, a vontade como consciência operosa da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo” (GRAMSCI, 2007, p. 17).

É muito importante ressaltar que, para Gramsci, a democracia tornou-se terreno específico de luta nas sociedades ocidentais, como as trincheiras na guerra, elucidando a questão mediante a metáfora da posição e do movimento a ser executado pelos combatentes, de forma estratégica.

Nesse sentido, Cospitto (2017) destaca que o autor sardo considera que os meios de produção que esmagam e tornam o homem passivo em sua atitude política, ao mesmo tempo, o transformam em sujeito que busca uma nova forma ético-política. Essa relação não é estabelecida por meio de uma compreensão mecânica da realidade: é um processo dialético formado nas relações concretas construídas pelos sujeitos sociais, ou seja, materialista-histórica.

É um processo presente no bloco histórico, conceito que Gramsci apresenta na esteira da dialética, e elucida a conexão entre a estrutura e a superestrutura da sociedade, que dizem respeito às demandas econômicas e ético-políticas de determinado período histórico.

“Conceito de ‘bloco histórico’, isto é, unidade entre natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos” (GRAMSCI, 2007, p. 26). A partir desta consideração de Gramsci, é necessário considerar que, em última análise, os determinantes econômicos de determinada sociedade, em seu período histórico correspondente, são a base para a compreensão da forma como estabelecem as condições de vida material, mas não é, de forma nenhuma, separada, desconecta das superestruturas da sociedade.

Mediante essas questões, Liguori (2017, p. 189) afirma que “o problema é justamente como fazer tornar-se concreto (e não apenas no plano escolástico) aquele ‘abstrato’ direito ao autogoverno”, como romper com as contradições, ou seja, com a força esmagadora da economia e posicionar, no terreno da luta pela hegemonia, as condições favoráveis e concretas para o estabelecimento de uma democracia.

Trata-se de uma reforma intelectual e moral, que passa por uma reforma econômica, sendo esta última o modo concreto que representa e sustenta aquela. “É por isso que uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral” (GRAMSCI, 2007, p. 19).

A partir desta colocação, ao considerar que as políticas sociais se apresentam interligadas dialeticamente à estrutura, ressalta-se que a forma estrutural, que o modo de produção capitalista exerce no campo econômico, organiza, a partir da hegemonia, o conteúdo da superestrutura, e é a partir desta conotação que Gramsci destaca a necessidade de um programa de reforma econômica, mediante o pressuposto marxiano de que os homens fazem história a partir de determinadas condições materiais.

É esclarecedor o posicionamento de Flach (2018, p. 132-133) a respeito desta condição necessária para a transformação da sociedade: “Concebendo a revolução comunista como um processo complexo e difícil, Gramsci não a identifica apenas como um ato insurrecional, que se decide tão somente com a tomada do poder político burguês”. Nesse sentido, há necessidade de liberar as forças produtivas produzidas pelo proletariado no seio da sociedade de classes (FLACH, 2018). Em outras palavras, é preciso se organizar frente às atividades desenvolvidas pelas massas na crise burguesa, no sentido de construir formas de intervenção participativa concreta, que expresse a vontade de uma minoria revolucionária (GRAMSCI, 1999).

A condição de convergência entre a democracia e o fascismo da Itália de 1920, permite à Gramsci destacar a situação do partido comunista naquele período, o qual, sufocado pelas determinações do regime econômico e político emanado pelas forças no poder, se enfraquece. Ao destacar que a democracia existe pautada na vontade burguesa e corresponde aos anseios e interesses desta classe, não restam dúvidas ao autor em enumerar algumas atitudes necessárias para o fortalecimento da luta pela hegemonia.

Dentre as necessidades elencadas pelo autor, destaca-se o papel do partido político como organizador da unidade das massas no terreno da luta política (GRAMSCI, 2007), em que destaca os conselhos de fábrica como exemplo fundamental para a homogeneidade dos interesses do proletário em luta por condições reais de igualdade político-econômica.

Sendo assim, a hegemonia ocupa papel de destaque na relação com a democracia, visto que Gramsci considera a vontade popular, no regime eleitoral, uma condição de exercício do consenso e da força, que supera o interesse geral, que reflete em uma forma de relação democrática pautada em grupos de interesses particulares.

Essas condições que permitem a manutenção de um grupo no comando do Estado, via processo eleitoral como mecanismo exclusivo e único no sistema de representação política, inviabiliza a organicidade do comando do Estado por dirigentes e dirigidos. “De democracia é, portanto, dada uma definição de ‘renovação orgânica’ do grupo dirigente, além de profícua atividade de ‘direção’ dos grupos aliados” (LIGUORI, 2017, p. 189).

A partir destas considerações, e da necessidade de compreender como a democracia é uma conquista a ser alcançada para efetivar a igualdade e a liberdade nas sociedades capitalistas modernas, é fundamental compreender a dinâmica do bloco histórico em relação às condições estabelecidas pela democracia burguesa, a ser abordado na próxima subseção.

3.1 RELAÇÕES ENTRE BLOCO HISTÓRICO E DEMOCRACIA BURGUESA

A democracia e a gestão democrática, enquanto princípios orientadores para a organização dos Sistemas Municipais de Ensino, estabelecem relação com a noção de Estado democrático de direitos que sustenta o pacto social na sociedade brasileira moderna.

Para tanto, Antonio Gramsci presta contribuição relevante, quando permite elencar conceitos fundamentais para que se estabeleça uma leitura coerente com o referencial teórico marxiano, e ao mesmo tempo viabilize captar a essência fenomênica das relações democráticas nas sociedades modernas.

Posicionar a democracia a partir do referencial marxista remete a considerar o sistema de produção em que ela está organizada, com interesses e contornos específicos, sendo necessário destacar que a democracia, enquanto superestrutura, sustenta juridicamente as bases materiais de produção; portanto, a estrutura material das relações sociais.

Nesse sentido, a democracia nas sociedades modernas é burguesa, e representa a organização material de grupos específicos, que mantêm o poder econômico e político. A manutenção do poder político se estabelece via relação hegemônica de classe, conceito que permite a Gramsci (2007, p. 287) considerar que, “entre os muitos significados de democracia, parece-me que o mais realista e concreto se possa reduzir em conexão com o conceito de hegemonia”.

Um tanto complexo, o tema democracia passa pelo crivo de observações específicas apresentadas pelo autor, que conota aspectos essenciais para a sua compreensão, para além do imediatismo definido na superestrutura das sociedades ocidentais.

Os apontamentos de Gramsci sobre as correlações de força que sustentam a manutenção e consolidação de um bloco histórico, segundo Buci-Glucksmann (1980), é

formado a partir da correlação de forças, e se apresenta como conceito diretor dos cadernos do cárcere, delimitando a elaboração conceitual do significado concreto das relações entre infraestrutura e superestrutura.

O que isso representa para o materialismo histórico? Representa a necessidade do desenvolvimento do conceito de hegemonia. Posto isto, compreende-se que não é possível tratar o fato social dentro dos limites do economicismo e do ideologicismo, pois as relações de produção configuram-se na materialidade histórica.

Nesse sentido,

De novo, a relação entre o momento econômico e o momento político se recoloca, no interior mesmo do conceito de correlação de forças. É assim que Gramsci analisa a passagem do momento econômico ao político, relacionando-o com o ‘grau de homogeneidade, de auto consciência [*sic*] e organização’ das classes perante o Estado. Critério tão determinante que o próprio *momento político* se encontra subdividido em três etapas [...] (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 124, grifo do autor).

Essas delimitações em relação ao tema encaminham a necessidade de pontuar alguns aspectos conceituais presentes nas várias passagens dos textos de Gramsci em relação à democracia. Essa especificação foi fundamental para conduzir uma discussão que possibilitou compreender a forma democrática que sustenta a sociedade de direitos no contexto brasileiro contemporâneo.

Ao considerar a compreensão da realidade a partir do entendimento da dialética do processo histórico, evidenciou-se a vigência de determinada organização democrática e das mediações derivadas dela, tendo em vista sua consolidação e institucionalização que direciona a forma e o conteúdo da participação dos sujeitos no âmbito da representatividade política.

O conceito de democracia para Gramsci, a partir das características, conceituações e materialização da democracia burguesa e proletária, apresentam limites definidos, e foi necessário destacar que, na democracia burguesa, os alicerces estruturais e superestruturais apresentam contradições inerentes ao processo de produção da vida material.

A democracia no Estado Democrático de Direitos corresponde à estrutura econômica vigente, àquela correspondente a uma superestrutura jurídica, cultural, que Gramsci alinha de bloco histórico. A categoria de bloco histórico corresponde a um momento de solidificação entre estrutura e superestrutura social. Em outras palavras, representa forma e conteúdo pautados na produção da vida material e concepção de mundo que orienta a manutenção das relações estabelecidas entre os sujeitos no processo que chamamos de vida social.

O bloco histórico, para Gramsci, fornece a compreensão das condições materiais e superestruturais em determinado desenvolvimento histórico, o qual representa e destaca a

importância dos fatos da cultura e do pensamento (superestrutura da sociedade) em sentido orgânico com a estrutura, não em segundo plano.

Em um Estado Democrático de Direito, as relações de força se estabelecem sustentadas pela luta dos vários grupos sociais que compõem o Estado. A ressalva importante a situar é que determinados grupos sociais detêm a hegemonia que define a forma e o conteúdo da democracia estabelecida.

Sendo o bloco histórico um momento de solidificação da estrutura e superestrutura, é necessário

Recordar a frequente afirmação de Marx sobre a ‘solidez das crenças populares’ como elemento necessário de uma determinada situação. Ele diz mais ou menos isto: ‘quando esta maneira de conceber tiver a força das crenças populares’, etc. Outra afirmação de Marx é a de que uma persuasão popular tem, com frequência, a mesma energia de uma força material, ou algo semelhante, e que é muito significativa. A análise destas afirmações, creio, conduz ao fortalecimento da concepção de ‘bloco histórico’, no qual, precisamente, as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais (GRAMSCI, 1999, p. 38).

Portanto, entender as correlações de força, em um conceito de estado ampliado, em que se localizam - a sociedade civil e a sociedade política na formação de um bloco histórico, é essencial para compreender os grupos de interesse. Destarte, é possível identificar os grupos sociais que exercem a hegemonia no planejamento econômico e político da sociedade.

Isso permite olhar organicamente para a realidade de formação da estrutura econômica em detrimento de uma análise mecânica da realidade. Ao contrário disso, seria considerar as forças materiais descoladas da política, e nesse sentido, Gramsci ressalta que desprezar as condições superestruturais é um erro, pois limita a leitura da totalidade.

Não é um problema tão simples de resolver, já que nos cânones do marxismo, a relevância das múltiplas determinações ocupa papel fundamental para a compreensão do desenvolvimento histórico. Por outro lado, desvelar a luta de classes em um sistema democrático não se assenta apenas no terreno da economia: é uma condição fundamental considerar a hegemonia e o consenso na formação do bloco histórico.

Ao colocar em relevo as questões apontadas por Gramsci, e ao estabelecer uma análise concreta da realidade contemporânea, foi possível destacar as contradições presentes nos encaminhamentos estabelecidos nas organizações da vida social, ou seja, da sociedade civil e sociedade política brasileira durante as últimas décadas.

A partir do contexto de organização política dos diversos grupos sociais que representam a sociedade civil e sociedade política no Brasil, via órgãos colegiados,

institucionais, possibilitou realizar alguns apontamentos que exemplificassem as condições que determinaram o desenvolvimento da participação democrática e representativa.

Nesse sentido, ao estabelecer o momento da hegemonia e do consenso como conceitos necessários para a compreensão das correlações de força, tornou-se possível compreender o desenvolvimento das condições democráticas no Brasil, que alcançam seu estado de *amadurecimento* na constituição de 1988: ela apresenta o resultado das forças anteriormente desencadeadas e que passam por um momento de equilíbrio, por uma catarse (GRAMSCI, 1999).

Sendo um marco fundamental para a organização da democracia no Brasil, a constituição de 1988 estabeleceu um sistema de garantias de direitos, uma organização social que incluiu, na letra da lei, todos (as) os cidadãos (ãs) no gerenciamento dos serviços sociais e na participação efetivada via conselhos de controle social.

“A Constituição Federal de 1988 nasceu marcada pela sua contradição histórica, fruto da mobilização popular, da democratização da sociedade, num contexto em que a ofensiva neoliberal cobrava a redução do Estado na regulação econômica e social” (COSTA, 2006, p. 148).

A organização jurídica, que foi desencadeada pelos movimentos sociais nas décadas de 1970 a 1990, possibilitou um reordenamento jurídico no Brasil, que foi acompanhado pela luta hegemônica de conquista do Estado. Uma relação estabelecida frente à manutenção de um projeto de sociedade, que é conduzida pela prevalência de um determinado bloco histórico, e que apresentou, de forma concreta, essa luta pelo comando do Estado.

Conforme Lima (2011), Costa (2006) e Neves (2008), as correlações de forças que impetraram as demandas educacionais e sociais naquele período orbitaram entre as proposições dos grupos sociais, que representavam os trabalhadores e o projeto liberal corporativo, que implantou uma nova estruturação da divisão do trabalho com uma forte inclinação voltada ao desempenho, à flexibilidade e à formação do trabalhador. O elemento importante no processo de consolidação destas características foi a eficiência do trabalho, que se estendeu para outras áreas, inclusive as de reponsabilidade do Estado.

Isso resultou em uma série de reformas desenvolvidas naquele período, na área social e educacional, as quais repercutiram na organização da mobilização da sociedade civil e a representatividade de interesses perante as demandas apresentadas na realidade social brasileira.

Costa (2006, p. 221), ao analisar a reforma do Estado brasileiro na década de 1990, destaca que

O discurso de buscar a eficiência por meio da transferência dos serviços sociais não exclusivos do Estado para a responsabilidade direta da sociedade civil oculta, ideologicamente, que a grande preocupação é com o ajuste orçamentário, e não com uma crescente autonomia da sociedade civil com relação ao Estado.

Portanto, sem perder de vista a solidificação da estrutura com a superestrutura, entender as correlações de força a partir do conceito de estado ampliado na formação de um bloco histórico foi essencial para compreender os grupos de interesses intrínsecos na luta pela hegemonia para estabelecer uma forma de relação de produção material. Sendo assim, no caso brasileiro, a luta de classes foi marcada pela incorporação de determinadas demandas da classe trabalhadora no projeto neoliberal de Estado, cuja articulação remete a subverter a participação efetiva da sociedade civil.

Contudo,

Quando não se tem a iniciativa na luta e a própria luta termina assim por identificar-se com uma série de derrotas, o determinismo mecânico transforma-se em uma formidável força de resistência moral, de coesão, de perseverança paciente e obstinada. ‘Eu estou momentaneamente derrotado, mas a força das coisas trabalha por mim a longo prazo, etc.’ A vontade real se disfarça em um ato de fé, numa certa racionalidade da história, numa forma empírica e primitiva de finalismo apaixonado, que surge como um substituto da predestinação, da providência, etc., próprias das religiões confessionais. Deve-se insistir sobre o fato de que, também nesse caso, existe realmente uma forte atividade volitiva, uma intervenção direta sobre a ‘força das coisas’, mas de uma maneira implícita, velada, que se envergonha de si mesma; portanto, a consciência é contraditória, carece de unidade crítica, etc. (GRAMSCI, 1999, p. 106).

Como contraponto, a realidade italiana de Gramsci propicia, ao autor, uma reflexão acerca das possibilidades de atuação e manifestação democrática concreta. A história deixa como legado a experiência dos conselhos de fábrica, materializados pelos *soviets*, na Rússia do início do século XX.

Conforme Buci-Glucksmann (1980), é possível compreender que Gramsci vai além das questões de sufrágio universal, e apresenta o Estado como um organismo que não se configura apenas como aparelho governamental, mas é composto também pelo aparelho privado de hegemonia ou sociedade civil. Remete ao pensamento gramsciano de Estado ampliado, que expressa a representação da sociedade política e sociedade civil no planejamento econômico e político da sociedade.

Nesse sentido, a participação exige a teleologia, pois a inexistência de um ato volitivo que envolva as paixões tornam as relações puramente burocráticas, sendo denominado

centralismo orgânico dos intelectuais por Bordiga³⁵, a quem Gramsci critica, tendo em vista que, para ele, a verdadeira organicidade deve ser compreendida como um centralismo democrático; logo, a relação é de representação, quando o sentimento-paixão se torna compreensão e ocorre a troca de elementos individuais, tem-se o bloco histórico (COSPITO, 2017).

Se a relação entre intelectuais e povo-nação [*sic*], entre dirigentes e dirigidos, entre governantes e governados, é dada graças a uma adesão orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, desta forma, saber (não de uma maneira mecânica, mas vivida), só então a relação é de representação, ocorrendo a troca de elementos individuais entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos, isto é, realiza-se a vida do conjunto, a única que é força social; cria-se o ‘bloco histórico’ (GRAMSCI, 1999, p. 222).

Sendo assim, a partir do sistema de relação hegemônica, é fundamental compreender, na atividade política dos Sistemas Municipais de Educação, como se estabelece a relação de representação dos grupos sociais, como as pautas propositivas se sustentam nesta relação, e que sujeitos pautam determinadas demandas e com quais interesses. Também se deve verificar a organização interna, mediante as discussões existentes e a participação efetiva dos grupos sociais, via representação e participação dos intelectuais nesse processo.

Essas questões orientam encaminhamentos pertinentes à organização dos grupos sociais mediante uma reforma cultural e moral, pois se constituem como parte fundamental para o embate consciente na luta de classes que se paute na educação desinteressada do capital. O intuito seria estabelecer relações de cooptação entre os grupos sociais que permitam encaminhamentos em direção à superação de uma sociedade que se desenvolve apenas no crivo da satisfação das necessidades corporativas.

Esses apontamentos conferem espaço para a condução de discussões pertinentes a aspectos relevantes para a efetivação da sociabilidade da produção que está estabelecida na sociedade contemporânea, pois o *modus operandi* do sistema posto pelo capitalismo expressa um bloco histórico contraditório, desigual e desumano, que exige a organização da sociedade civil, tendo em vista uma nova forma de sociabilidade, como veremos nas próximas subseções.

³⁵ Amadeo Bordiga foi secretário do Partido Comunista da Itália, o qual é combatido teoricamente por Gramsci por seu ceticismo em relação à possibilidade de a massa operária organizar um partido de classe. Bordiga chamava de *representação orgânica* aquilo que Gramsci considerava ser uma representação burocrática (CATONE, 2017; GRAMSCI, 1966).

3.2 A ORGANIZAÇÃO DOS CONSELHOS DE FÁBRICA COMO EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA

As considerações de Antonio Gramsci em relação ao movimento do capitalismo e à democracia nos anos de 1920, na Itália, possibilitaram compreender as possibilidades de construir a democracia participativa nos grupos sociais a partir das análises realizadas em relação à organização dos conselhos de fábrica. Tais considerações apontam questões fundamentais para a compreensão da dinâmica exercida pelas organizações da sociedade civil e política na democracia das sociedades ocidentais.

A reflexão ampliada a respeito da participação apresentada pelo autor permite evidenciar a existência de um desenvolvimento teórico-prático, pautado na organização dos grupos sociais e nas ações que superam a dinâmica estabelecida pela classe burguesa e pelo Estado. Assim, definem a superestrutura jurídica e política para a sustentação da organização social da produção e divisão do trabalho.

Nesse sentido, é necessário considerar que, para estabelecer uma nova forma de sociabilidade entre os sujeitos sociais, novas formas de relação no sistema de produção precisam ser estabelecidas. Esse movimento remete a lutar por novas formas de organização ativa dos grupos sociais, tendo em vista a vontade geral econômico-política em direção à desestabilização do que está posto na estrutura social, e ao rompimento com a regra de concessões de direitos, tendo como critério a formação de dirigentes e dirigidos.

No caderno 13, Gramsci, ao se alinhar com a organização de uma democracia conselhistas como uma forma de democracia superior (LIGUORI, 2017), caracteriza formas de participação ativa e permanente dos grupos envolvidos nas decisões que refletem mudanças e encaminhamentos nos ditames estruturais e superestruturais da sociedade. A crítica é feita ao parlamentarismo, pois guarda, em seus desdobramentos e na prática, a ausência de uma efetiva igualdade econômica e de representação efetiva.

Essa consideração permite apresentar um relato sobre a fala de conselheira do CME de São José dos Pinhais, a respeito da participação das representações durante a gestão, a qual “[...] coloca em reflexão que é a primeira vez que os membros do conselho estiveram unidos com a gestão, em prol de um trabalho colaborativo, pois em gestões anteriores os conselheiros não tinham a oportunidade de opinar e geralmente era voto vencido” (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2018c, p. 4).

Esse depoimento retrata o tema e exemplifica a concepção de democracia conselhistas, sustentáculo da organicidade entre dirigentes e dirigidos, já que ocorre, nesse tipo de situação

política, a ruptura entre os interesses econômicos corporativos de uma vontade isolada em vista da superação de seus limites, em direção de uma posição ético-política da sociedade.

No conselhismo gramsciano, em que se tem a ideia do trabalhador coletivo que une a técnica aos interesses da classe ainda subalterna (GRAMSCI, 2001a), o autor considera-se que

As comissões internas são órgãos de democracia operária que ocorre libertar das limitações impostas pelos empresários, aos quais ocorre infundir vida nova e energia. As comissões internas limitam hoje o poder do capitalista na fábrica e desenvolvem funções de arbitragem e de disciplina. Desenvolvidas e enriquecidas, deverão ser amanhã os órgãos do poder proletário que substitui o capitalismo em todas as suas funções úteis, de direção e de administração (GRAMSCI, 1976, p. 339).

Nas críticas estabelecidas na formação da sociedade italiana e nas demandas apresentadas para a consolidação econômica e política do país, as análises tecidas por Gramsci remetem-se aos grupos de interesses envolvidos na elaboração da vontade nacional. Essa formulação teórica permite compreender a importância de localizar, no contexto atual, os grupos de interesse que se apresentam na formulação, condução e implementação das políticas educacionais no Brasil, e especificamente no Estado do Paraná.

Ao realizar a análise das políticas tradicionais, conservadoras de uma forma cultural inapropriada aos interesses coletivos, tem-se uma alusão de profunda seriedade e contextualização estratégica.

Uma iniciativa política apropriada é sempre necessária para libertar o impulso econômico dos entraves da política tradicional, ou seja, para modificar a direção política de determinadas forças que devem ser absorvidas a fim de realizar um bloco histórico econômico-político novo, homogêneo, sem contradições internas; e, dado que duas forças ‘semelhantes’ só podem fundir-se num organismo novo através de uma série de compromissos ou pela força das armas, unindo-as num plano de aliança ou subordinando uma à outra pela coerção, a questão é saber se se dispõe desta força e se é ‘produtivo’ empregá-la (GRAMSCI, 2007, p. 70).

Nessa análise, destaca-se a necessidade de obter a vontade coletiva para dominar e dirigir a sociedade, por meio da luta armada ou pela coerção/consenso, se necessário. Sendo assim, a tarefa dos grupos sociais consiste em avaliar as condições materiais e organizativas para considerar a melhor posição a ser adotada.

Nesse sentido, Gramsci (2007) continua a analisar o processo de uma formação sólida e coerente com uma concepção de mundo que permita uma mudança estrutural.

Se a união de duas forças é necessária para vencer uma terceira, o recurso às armas e à coerção (desde que se tenha disponibilidade de fazê-lo) é uma pura hipótese metodológica e a única possibilidade concreta é o compromisso, já que a força pode ser empregada contra os inimigos, não contra uma parte de si mesmo que se quer assimilar rapidamente e cuja ‘boa vontade’ e entusiasmo é preciso obter (GRAMSCI, 2007, p. 70).

A disseminação de um conteúdo homogêneo de pensamento e ação apresenta-se como dever condicional, a fim de congregiar as vontades coletivas estrategicamente e formar uma força de coalisão que esteja firmada no compromisso da mudança.

Caracterizar o exemplo do partido bolchevista auxilia na compreensão dessas afirmações. Por isso, Gramsci afirma que, para formar um grupo dirigente, o processo não pode ser mecânico, exterior e parlamentar. A formação de dirigentes dos grupos sociais corresponde à formação de uma vanguarda proletária, que deve estar em contato com as massas (GRAMSCI, 1978).

Explicando de outro modo, “um partido bolchevista diferencia-se profundamente por esta característica dos partidos sociais-democratas, os quais compreendem uma grande variedade de grupos e nos quais a luta de facções é a forma normal de elaboração das diretivas políticas e de seleção dos grupos dirigentes” (GRAMSCI, 1978, p. 229).

O desenvolvimento de um organismo que condense as diferentes vontades e torne-se organizador da vontade coletiva se apresenta como elemento fundamental para a atividade democrática. Congregar as vontades singulares em uma única vontade não é tarefa fácil, e é descrita com profundidade. Esta vontade coletiva não se resolve na atitude individual, mas precisa ser organizada concretamente na formação de dirigentes e dirigidos e nos compromissos assumidos.

Segundo Liguori (2017), Gramsci trata, no semanário *L'Ordine Nuovo*, sobre questões a respeito da luta de classes e da organização da classe trabalhadora. Revista dirigida por Gramsci, serve de disseminação das ideias comunistas e torna-se elemento de investida na luta de classes no âmbito da opinião pública. Ela promove uma leitura das lutas operárias no período do *biênio vermelho*³⁶, e realiza uma teorização sobre a democracia proletária, tendo como diretriz, para a análise e reflexão, os Conselhos de Fábrica³⁷, uma experiência italiana de autogoverno dos produtores.

Como forma de atuação participativa, organizada a partir da característica de autogoverno, os conselhos de fábrica apresentam-se como exemplo concreto que possibilita compreender que, ao realizar uma organização representativa coerente com as necessidades

³⁶ O *biênio vermelho* foi caracterizado pela organização do movimento conselhistas operário no processo de ocupação das fábricas italianas nos anos de 1919-2020 (BUCI-GLUCKSMANN, 1980).

³⁷ Ao realizar uma comparação com os conselhos de soviets ou conselhos de trabalhadores legatários da Comuna de Paris, que tiveram seu início em 1905 em São Petersburgo, na Rússia, e se constituíram em uma forma de poder popular significativamente democrático, os conselhos de fábrica distinguem-se pela sua extensão de atuação, tendo em vista que se ocupavam da administração econômica das fábricas na Itália do início do século XX, enquanto aqueles tinham um caráter de governo de trabalhadores em embrião (BOTTOMORE, 2001).

apresentadas na realidade social, a partir do uso consciente da técnica de produção pautada na concepção de trabalhador coletivo, tem efeitos positivos na constituição da participação efetiva, e que viabiliza o contato entre os estratos superiores e inferiores da classe trabalhadora para se afirmar como nova classe dominante.

A prática do movimento de fábrica (1919-20) mostrou que só uma organização aderente ao lugar e ao sistema da produção permite estabelecer um contato entre os estratos superiores e os estratos inferiores da massa trabalhadora (qualificados, não qualificados e serventes) e criar vínculos de solidariedade que fazem cair as bases de qualquer fenómeno de aristocracia operária (GRAMSCI, 1978, p. 227).

A respeito desta questão, ressalta-se que os movimentos de luta da classe trabalhadora estão envolvidos com as coalizões e organizações coletivas, não como puro instrumento burocrático sistematizado a partir de um viés alheio às condições de vida desta classe, que registra e assume os conselhos de controle social como simples órgãos de representação formal, como espaços que se agregam ao estado para oportunizar a participação.

Nesse sentido, considera-se a riqueza presente no movimento participativo dessas instituições, que são terrenos singulares com particularidades de uma totalidade estrutural e superestrutural da realidade que contém possibilidades de representações significativas às demandas sociais, bem como a qualificação dos diferentes grupos sociais representativos em direção ao fortalecimento da luta de classes.

As condições de representação dos diferentes grupos sociais não se resumem a momentos específicos, e requerem uma preparação dos sujeitos envolvidos, pois as instituições não devem estar escancaradas para que qualquer sujeito tenha adesão ao movimento. Por isso é fundamental que aqueles que participam estejam ligados aos propósitos representativos.

Por esta razão, Gramsci chama a atenção em relação à aderência de novos sujeitos despreparados e não habituados ao exercício da responsabilidade, para que sejam estabelecidas relações pedagógicas para a articulação entre a classe trabalhadora (GRAMSCI, 1999).

Mas a vida social da classe trabalhadora é rica de instituições, articula-se em múltiplas atividades. É necessário desenvolver estas instituições e estas atividades, organizá-las em conjunto, coligá-las num sistema vasto e agilmente articulado que absorva e discipline toda a classe trabalhadora (GRAMSCI, 1976, p. 339).

Como na estratégia da *frente única*³⁸, os conselhos encontram um campo vasto de manobra, que permite formar uma base diretiva que conduza pautas deliberativas e consultivas

³⁸ A estratégia de frente única no ocidente, segundo Gramsci e Lênin, é mais complexa, pois a sociedade civil já está alocada em uma determinada forma hegemônica de cultura e de ideologia capitalista, sendo necessário adotar a guerra de posição, que se inicia pela organização, disciplina e conscientização dos grupos sociais como trincheiras permanentes em vista a tomar o Estado. Reformulada em 1931 por Gramsci, a palavra de ordem de

a partir do interesse da classe trabalhadora e as demandas que se apresentam na realidade concreta. Contudo, para isto, é necessária organização e consciência de classe. Conforme Gramsci (1978), a forma de subtrair as massas da passividade passa pela questão da unificação das pautas reivindicativas e se fortalece no campo da organização dos organismos na forma da frente única.

A partir desta consideração, ao estudar as atas de reuniões dos conselhos plenos dos CMEs do Paraná, constatou-se que, em diferentes momentos, são debatidos assuntos que têm como pauta a necessidade da classe trabalhadora, e que ao manter os princípios emanados na Constituição Federal, constam deliberações consideradas à luz dos interesses dos grupos sociais dessa classe fundamental.

A partir da experiência italiana dos conselhos de fábrica, é importante considerar que a relação democrática de autogoverno e da consolidação de representatividade orgânica pressupõe que os grupos sociais unifiquem as reivindicações, se organizem a partir da consciência de classe e ocupem os espaços de luta.

Os conselhos de fábrica, as oficinas com as suas comissões internas, as comunidades camponesas e os comitês de bairros são, para Gramsci, germes da ação proletária, atividade de luta e de posição que demarca o espaço de enfrentamento e decisão das demandas da produção e da vida social (OLIVEIRA, 2018).

Através dos Conselhos, Gramsci aborda pela primeira vez a tarefa prática e política da hegemonia: organizar e unificar a classe operária, para que ela adquira, através de *sua própria experiência*, ‘uma consciência responsável dos deveres que incumbem às classes que acedem ao poder de Estado’ (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 210, grifo da autora).

Um tema que se tornou chave para a produção intelectual dos cadernos do Cárcere é o americanismo-fordismo, que suscitou, ao autor sardo, uma miscelânea de questões que vão desde a economia (tendo como enfoque a característica da centralidade da produção industrial) até a moral pública-privada (questões sobre o *Rotary Club* e a Maçonaria) que, nas palavras de Baratta (2017), se apresentam como questões de grande política.

Ao tema foram dedicados vários ensaios nos cadernos do cárcere, o qual comparece no caderno 22 do ano 1934, com o título *Americanismo e fordismo*. Neste caderno especial são analisadas a cultura e a racionalização do trabalho como forma de desenvolvimento próspero

frente única, apresenta uma distinção estratégica importante: a passagem da *guerra de movimento* para a *guerra de posição* (BUCI-GLUCKSMANN, 1980).

da civilização moderna que, para Gramsci, não passa de uma nova roupagem para a exploração do trabalhador.

O tema, ao considerar o trabalho, a disciplina e a moral organizadas de forma ideológica-cultural e técnico-produtiva, no sentido de investir na formação de um novo tipo de homem, sob novas condições de vida que possibilitem formar uma organização social descolada das necessidades dos trabalhadores, impele a denotar a forma que o capitalismo moderno se reestrutura para coordenar e dar sentido positivo ao sistema de produção nos moldes apresentados.

A análise de Gramsci repousa na possibilidade de enfrentamento das situações criadas pelo americanismo e fordismo no início do século XX. O *engodo* da massificação dos empregos e dos *altos salários* pagos pela *Ford*, no modelo da racionalização do trabalho, estão alinhados às exigências por qualificação e especialização para ocupar os postos de emprego; ou seja, a produção deve corresponder ao aumento salarial. O que se identifica é a necessidade de disciplinar o trabalhador para esse novo modelo programático, pois as exigências de trabalho estão intimamente ligadas a uma transformação psicofísica, a qual não pode ocorrer apenas através da *coerção/consenso*, mas somente por meio de uma combinação entre autodisciplina e persuasão/consenso.

Conforme Gounet (1999), a equação democrática para o desenvolvimento da economia e do mercado capitalista em tempos de crise e recessão é a aplicação de modelos racionais de produção (fordismo, neofordismo) que promovam o engajamento dos trabalhadores, tendo em vista a escola da regulação³⁹.

A questão orbita em pensar uma nova organização do trabalho, em que o lucro esteja na mira do empresariado. Nada de novo nisso. Para efetivar essa nova necessidade do capitalismo, segundo Gounet (1999), é fundamental o envolvimento dos trabalhadores, via mobilizações e reivindicações de sindicatos e grupos sociais, no desenvolvimento da produção como fora na época do fordismo. Em outras palavras, a ideia está centrada na participação e gerenciamento da organização do trabalho e qualificação dos trabalhadores com incentivos.

Sendo assim, estabilizar a mão de obra com um efetivo permanente e engajado, possibilita que a fábrica opere em capacidade que promova a melhoria dos lucros. Para isso, é necessário que o trabalhador tenha segurança, bem-estar no emprego, e sinta-se parte do

³⁹ Alain Lipietz e Benjamin Coriat, entre outros economistas, apresentam as transformações do sistema de produção e as possibilidades para nova reestruturação do trabalho a partir da regulação de empregos, preços e produtividade. Thomas Gounet, no livro *Fordismo e Toyotismo* (1999), realiza uma análise considerável a respeito da necessidade capitalista em oferecer, aos trabalhadores, condições que permitam a contribuição para a criação de riqueza e lucro e, por outro lado, reduzir a capacidade de organização coletiva dessa classe.

processo. Contudo, na prática, o que se evidencia é a distância entre os trabalhadores e a participação efetiva no sistema de produção.

Em virtude do lucro, a burguesia faz o mínimo de concessões, no limite das necessidades suplantadas pela continuidade do desenvolvimento do sistema capitalista e para aqueles trabalhadores que atingem certo grau de qualificação, desempenho, permanência e mérito, sempre na direção de concretizar a exploração do trabalho e da mais-valia.

Mediante essa organização racional do trabalho, os conselhos de fábrica foram a expressão da participação dos trabalhadores nas decisões e na produção das fábricas metalúrgicas italianas em setembro de 1920, das quais se destaca a *Fiat*, cuja ação de organização do proletariado é analisada por Gramsci.

Em relação aos aspectos positivos dessa ocupação e autogoverno das fábricas, considera o autor:

Na Fiat, produziram-se mais automóveis do que antes da ocupação; e as máquinas ‘operárias’, expostas quotidianamente ao público da Fiat proletária, não foram uma das últimas razões das inegáveis simpatias de que gozava a ocupação entre as grandes massas da cidade de Turim, incluindo os intelectuais e até os comerciantes (os quais aceitavam como moeda ótima as *senhas* operárias) (GRAMSCI, 1978, p. 152).

O movimento foi extirpado em 1921, 5.000 funcionários despedidos e os conselhos de fábrica extintos. Contudo, Gramsci aponta a maturidade da classe no processo, e falta de apoio do partido como organizador intelectual das massas, o então partido socialista que, por imaturidade e incapacidade de seus dirigentes, se eximiu do processo de consolidação e continuidade do autogoverno operário nas fábricas metalúrgicas italianas (GRAMSCI, 1978).

Esse episódio reflete um posicionamento que esclareceu o valor de uma vanguarda revolucionária que, descontente com a opressão e a exploração, reverteu a práxis em movimento de massa, no sentido de galgar uma forma de sociabilidade nova.

Não é dos grupos sociais ‘condenados’ pela nova ordem que se pode esperar a reconstrução, mas sim daqueles que estão criando, por imposição e através do próprio sofrimento, as bases materiais desta nova ordem: estes últimos ‘devem’ o sistema de vida ‘original’ e não de marca americana, a fim de transformar-se em ‘liberdade’ o que hoje é ‘necessidade’ (GRAMSCI, 2001b, p. 280).

O exposto até o momento ilustra a contradição presente na realidade, tendo em vista a condição de participação e dos interesses da classe trabalhadora e sua presença no controle social das políticas públicas. Até que ponto a participação dessa classe é efetiva, como ela expressa a luta em direção à conquista da hegemonia e da concretização de ações coerentes à concepção de mundo que as sustentam?

Pode-se afirmar que a luta de classes nos Conselhos Municipais de Educação é permeada pela hegemonia de classe, pautada pelo regime democrático burguês, o qual reflete o processo de produção. Tendo em vista esse aspecto, mediante as deliberações efetivadas nesses órgãos, foi necessário considerar possíveis concessões à classe trabalhadora, produzidas na luta hegemônica entre as classes.

Não se transforma a realidade a partir do espontaneísmo⁴⁰. É coerente considerar a implicação das necessidades das classes em luta pela hegemonia em determinado contexto histórico, tendo em vista as relações de produção, a fim de equalizar as vontades particulares em vontade coletiva. Logo, é fundamental organizar os grupos sociais a partir da análise das situações e das relações de força presentes na democracia, postura que promove a execução de ações práticas sustentadas por uma cosmovisão alicerçada na materialidade.

Diante disto, a participação não é algo insipiente, resumível à representação dos grupos sociais acomodados pelas decisões singulares de determinados grupos. A participação considerada por Gramsci tem seus tentáculos distribuídos nas esferas da atividade laboral, cultural e política dos diferentes grupos sociais. A partir disso, é conveniente refletir sobre a atividade dos membros dos grupos de interesse na problematização ativa dos interesses coletivos, das necessidades postas pela realidade social.

Isso ocorre na formação de dirigentes e dirigidos, mediante um viés de discussões permanentes sobre os temas de interesse. Portanto, a participação efetiva a caminho da mudança estrutural da sociedade requer uma condição de preparação e organização pautada na revolução cultural proposta por Gramsci, que viabiliza a preparação da classe trabalhadora para ser dirigente e/ou saber dirigir quem dirige a sociedade.

Por esse motivo, os Conselhos Municipais de Educação estabelecem relação conceitual com a representatividade democrática da classe trabalhadora, que se apresenta como um terreno propício para a atuação efetiva dos trabalhadores. Um espaço presente na realidade concreta e que viabiliza a possibilidade de organização e de participação na luta por demandas estruturais e superestruturais no âmbito do desenvolvimento histórico.

⁴⁰ Como concepção teórica que considera a capacidade subjetiva de transformar a realidade sem a mediação da teoria, pode-se citar o anarquismo, o anarco-sindicalismo e o mecanicismo próprio de uma variante do socialismo como representantes do espontaneísmo (DEL ROIO, 2017).

3.3 POR UMA ORGANIZAÇÃO DEMOCRÁTICA QUE POSSIBILITE AMPLA PARTICIPAÇÃO

Frente às questões apresentadas nas subseções anteriores, em relação ao bloco histórico e à concepção gramsciana de democracia pautada na representatividade orgânica, é indispensável considerar as possibilidades de participação efetiva da classe trabalhadora em direção à construção de políticas públicas coerentes com as necessidades apresentadas no âmbito da sociabilidade humana.

Para realizar essa leitura identificam-se, nos textos pré-carcerários de 1914 a 1926, reunidos na coletânea *Escritos Políticos* e organizada pela editora Seara Nova – Portugal, e que se divide em quatro volumes, questões sobre a práxis da organização de classe e questões da política italiana, bem como relações estabelecidas na estruturação do socialismo e do comunismo na Europa.

A riqueza dos textos encontra-se justamente no ativismo do autor, que se empenha em organizar o comunismo na Itália, debatê-lo de forma a conceber a realidade e os acontecimentos de sua época a partir de uma concepção de mundo: o materialismo histórico e dialético.

Uma importante posição de Spriano (1976) pode localizar a importância das reflexões contidas nesse material, e a capacidade de Gramsci viver organicamente a luta de classes de seu tempo.

Movemo-nos no confronto entre a teoria política dos conselhos, ou melhor, do Estado, que Gramsci ia elaborando e construindo no vivo da luta do (biênio vermelho), e o corpo da teoria leninista sobre o Estado e revolução, sobre o partido, sobre a estratégia do poder operário, expressa nos escritos e na práxis (SPRIANO, 1976, p. 12).

Ao trabalhar e escrever textos para jornais italianos, Gramsci tem a clareza da função da opinião pública como um conceito que permite forjar o consenso e a coerção no âmbito da hegemonia política, tendo em vista que as ideias e a organização de classe não nascem espontaneamente no cérebro do homem: é preciso compreender a realidade como ela é e difundi-la para a formação do consenso, que compreende um momento fundamental da hegemonia.

O significado de sua atuação como teórico e militante de uma concepção de mundo a respeito da realidade concreta conduz uma série de críticas à situação da formação política da Itália, as quais permitiram estabelecer relação teórico-prática com a questão de representatividade dos grupos sociais via Conselhos Municipais de Educação.

Portanto, nesse sentido, no texto *Antes de tudo, precisamos ser livres*, Gramsci tece uma crítica a Leonetti⁴¹, pautada no problema do socialismo; ou seja, não é um problema individual, e sim social, que se resolve na organização e durante a ação em busca da liberdade e igualdade de condições materiais e políticas (GRAMSCI, 1918).

No texto *Que fazer?*, Gramsci (2004b) elabora importantes considerações sobre a atuação dos comunistas e refere-se à necessidade de realizar uma autocrítica da debilidade dos socialistas e comunistas com o objetivo de colocar em relevo o que precisa ser feito, no sentido de orientar os comunistas em relação à clareza dos problemas a serem enfrentados.

Em outro momento, no texto *Democracia e Fascismo*, relata que, na Itália, a democracia era uma expressão da força organizativa das instituições de trabalhadores, que o fascismo afastou a mínima possibilidade de se efetivar. O Fascismo destruiu a fonte de ligações capazes de dar uniformidade às massas (forma e fisionomia), capacidade de se reunir, discutir regularmente, escolher líderes (GRAMSCI, 2004a).

Elementos da situação, escrito político datado de 1925, refere-se ao movimento desmobilizador da direita (burguesia), que se apropria dos movimentos sociais espontâneos. Desmascara as formas de organização anticomunistas, não revolucionárias, as quais se revestiam de uma forma de influência que manobrava a classe operária a partir de ideias de outras classes sociais não revolucionárias (GRAMSCI, 2004c).

Assim, Gramsci entende que todo movimento pré-revolucionário requer uma atividade predominantemente tática, de preparação, instrumentalização dos sujeitos envolvidos no processo, a partir da consciência e compreensão das condições reais, dadas em determinado momento histórico que conduz à necessidade de organização estratégica mediante uma luta de posição constante.

Mediante essas reflexões, Gramsci alude a possibilidade da hegemonia da classe operária a partir de elementos conceituais que apresenta em suas reflexões textuais. Como apresentado anteriormente neste capítulo, para o autor, a hegemonia deve estar pautada na superação da fase econômico-corporativa e na revolução cultural via organização da classe, tendo em vista a formação de um bloco-histórico.

A esse respeito, conforme Liguori (2017), a atenção de Gramsci volta-se para as relações estabelecidas entre dirigentes e dirigidos na organização da estrutura e superestrutura da sociedade. Considerar essas questões viabiliza, ao autor sardo, refletir sobre a ampliação do conceito de Estado. O Estado, nessa relação, ocupa uma posição determinada pela luta entre as

⁴¹ Alfonso Leonetti era redator, juntamente com Gramsci, no jornal *Il Grido del Popolo*.

classes no seu interior.

Para Gramsci, o Estado tem uma característica diferenciada, que possibilita ao autor compreender que, mediante a formação dos quadros de funcionários do Estado (sociedade política) e dos diversos grupos sociais (sociedade civil), está presente a dinâmica do Estado, ou seja, o próprio Estado, que Buci-Glucksmann (1980) denomina de *Estado ampliado em Gramsci*.

Esse conceito localiza os diversos grupos sociais em luta e embates de classes, perpassados por interesses determinados pela condição econômica de determinada sociedade, em determinado contexto histórico.

Portanto, este reconhecimento gramsciano da sociedade contemporânea tem o seu centro o Estado. Não que o Estado seja o sujeito da história, mas no sentido de que os sujeitos da história são as classes sociais, só podem verdadeiramente tornar-se hegemônicos na medida em que avaliam a si mesmos como capazes de 'tornar-se Estado' (LIGUORI, 2003, p. 180).

Logo, os grupos sociais, chamados de aparelhos privados de hegemonia, ocupam papel fundamental na constituição da democracia, ora rechaçando, ora reafirmando determinados valores e interesses de certos grupos no movimento de luta pela ocupação dos espaços institucionalizados.

É necessário reafirmar que o autor sardo apresenta, como possibilidade de participação na gestão democrática e efetivação de uma democracia econômica e política, a necessidade de transformação das relações de produção e a preparação dos dirigentes e dirigidos dos diversos grupos sociais, no sentido de qualificar a classe trabalhadora para a participação.

Outra questão de destaque se configura na desconfiança expressa por Gramsci em relação à democracia liberal e parlamentar (LIGUORI, 2017). Essa posição propicia reflexões que indicam o papel do intelectual orgânico, como organizador da classe trabalhadora em vista as transformações necessárias à efetivação da hegemonia operária.

No que diz respeito à participação da sociedade civil via Conselhos Municipais de Educação, foi fundamental localizar como se pode compreender as relações estabelecidas em uma sociedade de classes, a qual tem o capitalismo como concepção hegemônica das bases estruturais e sustentáculo político, jurídico, cultural e moral como forma de relação superestrutural.

A representação, nesses conselhos, apresenta características que correspondem aos conceitos apresentados por Gramsci. Destarte, constitui-se em erro não considerar as condições de participação social e a forma como se organizam os grupos sociais para efetivar a sua representatividade.

Para constituir uma relação democrática participativa tem-se, no binômio quantidade-qualidade, um dos vetores que fundamenta a representação dos grupos sociais nas instituições organizadas formalmente pelo Estado. Essa categoria possibilitou verificar e conferir, junto aos Conselhos Municipais de Educação, quantos representantes compõem estes órgãos e como se compreendem no processo participativo.

Nesse sentido, frente a essas características que envolvem a participação democrática, considerou-se questionar: a que ponto a participação é racional ou teleológica? Esse questionamento diz respeito à concepção de mundo, à vontade e à consciência dos sujeitos envolvidos no processo democrático.

Posto isto, cabe ressaltar que, na participação, ocorre um desencontro entre aquilo que é desejável e necessário e aquilo que é inconsciente e imposto hegemonicamente pelo consenso e a coerção.

O homem ativo de massa atua praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica desta sua ação, a qual, não obstante, é um conhecimento do mundo na medida em que o transforma. Pode ocorrer, aliás, que sua consciência teórica esteja historicamente em contradição com o seu agir. É quase possível dizer que ele tem duas consciências teóricas (ou uma consciência contraditória): uma, implícita na sua ação, e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade; e outra, superficialmente explícita ou verbal, que ele herdou do passado e acolheu sem crítica (GRAMSCI, 1999, p. 103).

Tendo em vista essa análise do autor sardo, destaca-se o ato político, que sinaliza uma posição concreta do homem na sociedade, a qual não corresponde à crítica elaborada pelo sujeito diante das relações estabelecidas, sendo um problema que envolve a práxis.

Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se ‘distingue’ e não se torna independente ‘para si sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas ‘especializadas’ na elaboração conceitual e filosófica (GRAMSCI, 1999, p. 104).

No âmbito da participação, Gramsci (2007, p. 14) considera que uma atividade ativa com “caráter positivo é dado somente pelo acordo alcançado nas vontades associadas.” Isso está condicionado “[...] na existência de grupos sociais urbanos, adequadamente desenvolvidos no campo da produção industrial e que tenham alcançado um determinado nível de cultura histórico-política” (GRAMSCI, 2007, p. 18), bem como da aliança com trabalhadores rurais, camponeses; ou seja, a estratégia da *frente única*.

Sendo assim, nas notas do caderno 13, Gramsci, ao analisar a questão da organização da vontade coletiva a partir do Príncipe de Maquiavel, destaca a necessidade de o partido,

enquanto organizador político, investir em dois pontos fundamentais: a vontade coletiva e a reforma intelectual e moral da classe para a luta e em luta.

A esse respeito, o autor sardo afirma:

Estes dois pontos fundamentais: formação de uma vontade coletiva nacional-popular, da qual o moderno Príncipe é ao mesmo tempo o organizador e a expressão-ativa e atuante, e reforma intelectual e moral - deveriam constituir a estrutura do trabalho. Os pontos programáticos concretos devem ser incorporados na primeira parte, isto é, deveriam resultar ‘dramaticamente’ da argumentação, não ser uma fria exposição de raciocínios (GRAMSCI, 2007, p. 18-19).

Compreende-se a orientação descrita na reflexão anterior ao nível da superação da fase econômico-corporativa, vinculada à relação de preparação de um corpo de dirigentes conscientes de sua função política no processo de produção, mediante a posição delimitada pelo autor sardo.

Ao destacar a necessidade de avançar para além da *exposição* de raciocínios elaborados *a priori*, enfatiza o movimento argumentativo para expressar a estrutura de trabalho que sustente concretamente a formação da vontade coletiva e a reforma intelectual e moral. Isso permite afirmar que a atuação do intelectual orgânico, enquanto grupo social, ocupa uma função de destaque, pois a formulação de um programa de resistência e luta deve estar pautado na estratégia, na discussão, na participação coletiva.

Essa forma de compreender a formação de uma vontade coletiva, que pressupõe uma organização do trabalhador coletivo, coordena a superação da condição de subalternidade e expressa o caráter econômico e político de uma nova ordem social. Uma nova forma de organizar a sociedade é a condição da mudança que permitirá conduzir novos processos de produção, que se distancia quantitativa e qualitativamente da concepção capitalista de lucro e de exploração. Isso remete a considerar a necessidade de problematizar a realidade em virtude das diferentes condições de exercício democrático que se colocam no interior das classes sociais.

Um detalhe importante a ser considerado é que as demandas da classe burguesa, no âmbito do estado ampliado, podem ser enfrentadas e discutidas, pois a hegemonia que se articula por meio de manejos políticos e arranjos que a classe dominante chancela, no consenso ou pela coerção, são *engodos* identificáveis. Nesse sentido, as classes tradicionais mantêm um equilíbrio passivo, no momento econômico-corporativo, e impedem a formação da vontade coletiva (GRAMSCI, 2007).

Mas, quando o ‘subalterno’ se torna dirigente e responsável pela atividade econômica de massa, o mecanicismo revela-se num certo ponto como um perigo iminente; opera-se, então, uma revisão de todo o modo de pensar, já que ocorreu uma modificação no

modo social de ser. Os limites e o domínio da ‘força das coisas’ se restringiram. Por quê? Porque, no fundo, se o subalterno era ontem uma coisa, hoje não o é mais: tornou-se uma pessoa histórica, um protagonista; se ontem era irresponsável, já que era ‘resistente’ a uma vontade estranha, hoje sente-se responsável, já que não é mais resistente, mas sim agente e necessariamente ativo e empreendedor. Mas, mesmo ontem, será que ele era apenas simples ‘resistência’, simples ‘coisa’, simples ‘irresponsabilidade’? Não, por certo; deve-se, aliás, sublinhar que o fatalismo é apenas a maneira pela qual os fracos se revestem de uma vontade ativa e real. É por isso que se torna necessário demonstrar sempre a futilidade do determinismo mecânico, o qual, explicável como filosofia ingênua da massa e, somente enquanto tal, elemento intrínseco de força, torna-se causa de passividade, de imbecil auto-suficiência [*sic*], quando é elevado a filosofia reflexiva e coerente por parte dos intelectuais; e isto sem esperar que o subalterno torne-se dirigente e responsável (GRAMSCI, 1999, p. 106-107).

Gramsci, ao realizar essa apreciação, destaca a existência de correlação de forças que compreende e ao mesmo tempo posiciona o embate e a passividade da classe trabalhadora no âmbito de um espontaneísmo. Esse conceito é tratado por Gramsci ao analisar o contexto histórico dos trabalhadores italianos nas fábricas após o *Biênio vermelho*, momento em que foram retiradas as possibilidades de participação efetiva nos processos de interesse coletivo. Esse fato discutido pelo autor apresenta pontos importantes para compreender como se direcionam as vontades e anulam-se a participação e a democracia popular.

Uma compilação e elaboração de regras fixas, que parte de cima para baixo, as quais reafirmam valores que se distanciam da realidade que os grupos sociais enfrentam na vida concreta não passa de uma receita pronta e estranha àqueles que compõem o corpo do trabalho assalariado e da sociedade em geral.

A partir desse ponto de vista, em que as classes dominantes gerenciam as vontades desagregadas dos trabalhadores, que são desconsideradas nas decisões dos resultados da produção material, provoca a existência de um distanciamento da participação coletiva nesse mesmo processo. As necessidades e os direitos ficam sob a tutela da classe hegemônica dominante, tendo como consequência a concretização de vontades particulares, e nesse movimento, o Estado, enquanto espaço de dominação, respalda e avaliza os interesses de classe.

Sendo assim, o conceito de conselhismo gramsciano estabelece, como possibilidade de superação da subalternidade da classe trabalhadora, da divisão da economia e da política, como hipótese de um novo tipo de democracia, a democracia popular, que remete a uma forma alternativa de democracia e de Estado Burguês (LIGUORI, 2017).

Por essa razão, a democracia popular ou conselhistas permite visualizar uma forma de enfrentamento exercido pela classe nas questões pertinentes às necessidades, às possibilidades de representação coletiva, de uma nova forma de organização da sociedade civil; ou seja, dos

diferentes grupos sociais, da realidade e sua atuação no processo de escolha, deliberação e consentimento mediante pautas que atendam às necessidades coletivas.

Retoma-se a consideração de Gramsci, em relação à 3ª fase do momento da relação das forças políticas, da consciência ético-política da classe, fase que denota a classe para si, em que ocorre a passagem da estrutura para as superestruturas complexas (GRAMSCI, 2007), processo que se desenvolve no exercício da hegemonia.

Contudo, como se articulariam as relações entre dirigentes e dirigidos para a organização da 3ª fase da relação de forças do momento político? A função da hegemonia se apresenta, neste momento no âmbito do consenso, conforme explica Gramsci (2007, p. 41):

[...] é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em ‘partido’, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano ‘universal’, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados.

Para tanto, a hegemonia política deve ocorrer antes da chegada ao poder. No caderno 19, Gramsci desenvolve o conceito de direção política. A esse respeito, é importante ressaltar o desenvolvimento teórico do binômio *direção e dominação*. Este par conceitual refere-se a caráter político do sistema de relações, tendo em vista que

Um grupo social pode e, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (está é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder mesmo o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também ‘dirigente’ (GRAMSCI, 2002, p. 62-63).

Tendo em vista o papel dos intelectuais, as relações de força estabelecidas no seio da sociedade classista, em virtude da divisão do trabalho e a formação bloco histórico no âmbito da luta pela hegemonia de uma classe sobre a outra, foi fundamental compreender o movimento que se apresenta via representação em conselhos municipais de educação.

A fim de efetivar a representação democrática, a tarefa do grupo social de intelectuais remete a considerar, a partir da construção teleológica de uma forma organizativa que prepare via uma revolução cultural, a classe trabalhadora para ser dirigente e/ou controlar quem está no comando.

Sendo orgânica, essa relação entre dirigente e dirigido deve ser comunicativa, aberta, consultiva, e que favoreça a compreensão da luta e do significado das pautas e demandas apresentadas. O centralismo democrático exige essa coerência entre quem comanda e quem está sendo dirigido no processo de participação. Sendo o Estado o terreno da luta e da ocupação de

uma determinada classe, os objetivos a serem adotados devem estabelecer uma relação pedagógica entre os grupos sociais.

Nesse sentido, o Estado consolida determinada concepção de mundo a partir da luta pela hegemonia de classe, a qual ocorre no campo da sociedade civil por meio das instituições – aparelhos privados de hegemonia – e age como interlocutor que utiliza a opinião pública para estabelecer o consenso, sendo denominado *Estado Educador* (GRAMSCI, 2007). Quanto mais a sociedade civil é gelatinosa, o Estado é obrigado a desempenhar papel fundamental no desenvolvimento da sociedade (BUCI-GLUCKSMANN, 1980).

Segundo Liguori (2007, p. 32), o Estado educador é

O Estado como ‘taylorização’ (mais do que coordenação: organização hierárquico-funcional, estabelecida ‘segundo um plano’) da atividade superestrutural: escolas, jornais, igrejas, partidos, sindicatos, toponomástica, nada parece deixado ao acaso. Ainda que não deva ser esquecido que, estando o ‘Estado Integral’ atravessado pela luta por hegemonia, a classe subalterna, que luta por ‘fazer-se Estado’, reage, tenta manter a própria ‘autonomia’ (que, no entanto, é coisa diferente da ‘autonomia da sociedade civil’ como hoje costumeiramente se entende) e, portanto, também construir uma própria autonomia alternativa à dominante.

Portanto, é necessário tomar o Estado. Essa alternativa corresponde à eliminação do próprio Estado mediante a condição exposta por Marx e Engels, que o proletariado revolucionário, ao constituir um Estado com características específicas em relação à organização estatal, na palavras de Lênin, uma democracia proletária ou popular, estabelece a simplificação das tarefas do Estado e promove a rotatividade de todos os trabalhadores em substituição ao corpo de funcionários estatais no caminho da desestatização das tarefas administrativas e militares (SAES, 1998). Sendo assim, durante a transição de uma forma de produção capitalista para um Estado-ético de cultura, o Estado somente pode ser transformado a partir de sua extinção por um grupo social orientado para esse objetivo, em direção à criação de “[...] um organismo social unitário técnico-moral” (GRAMSCI, 2007, p. 285).

Mediante as considerações organizadas no decorrer deste capítulo, as quais possibilitam conduzir a reflexão e apontamentos necessários para compreender a dinâmica de atuação dos CMEs na sociedade de classes, a seguir apresentam-se condições estruturais e superestruturais com o objetivo de denotar limites e possibilidades da participação representativa na institucionalidade dos órgãos de representação da sociedade.

CAPÍTULO 4 - OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA DE DIREITOS: LIMITES E POSSIBILIDADES

Esta unidade de ‘espontaneidade’ e ‘direção consciente’, ou seja, de ‘disciplina’, é exatamente a ação política real das classes subalternas como política de massas e não simples aventura de grupos que invocam as massas. Apresenta-se uma questão teórica fundamental a este propósito: a teoria moderna pode estar em oposição aos sentimentos ‘espontâneos’ das massas? (‘Espontâneos’ no sentido de que não se devem a uma atividade educadora sistemática por parte de um grupo dirigente já consciente, mas que se formaram através da experiência cotidiana iluminada pelo ‘senso comum’ [...]) (GRAMSCI, 2007, p. 196).

A reflexão de Gramsci exposta no início deste capítulo encaminha o debate a respeito do ato democrático e da consolidação da participação dos diferentes grupos sociais nos espaços de controle social, bem como aspectos relacionados à comunicação, ao tempo, ao espaço e aos mecanismos destinados ao exercício da representação participativa efetiva. Para tanto, considera-se que a direção e a consciência de classe, construída na esteira da representação política dos grupos sociais, compreendem duas questões fundamentais: a compreensão do papel desempenhado no espaço participativo e a paixão como fermento imprescindível para a solidez da consciência de classe.

Ao considerar essas questões norteadoras, é necessário destacar que a importância de espaços democráticos de controle social repousa na qualidade e quantidade de sujeitos representativos dos grupos subalternos. Deve-se, ainda, considerar que a participação evocada por Gramsci e consubstanciada por um ato de disciplina requer, como aspecto de análise e de pesquisa, que se sustenta nas condições objetivas de atuação representativa e de representação institucional, bem como nas características que são próprias do exercício participativo nos CMEs.

Sendo assim, nas próximas subseções, a exposição das características institucionais em relação à prática representativa nos CMEs ocorre dentro de limites e possibilidades de atuação dos diferentes grupos sociais na defesa de demandas pertinentes à classe trabalhadora ou manutenção da estrutura e superestrutura do atual contexto mundial, brasileiro e paranaense. Indica-se que a leitura atenta não pode perder de vista os meandros que sinalizam a subversão da práxis.

4.1 CONSELHOS DE EDUCAÇÃO: CONTROLE SOCIAL OU PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO EDUCACIONAL?

Na década de 1990, o governo brasileiro publicou o Plano diretor da reforma do aparelho do Estado, que resultou em uma nova forma de administração do público pelo Estado e definiu competências, dentre elas, os Serviços não exclusivos do estado. Tendo em vista um novo processo de politização das relações sociais, imposto pelo capitalismo mundial, a educação, ao enquadrar-se como serviço público não exclusivo do estado, passou a ser administrada também pela sociedade civil, por meio de parcerias público-privadas.

A partir deste modelo gerencial adotado pelo estado brasileiro, a organização de representação da sociedade civil ganhou corpo, mediante as Organizações Não Governamentais (ONGs), bem como se institucionalizou a composição de conselhos de controle social de caráter propositivo, consultivo e deliberativo, dentre estes figuram os Conselhos Municipais de Educação.

O tom do discurso capitalista reposiciona os CMEs como órgãos de controle e fiscalização, cuja responsabilidade pública pela atuação se concretiza na descentralização e execução de prestação de serviços educacionais nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Contudo, essa guinada estratégica do capitalismo choca-se de forma contraditória, ao considerar a finalidade das ações do estado mediante a reforma do aparelho estatal, ao que se estabelece em relação à existência de sistemas municipais de educação, na forma da lei. Os incisos I e II do art. 30 da Constituição Federal de 1988 já define a competência dos municípios em legislar sobre assuntos de interesse local.

A reorganização do aparelho do estado brasileiro, realizada via Plano Diretor da Reforma do Estado, no ano de 1995, vem ao encontro da descentralização e da autonomia dos entes federados na administração pública, conforme fora emanado na Constituição Federal de 1988.

art. 211- A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. Sendo definido no as competências de atuação dos municípios em relação a gestão pública educacional.

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório (BRASIL, 1998).

Tendo em vista a determinação constitucional, a nova LDBEN nº 9.394/96 passou a prever e regulamentar a organização dos sistemas de ensino em regime de colaboração, no

sentido de promover a autonomia dos entes federados para assegurar a consolidação da prestação de serviços educacionais e favorecer a descentralização.

art. 8 A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

§ 2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei (BRASIL, 1996).

Assim, o parágrafo 2º do art. 8º da LDBEN 9.394/96 estabelece, como princípio da implementação dos CMEs, autonomia e liberdade de escolha em formalizar esse órgão e constituir sistema próprio de ensino, ou aderir ao sistema estadual de educação, sendo reafirmado no art. 11 da LDBEN 9.394/96.

art. 11 Os Municípios incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados; [...]

Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica (BRASIL 1996).

A partir da definição organizacional do município, seja formalizar um sistema próprio de administração da Educação Básica ou vincular-se ao sistema estadual de ensino, fica estabelecida a colaboração técnica e financeira entre os entes federados; ou seja, entre o município, o estado e a União.

O regime de colaboração estabelecido pela Constituição Federal de 1988 requer um equilíbrio entre os entes federados, mesmo porque as condições estruturais que permitiram e permitem a autonomia dos entes da federação estão atreladas ao modo de produção, que determina as complexas relações econômicas estabelecidas na organização da educação nacional.

Portanto, a partir dos aparatos jurídicos relacionados, pode-se optar em estabelecer organização municipal educacional no sentido de constituir um sistema próprio de ensino, o que exige a formalização de um órgão que represente e execute o controle social da educação; em outras palavras, a implementação do Conselho Municipal de Educação.

Conforme Flach (2020), a formalização do sistema municipal de educação está pautada em trâmites legais instituídos.

Para tanto, entende-se que se torna necessário respeitar alguns trâmites políticos e legais que possibilitem o reconhecimento social e jurídico sobre a existência de SME:

a) criação do SME por meio de Lei Municipal específica: b) criação ou reorganização

do CME, de modo que se torne o órgão normativo do SME; c) organização de aparato administrativo que possibilite a operacionalização do SME (previsão e destinação de recursos financeiros, estruturais e humanos); e, por fim, d) comunicação à Secretaria Estadual e ao Conselho Estadual de Educação sobre a aprovação das Leis específicas, visando oficializar sua desvinculação do SME (em razão de que, historicamente, os municípios e suas escolas compunham o Sistema Estadual de Ensino) (FLACH, 2020, p. 228).

Com o respaldo legal, a formalização do CME resulta na autonomia municipal em propor e deliberar sobre questões educacionais, e no fortalecimento da gestão e das possibilidades de atuação de diferentes grupos sociais nos processos decisórios das políticas públicas educacionais locais. A necessária articulação entre os entes federados é fundamental para o fortalecimento, conforme chama a atenção Saviani (2014, p. 29), “[...] porque o isolamento tende a fazer degenerar a diversidade em desigualdade, cristalizando-a pela manutenção das deficiências locais”.

Em relação a esse aspecto, a autonomia definida na legislação configura-se no reflexo que se materializa via normas emitidas, tendo em vista a demanda por apoio técnico e financeiro emanados pela União. Trata-se de uma autonomia dependente, que se expressa nos encaminhamentos realizados por programas, como o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), Planejamento de Ações Articuladas (PAR), Programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para rede escolar pública de educação infantil (Pró-infância), Programa nacional de capacitação dos conselheiros municipais de educação (Pró-conselho), dentre outros. Tais programas ditam uma série de medidas e recolocam a necessidade de formalizar convênios e termos de colaboração para o recebimento de auxílio técnico e financeiro, alicerçado em políticas internacionais ditadas por organismos como Banco Mundial e o FMI, em condições que, em muitos dos casos, são desfavoráveis aos municípios.

Frente a essa dinâmica do capitalismo, que endossa a incapacidade de gestão e autonomia dos entes federados, muito embora a descentralização seja assegurada pela Constituição Federal 1988 e reafirmada na LDBEN n. 9.394/96, os encaminhamentos técnicos são desenhados pela arquitetura burocrática do gerencialismo público. Nesse sentido, as demandas pela qualidade da educação e da efetivação do direito constitucional a todos os brasileiros e brasileiras requer o fortalecimento dos órgãos de controle social com a perspectiva participativa tutelada: eis a contradição.

Ao considerar o conceito de democracia pertinente à reforma do Estado brasileiro, Lima (2011, p. 24) destaca a reafirmação dos espaços representativos nos CMEs em virtude das demandas apresentadas pelas políticas públicas, “de modo a escamotear a possibilidade de participação ativa da sociedade civil nas discussões e determinações políticas”.

“Quanto ao controle, ele ocorrerá por meio de Agências Reguladoras e Conselhos Gestores. Quanto à sociedade, ela assiste, aprecia e fiscaliza, conforme o interesse e determinação estatal. É a participação artificial e instrumental da ‘populacha’ desorganizada e inativa” (SANTIAGO; LIMA, 2011, p. 43).

As prerrogativas desses órgãos estão intimamente alinhadas ao planejamento de ações estratégicas, e ao desenvolvimento e fiscalização de políticas e programas governamentais. Organizados a partir de composição representativa paritária entre membros do poder executivo e sociedade civil, apresentam caráter consultivo, propositivo e deliberativo em relação às questões educacionais, da União, estados e municípios brasileiros.

Denota-se o limite entre a técnica de controlar as finanças e a administração educacional municipal mediante uma forma burocrática de atuação, que fixa ações pertinentes a prazos, relatórios e assuntos pontuais, consolidando atos de pequena política. Outrossim, a função dos CMEs, que corresponde ao controle social pautado na participação efetiva, que concorre para a condição e consolidação representativa dos grupos sociais nas deliberações de interesse de classe, é condição indispensável para a atuação desses órgãos.

Outrossim, no sentido de enfrentar os ditames dessas medidas que descaracterizam o ordenamento constitucional, é mister compreender as possibilidades de atuação do controle social para além da burocracia gerencial, tendo em vista pactuar a autonomia dos aparelhos privados de hegemonia na condução das políticas públicas e da descentralização das decisões.

Lembramos que o exercício da prática democrática, além da consciência política, histórica e socioeconômica, dependa da descentralização do poder, da participação de fato e da autonomia das decisões e responsabilidades, ou seja, do exercício da prática democrática para além dos discursos democráticos (LOPES *et al.*, 2011, p. 101).

Por isso, a capacidade de enfrentamento reflete a posição política dos integrantes dos CMEs, que se manifesta na postura adotada frente aos problemas e definições educacionais locais, de maneira a efetivar a descentralização desconfigurada na reforma do Estado brasileiro na década de 1990. A luta de classes nos ambientes representativos dos CMEs traduz as inconsistências geradas entre a autonomia promulgada na legislação brasileira e as determinações centralizadoras do governo central.

A partir dessas condições estabelecidas nos documentos legais e norteadores, foi necessário compreender organicamente as relações estabelecidas para a efetivação da democracia e da gestão democrática, em vista do posicionamento representativo de grupos sociais em luta, frente às proposições, deliberações e pareceres emitidos pelos Conselhos Municipais de Educação.

Conforme Raggio (2014), a Constituição Federal de 1988, ao estabelecer, na sociedade brasileira, a condição de Estado Democrático de Direito por meio do parágrafo único do art. 1º, que define a soberania, a representação indireta e a participação popular, amplia as condições de condução dos assuntos de interesse comum ao patamar do envolvimento dos diversos grupos sociais nos debates e na implantação e implementação de políticas públicas no Brasil.

A partir desse viés de amparo legal presente na Carta Magna, considera-se a soberania popular. Este aspecto da participação democrática e representativa remete a compreender que

O controle social corresponde a uma perspectiva de participação, de ação democrática, de instrumentalização de mobilizações e práticas que influenciam tanto no plano decisório governamental quanto ao planejamento e financiamento dos serviços públicos. Isto na gestão da educação, vai-se traduzir por meio das avaliações institucionais, dos colegiados escolares, dos projetos políticos-pedagógicos e dos conselhos de educação (LIMA, 2011, p. 34).

Frente a essas questões, tem-se um nó na efetividade participativa nos CMEs, que se materializa pela fragilidade participativa, dificuldades de informação, condições físicas, espaço de abertura para a participação, diferenças em relação ao rendimento e escolaridade dos participantes, voluntarismo, falta de recursos de algumas entidades e da influência e força da sociedade civil, para citar alguns dos limites e dificuldades encontradas pelos aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil representados nesses órgãos (RAGGIO, 2014).

Tendo em vista as condições, limites e possibilidades dos conselhos de políticas públicas apresentadas por Raggio (2014), é necessário contrapor a dinâmica de participação e considerar a formação de um bloco histórico nesse ambiente participativo. A participação efetiva, pautada na democracia representativa conselhistas que se defende nesta tese, é reflexo da existência de um bloco histórico consolidado no terreno da luta de classes; ou seja, nas diferentes instituições da sociedade civil.

Expressão de uma vontade coletiva construída a partir de uma teleologia, é uma concepção de mundo que seja estabelecida em uma relação orgânica entre dirigentes e dirigidos; caso contrário, a inexistência dessas características produzem uma representação burocrática e subalternizada (GRAMSCI, 1999).

Essa condição limite, que situa o controle social (desvirtuado) e a participação efetiva, está condicionada a uma dupla função, que se entrelaça no movimento de organização do sistema municipal e as ações concretas dos representantes dos diversos grupos sociais. Esse movimento político expressa as relações de força estabelecidas no bojo dos órgãos de controle social, e revelam a sua capacidade de nutrir o campo da luta de classes.

Cabe destacar que os espaços de luta, permeados por interesses classistas, refletem na

organização das diferentes instâncias da sociedade civil e sociedade política para a representação democrática, e são reflexos da forma que esses mesmos grupos sociais se organizam. Entende-se que o planejamento e as pautas deliberativas não são momentos estanques, conduzidos de forma aleatória, sem finalidades pontuais e demandas específicas, e sim permeadas por condições econômico-corporativas de determinada classe hegemônica.

Anibal Ponce (1994), ao desenvolver exposição importante sobre a organização das classes e das lutas que se desenvolvem na história, considera, ao se referir ao surgimento das classes sociais, que ocorre, de forma tendenciosa, a suposição de que a luta pela hegemonia foi consciente durante todo processo de embate produzido pelas contradições.

Mediante essa consideração, aponta que é necessário um período preliminar em que se desdobrem as contradições de interesses econômicos. Pode-se inferir que o processo de luta transcorre, no processo de desenvolvimento social, em um período de inconsciência das classes e de sua identidade como proprietária de uma força que não é reconhecida no movimento das relações estabelecidas.

É nesse sentido que Marx desenvolve a compreensão de classe em si e classe para si, conforme sua exposição na *Miséria da Filosofia*, que Gramsci aprofundou veementemente no seu trabalho intelectual a respeito do materialismo histórico e dialético. No processo dialético, que compreende as contradições que emanam das relações de vida entre as classes, a forma e o conteúdo presente nos processos de produção da vida material cimentam modos de organização social, representação das atividades humanas nos determinados períodos históricos. Tais atividades organizam-se intrinsecamente às definições legais e culturais, em um processo de organização de sistemas educacionais e da participação representativa dos aparelhos privados de hegemonia, nem sempre de forma tranquila.

Ao observar a história dessas determinações, e o que se estabelece como relação de classe na institucionalização da representação participativa, é considerável apreender a forma e o conteúdo que efetivam as práticas sociais e seus desdobramentos. Ponce (1994) apresenta uma reflexão necessária e concreta do conteúdo que solda as ideologias que a classe opressora estabelece para sua hegemonia, fato a ser considerado no desenvolvimento histórico da humanidade.

Desses apontamentos deriva o que Gramsci considera a respeito da consciência do sujeito em relação à realidade da qual faz parte.

O homem ativo de massa atua praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica desta sua ação, a qual, não obstante, é um conhecimento do mundo na medida em que o transforma. Pode ocorrer, aliás, que sua consciência teórica esteja historicamente em contradição com o seu agir. É quase possível dizer que ele tem duas

consciências teóricas (ou uma consciência contraditória): uma, implícita na sua ação, e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade; e outra, superficialmente explícita ou verbal, que ele herdou do passado e acolheu sem crítica (GRAMSCI, 1999, p. 103).

Portanto, ao estabelecer uma desconfiguração da autonomia e descentralização preconizada nos diferentes aparatos jurídicos, pode-se estabelecer que forma e conteúdo disseminado na efetivação do controle social das políticas públicas educacionais apresentam características ideológicas e hegemônicas que enviesam a participação dos grupos sociais. Contudo, a existência de luta de classes, mesmo que de maneira inconsciente, ocorre no interior das Conselhos Municipais de Educação.

Por esse motivo, o contexto organizativo das atividades conselhistas reafirma a autonomia como condição a ser conquistada de forma permanente. A esse respeito, no CME de São José de Pinhais, a representante da sociedade civil manifestou-se ao debater com a presidente sobre esta condição:

[...] o CME deveria ter mais autonomia, pois se trata de um órgão representativo, ainda pontua a questão de não ter um espaço próprio para reuniões do Conselho, não ter a administração da verba financeira e acredita que o CME poderia ter mais autonomia e participar da elaboração da LDO (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2019h, p. 5).

Sendo assim, na próxima subseção, apontam-se questões necessárias para realizar a leitura dos dados de pesquisa que indicam características fundamentais para a realização de uma definição e explicitação das especificidades elementares, que permitem desvelar a luta de classe consciente ou inconsciente no interior dos CMEs e o limite entre a burocracia e a representação participativa democrática efetiva.

4.2 CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: ORGANIZAÇÃO, RELAÇÕES INTERNAS E POSSIBILIDADES DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

À luz da concepção marxista de Antonio Gramsci, nesta subseção, apresentam-se elementos referentes à organização jurídica e à composição representativa dos 20 CMEs constituídos em sistemas municipais de educação no estado do Paraná. Os dados de pesquisa foram levantados a partir dos *websites* oficiais das prefeituras municipais correspondentes.

Esta exposição organizou-se entre os dados levantados e a concepção teórica materialista e dialética, tendo em vista realizar análises pertinentes à relação de forças políticas, à representatividade efetiva e à luta de classes no interior dos CMEs. O objetivo foi apontar possibilidades decorrentes da organização formal estabelecida na representatividade institucional de diferentes grupos sociais, os quais se caracterizam como sociedade civil e

sociedade política a partir da ampliação do conceito de Estado, pela incorporação dos aparelhos privados de hegemonia⁴² (BUCI-GLUKSMANN, 1980).

Mediante estes aspectos fundamentais do momento político da relação de forças (GRAMSCI, 2007), foi necessário apreciar as características de composição e as condições jurídico-administrativas do CMEs no estado do Paraná. A partir desses pressupostos, a discussão sobre a organização dos 20 municípios que efetivaram sistema próprio de educação está amparada pelos atos legais que os constituem enquanto tal, conforme quadro abaixo.

QUADRO 5 – MUNICÍPIOS PARANAENSES COM SISTEMAS DE ENSINO LEGALMENTE INSTITUÍDOS – POR ANO DE CRIAÇÃO – 1998 a 2018

Ano	Município	Lei Municipal de criação do Sistema
1998	Paulo Freitas	Lei nº 534, de 10 de agosto de 1998.
2001	Chopinzinho	Lei Complementar nº 02, de 20 de dezembro de 2001.
2002	Toledo	Lei nº 1.857, de 18 de dezembro de 2002.
	Londrina	Lei nº 9.012, de 23 de dezembro de 2002.
	Ponta Grossa	Lei nº 7.081, de 30 de dezembro de 2002.
2004	Ibiporã	Lei nº 1.891, de 30 de junho de 2004.
	São José dos Pinhais	Lei nº 632, de 29 de outubro de 2004.
	Guarapuava	Lei nº 1.394, de 8 de outubro de 2004.
	Araucária	Lei nº 1.528, de 2 de dezembro de 2004.
2006	Curitiba	Lei nº 12.090, de 19 de dezembro de 2006.
2007	Paranaguá	Lei Complementar nº 69, de 10 de setembro de 2007.
2008	Sarandi	Lei nº 1.531, de 16 de junho de 2008.
	Jacarezinho	Lei nº 1.958, de 08 de setembro de 2008.
2009	Pinhais	Lei nº 1.059, de 28 de dezembro de 2009.
2010	Cascavel	Lei nº 5.694, de 22 de dezembro de 2010.
2013	Iguatu	Lei nº 620, de 3 de abril de 2013.
	Palmeira	Lei nº 3.592, de 13 de dezembro de 2013.
2016	Telêmaco Borba	Lei nº 2.153, de 24 de outubro de 2016.
	Palmas	Lei nº 2.395, de 15 de junho de 2016.
2018	Sertãozinho	Lei nº 2.737, de 15 de maio de 2018.

Fonte: Flach (2020), *Websites* das Prefeituras e Câmaras Municipais pesquisadas.

Nota: informações organizadas pelo autor (2021).

Dentre os 399 municípios paranaenses, apenas os municípios relacionados no quadro acima possuem representatividade legalmente instituída para propor e deliberar assuntos de interesse local. Esta disposição jurídica reflete na formalização da rede municipal de ensino com autonomia e gestão democrática em regime de colaboração com os demais entes federados

⁴² Segundo Buci-Glucksmann (1980), por *aparelhos de hegemonia* consideram-se as instituições (partidos, parlamento, organizações sociais, etc.) formadas pelos grupos sociais e que superam a linha estreita de sua própria classe para estabelecer o consenso em torno de uma determinada política, que não exime a classe operária de praticar uma política de alianças, bem como desagregar as bases históricas de massa do Estado. Conceito que permite considerar frações de classes e alianças, como é o caso retratado no Brasil entre a classe média e empresarial e determinado partido político na eleição presidencial de 2018, forma do Estado que promoveu a desagregação da coesão social e das superestruturas. Para aprofundar a discussão referente ao Estado Integral, consultar Gramsci (2007, § 17).

– Estado e União. As condições que permitem construir as políticas públicas estão localizadas na atividade política dos membros do conselho de educação frente às demandas locais.

Sendo assim, a gestão democrática consubstanciada na autonomia local, conforme exposto na subseção anterior, possibilita organizar e deliberar questões locais de forma específica, com atenção aos problemas, necessidades, características econômicas e políticas estabelecidas nas diferentes localidades. Ressalta-se que, formalmente, a participação efetiva-se em ato regimental, produzido coletivamente, que institui regras próprias para a gestão educacional do ente federado municipal em acordo com as determinações emanadas das Constituições Federal e Estadual. Nesse movimento, localiza-se a função indispensável e fundamental da representatividade de interesses e das relações de força estabelecidas no movimento político de diferentes grupos sociais.

Como escopo para a participação, os espaços destinados à representação apresentam-se como forma concreta de tomar posição na luta de classes. Em relação a sua disposição na composição de grupos representativos nos CMEs, as leis municipais que criam estes órgãos estabelecem a distribuição das vagas destinadas à sociedade civil e à sociedade política, tendo em vista a representatividade de determinados grupos sociais de interesse local.

As condições sociais, culturais, políticas e econômicas de uma nação formam um complexo contraditório, que reflete na particularidade da singularidade local. Portanto, buscar as contradições e especificidades locais, que mantêm íntima relação com a forma e conteúdo da totalidade, respalda o desvelamento do significado material da luta pelo espaço participativo, que se sustenta pela luta de classes condicionada pela complexidade social, traduzida nas condições legais definidas nos documentos regimentais.

É importante destacar que a definição dos conselheiros a ocuparem os espaços participativos está condicionada a grupos sociais da sociedade civil e da sociedade política e suas prerrogativas, que divergem e convergem em virtude das pautas e das necessidades materiais postas pelo processo de socialização da produção da vida material. Nesse sentido, a compreensão do espaço participativo perpassa a análise da efetividade representativa, questão necessária para a compreensão da relação de forças políticas, que exprime a luta de classes no interior dos CMEs.

Sendo assim, pode-se observar um quadro demonstrativo, conforme levantamento realizado junto aos *websites* das prefeituras municipais dos 20 municípios com sistema próprio de ensino, bem como as leis de criação, regimentos internos, portarias e decretos municipais. A seguir apresenta-se, na tabela 4, as disposições de representatividade institucional previstas nos atos legais municipais.

TABELA 4 - DISPOSIÇÃO DE REPRESENTATIVIDADE EM RELAÇÃO AOS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA – 2020

(Continua)

Município	Ato legal de Nomeação Instituição	SME	Poder executivo	Legislativo	Rede Estadual/Núcleo de educação	Ensino Superior	IFPR	Conselhos de controle social	Pais de alunos	APMF-Conselho escolar	Movimentos sociais/sociedade civil	Instituições privadas	Sindicato	Filantropico/ONG	Professores	Coordenadores pedagógicos/diretores	Servidores técnico- administrativo/Profissionais da educação	Instituições de educação especial
Paula Freitas	Decreto n. 2.227//19		1					1							3		1	
Chopinzinho	Decreto n. 360/2016	1	1					2	1						1	1	1	1
Sarandi	Portaria n. 736/14	2	1		1	1		1	1	1	1	1		1	1	3		
Jacarezinho	Decreto n. 1.856/09		2	1		1		1				1					3	
Ibiporã	Lei n. 1.081/04		6		1					1	1	1			2			
São José dos Pinhais	Decreto n. 3.346/19	6	1	1				4		1			2		1	2		1
Curitiba	Decreto n. 701/19		7	1	1	1			1				3				1	
Paranaguá	Decreto n. 1.181/19	1		1	1	1			1		1	1	1				7	
Pinhais	Lei n. 1.722/16	1	1						1	1	2	2			2	2		
Toledo	Decreto n. 375/10		3		1	1		1		1			1	3			3	
Cascavel	Decreto n. 10.020/11		3		1	2		1		1		1					3	
Iguatu	Decreto n. 157/15	1	1	1	1				1		2						2	
Palmeira	Lei n. 3.734/14	1	3			1		1	1		1	1		1	2	2	1	

TABELA 4 - DISPOSIÇÃO DE REPRESENTATIVIDADE EM RELAÇÃO AOS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA – 2020

(Conclusão)

Município	Ato legal de Nomeação Instituição	SME	Poder executivo	Legislativo	Rede Estadual/Núcleo de educação	Ensino Superior	IFPR	Conselhos de controle social	Pais de alunos	APMF-Conselho escolar	Movimentos sociais/sociedade civil	Instituições privadas	Sindicato	Filantropico/ONG	Professores	Coordenadores pedagógicos/diretores	Servidores técnico-administrativo/Profissionais da educação	Instituições de educação especial
Guarapuava	Decreto n. 8.370/20	1	1	1	1	3		4		1		1	1		2	3		
Araucária	Decreto n. 34.382/20		5					1	3			1					5	
Londrina	Decreto n. 1.438/19	2				1				1	2	1		1	2	2	1	
Ponta Grossa	Lei n. 10.593/11	4			1	4		3	1		1	2	1	1	1	1		1
Telêmaco Borba	Lei n. 2.153/16		2		1	1	1	1	1		1	1	2			1		
Palmas	Lei n. 2.395/16	1			1	1		1	2		2	1	1				3	2
Sertãoópolis	Lei n. 2.737/18		5		1			1				1				1		

Fonte: *Websites* das prefeituras municipais/CMes/Leis/Regimento Interno/Decretos e Portarias do executivo municipal.

Nota: informações organizadas pelo autor (2021).

Mediante os dados apresentados na tabela 4, situam-se 17 instâncias representativas dos respectivos aparelhos privados de hegemonia. Eles são definidos a partir das necessidades locais, da relevância e atuação política, e dos requisitos estabelecidos como necessários para a atuação participativa nos respectivos sistemas de ensino.

Observa-se que, dentre os 20 municípios com sistemas de educação constituídos, destacam-se categorias nucleares em relação à representatividade, sendo elas: Poder executivo, com representação em 16 municípios; Secretaria Municipal de Educação; Rede estadual/núcleo regional de educação/ensino Superior, com representatividade em 13 municípios; e legislativo municipal, em 6 municípios. Estas categorias representativas são compostas por grupos sociais da sociedade política, comumente denominados de *esfera governamental*.

Em relação à composição de representação da sociedade civil, denominada de *representação não governamental*, observa-se que 14 municípios têm representatividade assegurada para as Instituições privadas de ensino. Destaca-se que 11 municípios incluem, na composição dos CMEs, a representatividade dos Pais de alunos e de movimentos sociais/sociedade civil organizada.

A distribuição de espaços representativos nesses CMEs configura a incorporação de diversos grupos sociais, com necessidades e especificidades antagônicas, e ao mesmo tempo promove o debate e a discussão sobre pautas que se alinham a perspectivas de mundo e experiências diferenciadas, que são o reflexo da vida econômica da comunidade local.

Ao estabelecer interlocução entre os envolvidos na construção e efetivação das políticas públicas educacionais e os demais órgãos de controle social, 14 dos CMEs paranaenses destinam espaços participativos para as seguintes instituições: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho de Alimentação Escolar, Conselho dos Portadores de Deficiência, Conselho Tutelar, Conselho do Fundeb e Promotoria Pública, Conselho Municipal de Assistência Social, e Conselho Indígena⁴³. Em 8 CMEs está previsto espaço de representatividade para membros atuantes dos conselhos escolares, Associação de Pais e Mestres das unidades escolares e Comitê de transporte escolar.

Tal distribuição de espaços possibilitou identificar e problematizar a política local do município de Ponta Grossa. Em relação à forma e conteúdo da composição e organização das reuniões dos conselhos municipais, foi sancionada a Lei 12951/2018 (PONTA GROSSA, 2018)⁴⁴, a qual foi questionada e debatida no âmbito da organização intersetorial, como expressão de frente única. Os Conselhos Municipais da Cidade de Ponta Grossa (o CMS - Conselho Municipal da Saúde, o CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o CME de Ponta Grossa, o CACS-FUNDEB – Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Desenvolvimento para a Educação Básica, entres outros) uniram-se em um *Conselhão*, espaço de representação que assumiu a pauta e atuou na conscientização do vereador a respeito da revogação da lei, que foi, assim, revogada (PONTA GROSSA, 2018b).

⁴³ Segundo Raggio (2014), esses conselhos de controle social são classificados como conselhos de direitos, já que são destinados à representatividade e ao controle das políticas sociais para grupos em vulnerabilidade social. Contudo, pode-se vislumbrar a inclusão desses conselhos no conceito amplo de conselhos de políticas públicas, tendo em vista que, para a garantia de direitos, se fazem necessárias a organização e execução de políticas estatais.

⁴⁴ A Lei 12.951/2018 estabelecia “[...] normas para indicação e nomeação de membros de Conselhos Municipais, no âmbito do Município de Ponta Grossa”, foi revogada pela Lei 13139, de 23 de maio de 2018.

Esse movimento reflete a importância da organização de espaços representativos e a ampliação de atuação dos diferentes aparelhos privados de hegemonia mediante unificação de pautas de interesses de classe. Tal situação permite aludir a luta de classes frente a questões de grande política, pautada no projeto de Estado burguês, que envolve as relações internas e de interesse da comunidade local, e se manifesta e posiciona-se na subversão e resistência em relação à implantação de projetos de interesse ideológico de demanda capitalista.

Também são destinados espaços para as categorias de professores, profissionais da educação, diretores e pedagogos da rede municipal e estadual de ensino. Essas representatividades, em alguns municípios, amparadas pela previsão legal, são escolhidas e indicadas por meio dos sindicatos de servidores públicos e professores, como é o caso dos municípios de São José dos Pinhais, Toledo e Cascavel.

Em relação à representatividade dos sindicatos, apenas 6 CMEs contemplam representação para essas instituições. Em relação a este dado, é necessário destacar que o sindicato se constitui em um aparelho privado de hegemonia, essencial para consolidar o processo democrático, cuja força de representação afirma a participação efetiva, pois expressa os interesses dos trabalhadores e estabelece o enfrentamento ao desequilíbrio de força presente na relação entre o capitalista e a força de trabalho. Portanto, remete a considerar o descaso referente à destinação de espaço representativo na maioria dos CMEs.

Destaca-se, na composição dos conselhos dos municípios de Sertanópolis e de Paula Freitas, que a presidência do conselho de educação é de livre escolha do prefeito municipal. A Lei municipal nº 2.737, de 15 de maio de 2018, estabelece, no art. 31 § 1º, que o presidente do Conselho Municipal de Educação de Sertanópolis seja indicado diretamente pelo chefe do executivo (SERTANÓPOLIS, 2018). A composição estabelecida pela referida prevê que, dentre os 9 representantes do CME, 5 são indicados pelo poder executivo, no sentido de garantir espaço representativo para a sociedade política. No caso do município de Paula Freitas aparece, no regimento interno, o capítulo III, em seu art. 7º, a indicação da presidência do órgão conforme designação do prefeito municipal (PAULA FREITAS, 2016).

Nas duas instituições, a presença do executivo municipal fica evidente, refletindo na influência da sociedade política na organização do CME, bem como a relação de força representada pela ocupação de espaço estratégico, que viabiliza o exercício de hegemonia na gestão da educação municipal.

Essas questões são bem coerentes com o conceito de guerra de posição, o qual se caracteriza no movimento da sociedade civil e política, em demarcar espaços democráticos de participação e confirmar demandas conforme interesses de classe. As lutas travadas no interior

da instituição perpassam a capacidade de ocupação desses locais com representatividade significativa. Ao ancorar a representatividade no significado da presença representativa, a classe ocupa o espaço a partir da definição de demandas concretas, pautadas em interesses compartilhados pela classe, ou por interesses particulares alheios a ela.

Já o Conselho Municipal de Educação do município de Jacarezinho apresenta, na Lei municipal nº 1.958, de 8 de setembro de 2008, em seu art. 25, a previsibilidade de representação dos grupos comunitários, por meio do seguinte texto: “O CME/Jacarezinho tem como objetivo assegurar aos grupos representativos da comunidade o direito de participar da definição das diretrizes da educação no âmbito do Município, contribuindo para elevar a qualidade dos serviços educacionais” (JACAREZINHO, 2008).

A segurança jurídica apontada no texto legal compreende a capacidade de gestão comunitária, mediante o conteúdo formal da legislação. Contudo, ao verificar a composição estabelecida no Decreto municipal nº 5.277, de 8 de dezembro de 2015 (JACAREZINHO, 2015), não aparece, na composição dos membros do referido CME, a nomeação de representantes das comunidades de grupos sociais como ONGs, associação de bairros, sindicatos, instituições filantrópicas entre outros, tendo em vista que o regimento interno também não apresenta previsão legal para tal representatividade.

Em relação ao município de Pinhais, no que estabelece a Lei nº 1.722/2016, que altera o artigo 5º e o artigo 7º da Lei nº 1.055/2009, o seguinte texto pode ser problematizado: “§ 1º Os membros do Conselho constantes dos incisos III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X serão eleitos por seus pares em assembleias convocadas para esse fim e indicados ao Prefeito Municipal que os designará para exercer suas funções” (PINHAIS, 2016). Essa configuração pode expressar um processo pautado na representação de classe tutelada pela sociedade política, embora a representação seja sustentada pela formalização em assembleia nas seguintes instituições:

- III. 01 (um) representante dos professores das escolas públicas municipais;
- IV. 01 (um) representante dos educadores dos Centros Municipais de Educação Infantil;
- V. 01 (um) representante dos pedagogos das unidades da Rede Municipal de Ensino;
- VI. 01 (um) representante dos diretores das unidades da Rede Municipal de Ensino;
- VII. 02 (dois) representantes das instituições privadas de ensino, ligadas ao Sistema Municipal de Ensino;
- VIII. 02 (dois) representantes da Sociedade Civil Organizada, que mantenha vínculo com as questões educacionais do Município;
- IX. 01 (um) representante do Conselho Tutelar do Município;
- X. 01 (um) representante das Associações de Pais, Mestres e Funcionários das Unidades Municipais de Ensino, não integrantes do quadro de servidores do Município de Pinhais (2016).

Outrossim, nos conselhos municipais de Palmas e Ponta Grossa, a existência de previsão de espaços representativos que envolve diferentes grupos sociais, antagônicos e com interesses específicos, permite compreender a gestão participativa no âmbito da ampliação da ocupação de espaços e do respeito ao pacto democrático estabelecido pela Constituição Federal de 1988. A presença de diferentes grupos sociais nos processos de construção de políticas educacionais amplia as relações de força política no âmbito da luta de classes.

Em relação ao conselho municipal de Palmas, na Lei nº 1.654/2006, consta no artigo 4º: “§ 2º. Deverá ser dada ampla divulgação, inclusive na imprensa local, da realização da assembleia mencionada no parágrafo anterior, bem como quais são os segmentos que deverão indicar representantes para compor o CME” (PALMAS, 2006). Essa articulação permite destacar o debate de Gramsci sobre os órgãos de imprensa, importante aparelho privado de hegemonia. Essa visibilidade permite ampliar a transparência do processo democrático e da participação de diferentes grupos sociais. Contudo, cabe a ressalva, conforme Gramsci (2007, p. 95):

O exercício ‘normal’ da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública- jornais e associações-, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados.

Mediante essas análises, ressalta-se que, para compreender a composição de representantes do CMEs, é necessário considerar a função representativa desses órgãos diante a conceito de Estado ampliado, conforme concebido por Gramsci. Na singularidade local, cuja expressão das relações sociais é mediada pela hegemonia que estabelece o consenso, há que se considerar as relações de forças presentes. Elas definem as lutas de classe travadas no interior desses órgãos, e é nesse sentido que a concepção de estado ampliado, que corresponde à solidificação da sociedade civil + sociedade política, ou seja, hegemonia encorajada de coerção, faz sentido.

Quanto mais a sociedade civil é gelatinosa e pouco desenvolvida, mais longa é a fase econômico-corporativa, e mais o Estado desempenha papel de protagonismo no desenvolvimento da sociedade (BUCI-GLUKSMANN, 1980). Aqui, cabe compreender o papel de disciplinar os grupos sociais e ampliar a participação da sociedade civil nos processos participativos da democracia burguesa.

Na medida em que a hegemonia burguesa conduz os processos de controle social, mais o projeto de Estado burguês mediado pela coerção exercida nos grupos sociais se consagra, e se esfacela a sociedade civil, sob a determinação do modo de produção correspondente.

Segundo Flach (2020, p. 232),

A composição do CME pode representar a ampliação da participação e do debate a respeito de assuntos educacionais, visto que possibilita que diferentes posicionamentos sejam confrontados e que o exercício democrático deixe de ser previsto apenas formalmente para se tornar realidade. Quando isso acontece, o CME torna-se progressista e a gestão democrática torna-se real.

Nesse sentido, o exercício democrático conselhistas é um mecanismo de gestão das demandas concretas apresentadas nos municípios, os quais mostram condições singulares, cujo envolvimento da sociedade civil na condução das políticas públicas assume papel de ocupação de espaço na efetividade da democracia popular e na defesa dos interesses coletivos.

Esses aspectos são fundamentais para a estratégia de romper a hegemonia da classe dominante no interior dos órgãos governamentais de controle, mediante a efetivação da autonomia do grupo social e do ente federado, quando exerce concretamente a atividade representativa dos grupos sociais; ou seja, daqueles grupos da sociedade civil que representam a classe trabalhadora.

Portanto, o fortalecimento dos CMEs configura-se na medida da apropriação dos espaços democráticos pela hegemonia proletária, mediante a necessidade de organização da luta revolucionária, cuja disciplina e o reconhecimento do pertencimento de classe constituem-se em categorias importantes no processo de transformação da realidade.

Por isso a ocupação dos espaços democráticos de participação representa uma primeira tarefa a ser cumprida pela sociedade civil. Em relação a esse aspecto, a partir da reorganização dos dados da pesquisa, a tabela 5 mostra a organização das informações sobre o número de membros que representam as instituições da sociedade civil e sociedade política em cada CME.

TABELA 5 – QUANTITATIVO DE CONSELHEIROS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE POLÍTICA E SOCIEDADE CIVIL NOS CONSELHOS MUNICIPAIS PARANAENSES – 2020

(Continua)

MUNICÍPIO	SOCIEDADE POLÍTICA	SOCIEDADE CIVIL	TOTAL
Paula Freitas	1	5	6
Chopinzinho	2	7	9
Sarandi	4	10	10
Jacarezinho	3	6	9
Ibiporã	6	6	12
São José dos Pinhais	9	10	19
Curitiba	10	5	15
Paranaguá	4	10	14

TABELA 5 – QUANTITATIVO DE CONSELHEIROS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE POLÍTICA E SOCIEDADE CIVIL NOS CONSELHOS MUNICIPAIS PARANAENSES – 2020

(Conclusão)

MUNICÍPIO	SOCIEDADE POLÍTICA	SOCIEDADE CIVIL	TOTAL
Pinhais	2	10	12
Toledo	5	9	14
Cascavel	6	6	12
Iguatu	4	5	9
Palmeira	5	10	15
Guarapuava	4	15	19
Araucária	5	10	15
Londrina	3	10	13
Ponta Grossa	9	12	21
Telêmaco Borba	6	7	13
Palmas	1	14	15
Sertanópolis	4	4	8

Fonte: *Websites* das prefeituras municipais/CMEs/Leis/Regimento Interno/Decretos e Portarias do executivo municipal.

Nota: informações organizadas pelo autor.

Conforme a distribuição de número de membros da sociedade civil e sociedade política com direito a compor o espaço representativo junto aos 20 CMEs paranaenses, verifica-se que, nos municípios de Ibiporã, Cascavel e Sertanópolis, a função de conselheiro é exercida por diferentes grupos sociais de forma paritária, e em menor número para os grupos sociais da sociedade civil no município de Guarapuava. Pode-se observar que, em 16 municípios, a presença dos grupos sociais da sociedade civil compõe maior número de representantes em relação à sociedade política.

Isso permite afirmar que os espaços estão sendo ocupados pela sociedade civil, e que o embate de interesses e a luta pela hegemonia traduz uma possibilidade de firmar um equilíbrio de compromissos⁴⁵, efetivar direitos, e qualificar o sistema educacional a partir de demandas e necessidades específicas, para além das estabelecidas pela burocracia e por grupos hegemonicamente situados no processo de consolidação de políticas sociais apartadas da realidade social e do interesse público.

Contudo, chama-se a atenção para as representações institucionais da sociedade civil e sociedade política, pois o número de representantes diverge dos espaços destinados aos aparelhos privados de hegemonia que constituem os CMEs.

A partir desta consideração, a tabela 6, na página seguinte, apresenta o número de instituições representativas da sociedade civil e sociedade política que constituem os CMEs.

⁴⁵ Segundo Buci-Glucksmann (1980), o equilíbrio de compromissos define uma correlação de forças contraditórias.

TABELA 6 - QUANTITATIVO DE INSTITUIÇÕES DA SOCIEDADE POLÍTICA E SOCIEDADE CIVIL NOS CONSELHOS MUNICIPAIS PARANAENSES – 2020

	SOCIEDADE POLÍTICA	SOCIEDADE CIVIL	TOTAL
Paula Freitas	1	5	6
Chopinzinho	2	7	9
Sarandi	5	10	15
Jacarezinho	2	4	6
Ibiporã	1	6	7
São José dos Pinhais	4	10	14
Curitiba	4	5	9
Paranaguá	4	5	9
Pinhais	2	10	12
Toledo	3	7	10
Cascavel	4	5	9
Iguatu	4	5	9
Palmeira	3	10	13
Guarapuava	4	13	18
Araucária	1	4	5
Londrina	2	10	12
Ponta Grossa	6	11	17
Telêmaco Borba	4	7	11
Palmas	1	14	15
Sertãozinho	1	4	5

Fonte: *Websites* das prefeituras municipais/CMEs/Leis/Regimento Interno/Decretos e Portarias do executivo municipal.

Nota: informações organizadas pelo autor.

Evidencia-se, junto aos dados organizados, que nos 20 CMEs, os aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil apresentam maior representatividade na composição destes órgãos. No entanto, há que se questionar sobre a verdadeira origem desses membros, no sentido de captar as determinações que forjam as concepções desses sujeitos que representam os aparelhos privados de hegemonia. Mediante a qualificação da postura representativa que se expressa na forma de dirigente de classe, pode-se compreender como se configuram as lutas travadas no interior dos CMEs, que resultam em proposições e deliberações chanceladas por esses órgãos.

A representação docente nos conselhos municipais de educação é emblemática, pois os membros representantes dos professores, pedagogos e diretores podem assumir caráter de representação dúbia, tendo em vista a questão da percepção do sujeito representativo em situar-se junto à sociedade política ou civil, já que o sujeito é funcionário público, e o desempenho da função implica em relações de força presentes internamente na instituição construída no interior do processo laboral, entre os sujeitos envolvidos no trabalho docente.

Os diretores, pedagogos e professores foram situados na categoria de sociedade civil, pois se entende que a representação está pautada nos interesses da classe trabalhadora. Contudo, pode não corresponder isto, e é nesse sentido que ocorre a necessidade de desvelar a realidade a partir do método de pesquisa.

É importante problematizar essa questão porque as demandas institucionais demarcam ocupação de espaço a partir de necessidades burocráticas e de interesse da sociedade política, que em determinados casos, os representantes de professores são prepostos dos governos municipais. A análise está contida na apreciação dos questionários, ao analisar as respostas à questão de nº 8, que reflete as preocupações com as políticas públicas educacionais a partir da percepção das necessidades a serem sanadas nos respectivos municípios, no sentido de captar as determinações que permitiram identificar o fenômeno da representatividade participativa e a posição do sujeito na luta de classes.

Por isso, a segunda tarefa a ser cumprida é disciplinar os grupos sociais e exercer a hegemonia, e é nesse sentido que a representação, que se limita à presença física dos sujeitos sociais nestes órgãos, fortalece os interesses de grupos antagônicos, os quais, consequentemente, detêm a hegemonia.

Sendo assim, é importante considerar que a organização paritária de representações dos grupos sociais dispostos nos aparelhos privados de hegemonia sustenta situações de pequena e grande política, que indicam o nível de relações de força política para firmar uma relação democrática a partir de sujeitos sociais com interesses diversos. Presente nesta representação estão as relações econômico-corporativas ou ético-políticas das diferentes categorias de análise e de formação de grupos representativos nos espaços democráticos de participação.

Na exposição dos dados, cabe considerar o caráter dos conselhos de fábrica, pautado na espontaneidade, na sua capacidade de organizar a massa trabalhadora em virtude da desagregação provocada pelo imperialismo capitalista e pelos efeitos da guerra. As condições de organização desses órgãos de participação representam a necessidade de dar forma e disciplina permanente às energias dispersas, organizar a massa de trabalhadores (BUCI-GLUKSMANN, 1980).

Os CMEs nasceram da fragilidade do Estado em compensar os desgastes com a burguesia, em vista das desigualdades implantadas pelo sistema burguês de produção. Foi uma necessidade de organizar a sociedade no momento de relações de forças políticas em sua fase econômico-corporativa, cuja possibilidade da hegemonia de classe se localiza no disciplinamento dos grupos sociais a ocupar o papel de dirigente.

Esse disciplinamento se configura em assembleias permanentes, com pautas específicas, e que envolvam todos os membros do grupo social representado. As demandas devem ser deliberadas e compartilhadas com todos, com condições de atuar como dirigido e dirigente, conforme definição dos respectivos grupos.

De acordo com o que se constatou em leituras de atas dos CMEs, o relato recorrente de qualificação e participação em cursos,

Tendo como pressuposto que a gestão democrática de caráter progressista é aquela que tem possibilidade de colaborar na formação coletiva dos conselheiros e interferir de maneira significativa na condução das políticas de educação nos municípios, seja por meio de propostas, normas ou acompanhamento das ações governamentais, entende-se que é imprescindível a ampliação da participação de diferentes segmentos da sociedade, principalmente daqueles segmentos que serão atingidos pelas deliberações colegiadas, ou seja, daqueles que trabalham e aprendem na escola pública (FLACH, 2020, p. 232).

Nesse sentido, pode-se afirmar que os CMEs que congregam diferentes representações de grupos sociais da sociedade civil e sociedade política correspondem aos *Conselhos de Fábrica*⁴⁶, na medida em que os representantes estabelecem uma íntima relação com os grupos aos quais pertencem. Portanto, nesse sentido é que se pode pensar e concretizar a participação efetiva, na esteira da disciplina e coesão das forças dispersas.

4.3 LIMITES E PERSPECTIVAS PARA A DEMOCRACIA NO INTERIOR DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

A apreciação de Gramsci sobre a relevância da participação democrática nos diferentes ambientes de representatividade ocupados pelos grupos sociais faz referência à possibilidade de efetivação da participação das massas, mediante o fundamento da compreensão das necessidades e interesses das classes e em razão da consciência estabelecida na essência da luta de classes.

A esse respeito, a experiência cotidiana dos sujeitos sociais, a qual é orientada por necessidades e imposições materiais, que resultam da dinâmica social humana e enviesada em muitos aspectos pela burguesia, apresenta contradições e condições objetivas/subjetivas que capacitam os indivíduos a formar opiniões contrárias ou adotar uma postura conformista diante desses condicionamentos sociais.

Por isso, Gramsci (1999), ao problematizar a categoria intelectuais, elucida aspectos que contribuem para compreender a espontaneidade das massas, e estabelece uma reflexão que corresponde à função dos intelectuais e à relação entre eles e o povo-massa. É nesse sentido que Gramsci destaca a função diretiva, quando discorre sobre o papel do intelectual orgânico e as características presentes na relação entre ele e a classe fundamental.

⁴⁶ Sobre os conselhos de fábrica, verificar as seções 3.1; 5.2 e 5.3 desta tese.

O intelectual, na função de organizador das massas, tem como tarefa transformar o senso comum em conhecimento tangível, rumo à construção de relações orgânicas entre representante e grupo social, permeada pela disciplina. Na esteira deste pensamento, Gramsci, em um artigo publicado no *Grido del Popolo*, ao polemizar a cultura como saber enciclopédico (PORTA, 2017), ressalta o valor histórico dos sujeitos sociais, da necessidade de organização e apropriação da direção consciente que remete a um mesmo fim. Para tanto, valoriza as experiências concretas e o senso comum, elementos que forjam o sujeito a partir da relação concreta, por meio de uma pedagogia viva⁴⁷, de uma ação pedagógica.

Esse ato vivo, de experiência forjada na realidade desigual, que se desenvolve em condições favoráveis e desfavoráveis para a efetivação da democracia real, tem, no sentimento-paixão e no senso-comum, conhecimentos empíricos que permitem coordenar e empreender ações pertinentes ao enfrentamento e à luta por condições paritárias de vida. São situações que sinalizam perspectivas de participação nos processos deliberativos das políticas públicas, em específico, as políticas educacionais.

Gramsci considera todos os homens intelectuais, pois pensam, problematizam a realidade onde vivem. Contudo, alguns assumem a função de intelectual, categoria fundamental para a direção dos grupos sociais em luta, no sentido de consolidar uma estreita relação na classe, cujo sentir e o compreender ocupam espaço indispensável para a direção consciente. Conforme Dias (2012, p. 105), “a relação dos homens com sua vida implica necessariamente na capacidade de ler o real”.

Entretanto, apenas compreender não basta, tendo em vista que a disciplina não se estabelece no conhecimento catedrático. O intelectual que apenas compreende e não sente, mantém o aspecto burocrático da relação representativa ativo, ao passo que a compreensão expressa mediante relação pautada nos dilemas e dificuldades da classe, sentimento-paixão, estabelece a formação de um grupo alinhado a uma concepção coerente com a forma e o conteúdo que cimenta a atividade da classe à qual o intelectual infere.

Na ausência deste nexos, as relações do intelectual com o povo-nação são, ou se reduzem, a relações de natureza puramente burocrática e formal; os intelectuais se tornam uma casta ou um sacerdócio (o chamado centralismo orgânico) (GRAMSCI, 1999, p. 222).

⁴⁷ Compreende-se *pedagogia viva* a partir de expressões utilizadas por Gramsci nos escritos carcerários, como história viva, língua viva, cultura viva. Em carta a Tania, Carlo e Delio expõe questões sobre a educação, a relação entre a escola e a vida, e a sua preocupação com a educação dos familiares. No caderno 3 problematiza a relação ativa, entre espontaneidade e direção consciente, por isso pedagogia viva (GRAMSCI, 2007).

Denota-se, desta questão, a necessidade da organização de classe mediante o objetivo de se estabelecer como classe dominante e dirigente do Estado e da sociedade, em direção ao desaparecimento do próprio Estado. Nesse contexto de análise e organização dos subalternos, em vista da transformação da sociedade, Gramsci (1999) localiza a crítica e as reflexões sobre o assunto a partir da proposição de um estudo sistemático sobre a categoria intelectuais, a qual se apresenta como fundamento para o estabelecimento da disciplina.

Portanto, compreende-se a disciplina como necessidade que faz sentido no movimento de organização de classe, neste caso, a trabalhadora, no processo da luta de classes em direção à emancipação humana. Ao problematizar e debater o transformismo no período do *Risorgimento* italiano, Gramsci presta contribuição analítica ao destacar a incorporação dos intelectuais no processo revolucionário, mediante a função de organizador dos grupos sociais em direção à permanência ou mudança da classe dominante e dirigente da sociedade.

Nesse sentido, é significativa a redação presente no *web-site* do CME do município de Toledo, que permite compreender e destacar a importância do vínculo entre os envolvidos no processo representativo democrático, o intelectual e classe. “O Conselheiro sempre representa um segmento da sociedade e ninguém tem representação individual, devendo, portanto [*sic*] ouvir e dar satisfação a seu segmento representado” (TOLEDO, 2020).

A relação a ser estabelecida mediante estas considerações encaminha a apreciação de críticas ao sistema parlamentarista, que apresentam asserções aos limites impostos por esse sistema de representação. Gramsci (2007) reafirma o espaço que o binômio dirigentes e dirigidos ocupa no movimento de consolidação da democracia participativa.

Sendo assim, conforme destacado em várias passagens dos textos carcerários e das cartas do cárcere, Gramsci, ao apontar o conteúdo e a forma de atuação parlamentar, denota o descrédito e falta de articulação entre os governantes e governados, e configura a relação de forças e hegemonia. Nas palavras de Suppa (2017, p. 603),

É absolutamente claro que G. se refere a uma democracia já na sua essência, ‘pós-liberal’, quando as grandes organizações de massa são impelidas, mesmo sem ter consciência disso, a avançar sobre um sistema político caracterizado pela substituição das formas da liberdade por técnicas de dominação, quando não de autêntico domínio.

A esse respeito, Schelesener (2018) apresenta uma discussão que auxilia desvelar o movimento que a democracia burguesa equaciona ao estabelecer a participação democrática como via de mão única. A autora chama a atenção para a necessidade romper com abstrações que desqualificam a forma e o conteúdo que perpassam a construção das políticas educacionais via participação em instâncias representativas. Ao considerar essas questões, remete a esboçar

a compreensão de Gramsci em relação ao caráter autônomo da participação da classe trabalhadora nos processos democráticos.

Schelesener (2018), a partir da metáfora da mesa redonda, que na relação democrática institucional configura-se quadrada, possibilita compreender a disposição dos espaços democráticos alinhados a uma perspectiva participativa que se pauta na anulação das vozes presentes na dinâmica representativa dos aparelhos privados de hegemonia, como se as vozes dos participantes que estão dispostos nas laterais da mesa fossem representadas pelos sujeitos que se colocam na ponta da dita mesa, um significado semântico de autoridade definida pelo espaço dominante que ocupa na participação burocrática.

Assim, caracteriza-se a vontade coletiva a partir do sistema hegemônico, que inviabiliza a condução representativa paritária no que diz respeito à relação de forças e, ao mesmo tempo, indica acirramentos e embates em vista da efetiva participação, em que a guerra de posição se faz presente.

Sendo assim, para a efetivação político-representativa da classe trabalhadora, coloca-se o desafio de estabelecer canais de construção da consciência participativa e da forma de operacionalização da representação de classe. Esse aspecto necessário para concretizar a disciplina dos grupos sociais está condicionado à ocupação de espaços participativos via cisão com a ambiguidade na gestão entre dirigente/governante e dirigido/governado.

Para tanto, ao estabelecer esta condição, os CMEs do estado do Paraná enfrentam dificuldades. Isto conforme conselheira representante do sindicato de São José dos Pinhais, que expressa

[...] a dificuldade em atender a demanda do funcionalismo [...] concorda e fala que os servidores públicos chegam aproximadamente a 7.000 no Município e para um único representante liderar é bem trabalhoso e enfatiza que se o Sindicato representa todos os servidores públicos, este outro ou outros servidores não precisam ser apenas da Secretaria de Educação e sim solicitar a disponibilidade de servidores a outras secretarias para atuarem junto ao SINSEP (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2020b, p. 6).

Eis a finalidade do Estado guarda noturno⁴⁸, gerir a desmobilização de acirramentos entre as classes mediante limites que inviabilizam a participação nos conselhos de educação, condicionados à supressão da luta de classes. Tal posição demarca o limite político de conselhos de políticas públicas, aos quais se estabelecem condições participativas enviesadas na mera ocupação de espaço formal, cujos representantes de diferentes grupos sociais se acomodam no

⁴⁸ Atribuição ao Estado enquanto apaziguador e controlador dos conflitos entre as classes com posições autoritárias e coativas. Essa posição reafirma a democracia dominante a partir do ponto de vista de uma concepção que separa a política da economia (GRAMSCI, 2007).

movimento hegemônico, e organizam a luta pela hegemonia frente à determinada classe dominante.

Frente a esse controverso sistema de controle e hegemonia, que descreve o caráter de classe do Estado, cita-se Gramsci (2001a), ao analisar o posicionamento de Napoleão III⁴⁹:

Napoleão argumentava partindo do conceito segundo o qual, se é verdade o axioma jurídico de que a ignorância das leis não exime de culpa, o Estado deve manter gratuitamente informados os cidadãos sobre toda a sua atividade, isto é, deve educá-los: argumento democrático que se transforma em justificação da atividade oligárquica. O argumento, porém, não deixa de ter valor: ele só pode ser democrático nas sociedades em que a unidade histórica de sociedade civil e sociedade política for entendida dialeticamente (na dialética real e não só conceitual) e o Estado for concebido como capaz de ser superado pela 'sociedade regulada: nesta sociedade, o partido dominante não se confunde organicamente com o governo, mas é instrumento para a passagem da sociedade civil-política à 'sociedade regulada', na medida em que absorve ambas em si, para superá-las (e não para perpetuar sua contradição), etc. (GRAMSCI, 2001a, p. 230).

A partir da concepção de Estado enquanto instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura econômica, tem-se uma ordem político-jurídica adequada às demandas estruturais, com vistas a sustentar a igualdade formal, um sistema representativo que se legitima pelo voto popular.

Nesse sentido, problematiza-se o movimento de luta de classes a partir de Schelesener (2018, p. 69):

O conceito de hegemonia, ancorado na luta de classes, apresenta dois significados principais: do ponto de vista dos grupos dominantes, a partir da estrutura da democracia burguesa, a hegemonia se mantém pela produção de um consenso passivo pela formação da opinião pública enquanto 'pensamento autônomo' do indivíduo 'cidadão', mascarando as relações de poder que fazem dos subalternos meros assistentes passivos do exercício do poder. [...] Já da perspectiva dos trabalhadores ou dos grupos subalternos, a luta pela hegemonia significa enfrentar cotidianamente a luta de classes, nas suas múltiplas formas, para superar as ilusões geradas pela ideia burguesa de democracia e de gestão, o que implica empenhar-se na organização política formando um consenso ativo na luta por um outro projeto de sociedade (Q. 13, Q. 15, Q. 25). [...] tal unidade não ocorre antes da tomada do poder do Estado visto que este faz a mediação entre economia e política para manter a ordem vigente.

Colocar a categoria *hegemonia* como expressão da relação de forças que ocorrem no tramite de funcionamento, de deliberações e organização interna dos CMEs compreende conduzir a análise das situações. Ao analisar as situações que permitem um determinado estado

⁴⁹ A respeito de Napoleão III, Botomore (2001) apresenta a condição de Estado com certo grau de independência, sem desconsiderar o seu caráter ditatorial que, segundo Marx e Engels, se configurou em a única forma de governo possível, com uma burguesia que havia perdido o poder e o proletariado não possuía condições de governar o país. Gramsci (2001a), ao estabelecer a relação entre escola e jornalismo, destaca a intenção de Napoleão III em tornar o diário oficial do Estado um modelo informativo e de opinião.

de relação entre os diferentes interesses, a hegemonia exercida por um grupo que objetiva salvaguardar as condições necessárias para a manutenção de dominação, a partir do consenso e da força, tem-se perspectivas que se localizam nas determinações estruturais e superestruturais, as quais influenciam a participação no processo democrático.

Ampliar o âmbito das relações de representatividade requer romper o ciclo que mantém a representação no patamar da pequena política; destarte, de cunho parlamentar, burocrático e técnico, que se expressa pelas condições impostas de forma hegemônica nos bastidores da organização da democracia formal, e representa uma forma de governo, transitório e específico.

Sendo assim, Gramsci (1999) ressalta que a tarefa da filosofia da práxis é conduzir os simplórios a uma concepção de vida superior, a qual possibilita romper com a postura subalterna, espontânea e conformista, em direção ao enfrentamento e à consolidação e compreensão de uma nova concepção de mundo, que diga respeito ao processo estabelecido no mundo da produção material, e a política enquanto superestrutura situada em determinado bloco histórico. Esse movimento corresponde a uma *catarse*⁵⁰, uma dimensão que expressa o intelectual coletivo em determinado processo histórico em andamento.

O processo catártico inicia no processo de reconhecimento das determinações que imperam no universal e particular da vida social. A perspectiva de *catarse* apresenta-se na implantação de condições particulares, as quais se tornam universais a partir da classe dominante, que enquanto dirigente, condiciona, mediante a filosofia e a ideologia, as demandas da classe trabalhadora. Em outras palavras, a partir de uma maioria que se caracteriza como minoria (DIAS, 2012) no processo de construção da vontade coletiva, que se conforma nos limites definidos e suficientes para a sua sobrevivência.

É nesse sentido que, ao abordar a questão do papel dos intelectuais e da necessidade de disciplinar as massas, no que diz respeito ao grau de consciência e espontaneidade, considera-se o concreto da relação entre as necessidades materiais e as situações impostas na vida material do trabalhador, dos grupos sociais marginalizados e estereotipados, em muitos dos casos como incapazes de exercer a condição participativa no regime democrático.

Os limites impostos no processo de qualificação da participação é a expressão da própria luta que representa, ao mesmo tempo, possibilidades de rompimento com a hegemonia dominante. Nesse processo de necessária ruptura com os interesses antagônicos à classe

⁵⁰ Em um parágrafo intitulado *Introdução ao estudo da filosofia*, Gramsci (1999) define *catarse* como o momento em que o sujeito social elabora a vida prática econômica em momento de liberdade, de conhecimento e consciência dessa mesma estrutura que o esmaga, ato que possibilita novas iniciativas.

trabalhadora, encontram-se os limites da dispersão da classe, pautada na heterogeneidade dos interesses dos grupos diversos, bem como a capacidade de organização e compreensão da realidade. É nesse sentido que a articulação permanente entre intelectual e grupo social, entre dirigente e dirigido, na esteira da capacidade de mobilização e organização da classe para a ocupação de espaço, se define como algo necessário para a efetiva participação.

O mais importante problema a ser discutido neste parágrafo é o seguinte: se a filosofia da práxis exclua a história ético-política, isto é, não reconheça a realidade de um momento de hegemonia, não dê importância à direção cultural e moral e se julgue realmente os fatos da superestrutura como ‘aparências’. Pode-se dizer que não só a filosofia da práxis não exclui a história ético-política, como, ao contrário, sua mais recente fase de desenvolvimento consiste precisamente na reivindicação do momento de hegemonia como essencial à sua concepção estatal e à ‘valorização’ do fato cultural, da atividade cultural, de uma frente cultural como necessária, ao lado das frentes meramente econômicas e políticas (GRAMSCI, 1999, p. 295).

A partir do exposto, compreende-se que, ao tratar das condições de articulação política no campo da ideologia consonante ao projeto que se quer para a sociedade, o que se identifica no contexto contemporâneo brasileiro é o acirramento de embates, de luta de classes frente à estruturação ao longo da história de uma concepção de mundo oposta à construção de plataformas democráticas e de participação social. A esse respeito, alguns fatos exemplificam essa luta no campo econômico e político, com desdobramentos que possibilitam problematizar a realidade nacional.

Sendo assim, ao tratar da organização participativa durante o 1º mandato da presidente Dilma Rousseff (PT), foi elaborado o *Plano Nacional de Participação Social* (PNPS) sob Decreto Federal nº 8.243, de maio de 2014⁵¹ (BRASIL, 2014), que logo no final do ano de 2014 foi contestado e suspenso a partir do substitutivo Projeto de Decreto Legislativo nº 147/14, do deputado Mendonça Filho (DEM), sob o pretexto de se apresentar não razoável ao regime democrático previsto na Constituição Federal de 1988⁵².

Mediante a compreensão do exercício representativo de classe e os desafios a serem superados no processo participativo, problematiza-se a efetividade das prerrogativas federais

⁵¹ O PNPS foi construído no contexto de tentativa regulamentação de um novo mecanismo de participação, mediante o objetivo de organizar e fortalecer o diálogo do Estado com a sociedade civil, uma resposta às demandas apresentadas pela população brasileira, que foi às ruas em junho de 2013, por meio da organização do *Movimento Passe Livre*, as *Jornadas de Junho* que reuniram milhares de pessoas em todo o Brasil (RIBAS; PIRES; LUIZ, 2015).

⁵² Assim se manifestou o senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), relator da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ): “Nossa Constituição Federal, ao adotar o regime democrático representativo, legitima como representantes do povo os eleitos para o exercício de mandato em processo eleitoral. Seria desarrazoado aceitarmos que os representantes da sociedade civil participantes desses diálogos com o Poder Executivo estivessem incursos em uma das hipóteses de inelegibilidade previstas na Lei Complementar 135, de 2010, conhecida como ‘Lei da Ficha Limpa’” (SENADO NOTÍCIAS, 2015).

no decorrer do 1º ano de mandato do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro (sem partido).

O processo participativo encontra, no Estado apaziguador do acirramento de conflitos e da luta de classes, a supressão de espaços de atuação. Já em 2019, o Decreto nº 8.243 (BRASIL, 2019a), que sustentaria juridicamente a participação social, é revogado pelo Decreto Federal nº 9.759, de 11 de abril de 2019 (BRASIL, 2019b), que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Se já não bastasse a revogação do Decreto que sustentaria a Política Nacional de Participação Social, ainda promove a extinção de colegiados.

O desmonte da participação popular continua com alteração na composição do *Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente* (CONANDA), por meio do Decreto Federal n.º 10.003, de 04 de setembro de 2019 (BRASIL, 2019c), que dentre outras alterações, destaca-se a retirada de 5 vagas da sociedade civil da trimestralidade de reuniões por videoconferências, note-se, antes da situação imposta pela pandemia de *Covid-19*; e a exclusão do Ministério Público Federal. O Decreto foi contestado a partir do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 608/19, da Deputada Maria do Rosário (PT-RS), com a finalidade de sustar seus efeitos (BRASIL, 2020c).

O movimento de encurtamento e reversão da conquista de participação democrática nas políticas de estado, como expressão de grande política, recebeu mais um golpe a partir da publicação do Decreto Federal n.º 10.224 de 05 de fevereiro de 2020 (BRASIL, 2020a), o qual extingue vagas destinadas a representantes da sociedade civil no conselho deliberativo do *Fundo Nacional do Meio Ambiente* (FNMA)⁵³. Mediante o regulamento, o conselho passa a ser composto somente por membros do governo. Tramita o PDL em análise na Câmara dos Deputados, com efeitos de sustar o Decreto Federal nº 10.224. O PDL é de autoria da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) (BRASIL, 2020b).

No âmbito da gestão democrática do ensino, a presidência da república propôs a Medida Provisória (MP) nº 914, de 24 de dezembro de 2019⁵⁴ (BRASIL, 2019e), que “Dispõe

⁵³ Colabora, para compreender o fato, a postura ministerial em reunião presidencial do dia 22 de abril de 2020, que foi transmitida em nível nacional pelos telejornais. Cabe destacar a fala do ministro do meio ambiente, Ricardo de Aquino Salles, em relação a mudanças a serem implantadas no ordenamento jurídico brasileiro, “Então pra isso precisa ter um esforço nosso, aqui, enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa que só fala de *covid* e ir passando a boiada, e ir mudando todo o regramento e simplificando norma [...]”. Ao estabelecer comparação aos rumos que se orquestram as políticas participativas, a postura do ministro e o desenrolar da política ambiental do país descrevem a anulação do diálogo representativo e a problematização de assuntos de interesse da sociedade civil na pauta das deliberações. (CNN Brasil [vídeo], 2020).

⁵⁴ A Medida 914/10 foi encerrada por tempo excedido, no senado Federal, pelo Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre (DEM), em 02 de junho de 2020 (BRASIL, 2020c).

sobre o processo de escolha dos dirigentes das universidades federais, dos institutos federais e do Colégio Pedro II”, que criou polêmica e manifestações por parte de representações de classe, como a *Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior* (ANDIFES). A ANDIFES se manifestou contra a MP, que passou por consulta popular e foi encerrada com um total de 413.613 votos contrários e 297.983 a favor de sua aprovação.

Em consonância com a MP nº 914/19 (BRASIL, 2020c), ocorreram nomeações de reitores dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte e Santa Catarina, em descumprimento aos resultados das eleições destas instituições. Este cenário de retirada dos dispositivos democráticos e o movimento das entidades ligadas à educação – aparelhos privados de hegemonia – caracterizou um enfrentamento importante para mobilizar o Senado Federal:

Precisamos entender a razão pela qual não estão sendo nomeados candidatos escolhidos pela maioria dos alunos, professores e servidores das instituições. Afinal, quem melhor para indicar um reitor do que as pessoas que estão dentro das universidades?”, questionou, pelas redes sociais, o senador Fabiano Contarato (SENADO NOTÍCIAS, 2020).

Sobre essa questão, foi fundamental o posicionamento do *Supremo Tribunal Federal*, enquanto instituição democrática de direito, que em ato a favor da manutenção da democracia e do respeito Constitucional expediu medida liminar⁵⁵ em 10 de dezembro de 2020, sobre a observância da lista tríplice para a nomeação de reitores.

Na contramão da manifestação democrática via representação institucional, em 2020 ocorreu embate em relação ao posicionamento do *Conselho Nacional de Educação* (CNE), no que diz respeito à extensão do prazo de ensino remoto em período de emergência, imposto pela situação de pandemia *Covid-19*, caracterizado pela demora do governo federal via *Ministério da Educação* (MEC) em cancelar a decisão. Cabe ressaltar que existe um descompasso entre as decisões do governo e o exercício dos órgãos de representação: destaca-se o fato de que a centralização no nível nacional carrega interesses de classe na condução de uma disciplina liberal orquestrada por empresas privadas de educação.

O ataque ao FUNDEB foi outra tentativa de reverter recursos à iniciativa privada. Mediante os caminhos apontados pela pauta neoliberal, o governo federal definiu a transferência de recursos das escolas públicas para as instituições educacionais sem fins lucrativos e sistema S (Senai, Sesi, Senac e Sesc). O Congresso Nacional, por meio do Senado

⁵⁵ Segundo o relator do STF, Ministro Edson Fachin deferiu liminar para determinar nomeação de reitores das universidades e institutos federais, pelo presidente da república, condicionada à lista tríplice enviada pelas respectivas instituições (BRASIL, 2020g).

Federal, excluiu o trecho do texto da Emenda Constitucional n.º 108, que retiraria 16 bilhões de reais da educação pública, cifra que afetaria significativamente a manutenção do ensino público nos municípios brasileiros (CALGARO; CLAVERY; BARBIÉRI, 2020).

Destaca-se que a conquista do FUNDEB representa o avanço da autonomia e a maior parcela de recurso municipal para a manutenção do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, Educação Infantil e Educação Especial. Os conselhos do FUNDEB, CMEs, CMDCA, UNCME, UNDIME, dentre outros órgãos de representação institucional, posicionaram-se em diversos momentos, desde a construção de propostas ao desfecho de conclusão do texto final.

O site da Central Única dos Trabalhadores (CUT), sob o título de *Mobilização, garante vitória do Fundeb no Senado, pressão agora é na Câmara*, destaca a pressão realizada por entidades da sociedade civil durante a tramitação do Projeto de Lei n.º 4.372/20, que trata da regulamentação Fundeb:

Após muita pressão da CNTE, CUT e entidades e parlamentares ligados à educação e contrários as emendas do texto do relator deputado Felipe Rigoni (PSB), que foi aprovado na Câmara dos Deputados no último dia 10, os senadores e as senadoras retiraram os trechos que permitiam repasses de recursos públicos para escolas privadas, conhecidas como filantrópicas e religiosas, e para o sistema S. Se estes repasses fossem aprovados, a educação pública iria perder quase R\$ 16 bilhões de reais (ARAGÃO, 2020).

Outro desmanche das políticas educacionais se manifesta no Decreto 10.502/2020⁵⁶, sancionado no dia 30 de setembro pelo presidente da República Jair Messias Bolsonaro, prevendo retrocesso na política inclusiva. A respeito desse regulamento, aponta-se a importante manifestação das representações sociais, dentre elas a UNCME:

Considerando o papel dos Conselhos de Educação como órgãos de estado, a UNCME orienta estes Colegiados, para que viabilizem o devido diálogo em suas plenárias e junto à comunidade educacional, no sentido de esclarecer aspectos relacionados ao Decreto no. 10.502/2020, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizagem ao Longo da Vida, que desconstrói a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, construída com ampla participação da sociedade, especialmente a partir das CONAE 2010 e 2014 e com impactos na aprovação do Plano Nacional de Educação e nos respectivos Planos Estaduais e Municipais de Educação (UNCME, 2020).

No caso das representações democráticas no Estado do Paraná, foi pauta de posicionamento do Sindicato dos trabalhadores em educação Pública no Paraná (APP-SINDICATO) a votação, na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), do Projeto de Lei n.º 19/2020, apresentado pelo executivo estadual, o qual limita promoções na carreira do

⁵⁶ O referido Decreto está sob análise da STF, e o Ministro Dias Toffoli é relator que suspendeu a sua eficácia (REVISTA CONSULTOR JURÍDICO, 2020).

funcionalismo da educação. A APP-SINDICATO, por meio de seu dirigente, esclarece que a medida foi unilateral, sem debate com sindicatos, uma afronta e um desrespeito, que agrava a desvalorização do funcionalismo (APP – SINDICATO, 2020).

Esse tipo de proposta já tramita desde o ano de 2015, mas as organizações representativas resistiam e controlavam o avanço da pauta no ambiente parlamentar. Mediante a manobra política e a situação da pandemia de *Covid-19*, ocorreu o encaminhamento e a aprovação do retrocesso da valorização dos trabalhadores da educação no estado do Paraná. Esse momento é um desenrolar da política de ajuste fiscal implantada pela Emenda Constitucional n.º 95 de 16 de dezembro de 2016, que faz parte de uma organização de governo com ideários bem definidos. A esse respeito, cabe destacar que

O presidente eleito em 2018, Jair Bolsonaro, nomeou como ministro da Fazenda o economista Paulo Guedes, que não apenas defendeu a Emenda Constitucional 95/2016 ao longo da campanha eleitoral como, uma vez investido em sua função, manteve na Secretaria do Tesouro Nacional um dos seus idealizadores, o economista Mansueto de Almeida Júnior (TAVARES; SILVA, 2020, p. 3).

Reflexo de uma linha de governança pautada na concepção neoliberal de ultradireita, que dentre outros aspectos prevê o afastamento do estado em relação ao mercado e retira da pauta os compromissos com a democracia participativa, cuja guinada na política econômica brasileira, em vista da reestruturação do capitalismo para sua sobrevivência, vem promovendo austeridade expansionista fundamentada na redução de despesas sociais.

Mediante a teoria keynesiana, o problema consiste na liquidez que, em momento de crise, é subtraída em oposição à necessidade premente de sua presença. O problema consiste na escolha entre taxações de impostos sobre o capital ou retração dos gastos públicos. O atual governo escolheu a segunda alternativa:

Foi uma escolha coerente, a um só tempo, com os aparentes anseios dos setores sociais que se mobilizaram pela cassação da antecessora do presidente que encaminhou o Novo Regime Fiscal ao Legislativo e com a linha do pensamento econômico para a qual os tributos não devem ser utilizados como instrumentos redistributivos (TAVARES; SILVA, 2020, p. 3).

A partir das questões elencadas no texto de Tavares E Silva (2020), constata-se o engendramento de ações do atual grupo dominante em estabelecer a austeridade e o enfraquecimento dos regimes democráticos a partir da teoria minimalista de Schumpeter e demais autores da corrente neoliberal.

Aqui é bom destacar que um governo de extrema direita tem o objetivo de destruir a democracia burguesa e a democracia operária, isto é, procura não só esvaziar as conquistas democráticas expressas na Constituição de 1988, mesmo limitadas, mas,

principalmente destruir as organizações operárias, sindicais, populares, movimentos sociais e partidos de esquerda (COSTA, 2018, p. 93).

Nas palavras de Löwy (2015), esse rumo adotado por governos ao redor do planeta, e no Brasil mediado por fenômenos como fascismo, racismo, golpes e ditaduras militares são o reflexo da própria crise do capitalismo, que se estende desde o ano de 2008.

É importante destacar que os encaminhamentos tomados na política econômica brasileira, QUE restringem a participação popular, revisam o ordenamento jurídico e promovem um cenário de dúvida e de insegurança democrática. As alterações nas normas e regulamentos refletem uma forma de governo em que incidem frequentes ataques ao espaço de controle e decisão da classe trabalhadora no processo democrático. Contudo, essa tentativa de romper com a democracia, concepção acentuada por regimes de austeridade expansionista, esbarra justamente na luta travada pelas instituições democráticas, conforme exposto anteriormente.

Este cenário de representação democrática evidencia a importância dos grupos sociais, no que tange as perspectivas de atuação. Não foi ao acaso que Marx e Engels, ao redigirem o Manifesto Comunista, chamam a atenção para a união do proletariado nacional, em função de uma nova sociabilidade humana, tendo como premissa a emancipação e socialização dos bens materiais e culturais a partir de um movimento ético-político, uma nova concepção de organização social que encaminhe os sujeitos à emancipação humana.

Ao tecer críticas, Gramsci posiciona a questão da forma de disciplina a ser desempenhada para a construção da sociedade regulada, e esclarece, com criterioso senso de análise materialista histórico-dialética, a diferença entre a imposição burguesa e a formação de uma direção consciente e espontânea, ou seja, *disciplina*,

Se o Estado representa a força coerciva e punitiva de regulamentação jurídica de um país, os partidos, representando a adesão espontânea de uma elite a tal regulamentação, considerada um tipo de convivência coletiva para a qual toda a massa deve ser educada, devem mostrar em sua vida particular interna terem assimilado, como princípios de conduta moral, aquelas regras que no Estado são obrigações legais (GRAMSCI, 2007, p. 267).

A articulação para desmontar a participação popular, sobrevive à custa do aparato jurídico, burocrático ao estilo parlamentar, tão criticado por Gramsci. Contudo, a permanência ou transformação da democracia despótica, do tipo parlamentar, dependerá da consolidação e efetividade da hegemonia das classes fundamentais no processo de luta de classes, que transcorre a partir das relações de forças estabelecidas no contexto da democracia burguesa.

Reflete-se em pequena escala o que ocorria em escala nacional, quando o Estado era concebido como algo abstraído da coletividade dos cidadãos, como um pai eterno que tinha pensado em tudo, providenciado tudo, etc.; daí decorre a ausência de uma

democracia real, de uma real vontade coletiva nacional e, portanto, em face dessa passividade dos indivíduos, a necessidade de um despotismo mais ou menos aberto da burocracia. A coletividade deve ser entendida como produto de uma elaboração de vontade e pensamento coletivos, obtidos através do esforço individual concreto, e não como resultado de um processo fatal estranho aos indivíduos singulares: daí, portanto, a obrigação da disciplina interior, e não apenas daquela exterior e mecânica. Se devem existir polêmicas e cisões, é necessário não ter medo de enfrentá-las e superá-las: elas são inevitáveis nestes processos de desenvolvimento e evitá-las significa somente adiá-las para quando já forem perigosas ou mesmo catastróficas, etc. (GRAMSCI, 2001a, p. 231 - 232).

Portanto, a existência da luta de classes no interior dos CMEs é resultado indubitável da exploração do trabalho e das relações de força que ocorrem no âmbito das relações sociais, bem como da forma e conteúdo da materialidade, cujo reflexo da totalidade na particularidade dos sistemas educacionais de educação se apresenta a partir da centralização de decisões na esfera de atuação representativa. Ela também se manifesta na resistência posta pela classe trabalhadora, ao questionar o particular como categoria universal, quando alheio às necessidades concretas dessa classe.

Nesse sentido, no decorrer do próximo capítulo, apresenta-se o movimento de luta de classes que se expressa no posicionamento dos sujeitos representativos, na participação ativa e na representação disciplinada, escopo necessário à classe fundamental para efetivar as perspectivas de avanço na ocupação de espaços via correlação de forças nos diferentes ambientes participativos.

Um questionamento para conduzir as reflexões a caminho de novas perspectivas de participação: para que lado pende a balança nas relações de força? Frente a esta interrogação, foi demarcado o limite da participação qualificada a partir das representações sociais, da experiência e da efetividade dos sujeitos representativos que ocupam espaços institucionalizados.

Corresponde a esse posicionamento a compreensão das necessidades de construção de representação política, que se efetiva a partir da organização dos grupos sociais em direção à consolidação de decisões correspondentes às demandas soldadas nos interesses de classes, no movimento dialético da hegemonia que define a direção e dominação na sociedade de classes. Eis a perspectiva a caminho do fortalecimento da prática representativa, o contrapeso da organização de classe nas relações de força.

A isso, Konder (2003, p. 94), ao parafrasear John Maynardes Keynes, que não admitia a exaltação do *proletário grosseiro*, deixa a seguinte contribuição a partir das observações do economista inglês:

se o capitalismo estiver sendo ‘imensamente bem-sucedido’ no plano econômico, a luta pelo socialismo se tornará mais complicada; se, porém, a economia não estiver funcionando tão bem assim, o socialismo poderá sempre se valer, na política, do poder de fogo de sua superioridade moral.

A ruptura não é abrupta, ao lembrar que a nenhuma sociedade se colocam problemas para os quais não se encontram soluções. Na historicidade marxista encontram-se elementos de análise que permitem compreender que o longo caminho percorrido pela classe trabalhadora em direção à participação e consolidação de condições democráticas reais, e tem demonstrado conquistas e retrocessos que germinam no movimento de superação por incorporação. Sendo assim, a disposição da classe fundamental em face da construção de sólida participação democrática muito tem agregado e, ao mesmo tempo, favorecido o acirramento e a conquista de direitos em vista da transformação permanente, um processo de luta constante.

CAPÍTULO 5 - OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ: ANÁLISE DA REALIDADE

Disto se deduzem determinadas necessidades para todo movimento cultural que pretenda substituir o senso comum e as velhas concepções do mundo em geral, a saber: 1) não se cansar jamais de repetir os próprios argumentos (variando literariamente a sua forma): a repetição é o meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular; 2) trabalhar de modo incessante para elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas, isto é, para dar personalidade ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar na criação de elites de intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para se tornarem seus ‘espartilhos’ (GRAMSCI, 1999, p. 110).

A partir da articulação teórica entre os dados levantados na pesquisa e o referencial gramsciano, a proposta de discussão presente neste capítulo problematiza as relações de organização de classe, a trabalhadora em específico, para identificar o movimento de participação democrática efetiva no âmbito dos CMEs. Salienta-se que esta característica se confronta com um contexto pautado na dominação burguesa e no ideário contemporâneo de governança neoliberal como concepção antagônica a participação coletiva, conforme exposto anteriormente.

O objetivo foi identificar e analisar os mecanismos de luta de classes em meio a ajustes jurídicos de normas e regulamentos, relações de força e do aparelhamento de colegiados e conselhos representativos. Nesse sentido, a reflexão foi mobilizada pela obra de Gramsci e possibilitou compreender a realidade posta, bem como firmou conteúdo relevante para sustentar e reconhecer sínteses necessárias para desvelar a luta de classes e o processo democrático no atual contexto brasileiro e os caminhos delineados pelos CMEs do estado do Paraná.

Localizar as múltiplas determinações do fenômeno conduziu a romper com as aparentes representações imediatas. A partir deste pressuposto, o processo de análise foi desenvolvido mediante permanente atenção e condução reflexiva a respeito da postura gnosiológica necessária. Sendo assim, houve cuidado com a interpretação da realidade e dos dados concretos, que foram organizados na esteira da totalidade e do método dialético.

O viés marxiano de pesquisa e suas premissas metodológicas, dentre elas o método de pesquisa e de exposição, permitiram organizar os elementos que se apresentaram e que foram sistematicamente desvelados no decorrer do processo de investigação, análise, descrição e compreensão da realidade. Assim, permitiram condensar e problematizar evidências e dados

encobertos pelas amarras da burocratização do sistema tecnocrático, imposto pela modernização da administração e o encolhimento da teoria.

A importância destas questões localiza-se no encaminhamento das análises e compreensão dos dados levantados no processo de investigação, que não estão condicionadas a uma fragmentação da realidade. Ao contrário, a interrelação ocorrida nas diferentes frentes de participação e dos espaços democráticos sinalizaram relações de força e de permanente conquista e manutenção da hegemonia em uma sociedade permeada pelas contradições e marcada pela de luta de classes.

Posto isto, a organização dos dados de pesquisa estruturou-se inicialmente pela efetivação da participação dos conselhos via concordância de preenchimento de questionário como um dos instrumentos de análise e discussão teórica. Sendo assim, neste capítulo apresentam-se informações referentes às práticas democráticas e a luta de classes nos CMEs do estado do Paraná, sendo eles: CME do município de Araucária, CME do município de Cascavel, CME do município de Chopinzinho, CME do município de Curitiba, CME do município de Palmeira, CME do município de Ponta Grossa, CME do município de São José dos Pinhais, CME do município de Telêmaco Borba e CME do município de Toledo.

Conforme termo de aceite para participar da pesquisa, foi encaminhado questionário e termo de consentimento livre e esclarecido aos respectivos CMEs, conforme apêndices (B, C e D). A partir das questões elaboradas para a intervenção de pesquisa junto a representantes de segmentos da sociedade civil/política e da representação de professores nos quadros representativos dos CMEs, as questões norteadoras estão sintetizadas no quadro 6, abaixo.

QUADRO 6 - QUESTÕES NORTEADORAS PARA A ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS ENCAMINHADOS AOS REPRESENTATES DOS CMEs – 2020

ITEM	Questões norteadoras:
1	Experiência, vínculo profissional, capacitação.
2	Participação: oportunidade de participação.
2.1	Quanto aos espaços e mecanismos participativos:
2.2	Quanto ao funcionamento dos espaços e mecanismos.
2.3	Quanto à efetividade dos espaços e mecanismos.
2.4	Razões que justificam a efetividade dos espaços e mecanismos.
3	Necessidade de organizar outros espaços e mecanismos de participação.
4	Desafios a serem superados para o avanço da gestão democrática.

Fonte: o autor (2020).

Ressalta-se que esta organização é puramente didática, tendo em vista que, ao articular as informações presentes nas leis, informações obtidas por meio de contatos telefônicos e das condições presentes nas realidades estudadas, o movimento de análise e compreensão do fenômeno ora estudado transcende o fato dado, pois o desvelamento repousa justamente na

categoria *totalidade*, que permite ampliar e historicizar as condições e relações presentes no ato do exercício democrático de determinado agrupamento de homens situados em espaço e tempo concreto.

A partir desta configuração metodológica e de contatos telefônicos realizados no decorrer do ano de 2020, destaca-se a boa receptividade de funcionários, conselheiros e presidentes de todos os CMEs contatados em relação à participação na pesquisa. Infelizmente, a visita *in loco* não foi possível, tendo em vista o contexto pandêmico da *Covid-19*⁵⁷, o qual implica em manter medidas preventivas em relação ao contágio e disseminação do vírus *Sars-Cov-2*, dentre elas o distanciamento e isolamento social, situação que perdurou durante o ano de 2020 e continua até o momento presente – maio de 2021. Contudo, ressalta-se que as devolutivas e contatos foram ricos em testemunhos, os quais apresentaram as dificuldades e avanços dos CMEs mediante a participação dos diferentes grupos sociais.

Sem possibilidades de reproduzir falas e declarações, tendo em vista a informalidade dos contatos telefônicos, a pesquisa perde rico material de análise, mas expõe a condução dos encaminhamentos de comunicação no sentido de destacar a percepção de que os CMEs apresentam uma dinâmica própria mediante capacidade de gerir e oportunizar espaço de luta de classes.

Nesse processo, pode-se relatar a resposta e procura de presidentes de CMEs via e-mail e ligação telefônica, com retorno de questionamentos efetuados pelo pesquisador, os quais refletiram na robustez da pesquisa e na possibilidade de apresentar elementos que viabilizaram análises e a compreensão do que se faz e por que se faz. Cabe destacar a não neutralidade dos envolvidos que, mediante relato informal, complementaram as análises pautadas em documentos concretos e registros históricos, e conduziram a pesquisa ao âmbito da curiosidade necessária e inquietante de desvelar a luta de classes nos CMEs do estado do Paraná.

Em relação à devolutiva dos questionários preenchidos, apesar dos vários e-mails encaminhados e persistentes contatos telefônicos⁵⁸, obteve-se retorno de alguns CMEs, conforme apresentado na tabela da página seguinte.

⁵⁷ Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou *pandemia*, em virtude da infecção pelo novo coronavírus Sars-Cov-2 ter atingido um grande número de pessoas no mundo. Em 02 de fevereiro de 2021, o Brasil registrou 16.391.930 contaminados e 459.045 óbitos (CORONAVÍRUS BRASIL, 2021).

⁵⁸ Conforme quadro 3 apresentado na introdução desta tese.

TABELA 7 - RETORNO DE QUESTIONÁRIOS POR REPRESENTAÇÃO DE SEGMENTOS – 2020

Segmentos representados CMEs	SOCIEDADE POLÍTICA	SOCIEDADE CIVIL	
	REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL	GRUPOS SOCIAIS REPRESENTATIVOS	PROFESSORES
Araucária	1	1	1
Chopinzinho	1	-	-
São José dos Pinhais	-	1	1
Curitiba	-	-	-
Toledo	1	-	-
Cascavel	-	-	-
Palmeira	1	1	-
Ponta Grossa	1	1	2
Telêmaco Borba	-	-	-

Fonte: o autor (2020).

Os dados referentes à condução e atuação dos CMEs do Paraná foram levantados a partir de consultas aos *websites* dos CMEs e das prefeituras municipais, por meio de consulta minuciosa de documentos e da seleção de atas referentes à última gestão do CME, as quais relatam as atividades desenvolvidas no Conselho Pleno (CP) desses órgãos. Considerou-se, também, o *Plano Municipal de Educação* (PME) e demais documentos pertinentes à gestão municipal de educação em trâmite junto aos CMEs paranaenses. Sendo assim, ao efetivar consulta aos *sites* disponíveis, pôde-se encontrar farta documentação dos CMEs dos municípios de Londrina, São José dos Pinhais, Araucária, Curitiba, Palmeira, Ponta Grossa, Toledo e Cascavel.

Em relação aos demais municípios foram encontradas poucas informações, dentre elas lei de criação, alguns decretos e composição do CME dos municípios de Paula Freitas; Telêmaco Borba, Chopinzinho; Sarandi; Jacarezinho, Ibiporã, Iguatu, Pinhais, Paranaguá, Guarapuava, Sertãoópolis e Palmas, os quais não disponibilizam publicização de atas de reuniões, bem como não foi localizado *site* oficial do CME. Informações disponíveis e publicizadas foram encontradas nos *websites* das prefeituras municipais.

Ao inquirir sobre o desvelamento da presença da luta de classes no âmbito dos CMEs, foi necessário georreferenciar os municípios no Estado do Paraná. A configuração geográfica compõe diferentes contextos sociais e demonstra as diferentes dificuldades apresentadas nos municípios, mediante a estrutura econômica e social que se apresenta nas mesorregiões, no sentido de problematizar os aspectos socioeconômicos e políticos de forma articulada para

evidenciar determinadas posturas e desafios apresentados pelos conselheiros nos questionários e nas atas das reuniões.

A leitura das atas disponíveis nos *websites* dos CMEs caracterizou-se como elemento de amadurecimento e compreensão da realidade participativa, pois, ao entrar em contato com a realidade na função de pesquisador, foi possível desvelar as situações que se configuram no cotidiano da prática conselhistas e burocrática a partir da identificação do relato expresso nesses documentos. A realidade vivida pelos conselheiros e as questões abordadas na gestão educacional municipal enunciaram o concreto.

Registra-se que identificar as questões fundamentais nas atas para alicerçar a análise da tese em pesquisa foi um desafio árduo e difícil, mas gratificante, pois o estudo sistemático das atas revelou dificuldades e necessidades, bem como interesses e práticas conselhistas democráticas, ora permeados pela burocracia, ora pelas práticas participativas de efetiva representação nos diferentes municípios do estado. Pode-se afirmar que as condições e questões apresentaram certa similaridade, que se ramificam em especificidades locais desdobradas em análises apresentadas no decorrer deste capítulo.

Sendo assim, as próximas subseções não esgotam o tema e não se delimitam a discutir, de forma fragmentada, as questões pertinentes à participação, mas localizam os dados no epicentro do movimento teórico adensado no decorrer do texto, com o objetivo de *desvelar a luta de classes no processo participativo de CMEs do Paraná e como ela se materializa nas ações políticas*.

Ao conduzir a análise e compreensão do movimento dialético que perpassa a democracia presente na forma e conteúdo da atuação de representação dos diferentes grupos sociais, importou detalhar questões relevantes, as quais, articuladas à teoria, nortearam e definiram a exposição da investigação que, no decorrer das próximas subseções, se expressam pela descrição, análise e compreensão do fenômeno luta de classes.

A análise e a problematização das atas, questionários, leis e decretos, bem como as condições materiais e históricas apresentam-se como elementos fundamentais para o processo de síntese da realidade, no sentido de situar o movimento vivo da presença da luta de classes na materialidade concreta produzida por homens e mulheres de carne e osso.

5.1 CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ: INSTITUIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E PRINCIPAIS AÇÕES

Nesta subseção, problematizam-se a configuração econômica e as condições de organização das políticas públicas educacionais a partir de dados e índices oficiais, mediante a rotina e experiência dos CMEs do Estado do Paraná. A exposição de dados que compõem a organização dos CMEs, a formalização dos aspectos legais, a oportunidade de diferentes espaços e mecanismos de participação foram identificados e analisados à luz das condições fixadas nos limites da democracia burguesa e do movimento de representação participativa dos grupos sociais na luta de classes nessas instituições e nos momentos das relações de força.

Nesse sentido, apresentam-se dados referentes à materialidade de funcionamento dos CMEs do Estado Paraná, formalizados em sistema de ensino autônomo. A preocupação se expressa a partir das condições estruturais, que remete a organizar uma breve descrição e apresentação de dados dos municípios a partir das mesorregiões do Estado do Paraná para estabelecer alguns apontamentos sobre as dificuldades institucionais frente a realidades complexas em termos de gerenciamento financeiro da educação municipal e das demandas da política nacional de educação.

Cabe destacar que, para identificar e analisar a luta de classes no controle social da educação, foi fundamental considerar que as instituições democráticas convivem em um contexto de profundas desigualdades econômicas e sociais, reflexo das contradições materiais presentes nos diferentes municípios paranaenses.

Conforme Moura *et al.* (2006), a constituição das desigualdades nos espaços paranaenses retrata uma condição permeada por diferenças geográficas demarcadas pela existência de *Vários Paranás*⁵⁹ dentro da configuração territorial do Estado. As diferenças de oportunidades e de situações de emprego e renda, mobilidade de acesso, condições de moradia e dos serviços sociais, dentre eles os educacionais, inviabilizam concretizar de forma equânime as condições que atendam às necessidades humanas básicas na totalidade do amplo espaço geográfico do estado.

Sendo assim, Moura *et al.* (2006) apresentam a espacialidade do estado e as divisões territoriais a partir das mesorregiões mediante descrição de dados que fundamentam a sua

⁵⁹ Expressão que se refere ao título de relatórios produzido pelo IPARDES desde o ano de 2005, que compõem o total de 5 edições. Os relatórios apresentam dados relevantes para o planejamento das políticas de desenvolvimento social.

relevância econômica e social. Essa metodologia corresponde à existência de espaços mais relevantes no Estado, em detrimento de outros, que são classificados como socialmente críticos.

Os espaços são classificados ao considerar a divisão social do trabalho, “[...] do desempenho de um conjunto de atividades econômicas diversificadas, concentrando os principais constitutivos da sociedade paranaense, no que se refere ao poder econômico, político e ideológico” (MOURA *et al.*, 2006, p. 146).

O espaço de máxima relevância no Estado configura-se na territorialidade da região metropolitana de Curitiba, o entorno de Ponta Grossa e Paranaguá. Outras espacialidades com elevada relevância localizam-se no Norte Central e Oeste do Estado, e seriam semelhantes ao 1º espaço relevante. Compondo o 2º espaço estariam Londrina e Maringá. O 3º espaço relevante caracteriza-se por menor número de atividades, pautadas na produção agroindustrial, que compreende municípios como Cascavel, Foz do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon.

De média relevância se apresentam espaços que têm forte especialização em utilização de recursos naturais, sendo eles o Centro-Oriental e o espaço Noroeste, com a porção Sudoeste paranaense. Espaços considerados de mínima relevância são constituídos pelo Norte-Pioneiro. Dentre os espaços *socialmente críticos* estão a porção Central do Estado e o Vale da Ribeira⁶⁰.

As condições não horizontais apresentadas no relatório emitido pelo IPARDES, no ano de 2017, demonstram espaços “[...] caracterizados pela concentração e densificação econômica e de ativos institucionais, em oposição, ou convivência, aos espaços socialmente críticos” (IPARDES, 2017, p. 48).

Mediante a configuração econômica do estado, posicionam-se os municípios que instituíram seus CMEs em sistema próprio de ensino em relação a sua condição de espacialidade/relevância, conforme quadro a seguir.

QUADRO 7 - ESPAÇOS ECONÔMICOS INSTITUCIONAIS CLASSIFICADOS POR RELEVANCIA DO PARANÁ – 2017

(Continua)

Município	Mesorregião	Espaços econômicos-institucionais
Chopinzinho	Sudoeste	Média relevância
Palmas	Sudoeste	Média relevância
Londrina	Norte central	Elevada relevância
Ibiporã	Norte central	Elevada relevância
Sarandi	Norte central	Elevada relevância
Sertanópolis	Norte central	Elevada relevância
Jacarezinho	Norte Pioneiro	Mínima relevância

⁶⁰ Conforme exposto anteriormente no capítulo 1, seção 1.1 desta tese.

QUADRO 7 - ESPAÇOS ECONÔMICOS INSTITUCIONAIS CLASSIFICADOS POR RELEVANCIA DO PARANÁ – 2017

(Conclusão)

Município	Mesorregião	Espaços econômicos-institucionais
São José dos Pinhais	Metropolitana	Máxima relevância
Araucária	Metropolitana	Máxima relevância
Curitiba	Metropolitana	Máxima relevância
Paranaguá	Metropolitana	Máxima relevância
Pinhais	Metropolitana	Máxima relevância
Toledo	Oeste	Elevada relevância
Cascavel	Oeste	Elevada relevância
Iguatu	Oeste	Elevada relevância
Palmeira	Sudeste	Média relevância
Paula Freitas	Sudeste	Média relevância
Ponta Grossa	Centro-oriental	Máxima relevância
Telêmaco Borba	Centro-oriental	Média relevância
Guarapuava	Centro-sul	Média relevância

Fonte: o autor (2021).

Ao caracterizar as diferentes possibilidades de acesso aos bens sociais e ao enfrentamento das demandas econômicas do Estado, os CMEs, enquanto instituições de políticas públicas educacionais, desempenham função social importante, pois as ações, deliberações, controle e fiscalização correspondem a encaminhamentos que se pautam em viabilizar condições adequadas para o desenvolvimento da educação local, no que tange a garantia de acesso e qualidade educacional para os diferentes grupos sociais em vulnerabilidade social ou não.

Destaca-se que, nas regiões socialmente críticas, não foram instituídos CMEs com sistema próprio de ensino, uma contradição que revela a falta de atuação coletiva da sociedade civil e sociedade política em localidades que apontam a necessidade premente da construção de políticas educacionais equitativas.

Nesse sentido, os relatores do documento *Vários Paranás* indicam, dentre outras políticas e encaminhamentos para a superação das situações desiguais representadas pelos espaços econômicos-institucionais, a construção de uma política de desenvolvimento regional para o Paraná. Destaca-se que

O êxito dessa política será obtido na medida em que articule os diferentes agentes de desenvolvimento, públicos e privados, e esferas de governo, com ampla participação da sociedade. Também, que se assentem na realidade, sejam contínuas, que reforcem o planejamento, apresentem metas claras e quantificáveis, e que tenham o longo prazo como horizonte, mecanismos de monitoramento durante sua implementação e correção de rumos, sempre que necessário (IPARDES, 2017, p. 225).

Mediante este apontamento da comissão de estudos do IPARDES (2017), evidencia-se a importância da existência do CME para a construção de políticas educacionais coerentes com as necessidades e debilidades estruturais das diferentes regiões do estado.

Tendo em vista as características econômicas, a seguir apresentam-se interlocuções pertinentes às demandas apresentadas nas deliberações e problematizações dos CMEs, em virtude da participação democrática e das condições impostas pela realidade material.

Suscitou-se, como eixo de discussão e análise, a relação de força estabelecida a partir do exercício no momento político, nas posições adotadas pelos conselheiros, segmentos representados e a luta de classes, em virtude de assegurar e consolidar direitos constitucionais, bem como suprimir desigualdades e necessidades básicas deficitárias.

Mediante essa organização, encontram-se situações marcadas pelas demandas estruturais que se expressam por meio das dificuldades que os municípios enfrentam. Nesse cenário, figura-se o comprometimento dos conselhos e dos representantes de classe, que problematizam questões postas pela realidade social, as quais se apresentam em diferentes regiões do Estado.

Sendo assim, o CME do município de Palmeira, frente à necessidade de fortalecer a carreira docente, revela a insuficiência do Estado em compor quadros de profissionais pertinentes à demanda educacional, de estruturar promoções na carreira docente, e oferecer condições de trabalho aos profissionais da rede municipal.

Por meio de ofício encaminhado ao secretário municipal de educação com pedido de parecer em relação ao plano de cargos e salários dos profissionais do magistério e sobre a contratação de profissionais efetivos para substituição das recentes aposentadorias de professores, bem como a partir de debates sobre o acúmulo de funções dos diretores e sobre os atestados médicos dos profissionais das escolas, os conselheiros exercem atuação frente aos problemas apresentados (PALMEIRA, 2018b).

São questões recorrentes e que retratam as atuações e preocupações dos conselheiros na gestão da educação pública, que refletem a necessidade de acompanhamento da estrutura administrativa municipal, dentre elas a elaboração das LDO, PPA, LOA (ARAUCÁRIA, 2017b; 2019h).

A esse respeito, corrobora a representante dos professores do CME/B, ao ser questionada se *Entende que as condições de democratização da gestão educacional em seu município seriam reforçadas com a existência de outros espaços ou mecanismos de participação*. Ela responde que sim, e apresenta como mecanismos para isso o “Orçamento transparente, publicizado e participativo na educação” (Informação escrita).

A resposta pode ser problematizada com a materialidade expressa na aplicação de verbas e da gestão financeira, as quais se apresentam em reuniões analisadas por meio das atas disponíveis que, ao tratar sobre o financiamento, esta pauta fica restrita, em muitos dos casos, às deliberações da secretaria municipal de educação, e quando ocorrem dúvidas e problematizações, são convocados representantes, como diretores de departamentos da prefeitura municipal. A consideração da conselheira estabelece relação com a seguinte questão, exposta pela presidente do CME de Araucária, a partir do relato do Encontro Estadual da UNCME,

Houve também discussão sobre a importância da fiscalização das ações do Poder Público em um movimento preventivo, de modo a minimizar possíveis problemas. Segundo [...], o Tribunal de Contas dos estados brasileiros tem atuado em parceria com os Conselhos Municipais buscando inclusive a formação de agentes para melhorar o controle social (ARAUCÁRIA, 2019h, p. 11)

Por meio do questionário, a representante dos professores no CME/B aponta, como desafios para a participação democrática, as seguintes questões:

- a) Implementação de discussões democráticas, transparentes e participativas acerca do orçamento e da aplicação de todos os recursos destinados à Educação do Município.
- b. Elaboração democrática de Plano de Formação Continuada que esteja relacionado à proposta curricular (a qual deve ser construída coletivamente com os profissionais de educação, considerando a história de construção curricular do município ao longo da História).
- c. Fortalecimento da participação de todos os segmentos representados nos Conselhos Escolares de forma democrática e autônoma, criando um canal de diálogo forte entre Conselhos Escolares e CME (Depoimento escrito).

A temática *financiamento educacional e controle social* é compartilhada entre representantes da sociedade civil, da sociedade política e dos professores do CME dos municípios de Ponta Grossa e Palmeira, que realizaram considerações via questionário da pesquisa. Em relação às dificuldades postas pela burocracia na administração pública, a representante da sociedade civil do CME/C também registra a compreensão da necessidade de ampliação do orçamento para a área da educação.

São preocupações pautadas nas dificuldades financeiras apresentadas pelos municípios em relação à gestão pública, em meio a um processo de desoneração da folha de pagamento, enxugamento das verbas públicas e da crise estrutural do capitalismo, que não poupa nem as universidades, conforme relato de conselheira do CME do município de Cascavel.

A Conselheira do Segmento da Instituições de Ensino Superior Públicas, informou que a Unioeste está em situação de calamidade, tendo inclusive, alguns setores dos Campus sendo fechados por falta de recursos. Que a crise se intensifica a cada dia e

atualmente está se tornando difícil a manutenção da universidade (CASCAVEL, 2018c, p. 1).

No CME de Curitiba, assuntos geram debates sobre a secretaria de educação repassar informações superficiais sobre o financiamento da educação, bem como em relação à condição financeira de Curitiba e do Paraná no ano de 2018. Em reunião, ocorreu manifestação de conselheiro que se reportou à crise financeira mundial, a qual reflete no sucateamento e na improvisação da prestação de serviço público (CURITIBA, 2018b).

Algumas questões são debatidas e demandas apresentadas em relação ao período de pandemia da *Covid-19*, conforme a imposição de novas necessidades em virtude do contexto de crise sanitária. Nas atas dos CMEs, relatam-se implementações e dificuldades encontradas pelos diferentes segmentos representativos, como no caso do CME do município de Toledo, cuja fala de conselheiro suplente, representante das instituições particulares de ensino, retrata as dificuldades financeiras das escolas particulares, e registra também a pressão dos pais dos alunos pelo retorno as aulas.

Frente ao contexto pandêmico, o CME constituiu comissão para compreender a situação e, assim, deliberar sobre o retorno as aulas. Nesse movimento, é necessário frisar a responsabilidade e seriedade colocada pelos conselheiros (TOLEDO, 2020d). Haja vista que a organização das medidas restritivas de isolamento social foi tema no STF, que deliberou pela autonomia de estados e municípios com responsabilidade concorrente do governo federal em definir estratégias de combate e enfrentamento da Covid- 19.

A partir da medida cautelar na ação direta de inconstitucionalidade nº 6.341⁶¹, o governo federal distanciou-se das definições e deixou a cargo de estados e municípios as condições de organização pertinentes ao combate da disseminação do vírus Sars-Cov-2, como expressão da política do governo federal em potencializar a desordem e o conflito ideológico contra as medidas preventivas adotadas e indicadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Mediante as necessidades de diferentes grupos sociais e da luta pela manutenção da educação pública de qualidade, é importante destacar o ativismo dos CMEs. Ao considerar o ativismo do CME, é fundamental observar que o regramento jurídico e as prerrogativas Constitucionais são fundamentos essenciais no processo de consolidação da efetividade de

⁶¹ O Partido Democrático Trabalhista – PDT ajuizou ação direta com a finalidade de ver declarada a incompatibilidade parcial, com a Constituição Federal, da Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020. Assim profere o relator Ministro Marco Aurélio: “As providências não afastam atos a serem praticados por Estado, o Distrito Federal e Município considerada a competência concorrente na forma do artigo 23, inciso II, da Lei Maior” (BRASIL, 2020f).

atuação do órgão. “Assim, os princípios constitucionais tornam-se o sustentáculo tanto para a legislação do país quanto para o planejamento e a implementação de políticas em todas as áreas” (DARCOLETO; FLACH, 2020, p. 231).

Nesse sentido, Lima (2020) apresenta, como característica, a normatização dos sistemas de ensino a partir da sua autonomia, que é representada pela força dos decretos. O ponto que expressa a força conselhistas no campo das políticas públicas educacionais está localizado na sua relação com a política de Estado, questão de grande política, que promove a autonomia e a capacidade de participação aquém de propostas centradas nos objetivos imediatos das políticas de governo.

A partir dessa linha de análise, cabe ressaltar aspectos gerais dos decretos de lei que correspondem à forma e o conteúdo institucional, à organização colegiada e às ações que emanam das condições participativas dos grupos sociais representados, tendo em vista a posição dos CMEs mediante as prerrogativas apresentadas pelo Estado.

Para estabelecer organização das características dos CMEs e da análise documental, decidiu-se estruturar a descrição dos elementos de pesquisa por município, com indicação de elementos apreciados, debatidos e deliberados nas respectivas reuniões.

Posto isto, o CME do município de Paula Freitas apresenta reformulação do seu quadro normativo no ano de 2020, por meio de criação da Lei do Conselho Municipal de Educação e regimento interno, mediante ação do ministério público, que encaminhou reformulação da Lei nº 245 de 1985, situação que reflete o desamparo legal para a atuação do órgão (PAULA FREITAS, 2020).

A respeito da formalização de aparatos legais, problematiza-se a segurança jurídica de funcionamento das instituições democráticas. Apesar da fragilidade apontada anteriormente, verifica-se a existência de *Plano Municipal de Educação*, que prevê comitê gestor de acompanhamento.

A respeito do PME, é importante destacar o seguinte conteúdo do anexo da Lei nº 1.366/2015:

Nas escolas os gestores também são nomeados pelo prefeito, em cada escola há uma pedagoga nomeada pelo prefeito, nos Centro de Educação Infantil não tem pedagoga, somente o suporte da Coordenadora da Secretaria Municipal de Educação, e a função de secretário é desenvolvida por um estagiário (PAULA FREITAS, 2015, p. 16).

Mediante mecanismos de participação e gestão democrática, o município apresenta, nesse dispositivo legal, uma contradição e a luta pelo controle dos espaços, claramente

expressas pelo domínio e ocupação do espaço da gestão educacional por prepostos do prefeito municipal, bem como confirma a luta de classes na organização institucional de leis e decretos.

Em relação ao município de Londrina, cita-se o Edital de convocação nº 01/2020-CMEL, de convocação para eleições de membro conselheiro (LONDRINA, 2020). Os espaços de participação, no ano de 2020, foram contemplados mediante a realização de 8 reuniões ordinárias, 10 reuniões extraordinárias e 1 especial. Nestas reuniões foram deliberadas e encaminhadas questões sobre formação continuada para conselheiros, além de se constatar deliberações diversas e uma atuação sólida no que diz respeito à definição de assuntos referentes à educação municipal. Entre eles, destacam-se questionamentos em relação a leis municipais, bem como apreciação de relatório anual de atividades da secretaria municipal de educação, conforme legislação municipal e composição de representações em outros conselhos municipais de políticas públicas (LONDRINA, 2020a).

Em relação ao CME de Londrina, foi possível constatar o ativismo nas deliberações e participação no acompanhamento e controle das ações da secretaria municipal de educação. Durante o ano de 2020, o conselho reuniu-se durante 19 momentos. As questões de pauta orbitaram em autorizações de funcionamento, denúncias de irregularidades, ação impetrada por sindicato e organização, e verificação do desenvolvimento de ações educacionais em resposta à situação imposta pela pandemia de *Covid-19* (LONDRINA, 2020b; 2020c).

O CME de São José de Pinhais estabeleceu nomeação retroativa da gestão sob Decreto municipal n.º 3.346, de 25 de março de 2019, para gestão de 4 anos a partir de 2 de outubro de 2018. Constaram-se 2 reuniões ordinárias no ano de 2018, 9 reuniões no ano de 2019 e 5 reuniões no ano de 2020. Ocorreram 3 reuniões extraordinárias no ano de 2018, 6 no ano de 2019 e 3 reuniões realizadas no ano de 2020. No decorrer da gestão atual, foram realizadas 28 reuniões.

As atas registram o trabalho efetivo do CME, ao deliberar e debater questões de pequena e grande política. Identificou-se a preocupação com a política de Estado, com a acessibilidade e o aprendizado, e a exposição de motivos em relação ao público-privado referente a problemas enfrentados pelos prestadores de serviço. As pautas sobre recursos financeiros orbitam no sentido de viabilidade de pagamentos e remanejamento de verbas para o combate da pandemia de *Covid-19*, com parecer dos conselheiros em preservar o que é verba da educação.

São debatidos e deliberados assuntos como a reestruturação do currículo básico, avaliação do PNE (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2019e), questões a respeito do corte etário, organização de reposição de aulas e plano de ação intersetorial (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS,

2019f). Em tempos de BNCC, o CME discutiu a organização e participação dos professores e encaminhamentos pertinentes à proposta, questões sobre o IDEB e PME (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2019b).

Em relação ao CME do município de Araucária, foi possível observar que, em muitos momentos, as reuniões foram norteadas por questões da burocracia, em meio a deliberações e fiscalizações. Nesse sentido, o trabalho fica muito restrito ao credenciamento e autorização de instituições de ensino em nível municipal. Tal situação foi detectada em todos os CMEs.

No decorrer do ano de 2017, não consta registro de ações efetivas, no sentido de discussões mais amplas no âmbito da grande política. Contudo, mediante uma requisição do sindicato de funcionários, ao final daquele ano, foi possível identificar o início de embates e discussões no campo das relações de força, em relação à deliberação sobre número mínimo de alunos em sala de aula (ARAUCÁRIA, 2017c; 2017d; 2017e; 2017f)⁶².

No ano de 2018 foram debatidos assuntos que envolvem a política de acordos internacionais atrelados a empréstimos. As medidas a serem adotadas para a melhoria do IDEB apresenta-se na esteira de discussão do CME como uma política de estado marcada por marcos histórico-econômicos (ARAUCÁRIA, 2018b). Foram debatidos assuntos sobre a função do CME e ampliação de atribuições (ARAUCÁRIA, 2019a), questões de política de Estado que envolvem o planejamento de espaços e vagas para a Educação Infantil (ARAUCÁRIA, 2019d), bem como a organização e revisão do PME (ARAUCÁRIA, 2019g).

No ano de 2019, constata-se que os conselheiros da gestão romperam o conformismo e começaram a debater e pontuar questões pertinentes às demandas dos grupos sociais representados, tendo em vista a ampliação da democracia participativa, conforme registros em ata de nº 03 de 2019, quando o representante de pais sugeriu e interveio pela orientação de conselheiro escolares (ARAUCÁRIA, 2019b).

O CME de Curitiba, em 2019, mediante o decreto municipal 783/19, nomeou novos conselheiros. Tendo em vista que foram identificadas reconduções, estabeleceu-se como período de análise as atas o início do ano de 2018. Identifica-se que a participação dos membros é permanente. O presidente representa o segmento do executivo municipal; e a vice-presidente, a sociedade civil na gestão dos anos entre 2018 e 2019.

O conselho está organizado em várias comissões. Portanto, nas atas são repassados pareceres, deliberações e encaminhamentos. Registra-se que o CME de Curitiba se envolve nas políticas locais e debate os temas sobre educação com responsabilidade, em vista do

⁶² Conforme relatado e problematizado anteriormente no capítulo 1, seção 3.1 desta tese.

desenvolvimento da política pública educacional. Destaca-se a organização de audiências públicas em relação à implantação da BNCC, cuja reunião contou com a presença da presidente da UNCME/PR (CURITIBA, 2018f).

Como atos de acompanhamento e monitoramento das ações do executivo municipal, apresentam-se questões sobre alimentação escolar, com presença do representante do CAE, número de alunos em sala de aula, e cumprimento de metas do PME (CURITIBA, 2018c), bem como definição de normativas de atuação de profissionais da Educação Infantil (CURITIBA, 2018d).

Registra-se a atuação da representante do SISMUC, mediante a preocupação em relação à contratação de serviço terceirizado, exposto por representante do executivo. A conselheira sugeriu exposição no portal de transparência dos gastos e contratos, e que houve deliberações sobre a Educação Infantil (CURITIBA, 2018a). Apesar da preocupação observada, foi contraditória a posição expressa em ata de novembro de 2018. Em virtude de convite para participação de audiência pública para a elaboração do orçamento de 2019, constata-se que não houve representação do CME no espaço de acompanhamento e planejamento da gestão financeira da prefeitura municipal de Curitiba (CURITIBA, 2018i).

O CME também emite parecer e posicionamentos a respeito de projetos de lei em trâmite na câmara dos vereadores do município de Curitiba; dentre eles, cita-se o *Projeto Escola sem Partido*, sobre o qual a SISMUC se manifestou contrário, via ofício ao CME. A partir do posicionamento do sindicato, o conselho se posicionou contra o projeto apresentado (CURITIBA, 2018e).

Em relação à composição e presenças nas reuniões, faz-se uma ressalva para posicionar algumas ausências de representantes de segmentos durante o ano de 2018, sendo eles o representante da câmara de vereadores e a suplência dos pais de alunos. Mediante a vacância das representações, o CME viabilizou a ocupação do espaço a partir de contato efetuado com os suplentes da lista suplência, dos quais não houve manifestação de aceite para representação. O conselho emitiu ofício à SME para realizar eleição a fim de compor o cargo, situação que permite destacar a posição democrática para recomposição da vaga (CURITIBA, 2018h; 2018i).

O CME do município de Toledo apresenta, nas atas da gestão entre os anos de 2019 e 2020, questões relevantes, as quais descrevem apreciações de dispositivos legais, dentre eles: FUNDE, MEC, BNCC (TOLEDO, 2019a), Bolsa Família⁶³ (TOLEDO, 2019e). Também o

⁶³ Conforme ofício nº 010/2019, encaminhado pela Comissão Intersetorial de Controle Social do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família de Toledo (CICSCUPBF) em relação ao seguinte assunto: Exclusão de funções

envolvimento na organização do sistema, mediante demandas locais, como consta em ata de reunião extraordinária (TOLEDO, 2019c) referente à resposta ao Ofício nº 23/2019, que solicita parecer sobre Projeto de Lei (PL) nº 11 de 2019, que propõe a alteração na Lei “R” nº 8, de 7 de janeiro de 2019, sobre Instituições beneficiadas que prestam relevantes serviços à comunidade e solicitam maior autonomia para aplicação dos recursos repassados pelo Executivo Municipal.

A respeito deste PL, não consta manifestação dos representantes do executivo, mas os conselheiros deliberaram pela alteração de partes do referido PL em respeito à legislação vigente. Ressalta-se o importante posicionamento do CME em definir rumos da organização da legislação educacional local.

Foram registradas participações em projetos de lei, como *Escola sem partido* e *Educação Domiciliar*. Em ata de reunião ordinária, registra-se debate sobre o PL n.º 98/2020, que dispõe sobre a Educação Domiciliar (*Homeschooling*), a partir da seguinte manifestação do conselheiro representante dos profissionais de educação do CME do município de Toledo:

[...] falou que o CME/Toledo deve se manifestar contra o PL nº 98/2020, que não conhece muito o trabalho do respectivo vereador, mas considera que o autor do Projeto de Lei nº 98/2020 não é da área da Educação, que nunca pisou no chão de sala de aula como professor. Segundo o Conselheiro [...] o Vereador é um indivíduo que a tempos atrás já trouxe o ‘Projeto da Escola sem Partido’ que visava cercear o trabalho docente, acusando os professores de doutrinação (TOLEDO, 2020e, p. 5).

Sobre essa situação, foi possível observar a importante frente a ser estabelecida com outros CMEs, neste caso, com o CME de Cascavel, para fortalecer a decisão contrária ao PL do vereador. Em relação a esta situação, destaca-se a questão da frente única problematizada por Gramsci a partir de Lenin, pois remete a identificar força de coesão presente na representatividade dos grupos sociais. Compreende-se que essa tarefa está no estágio de latência, pois necessita ampliação das interlocuções referentes a pautas diversas (TOLEDO, 2020f).

Em relação a ações no período da pandemia de *Covid-19*, em ata de reunião ordinária ocorrem posicionamentos sobre deliberações unilaterais do executivo, e os conselheiros se manifestam mediante o conteúdo de luta e de indignação em favor da autonomia e do interesse coletivo, conforme fala de representante dos profissionais de educação:

gratificadas de coordenação do programa Bolsa Família e benefícios. O Conselho assim deliberou: “Ficou decidido e todos [os] conselheiros concordaram de ser enviado ao Sr. Prefeito um ofício relatando a preocupação deste Conselho com a continuidade do Programa Bolsa Família, solicitando assim as providências ao cumprimento do Decreto nº 5.209 de 17/09/2014 e das Portarias Interministeriais nº 3.789 - MEC/MDS de 17/11/2004, nº 2.509 - MS/MDS de 18/11/2004, nº 754 - MDS de 20/10/2010 e Portaria nº 246 -GM/MDS de 20/05/2005” (TOLEDO, 2019e).

A Conselheira [...] falou da postura do Prefeito do Município em autorizar a volta as aulas. Primeiramente foi constituído legalmente uma Portaria nomeando uma ‘Comissão Intersetorial’ onde todo o estudo, todo o Protocolo Sanitário, e a responsabilidade de se retornar ou não deveria ter passado por esta comissão, porém em um ato político eleitoreiro, digo enquanto sindicato por que no decorrer deste ano 2020 não conseguimos uma agenda sequer, e no período eleitoral o prefeito conseguiu uma agenda com um grupo de mães pedindo o retorno as aulas, com base num único objetivo os filhos delas precisavam de interação social, porém o prefeito não só as recebeu, como assumiu um compromisso de imediato, sequer lembrou que ele mesmo publicou uma portaria com uma comissão. A conselheira [...] falou que está revoltada e indignada, pois esta comissão não foi ouvida e esta decisão do prefeito foi um ato político eleitoreiro. A comissão tem grande responsabilidade a respeito de voltar às aulas. E falou que vai permanecer nesta comissão para ver se o município vai fazer o que cabe a ele (TOLEDO, 2020f, p. 6).

O CME de Toledo trabalha em câmaras, sendo elas a Câmara de educação básica e de Legislação e Normas. É um CME atuante, e as reuniões são conduzidas por meio da interlocução entre as representações e apreciações das câmaras. São emitidos pareceres em relação às demandas locais via ofício. Solicitam consulta pública às escolas em virtude de alterações relacionadas às normas educacionais.

A partir das leituras realizadas das atas, é considerável a presença da representação da sociedade política na maioria dos debates e condução das pautas, até mesmo porque a presidente do CME é representante do Poder executivo Municipal. Conforme ata n. 04 de 2019, a secretária de municipal de educação ocupa o cargo de presidente de honra no CME (TOLEDO, 2019b), questão que reflete a ocupação de espaços representativos e as relações de força, destacando a hegemonia da sociedade política na gestão educacional.

O CME do município paranaense de Cascavel é presidido por representante dos profissionais do magistério, conforme decreto nº 13.424 de 12 de abril de 2017. O CME está organizado em câmaras: Educação Infantil, Ensino Fundamental e suas modalidades, Câmara de legislação e normas. A publicização das atas foi deliberada pelo CME em reunião ordinária no ano 2018 (CASCABEL, 2018a). Portanto, foi realizada a análise de atas referentes ao ano de 2018 a 2020, período em que foram organizadas 43 reuniões.

Em relação a ações pertinentes ao trabalho realizado pelo CME, são deliberadas questões a respeito de proposição do legislativo, que se sustentava no movimento neoliberal na educação municipal sob base de concepção empreendedora. O CME posicionou-se contrário à proposta de empreendedorismo nas escolas, conforme consenso entre os conselheiros (CASCABEL, 2018c).

O conselho organizou seminários, como o relacionado à BNCC (CASCABEL, 2018b), mini Fórum para debater questões de IDEB (CASCABEL, 2018c), bem como debate e posicionamento a respeito de contratação terceirizada de funcionários de limpeza e serviços

gerais para as unidades de ensino (CASCABEL, 2018c). Realizou análise de projetos de lei (CASCABEL, 2019i), pareceres sobre contratação de conveniadas (CASCABEL, 2019k) e combate à evasão escolar (CASCABEL, 2020c).

O CME age em relação a especulações referentes às políticas de governo. Conforme ata de nº 06 de 2019, muitos casos chegam ao conhecimento do órgão via mídia, e é importante destacar que os representantes de segmentos não são procurados pela base para firmar o debate, e que os rumores são elementos que compõem o descontentamento e a falta de informação da sociedade frente às demandas educacionais e questão interlocução com os grupos sociais representados, fato que empobrece a luta de classes no momento ético-político (CASCABEL, 2019c).

Questões como o novo FUNDEB são abordadas nas reuniões (CASCABEL, 2019f). A respeito do ensino domiciliar, o CME encaminhou solicitação ao jurídico da prefeitura municipal em busca de informações e respaldo legal para deliberar a respeito do assunto. Por meio de parecer, o CME enviou ofício para a câmara de vereadores e SEMED sobre a inconstitucionalidade da matéria (CASCABEL, 2019h; 2020c).

O CME de Palmeira, com gestão de 2019 a 2021, apresenta 11 atas de reuniões publicizadas no site da prefeitura municipal. A partir das atas referentes à última gestão, não foi possível identificar as ações pertinentes a deliberações referentes à política nacional de educação, ou desafios e embates a respeito da luta de classes de forma mais precisa. Essa condição exigiu a inclusão das atas disponíveis do ano de 2018, as quais se referem à organização e encaminhamentos realizados pela gestão anterior.

A partir dos documentos do ano de 2018, o CME de Palmeira tem efetivado ações em relação ao plano de carreira docente (PALMEIRA, 2018a); ações de publicização, como a criação de blog do conselho, e questões sobre a alimentação escolar (PALMEIRA, 2018c); contratação de profissionais para suprir demanda da educação (PALMEIRA, 2018d); acompanhamento do FUNDEB e monitoramento do PME (PALMEIRA, 2018d; 2018e); revisão de lei (PALMEIRA, 2018f); além da CONAE e parecer sobre matrículas (PALMEIRA, 2018g). Deliberações a respeito de subsídios para unidades conveniadas à prefeitura (PALMEIRA, 2019a). Também estão registradas questões sobre o transporte escolar (PALMEIRA, 2019b); parecer instrutivo sobre o piso salarial (PALMEIRA, 2020b); e apresentação de proposta de trabalho para o período da pandemia (PALMEIRA, 2020c).

O CME do município de Ponta Grossa, com gestão entre os anos de 2017 a 2020, é presidido pela representante dos diretores das escolas municipais, e conta com duas Câmaras: Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Durante o período da última gestão, foram realizadas 29 reuniões que se desdobraram em diversos assuntos e intervenções do CME. As atas apresentam momentos de discussão sobre a política educacional local. Mediante a leitura das atas, cabe destacar a presença da secretária municipal de educação em vários momentos das reuniões.

Mediante o projeto de lei *Escola sem partido*, que estabelece os efeitos da política de educação nacional pautada nos imperativos do neoliberalismo, consta em ata o posicionamento do CME, que retrata a importância de previsão representativa. Sobre o assunto *Escola sem partido*, a secretária de municipal de educação, presente em reunião ordinária, apresenta a seguinte questão:

[...] gostaria de deixar o posicionamento da SME para o Conselho, porque o Vereador cria lei e generaliza para todas as escolas, mas o assunto de que trata o referido Programa não cabe para as nossas escolas e CMEIs. Esta lei serviria mais para as Escolas do Estado - anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio e, também, para a Educação Superior, UEPG, que fazem seus movimentos neste sentido. Nas nossas escolas os alunos são muito pequenos. Nas formações de professores e reuniões com pedagogos e diretores nós colocamos isso, que a escola é, sim, um espaço de pluralismo de ideias, de discutir as políticas públicas, educacionais, etc., conforme está previsto na Constituição Federal, porém, não é lugar de fazer proselitismo político, defender ou atacar este ou aquele partido, ou político, seja em época de eleição ou não. E esse assunto segue na mesma linha da questão de gênero, que no meio da briga dos movimentos que defendem, contra os que não aceitam, estão as nossas escolas, porque agora estão dizendo que a escola está formando ‘gays’, isso é um absurdo, esta discussão não cabe para as nossas crianças que são pequenas, pensem vocês nas crianças dos CMEIs, se tem cabimento isso, mas este é o posicionamento da Secretaria Municipal de Educação’, concluiu a Secretária (PONTA GROSSA, 2017b, p. 2).

A partir desta fala, o CME decidiu formalizar comissão especial para apreciar e emitir parecer no início do ano de 2018 (PONTA GROSSA, 2017b; 2018a). O PL 372/2017 foi retirado da pauta de discussão naquele momento, e no presente momento, sua situação no *site* da câmara municipal de Ponta Grossa encontra-se com a indicação de *Informação solicitada*. Em relação aos encaminhamentos posteriores adotados pelo CME, não foram encontrados pareceres e registros em ata referentes ao referido PL.

Outra questão que chama atenção é a leitura, sempre, de uma mensagem ao início das reuniões, questão que remete a problematizar a reflexão sobre aspectos relativos ao comprometimento e responsabilidade dos conselheiros, fato que reafirma a presença de mecanismo hegemônico a partir da ideologia de validade psicológica (GRAMSCI, 1999). Essa sistemática adotada para iniciar os trabalhos se faz presente em outros CMEs.

Em relação à deliberação sobre projeto de lei sobre ensino domiciliar (*Homeschooling*), a secretária de educação, que estava presente na reunião, manifestou-se lendo carta que enviou ao vereador proponente do projeto de governo:

[...] pode até soar bem no inglês, parece uma inovação. Mas, em nosso Português é a educação feita em casa, mesmo. Essa proposta está ligada a fundamentalismos religiosos e interesses empresariais.’ Num dos trechos da carta a Secretária enfatiza que: ‘Defendemos que as crianças precisam de mais tempo nas escolas e não menos. A escola pública de qualidade voltada para a infância é a garantia de um desenvolvimento sadio, com acesso ao conhecimento e a chance de realizar em suas vidas muito mais do que seus pais puderam fazer’. Ainda, ressalta que: ‘Em nossa realidade, tal projeto amplia a vulnerabilidade de milhares de crianças. Fora dos olhares diários dos professores, estarão sujeitas ao álibi do *homeschool* [sic]. Que serviria, também, para que governantes incultos, avessos à Educação e favoráveis ao seu sucateamento usassem mais essa justificativa para deixar de investir na área. (PONTA GROSSA, 2019b, p. 2, grifo nosso).

Em outra reunião, a secretária municipal de educação apresentou a BNCC (PONTA GROSSA, 2019c). Em relação às Diretrizes Curriculares para Educação Infantil e Anos Iniciais, a representante do executivo apresentou a proposta e destacou a participação coletiva da rede municipal de ensino na construção do documento, que foi disponibilizado para análise dos conselheiros. Contudo, registra-se que o CME não participou do processo de construção que foi organizado pela secretaria municipal de educação (PONTA GROSSA, 2019d).

Destaca-se que, tendo em vista a necessidade de efetivar concretamente a participação do CME na gestão educacional do município, os processos consultivos e decisórios precisam se consolidar por meio da discussão e do envolvimento coletivo. A restrição do espaço participativo na definição das políticas educacionais revela as relações de força e a operacionalização da democracia burguesa, cuja organização governamental se mobiliza para preponderar a vontade de uma classe em relação a outra.

Dentre outras questões, o CME de Ponta Grossa debate os desafios da manutenção de vagas em CMEIs, a contratação de conveniadas para prestação de serviços educacionais, e delibera e emite pareceres a respeito de assuntos pertinentes à educação municipal.

O CME também atua em relação a denúncias referentes a irregularidades em CMEIs privados. Em relação a esse aspecto consta, em determinada reunião, a problematização de denúncia por um conselheiro representante das instituições privadas. O referido conselheiro solicita o envio da denúncia de irregularidade ao Ministério Público (PONTA GROSSA, 2017b; 2018b). Questão contraditória pela falta de conexão com a base representada, mas plausível, do ponto de vista da concorrência entre instituições privadas no município.

Constam deliberações e debates sobre o corte etário, sustentados pelo aguardo do posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF)⁶⁴ - (PONTA GROSSA, 2018d), revisão

⁶⁴ “Ao final do debate o entendimento foi unânime de que o Conselho Municipal de Educação, deverá aguardar a publicação do Acórdão e/ou de uma lei nacional que regulamente estas orientações a respeito do corte etário para

das 20 metas do PME (PONTA GROSSA, 2018e), leitura sobre projeto de diretrizes para matrícula Educação Infantil e Ensino Fundamental (PONTA GROSSA, 2018f), além de emissão de parecer a projeto de lei com posicionamento desfavorável (PONTA GROSSA, 2019f).

Destaca-se a forte presença e influência da sociedade política no CME de Ponta Grossa, por meio da intervenção em várias questões do conselho. Os funcionários do Estado são os prepostos das propostas governamentais. Nesse sentido, ao problematizar a função do intelectual orgânico da classe burguesa e o intelectual tradicional, conota-se que os funcionários ocupam a função a partir da identificação com os fins do Estado, já que, para Gramsci (2007, p. 200), “Todo cidadão é ‘funcionário’ se é ativo na vida social conforme a direção traçada pelo Estado-Governo, e tanto mais é ‘funcionário’ quanto mais adere ao programa estatal e o elabora inteligentemente”.

O critério utilizado para exposição dos dados, nesta subseção, foi destacar alguns temas que encaminharam debates de interesses e conflito, posicionamento dos conselheiros de diferentes segmentos representados, anuência ou discordância a respeito de temas polêmicos, e questões que envolvem decisões do poder público e iniciativa privada.

Pode-se afirmar, mediante o material selecionado e analisado, que os CMEs são órgãos de controle comprometidos em manter o acesso e o direito à educação de qualidade, conforme estipulam a Constituição Federal e demais atos legislativos. Isso não significa que em todos os momentos de deliberações não se faz presente o silêncio de segmentos representativos no processo democrático da gestão municipal. Por isso mesmo que se destaca a luta de classes, que é pautada nas condições de participação representativa e marcada por resistências e delimitação de espaços por meio de posicionamentos.

Foi possível constatar a recorrente preocupação com a paridade e a representação de segmentos, a condução da educação municipal, que se constitui como inegável compromisso dos conselheiros, os quais, em determinados municípios, são partícipes ativos e regem a gestão educacional como protagonistas do processo. Contudo, as atas de reuniões descrevem, em outros CMEs, situações que indicam a posição de subalternidade dos conselheiros ou do órgão, seja em relação à secretaria municipal de educação ou a determinados segmentos representativos da sociedade civil.

a matrícula no 1º (primeiro)ano do Ensino Fundamental, para assim deliberar, emitir uma norma para orientar o Sistema Municipal de Ensino de Ponta Grossa” (PONTA GROSSA, 2018d, p. 2).

Essa condição revela o aspecto cartorial dos CMEs, que corresponde à situação de controle das demandas por meio da coerção e do consenso que se estabelece a partir da mecanicidade imposta pelo corporativismo-econômico burguês, em vista da manutenção dos interesses dominantes e do controle que se efetivam no âmbito dos CMEs enquanto órgãos de controle social

A esse respeito, é importante considerar o que Gramsci (1999, p. 97) problematiza em relação à subordinação, pois

Isto significa que um grupo social, que tem sua própria concepção do mundo, ainda que embrionária, que se manifesta na ação e, portanto, de modo descontínuo e ocasional — isto é, quando tal grupo se movimenta como um conjunto orgânico —, toma emprestado a outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que não é a sua, e a afirma verbalmente, e também acredita segui-la, já que a segue em ‘épocas normais’, ou seja, quando a conduta não é independente e autônoma, mas sim submissa e subordinada.

Nesse sentido, reforça-se a necessidade de estabelecer autonomia coerente com a concepção de mundo e a consciência de classe, tendo em vista a capacidade de autogestão e da superação das condições de coerção e consenso efetivadas nos processos de formulação das políticas públicas educacionais.

Destaca-se que as preocupações com as políticas de Educação Nacional são similares, dentre elas: ampliação de vagas para a Educação Infantil, BNCC, IDEB, FUNDEB, Ensino Domiciliar, Escola sem partido e PME⁶⁵.

A elaboração de projetos educacionais que empunham a bandeira do ensino domiciliar e a da escola sem partido é representativa para a discussão sobre a luta de classes. A sustentação de políticas neoliberais de extrema direita para a área educacional expressa-se em propostas como essas. A expansão ideológica que fomenta mecanismos de culpabilidade de professores e do enxugamento do estado é resultado da concepção conservadora burguesa, que cerceia a voz e o pensamento do subalterno, efeito cascata de demandas internacionais contra a democracia e as instituições democráticas.

Os CMEs analisados, no desenvolvimento do controle social da educação, na condução das políticas públicas educacionais, nas ações, deliberações e participação de seus conselheiros, apresentam responsabilidade e preocupação com as demandas de seus municípios, e um olhar atento às políticas nacionais de educação.

⁶⁵ Um estudo sobre forma de disponibilização de dados e indicadores municipais para monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação – 2015/2025 foi realizado no ano de 2018, em virtude da definição do monitoramento das metas do PNE, a partir dos índices de vários estados da federação, dentre eles o Paraná. O relatório final apresenta percepção e perspectivas de análise e acompanhamentos dos Planos Municipais, estaduais e Nacional (BRASIL, 2015).

O enfrentamento de questões de várias ordens representa trabalho volumoso aos conselheiros, e remete a pensar no aspecto democrático participativo nesses órgãos, o que possibilita e delimita a atuação efetiva de representante de diferentes grupos sociais. Cabe ressaltar que, no decorrer desta subseção, foram posicionadas questões relevantes do exercício do conselho, a partir de seus membros que, no desafio de controle e monitoramento da educação municipal, mediante deliberações e pareceres, organizam o acesso e o direito constitucional de sujeitos sociais à educação. Esse movimento é marcado por luta de classes, que se apresentou em alguns momentos nesta subseção.

Sendo assim, tendo em vista a problematização da luta de classes nos CMEs, a próxima seção apresenta a análise de situações, conforme exposto por Gramsci (2007), no sentido de posicionar os sujeitos representativos e as possibilidades e limites que encontram no movimento das relações de força. É importante compreender como os espaços e mecanismos de participação democrática são instrumentos concretos para a efetivação da representação, mas a relação entre os dirigentes e dirigidos é essencial para a concretização de demandas necessárias para o fortalecimento da classe no processo de emancipação humana.

5.2 A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA EXERCIDA NOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Falar sobre a democracia e as análises pertinentes ao exercício de representação política, mediante uma concepção de mundo que permita aos sujeitos sociais uma nova forma de sociabilidade humana, é um encaminhamento necessário a ser adotado para desvelar o movimento representativo dos grupos sociais nos espaços e mecanismos participativos disponíveis para a luta de classes.

Ainda, é necessário destacar que, para além da instrumentalização formal da participação, o engajamento político que fermenta e decorre da organização de classe, debate presente nesta tese, aproxima-se de questões como a técnica e a política no campo da representação de classe e na disputa de interesses, que refletem a seguinte reflexão “Ora, a participação exige especialização ou vontade política?” (LIMA, 2020, p. 833).

Gramsci apresenta análises que encaminham esta discussão em um território que envolve temas como a cooptação de classe, organização, disciplina, espontaneidade e intelectuais, que desdobram o conteúdo e a forma da democracia concreta no Brasil. Nesse caminho, Lima (2020), a partir da antítese apresentada na tese *Cuidado com os polloi*, considera que o povo tem sua sabedoria não especializada. A partir desta afirmação tem-se, como síntese,

a vontade coletiva e conhecimento a respeito da realidade, ou seja, a práxis (GRAMSCI, 1999). Esses são aspectos fundamentais para que interesses divergentes à emancipação da classe trabalhadora sejam negados, e exemplificam a impossibilidade de efetivação da vontade coletiva no contexto da democracia representativa burguesa.

Portanto, as análises apresentadas nesta subseção foram sustentadas pela articulação entre as relações de força, hegemonia, grande política e pequena política no ato representativo, mostrado por meio da forma expressa na condução do processo participativo e o conteúdo explícito nos relatos dos questionários e das atas e documentos oficiais a partir do binômio dirigente e dirigido. O objetivo foi uma “[...] crítica histórico-social, que envolve os grandes agrupamentos humanos, para além das pessoas imediatamente responsáveis e do pessoal dirigente” (GRAMSCI, 2007, p. 37)⁶⁶.

Nesse sentido, expõe-se a compreensão a respeito da relação estabelecida entre os sujeitos representativos e os grupos sociais que representam, cujas demandas e embates se apresentam no cotidiano dos CMEs, bem como os espaços e mecanismos participativos oportunizados e a quais interesses o CME está subordinado.

Ao considerar esses apontamentos iniciais, nessa subseção problematiza-se a forma e, principalmente, o conteúdo da gestão representativa dos CMEs. Dentre os aspectos problematizados estão os que desencadeiam situações que limitam a efetividade e a participação no âmbito da representatividade, ou seja, o fortalecimento da democracia conselhistas sob a égide da forte presença da burocracia⁶⁷ na gestão.

Este aspecto da gestão participativa burguesa representa dificuldades em estabelecer debates e enfrentamentos relacionados a questões de interesse à emancipação que, no movimento de organização institucional, desmobiliza e coloca o espaço de representação no campo da subordinação.

Posto isto, é questão de análise a forma de indicação dos conselheiros municipais de educação. A esse respeito, algumas situações corroboram para exemplificar a presença da burocracia estatal diante da efetividade de participação nos CMEs. No CME de São José dos Pinhais, em reunião de setembro de 2018, o representante do poder legislativo cobra a

⁶⁶ Gramsci (2007), ao se referir aos movimentos orgânicos e aos fenômenos de conjuntura: em situações de crise, ocorre a organização de forças antagônicas para a mudança da ordem social, ou pequenos ajustes para sua manutenção, respectivamente.

⁶⁷ Gramsci (2007, p. 274) faz uma ressalva importante, que coloca a necessidade de formar uma burocracia honesta e desinteressada, “[...] controlada imediatamente a partir de baixo”.

nomeação⁶⁸ dos conselheiros para a nova gestão: “[...] coloca que os conselheiros não têm motivação para participar das reuniões, já que se encontram nesta situação e que há um esvaziamento dos encontros” (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2018a, p. 1).

Nesse sentido, foi possível reconhecer a descaracterização da função de conselheiros e a morosidade do processo em virtude da burocracia estatal, que rompe com a animosidade da classe representada. Por outro lado, em determinados conselhos são consideradas as eleições pelos segmentos, com solicitação do CME junto aos órgãos representativos dos grupos sociais para a designação de representantes. Em outros CMEs foi possível constatar, a partir da leitura das atas, que ocorrem eleições e o candidato à cadeira não comunica com antecedência a sua base representada.

A composição dos membros conselheiros é questão fundamental para a efetiva representação nos aparelhos privados de hegemonia. Contudo, é significativa a postura de agentes públicos na função de prepostos do governo, ao não reconhecer as vontades coletivas e a espontaneidade popular coordenada, pois no exercício de conselheiro de políticas públicas, pais e mães de família da classe trabalhadora vivenciam a compreensão débil e ideologizada daqueles, quanto à capacidade de representação de classe nos conselhos. Ecoam questionamentos e situações que refletem a descaracterização da organicidade presente na classe, que Gramsci enfatiza a partir de suas exposições.

Por exemplo, no CME do município de São José dos Pinhais ocorreu eleição para a presidência do conselho sem comunicado prévio as bases representadas. Conforme exposto pelo representante de pais, o convite partiu da diretora de unidade escolar. Mediante esta situação, o representante de pais

[...] se apresenta, diz que é representante dos pais das unidades públicas e que foi convidado para participar da eleição para representar os pais junto ao conselho pela diretora do colégio que seu filho estuda. Sua causa é lutar pela qualidade de ensino público para seu filho e as outras crianças, atua também como representante do FUNDEB e pede a oportunidade de atuar como vice-presidente (CME/SJP, 2019a, p. 3).

Ressalta-se que esse tipo de fato não é isolado. Ao analisar as atas dos CMEs do Estado Paraná, identifica-se com frequência esse tipo de falta de comunicação com os grupos sociais. Em outra reunião do CME de São José de Pinhais ocorreu um debate sobre adiamento de eleições para diretores e diretores auxiliares das unidades escolares municipais. Em ata consta uma falta de comunicação entre CME, Secretaria de Educação e professores do município.

⁶⁸ A presidente do CME informa a nomeação no mês de março de 2019, conforme a Lei 3.055/18 do CME, Decreto nº 3.346, de 25/03 de 2019 (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2019a).

Tal situação foi debatida com ênfase no transtorno e pressão sofrida nas escolas, bem como sobre a decisão referendada sem a participação de todos os membros da comissão de eleição. A conselheira representante do sindicato dos servidores públicos municipais de São José de Pinhais (SINSEP) declarou a importância do momento para a construção da democracia: “[...] agradece a possibilidade de participação e que isto colabora com a democracia, pois é uma construção favorável” (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2018b, p. 3).

Outro fato relacionado à composição do CME do município de Curitiba retrata o descaso com a gestão participativa, no que se refere à escolha de conselheiros e ao conflito de interesses entre CME e Secretaria Municipal de Educação. Conforme fala de conselheiro representante do Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba (SISMMAC), ao se referir sobre a forma como foi deliberada a composição dos conselheiros, considera que o CME presta serviço à Secretaria Municipal de Educação, e afirma que o [...] CME não é um cabide de emprego e nem um local para os trabalhadores se perpetuarem” (CURITIBA, 2018a, p. 4).

O conselheiro do SISMMAC afirma que a Secretaria Municipal de Educação tem tomado decisões unilaterais, e que o CME tem se tornado um *puxadinho* (CURITIBA, 2018a). Essa situação reflete a luta de classes no interior do CME e a relação com a burocracia Estatal, que desconsidera a democracia conselhistas e a autonomia em firmar presença junto a decisões e deliberações que permitam o fortalecimento da representatividade equânime, que corresponde à vontade dos diferentes grupos sociais.

Entretanto, a democracia almejada e discursada pode tornar-se um engodo, caso esses órgãos colegiados de representação social e política sejam compostos por indicação viciada de membros, a qual amplia burocraticamente a participação, sem considerar a essência da democracia, podendo ser considerada como gestão democrática formal. Quando a composição ocorre dessa maneira, o CME pode tornar-se apenas executor, legitimador das ações governamentais, funcionando de forma burocrática e reacionária (FLACH, 2020, p. 232).

Ancorado no posicionamento de Flach (2020), denotam-se as condições de representação, os momentos de interlocução entre os sujeitos representativos e os grupos sociais representados nos CMEs. Nesse sentido é que as falas e posicionamentos identificados à luz da filosofia da práxis, que possibilita reconhecer o momento da hegemonia e não tratar os fatos como meras aparências, é que se apresentam adequadamente as contradições e as características elementares presentes nos relatos e registros de reuniões.

Portanto, faz-se necessário apresentar o posicionamento dos conselheiros respondentes dos questionários (apêndices B e C), suas apreciações sobre as possibilidades de ampliação da democracia e a forma como são organizados os espaços por segmento.

A representante do executivo municipal (sociedade política) do CME/A desempenha função de conselheira há mais de 3 anos no CME, relata que existem algumas oportunidades adequadas de participação, e justifica: “Há, sim, algumas oportunidades de participação através dos conselhos municipais de controle social (FUNDEB, CAE, Conselho de Educação, Conselho escolar, APMF), no entanto nem sempre há interesse da sociedade/pessoas em participar e compor estes conselhos” (Informação escrita).

Denota-se a questão de representatividade concentrada nas mesmas pessoas, e que a busca por conselheiros novos deve estar sendo promovida por divulgação e esclarecimento dos envolvidos nos processos de gestão do espaço público. Nesse sentido, a sociedade civil, conforme Gramsci (2007), quando gelatinosa, passa e delega ao Estado a gestão e controle dos processos da atividade pública, da gestão da sociedade.

No que diz respeito à representatividade e envolvimento, a conselheira do CME/A aponta, como mecanismos que possibilitam a efetividade de espaços e mecanismos democráticos: “Participação na elaboração e execução dos PPP das escolas; Participação em reuniões para a elaboração e monitoramento do PME e audiências públicas para aprovação; Participação em reuniões ordinárias e extraordinárias nos Conselhos de Educação, FUNDEB, CAE....” (Informação escrita).

A partir da resposta da conselheira, fica evidente que os momentos de reunião e discussão de propostas para educação são pontos de referência para a participação, a necessidade de efetivar a presença de diferentes posicionamentos, e o acompanhamento em relação à execução de planos e atividades é algo importante para a conselheira.

Em relação aos desafios, a representante do executivo do CME/A relaciona três questões: “Efetivar o Sistema de Ensino, aumentar o número e a participação de mais pessoas nos conselhos e estruturar os Conselhos com mais recursos humanos e financeiros, investindo em formações para os conselheiros” (Informação escrita).

A representante da sociedade civil do CME/B também apresenta considerações importantes. Sendo representante do CMDCA, funcionária pública, participa há menos de 2 anos do conselho, e não recebeu formação antes da atuação. Declara que existem poucas oportunidades de participação, as quais são parcialmente adequadas, e justifica sua fala: “Vejo que as audiências públicas são a melhor forma de discussão e oportuniza a sociedade civil a participação nas questões educacionais. Porém, não há ampla divulgação e não percebo engajamento por partes da própria sociedade em participar deste processo” (Informação escrita).

Isso remete novamente a problematizar o aspecto da desmobilização e do sentido de classe, para que se expresse de forma transparente o processo de luta. Compreende-se que é necessário que a sociedade ocupe os espaços, e a participação seja instigada a partir da mobilização dos diferentes grupos sociais. Contudo, sem esse movimento e carência de espaços adequados, percebe-se o afastamento da sociedade na dinâmica de luta de classes. Por esse motivo torna-se essencial a divulgação e organização de um movimento concatenado aos aparelhos privados de hegemonia, como o jornalismo e a imprensa. Caso contrário, reforça-se o encolhimento da consciência de classe em relação ao processo democrático e a característica que a faz classe: revelar a estrutura social de produção, que remete a uma determinada postura e concepção de mundo.

A representante dos professores, representante do quadro próprio do magistério, do CME/B, a partir de sua experiência no Conselho Municipal de Educação há mais de três anos, colabora para ampliar e problematizar a representatividade no fortalecimento da democracia, pois considera que existem algumas oportunidades de participação nos espaços democráticos viabilizados pelo CME, e que não são inadequadas e nem adequadas em relação à tomada de decisão. Relata que,

Com relação à representatividade do magistério, existe o Sindicato da categoria que pode servir de meio de comunicação entre conselheiros/as e representados, mas precisaria melhorar seus mecanismos de comunicação (tanto por parte do Sindicato quanto dos/as conselheiros/as), no caso da sociedade civil, existem os Conselhos Escolares que poderiam estar mais organizados para encaminhar consultas, denúncias, solicitações ao CME e qualificar sua participação nos processos decisórios. Falta uma forma de participação mais direta entre representantes e representados criado pelo próprio Conselho (Informação escrita).

Torna-se fundamental problematizar esse depoimento da conselheira, pois sua reflexão e análise do processo conselhistas refletem os apontamentos conduzidos em diferentes momentos nesta tese, os quais orbitam na condução da organização de classe em relação à horizontalidade das pautas entre dirigente e dirigido, a necessidade de estruturar um contato afinado com a base representada, relação entre representante e representado.

A representante dos professores do CME/B, ao relacionar os mecanismos e oportunidades de funcionamento, difere dos outros representantes em apresentar que desconhece a Conferência Municipal, ao mesmo tempo em que aponta o CME como espaço representativo que funciona efetivamente. Em relação aos mecanismos de participação, são destacados o PPP e o Plano Municipal de Educação. Destaca que a indicação de diretores da rede municipal de educação não funciona adequadamente.

Em relação à justificativa a respeito da efetividade dos mecanismos e espaços elencados pela conselheira, são descritos os seguintes aspectos: “Possibilidade de dar voz a todos os segmentos envolvidos com a educação municipal; Garantia da escolha democrática dos dirigentes das Unidades Educacionais; Possibilidade de participação direta por meio de Fóruns da sociedade nas decisões das políticas públicas educacionais” (Informação escrita).

A representante da sociedade política, representante do executivo municipal, do CME/D, contribui com contradição necessária para compreender o conteúdo da participação dos grupos sociais.

A conselheira atua entre 2 e 3 anos no CME, é funcionária pública municipal e não recebeu formação anterior para desempenhar a função de conselheira. Relata, no questionário, que as oportunidades são muitas e adequadas, e justifica que o CME publiciza as informações e demais atos institucionais. Contudo, destaca que sempre são as mesmas pessoas que participam, mas acredita que isso não desqualifica as oportunidades.

Segundo a conselheira representante do executivo do CME/D, não é por falta de oportunidade que os espaços não são ocupados. A partir dessas considerações, a ressalva a realizar é em relação ao interesse daqueles que recebem o serviço, mas não participam do processo. Fica difícil pensar em uma mudança de concepção e de sistema de produção da vida material quando os sujeitos sociais se contentam em apenas pagar impostos, usufruir serviços públicos e participar de pleitos eleitorais com terminalidade no voto.

A conselheira relata que conhece todos os espaços e mecanismos de participação disponíveis no município, registra que todos são efetivos, com exceção da indicação de diretores, e justifica a efetividade a partir da elaboração de PPP vivo, discutido, bem como de reuniões pedagógicas, conselho e formação continuada, revisão de metas, e reuniões de estudos entre diretores e SME (Informação escrita).

Aponta como desafios para a gestão democrática participativa:

- a) Envolvimento maior e representativo dos membros do conselho e associação nas discussões;
- b) Formações específicas para os representantes do conselho escolar e Associação e Associação de Pais e Mestres, sobre a realidade local e a importância destes espaços organizados⁶⁹;
- c) Fortalecimento do programa Escola de pais no município (Informação escrita).

⁶⁹ A formação da representatividade deve ser organizada a partir da base, do grupo social com a presença e posição do intelectual orgânico da classe como mediador e organizador do processo, questão de disciplina da classe, de classe para si.

Registra-se, também, a participação do representante da sociedade civil do CME/A, o qual é representante há menos de 2 anos no Conselho Municipal de Educação, que não especificou a profissão e não recebeu formação para atuar como conselheiro antes de ocupar o cargo. Descreve que as oportunidades de participação são algumas e adequadas, mediante a justificativa de que “Falta a participação mais efetiva” (Informação escrita).

Dentre os espaços e mecanismos que o representante da sociedade civil do CME/A conhece estão o CME, Conselhos escolares, Fórum Municipal de Educação e Associação de Pais e Professores. Mediante esta consideração, pode-se verificar que o conhecimento da existência de espaços passa pela experiência e convivência do conselheiro e a proximidade com grupos específicos.

Ao responder sobre o funcionamento efetivo dos espaços e mecanismos, apresenta o CME e os Conselhos escolares; e como mecanismos, o PPP e PME, justificando a efetividade a partir da instrumentalização, “Conselhos educação e escolas trabalham a fim de alcançar os objetivos; dos projetos pedagógicos e Plano municipal de educação” (Informação escrita).

Em relação à ampliação da participação, segundo o conselheiro da sociedade civil do CME/A, ela seria reforçada no município a partir de outros espaços ou mecanismos, no sentido de “Incluir mais pais e alunos (serem mais participativos)” (Informação escrita). Dentre os desafios, coloca o trabalho intersetorial: “Participação conjunta Sec. Educação, Saúde, Esportes e Assistência Social” (Informação escrita).

Tal fato importante foi registrado pelo conselheiro que remete a viabilizar situações que promovam a interlocução com outros aparelhos privados de hegemonia. A esse respeito, denota-se que, durante diferentes momentos de reuniões, conforme registros em atas dos CMEs, os conselheiros de diferentes representações de grupos sociais se posicionam sobre a intersetorialidade e as possibilidades de ampliação da participação no processo democrático: entre conselhos e entre órgãos do governo.

Em relação aos depoimentos das conselheiras do CME/E, destacam-se as contribuições da representante dos professores da rede particular de ensino (sociedade civil), a qual exerce a função de conselheira há mais de três anos no CME. Ao se posicionar sobre as oportunidades de decisão na gestão da educação municipal, discorre que o CME é muito democrático, e que as oportunidades para a participação da sociedade são muito adequadas. Reconhece o PPP, o Plano Municipal de Educação e a eleição direta para diretores como mecanismos que funcionam adequadamente. As razões que justificam são: “Reuniões ordinárias e extra; interação entre os membros do conselho e secretaria. Acredito que estamos caminhando a contento” (Informação escrita).

A representante dos diretores das escolas municipais tem experiência há mais de três anos no CME/E, é funcionária do quadro próprio do magistério, e presidente do CME na atual gestão, e declara que recebeu formação anterior à atuação de conselheira. Informa que existem muitas oportunidades adequadas, e que isso se justifica em virtude de que “o município oferece através da ‘formação continuada’”, durante todo o ano (Informação escrita). Este fato permite compreender uma relação de defesa do executivo municipal, que move o agente público a ser preposto do governo, pois a conselheira valoriza a formação recebida como benesse, e não como direito, tendo em vista que se impõe à representação docente uma dualidade representativa, ora condicionada pela sociedade política, e ora na posição de sociedade civil.

A representante dos diretores das escolas municipais do CME/E ainda aponta a existência de todos os espaços e que os conhece, bem como em relação aos mecanismos de participação, e que esses espaços funcionam adequadamente. Em relação à efetividade dos espaços e mecanismos, declara que são elementos fundamentais que permitem a atuação: “A legislação Municipal; A participação democrática nos diversos segmentos e a autonomia de cada segmento” (Informação escrita).

A representante da Secretaria Municipal de Educação (sociedade política) atua há menos de 2 anos no CME/E, é funcionária da prefeitura e não recebeu formação antes de atuar no CME. Declara que existem muitas oportunidades de participação da sociedade na tomada de decisões, e que “as oportunidades são democráticas” (Informação escrita). Em relação aos espaços que não funcionam corretamente está a Conferência Municipal de Educação.

Em relação aos desafios para a participação democrática, apresenta os seguintes elementos:

- a) Verbas públicas que atendam todas as necessidades da instituição de ensino público, que não sejam limitantes.
- b) Cumprimento das metas das políticas públicas para educação.
- c) Ações menos burocráticas em relação ao preenchimento de formulários e documentos enviados pelos órgãos governamentais para as escolas (Informação escrita).

Ao realizar análise das respostas e condensá-las a partir de elementos que expressam a compreensão e as necessidades das diferentes representações, é possível identificar que os representantes de grupos sociais da sociedade civil e sociedade política expõem o anseio em ampliar os espaços democráticos e mecanismos de participação, bem como oportunizar momentos de representação efetiva. Em relação ao interesse e oportunidades de participação, os conselheiros representantes da sociedade política consideram que os CMEs são espaços que oportunizam a participação, e que existem dificuldades para a efetividade e interesse dos

segmentos no processo participativo, questão compartilhada por representantes da sociedade civil.

A efetividade dos mecanismos e espaços é pautada na instrumentalização dos CMEs via formação, reuniões, PME e CME, conforme declaração de três representações dos segmentos da sociedade política e dois representantes de segmentos da sociedade civil. Sendo assim, configura-se uma concepção de que o aparelhamento dos CMEs é mais importante para a efetividade de espaços e mecanismos democráticos do que um movimento espontâneo da sociedade em fortalecê-los, com exceção em relação ao posicionamento de representante da sociedade civil do CME/A.

As representações da sociedade civil apontam algumas oportunidades de participação nos CMEs. Por meio dos depoimentos dos participantes, foi possível identificar a efetividade de espaços e mecanismos, tendo em vista a participação representativa e a necessidade de ampliação de espaços. Por outro lado, um conselheiro ligado à sociedade política, e outro da representação privada da sociedade civil, declaram que o sistema está de acordo com as expectativas. Isso representa os interesses adequados a demandas, as quais se estruturam no campo do interesse privado, que se sustentam na ocupação e garantia de espaço definido e de acesso assegurado.

Os desafios são pontuados a partir da necessidade de superação das dificuldades financeiras enfrentadas pelos CMEs na condução da política municipal de educação por representações da sociedade política e da sociedade civil. Denota-se que uma representação da sociedade política e duas da sociedade civil apresentam, como desafio, consolidar a participação na gestão do conselho.

Cita-se, ainda, que a maioria dos entrevistados via questionário declararam que desconhecem a existência de representações via grêmios estudantis nos municípios. Momento de representação fundamental que se apresenta como algo desconhecido e sem espaço, ressalta-se que o primeiro interessado nas demandas educacionais é desconsiderado e pouco valorizado no processo democrático.

Frente à luta de classe, dos interesses dos grupos sociais, da defesa da educação pública a partir das considerações dos conselheiros e do posicionamento em relação ao modelo de educação que se defende nos diferentes municípios, é ponto crucial compreender a concepção de mundo que prevalece nos encaminhamentos dos sistemas municipais de ensino.

O tema em questão coloca em pauta a discussão sobre o investimento na formação da disciplina para o exercício representativo expresso nas diferentes instâncias participativas, pois vai ao encontro das situações que confirmam relações estabelecidas no âmbito do movimento

de classe. Gramsci considera ponto fundamental do movimento em direção à democracia conselhistas a permanente luta pelas condições que possibilitem a participação ampla da classe trabalhadora, tendo em vista a representação dos grupos sociais em vista da direção da sociedade na posição de grupo *fundamental*.

Algumas questões a esse respeito são válidas para confirmar a necessidade de ampliação da participação, sendo significativa a exposição dos desafios do representante do CMDCA do CME/B, no sentido de efetivar concretamente essa esfera da democracia representativa, a partir das seguintes condições:

- a) Consciência coletiva;
- b) Entender que cada um pode e deve participar nas questões que envolvem decisões educacionais;
- c) Estudar sobre legislação, documentos e assuntos gerais sobre Educação para que nos momentos de participação coletiva, haja mais aprofundamento sobre o assunto, diminuindo o senso comum (Informação escrita).

A partir desta consideração do conselheiro, evidencia-se a necessidade de formação, disciplina e organização da representação. Esta é uma discussão presente em Gramsci, que sinaliza a superação do senso comum na representação conselhistas. Isso permite compreender a necessidade de cisão entre a espontaneidade dos grupos sociais e a subalternidade da classe explorada em direção à superação de ideologia, que marca a classe trabalhadora como um conjunto de sujeitos inaptos à gestão educacional.

Por isso, o movimento em direção da organização dos grupos sociais para a prática participativa representativa, pautada na cisão de conteúdo ideológico preconceituoso, esvaziado de critério científico e filosófico se apresenta como necessidade essencial para romper com o distanciamento da classe nos processos participativos. Também para evitar o esvaziamento da efetividade democrática pautada na representação de classe, a qual se concretiza mediante postura ativa na atuação perante as decisões colegiadas.

Em virtude disto, a representante da sociedade política, Secretaria Municipal de Educação, do CME/B declara que as oportunidades são muitas para a consolidação do ativismo político, “Pois há mais de 30 conselhos criados na cidade nas mais diversas áreas onde a sociedade pode participar ativamente” (Informação escrita). Segundo esta representante, a efetividade do CME ocorre a partir das seguintes situações:

- a) Os conselhos são compostos de forma paritária, onde a sociedade civil pode participar ativamente com direito a voz e voto.
- b) O Fórum Municipal de Educação é um espaço de debate e formação que envolve todo o coletivo educacional e diversas instâncias promotoras, dentre elas várias unidades educacionais, Conselho Municipal de Educação, Sindicatos dos profissionais de Educação e, frequentemente a Secretaria Municipal de Educação.

c) O Plano Municipal de Educação foi construído coletivamente por toda a comunidade escolar, assim como seu monitoramento e acompanhamento que ocorre a cada 4 anos (Informação escrita).

Diante dessas situações, que refletem a articulação de diferentes grupos sociais na composição dos CMEs em consonância com a ocupação de espaços para o avanço e a equidade de forças na luta de classes, a representante da sociedade política do CME/B contribui para compreender a importância da representação de classe. Ao responder a respeito dos desafios, a conselheira pontua:

- a) Apesar de termos escolha direta para diretores das escolas da rede municipal acontece de algumas vezes o gestor coibir que outras pessoas se inscrevam para concorrer e ficam pressionando que os conselhos escolares indiquem a mesma direção ininterruptamente. Ao meu ver *[sic]*, essa questão é prejudicial à gestão democrática do ensino público, pois não favorece a rotatividade de profissionais em posição de gestão.
- b) O fato dos *[sic]* gestores das unidades educacionais poderem ser os presidentes dos conselhos escolares acaba coibindo o desenvolvimento da gestão democrática em todas as unidades, pois gestores com perfil antidemocrático atrapalham demais a organização interna de sua comunidade.
- c) Muitas vezes a organização dos Projetos Políticos-Pedagógicos ficam centradas na figura do Pedagogo das unidades educacionais, o que atrapalha a gestão democrática e o amplo debate em sua realização e efetivação. Afinal, quando os profissionais das unidades não se sentem representados pela elaboração e no cerne do Projeto Político Pedagógico da unidade eles acabam resistindo a sua implantação e efetivação (Informação escrita).

Problematiza-se a relação do sentimento-paixão, e reforça a necessidade do envolvimento, da compreensão do dirigente enquanto classe a partir de um movimento horizontal que se estabelece na rotatividade do exercício representativo, em que dirigente se torna dirigido e dirigido é capacitado, e tem condições de assumir a função de dirigente, ação concreta que possibilita romper com vícios e manter as relações de poder equitativas na esteira da coletividade. É uma relação no interior da classe, que ocorre no desenvolvimento da classe para si.

Na contramão dessa posição, a conselheira representante do quadro próprio do magistério, atuante na rede municipal de ensino do CME do município de Araucária, “[...] comentou que os assuntos educacionais deveriam chegar ao CME como objeto de formalidade por parte da própria SMED e não por meio de relatos da comunidade escolar” (ARAUCÁRIA, 2019f, p. 5).

Esse posicionamento da conselheira desloca a importância da representatividade para a atuação da SMED. Com isso, mantém no âmbito burocrático o debate a respeito da representatividade, e expressa a contradição presente nas relações humanas, fato que reforça a necessidade de organização e disciplina dos grupos sociais representativos.

Conforme Lima (2020, p. 834), “existem vínculos entre SMED e CME, entretanto tal vínculo não pode se caracterizar em um sistema de subordinação, tampouco de liberdade plena”. A especificidade das situações de relações de força é tão presente entre os aparelhos privados de hegemonia que o CME do município de Palmeira delibera por elaborar um documento que se refere a uma melhor coordenação de trabalho entre Secretaria Municipal de Educação e CME para maior agilidade entre ambas as partes (PALMEIRA, 2020a).

Na luta de classes, os vários aparelhos privados de hegemonia ocupam papéis específicos. A condução da organização de deliberações pauta-se por questões bem-posicionadas, no sentido da ocupação de espaços por grupos de interesse, sejam eles sociedade civil, sociedade política, terceiro setor ou empresariado. Isto remete à seguinte afirmação em relação à ocupação da dominação e direção:

Croce afirmou que nem sempre se deve procurar o ‘Estado’ no lugar indicado pelas instituições oficiais, já que, às vezes, ele poderia ser encontrado nos partidos revolucionários: a afirmação não é paradoxal segundo a concepção Estado-hegemonia-consciência moral, pois pode realmente ocorrer que a direção política e moral do país, em um determinado período de dificuldades, não seja exercida pelo governo legal, mas por uma organização ‘privada’ e até mesmo por um partido revolucionário (GRAMSCI, 1999, p. 295).

Disso decorre a própria luta de classes, na capacidade dos CMEs formarem o Estado no sentido ampliado gramsciano, que remete a considerar certos aspetos: momento de subordinação e confronto e momento de resistência em relação a deliberações de pautas que refletem os interesses particulares de classe. São situações presentes no âmbito do posicionamento e da discussão desencadeada a partir de demandas apresentadas pelos diferentes grupos sociais.

Nesse sentido identificaram-se, nos relatos presentes nas atas das reuniões dos CMEs, referências e representações feitas pelos conselheiros em prol das entidades particulares e confessionais, dentre elas as de Educação Infantil e de Ensino Fundamental.

Assim, no CME do município de Cascavel, a secretária municipal de educação expõe questão em relação à decisão referente à organização das atividades no período da pandemia de *Covid -19*:

Disse que outra conquista foi desvincular a Rede Pública da Rede Privada, para que caso a Rede Privada queira retornar, não estejam atrelados ao retorno da Rede Pública, tendo em vista que na Rede Pública o número de alunos e profissionais é muito maior (aproximadamente 31 mil alunos; 5 mil servidores e mais os pais). Falou ainda que será feita uma Comissão Municipal para debaterem e analisarem o retorno das aulas presenciais do Município, onde se definirá o protocolo municipal e que também será feita uma Comissão em âmbito da SEMED (CASCAVEL, 2020b, p. 9).

Essa fala retrata bem a questão de apaziguamento de conflitos com grupos privados de interesse, e demonstra que o conselho ficou fora do debate, questão resolvida ao largo do CME. Contudo, a manobra realizada pela Secretaria de Educação assegura, aos profissionais de educação e comunidade escolar da rede pública, o isolamento social.

Caso similar é debatido e registrado no CME de Ponta Grossa, em que instituições de Educação Infantil de 0 (zero) a 03 (três) anos, que não foram contempladas na Deliberação CME - 03/2020⁷⁰ a respeito do regime especial para o desenvolvimento de atividades escolares⁷¹. Tendo em vista que as atividades remotas para essa faixa etária ainda não foram desenvolvidas e organizadas de forma sistemática, ocorreu debate sobre a solicitação das entidades sem fins lucrativos em validar atividades remotas, em virtude de trabalho desenvolvido no período da pandemia, bem como o repasse de verba em razão do trabalho prestado.

Frente a essa demanda, a conselheira representante da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) assim se manifestou:

[...] uma questão importante é especificar como serão desenvolvidas essas atividades, devido a delicadeza do segmento Creche de 0 (zero) a 03 (três) anos, devemos ter um cuidado muito grande para que não se faça qualquer coisa, devemos organizar bem esse texto antes de publicar, verificar o que outros municípios estão fazendo (PONTA GROSSA, 2020e, p. 1).

Constata-se a necessidade material impondo-se com urgência no período de pandemia, questão que requer posicionamento e sensatez no momento da decisão. O fato retrata a capacidade representativa e a problematização frente a uma questão emergencial que necessita prudência, a qual foi exercida pelas representações presentes.

Essa situação reflete a dificuldade apresentada na subseção anterior, que sinaliza a falta de estrutura física e de pessoal para promover a política de Estado de forma integral, já que os Centros de Educação Infantil sem fins lucrativos atendem as matrículas em regiões em que o poder público não atende, conforme fala de conselheira representante da secretaria municipal de educação. Esse fato condiz com a necessidade de manter, nas pautas dos CMEs, as

⁷⁰ Deliberação CME 003/2020, de 19 de maio de 2020. Instituição de regime especial para o desenvolvimento das atividades escolares no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Ponta Grossa em decorrência da legislação específica sobre a pandemia causada pelo novo Coronavírus –COVID–19 e outras providências (PONTA GROSSA, 2020e).

⁷¹ Em reunião anterior, foram debatidas questões referentes ao estudo e organização da deliberação 03/2020 que, conforme conselheira representante da UEPG, não foi aprovada com votação tranquila (PONTA GROSSA, 2020c; 2020d; 2020e).

discussões referentes à ampliação de vagas e atendimento público de qualidade na rotina de debates e soluções, tendo em vista políticas de estado.

Em período anterior aos enfrentamentos colocados pelo contexto pandêmico, também foram evidenciados debates que demonstraram interesses de grupos sociais específicos, e a defesa pela equidade na garantia e oferta do serviço educacional municipal. Foram debatidas situações pertinentes ao corte etário, sobre as quais representante dos estabelecimentos particulares de ensino de Ponta Grossa comentou sobre as desigualdades referentes às questões tributárias entre particulares, filantrópicas e microempresas, e questionou a ligeireza com que foi aprovada a Deliberação CME/PG n.º 02/2018⁷². Em resposta, a conselheira representante da Secretaria Municipal de Educação se manifestou: “[...] estudamos toda legislação, mandei todas as normativas e leis que encontrei sobre o assunto para todos os conselheiros, o parecer, a deliberação foram bem fundamentados [...]” (PONTA GROSSA, 2019d, p. 2).

Em reunião posterior, o assunto foi retomado com posicionamento da representante dos estabelecimentos de Ensino Superior particulares da cidade de Ponta Grossa, a qual defende a posição da Associação Nacional das Escolas Católicas de Ponta Grossa (ANEC), registrada em ofício direcionado ao CME. A conselheira reforçou o posicionamento da ANEC a partir da seguinte fala:

Saiu esse parecer [e deliberação], combinamos tudo numa reunião de novembro de 2018, na reunião em dezembro, aprovaram esta deliberação que aqui está, a meu ver com alguns pontos diferentes da que decidimos em novembro. Alguns não fizeram o corte-etário, ou fizeram diferente, agora estou recebendo alunos com direito a continuar e aqueles que entraram no corte em nossas instituições, ficaram um ano atrasado, isto não foi justo. Isso não se faz num Conselho Municipal de Educação, mas tudo bem, nós estamos ‘arrumando nossa casa’, vamos continuar fazendo como deve ser feito, mas eu quero a resposta escrita para a ANEC (PONTA GROSSA, 2019e).

Em reunião de maio de 2019, a presidente do CME de São José de Pinhais “[...] fala que está com um grande problema com as escolas particulares de ensino que estão funcionando sem calendário homologado. Inclusive que uma escola de grande porte que veio do Rio de Janeiro fala que já tem seu próprio sistema de ensino” (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2019c, p. 5). Tal fato remete o conselho a reunir-se com o sindicato das escolas particulares - SINEP, mas a presidente afirma que a rede não é associada ao SINEP: sendo assim, o sindicato não pode intervir.

⁷² Deliberação CME/PG 02, de 12 de dezembro de 2018. Estabelece diretrizes operacionais para a matrícula inicial de crianças na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, respectivamente, aos 4 (quatro) e aos 6(seis) anos de idade, no município de Ponta Grossa-PR (PONTA GROSSA, 2018).

No CME do município de Curitiba, em vista da apresentação sobre o edital de contratação de conveniadas, registram-se debates e ressalvas a respeito da fiscalização dessas instituições e desencontros nas falas dos segmentos de pais, entidades conveniadas e representantes da secretaria municipal de educação (CURITIBA, 2019a). Registrou-se a cobrança do representante do segmento de pais a respeito da qualidade e fiscalização por parte da Secretaria de Educação em relação aos serviços prestados pelas entidades conveniadas. Nesse sentido, considera-se a presença de luta no interior do CME, permeada por interesses e limites impostos nas definições de políticas locais que envolvem o campo de disputa da hegemonia.

Em Cascavel, o CME debateu o retorno das atividades presenciais no período da pandemia, e manifestação por meio de duas cartas abertas entregues, aos conselheiros pela representante do Sindicato das Escolas Particulares de Cascavel e Região (CASCABEL, 2020a). Com representação do conselheiro do segmento das unidades particulares, expõe-se as dificuldades financeiras enfrentadas pelas escolas particulares e a solicitação de retorno gradativo, com ponderação do CME em destacar a necessidade de retorno de todos os alunos no momento seguro.

É necessário problematizar a fala da representante das instituições privadas de Educação Básica:

[...] as escolas particulares tiveram que reduzir os salários dos funcionários e questiona se os salários dos professores municipais também terão reduções. A [...] disse que por enquanto os salários estão garantidos e que os professores trabalharão remotamente e que os dias em que o Calendário esteve suspenso os professores irão repor posteriormente [...] (CASCABEL, 2020a, p.10).

A fala representa um ato fiscalizatório da conselheira, bem como uma prestação de contas da Secretaria Municipal de Educação. A desigualdade que ocorre entre os grupos sociais suscita posições que movem os representantes a justificar e cobrar, dos pares no conselho, as ações realizadas. Pontua-se, a respeito desse embate, que a representante dos profissionais da educação pública denota que os funcionários públicos já foram penalizados com o congelamento salarial.

Conforme exposto, as condições impostas em determinados momentos revelam situações que se expressam na luta de classes, de forma mais concentrada em resultados e soluções imediatas. As deliberações em resposta à crise sanitária do ano de 2020 promoveram, em determinados CMEs, acirramento e posição localizada no campo econômico. Contudo, as demandas perpassam as condições de afinidade e de representação efetiva perante o grupo social.

As dificuldades colocadas para a efetiva atuação das representações da sociedade civil e sociedade política incorporam as condições estabelecidas nas relações de força na dinâmica da política democrática, e se estabelecem entre diferentes posições que ocupam os intelectuais no acirramento estabelecido pela ocupação de espaços nas instâncias representativas e na luta de classes, que se expressa no limiar dos interesses colocados nas pautas e na efetivação das políticas educacionais nos CMEs. Por isso a relação entre dirigente e dirigido deve ser horizontal.

Assim, as diferentes situações e imposições que se colocam no cotidiano da atividade conselheira remetem a estabelecer uma reflexão salutar e enriquecedora da experiência representativa. A representante do quadro de servidores atuantes na rede municipal de ensino do CME do município de Araucária considerou, no sentido de problematizar mudança de representação sustentada na experiência do conselheiro: “[...] não se trata de uma questão ética e sim política das entidades, pois os conselheiros eleitos passam pelo crivo dos segmentos” (ARAUCÁRIA, 2020d, p. 2). Questão importantíssima, pois a mudança de representação está arraigada no caráter de representatividade estabelecida na experiência orgânica com o grupo social representado.

A esse respeito, o que nos ensinam os Conselhos de Fábrica? A organização dos grupos, a divisão em comissões, a representação ativa, e a rotatividade entre dirigente e dirigido. O conselhismo expresso pelos conselhos de fábrica, hipótese de um novo tipo de democracia, aponta para a possibilidade, problematizada por Gramsci, de superar o distanciamento das funções intelectuais e políticas em relação às que competem à produção enquanto técnica, apenas. A autogestão e a participação espontânea dos trabalhadores denotam o sucesso dos conselhos de fábrica na Itália do início do século passado (DEL ROIO, 2017).

Destacam-se como elementos fundamentais, de forma pontual sobre o exercício dos conselhos de fábrica, a autogestão dos produtores organizados que expressaram a utilização consciente dos processos técnicos para se afirmar como nova classe dominante (BUCI-GLUKSMANN, 1980).

Nos conselhos de fábrica o movimento era espontâneo, deliberações da classe trabalhadora tinham como objetivo a condução e gestão do processo de produção, a interferência do proprietário era mínima, e quando ocorreu, foi abrupta e encerrou o movimento. Nos CMEs existem condições favoráveis e permanência de atuação, muito embora sua atuação se localize em uma fração da totalidade, a educação. Enquanto os conselhos de fábrica eram organizados pela classe trabalhadora e para ela, os CMEs representam e dão condições de

representação para diversos grupos sociais de classes antagônicas; portanto, espaço de luta de classes.

Logo, os conselhos de fábrica caracterizam a possibilidade de organização e participação democrática no caminho da resolução de problemas e situações de interesse de classe e a autogestão da educação por meio dos trabalhadores. Estes últimos, no movimento de descentralização, rompem com formas abstratas de educação, incompatíveis com a realidade social da classe trabalhadora. Os produtores que assumiram o processo de autogestão das fábricas ensinaram que se faz necessária a organização da classe trabalhadora, conhecimento técnico pautado na espontaneidade, e disciplina sob a direção do intelectual da classe.

Contudo, foi possível observar que o intelectual orgânico não se apresenta no processo de consolidação de mecanismos de disciplina da classe, que requer a preparação de dirigentes e dirigidos. A partir da investigação dos caminhos trilhados pelos CMEs, apresentaram-se condições que permitem afirmar a necessidade urgente de a camada intelectual da classe trabalhadora se posicionar como organizador de classe e refinar a sua condição de dirigente para o reconhecimento de sua função junto aos grupos sociais representativos.

Portanto, esse encaminhamento se manifesta na posição adotada pelo CME do município de Cascavel, ao discutir seu regimento interno⁷³. Coloca as seguintes questões em relação à definição do aspecto de qualificação técnica para a ocupação de espaço representativo no CME:

Em relação ao Artigo 9º, referente a questão elevado conhecimento e experiência para assumir a função de conselheiro no CME, com destaque ao segmento que envolve a participação dos pais. A Conselheira [...] diz que está é uma questão questionada por todos. A Conselheira [...] diz que a questão foi discutida anteriormente e que é importante que os conselheiros tenham de alguma forma afinidade com os temas da educação. O Conselheiro [...] diz que o segmento que tem a representação dos pais pode contribuir com um contraponto e que podem apresentar outras demandas pertinentes ao ambiente escolar (CASCABEL, 2019j, p. 2).

Nesse sentido, destaca-se a atuação do intelectual orgânico, que se desenvolve justamente na representação e organização de classe, e que se alicerça na vida daqueles que sentem e não compreendem, no sentido enciclopédico, mas sabem, de forma espontânea, pautar e especificar seus interesses e necessidades. Tais interesses e necessidades estão arraigadas nas penosas relações de trabalho e de exploração, das condições sociais desiguais, cujas políticas públicas, neste caso, educacionais, são definidas mediante o consenso universal produzido na particularidade do interesse da classe dominante.

⁷³ Conforme Decreto Municipal nº 15.267, de 03 de março de 2020, fica estabelecida a exceção para o segmento dos pais (CASCABEL, 2020d).

Mediante as tarefas representativas apresentadas no decorrer da subseção, é fundamental evidenciar a capacidade de luta e de representatividade durante os diferentes momentos de embate e de enfrentamento às diversas situações postas na realidade educacional paranaense. Elas se manifestam na condição mundializada da concepção neoliberal de ensino, permeada por entraves e demandas da política nacional sustentada por condições de desigualdade econômica, e marcada no processo histórico por movimento de contexto, acentuada pela situação pandêmica, tendo em vista a organização das ações política e econômica adotadas pelo governo federal.

De acordo com as situações apresentadas em virtude da condução da representatividade, destaca-se a tenacidade e a coerência dos grupos sociais no movimento de participação, apesar da condição de representação evidenciar a limitação organizativa da classe trabalhadora. Os dados revelam, de forma concreta, as contradições do sistema burguês de reprodução da vida material.

Sendo assim, na próxima subseção apresentam-se as contribuições que os CMEs demarcam por meio das representações da classe trabalhadora, a partir da luta de classes, em vista da concretização de demandas apresentadas no âmbito da relação institucional do Estado, enquanto ampliação do espaço de intervenção e de enfrentamento de condições hegemônicas cravadas pela classe dominante. Nesse debate, é imperioso compreender a contribuição dos conselhos de fábrica e a articulação necessária, dentro dos limites da democracia burguesa e para além deles, em firmar horizontalidade no exercício da participação conselhistas.

5.3 CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO NOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO PARA A LUTA DA CLASSE TRABALHADORA

As contribuições dos CMEs para a luta da classe trabalhadora foram sendo expostas no decorrer deste trabalho. Nesta subseção, apresentam-se problematizações que indicam com mais precisão a atuação da participação representativa dos grupos sociais, em virtude de embates, posicionamentos e deliberações que resultam no fortalecimento do campo de atuação democrática participativa e da luta da classe trabalhadora.

Para apresentar elementos constitutivos da análise da participação, considera-se a contribuição da atividade conselhistas em vista do campo de atuação das representações frente às demandas e situações postas no contexto de gestão dos CMEs, e o fortalecimento da participação a partir deste órgão. Denota-se que a ambivalência da questão é guiada pela exposição de movimentos dos CMEs e representantes de grupos sociais para fortalecer o sentido

da participação democrática como elemento essencial para firmar a luta da classe trabalhadora como elemento estratégico na luta pela hegemonia.

Sendo assim, é elucidativo o movimento participativo dos aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil, em movimento de manobra, que prestou contribuição importante para reafirmar a prática participativa ao assumir posição de embate frente às demandas educacionais em meio à crise sanitária de *Covid-19*⁷⁴. Este fato ficou expresso nas relações de força entre o Governo Federal, por meio do MEC, que emitiu Portaria⁷⁵ de retorno das aulas presenciais ao final do ano de 2020, e as Instituições Federais de ensino Superior e Institutos Federais de Educação em todo o país, os quais demarcaram posicionamento contrário à decisão.

Esse enfrentamento pressionou o MEC a emitir nova Portaria sob nº 1.038/2020 em 07 de dezembro de 2020 (BRASIL, 2020e), que alterou o prazo de retorno das atividades presenciais para o dia 28 de fevereiro de 2021. Esse momento representa a força da autonomia conquistada de forma tão cara, a partir de lutas e conquistas de espaços de representação e ampliação da democracia popular na sociedade brasileira ao longo de sua história.

Esse contexto de acirramento de posições, de definição política e encaminhamentos educacionais demonstrou a importância da organização de classe que encontra, no exemplo histórico dos conselhos de fábrica, elementos que possibilitaram problematizar a necessidade de direção consciente no processo participativo, e a disciplina necessária para o fortalecimento e contribuição para a luta da classe trabalhadora. Momento ímpar, que retrata, a partir da práxis, o desenvolvimento histórico da luta de classes e o imperativo da participação democrática conselhistas.

A partir dessas apreciações e no sentido de reafirmar as contribuições da participação dos CMEs para a luta da classe trabalhadora, denota-se a posição destes aparelhos privados de hegemonia em relação aos assuntos pertinentes à organização e sistemática do trabalho educativo, como é o caso evidenciado no período da pandemia de *Covid-19*. No aguardo de orientações do CNE, constatou-se que, mesmo frente a pressões da iniciativa privada e de grupos educacionais de interesse sustentados por movimento de pais de alunos, os CMEs

⁷⁴ Conforme Andressa Pellanda, em entrevista ao *site* de notícias Brasil de Fato, o retorno às aulas presenciais precisa estar atrelado ao planejamento da crise, mediante investimento e implementação de políticas com gestão democrática e cooperação. As decisões unilaterais a partir do autoritarismo do governo federal demonstram um comando desconexo e verticalizado. A questão não é *quando* retornar às atividades presenciais, mas *como* (VILELA, 2020).

⁷⁵ Portaria nº 1.030, DE 1º de Dezembro de 2020. Dispõe sobre o retorno às aulas presenciais e sobre caráter excepcional de utilização de recursos educacionais digitais para integralização da carga horária das atividades pedagógicas enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19 (BRASIL, 2020d).

resistiram, discutiram e escutaram as diferentes representações a partir de uma concepção que rompe com a primazia empresarial em favor da manutenção da vida e da qualidade educativa⁷⁶.

Nesse sentido, é muito significativa a contribuição da presidente do CME do município de Toledo, mediante a concordância de todos os conselheiros, que deliberou por indicação ao poder público municipal sobre a ampliação de atividades remotas a todos os profissionais da educação. A partir da fala do conselheiro representante dos profissionais da educação, estabeleceu-se competência representativa, mediadora entre funcionalismo público e o poder público municipal.

Por medida de segurança para os profissionais da educação que estão atuando nas instituições que sejam retomadas as atividades remotas. Segundo ele os diretores, os coordenadores e os serviços gerais não tem a necessidade da frequência no espaço escolar. [...] O Conselheiro enfatizou que agora estamos no pico da pandemia, e não se pode colocar em risco esses profissionais da educação. Pois temos que prezar pelo direito a aprendizagem dos estudantes, só que a aprendizagem se dá pela mediação dos profissionais, e para ocorrer a mediação dos profissionais, eles precisam estar vivos e em condições de saúde perfeita (TOLEDO, 2020b, p. 6).

Esses movimentos da sociedade e da participação conselhistas possibilitam compreender as relações de força presentes no campo de embate da política brasileira, uma das dificuldades deste embate é a fragmentação do país em estados e municípios, cada um com sua burocracia, e representam as reflexões e análises organizadas e apresentadas durante esta tese.

Ao mesmo tempo, caracterizam-se como elementos fundamentais para problematizar a luta de classes nos conselhos, que se materializam a partir de escolhas e posições ancoradas em interesses e concepções de mundo antagônicas, que geram contradições que exprimem a divisão de classe presente na sociedade contemporânea.

Sendo assim, os CMEs, no exercício da luta de classes, rompem com o viés de representação hegemônica e ideológica, quando sujeitos ligados aos grupos sociais colocam demandas que dizem respeito aos interesses particulares, em detrimento da efetivação de direitos que correspondem à afirmação da dignidade humana, a qual instiga a luta por condições de igualdade real. Característica fundamental para a construção de políticas públicas que permitam que todos (as) participem, representem interesses coletivos de classe, e estejam presentes em estado prático-consciente nos espaços democráticos para romper com a hegemonia de grupos antagônicos.

⁷⁶ Cabe destacar que, em determinados momentos, são realizados arranjos e adaptações para organizar e deliberar por sistemática de trabalho, que permitiu às instituições de ensino privadas e confessionais a continuar oferecendo serviço educacional, conforme apresentado na subseção anterior.

Ao considerar o movimento participativo que se constitui na defesa, conquista e manutenção de direitos Constitucionais, foram significativos os momentos de exposição em ata a respeito de pautas que retratam a repressão representativa. Nesse sentido, destaca-se que as queixas e denúncias de irregularidade e descumprimento de direitos, em diferentes momentos de reuniões, conforme registro em atas dos CMEs investigados, são recorrentes. Elas são alvo de questionamentos referentes à autoria, para identificar denunciante ou grupo social que as efetivou, ora para justificar, ora para desqualificar a fala de quem fiscaliza, acompanha e participa do processo de construção das políticas educacionais locais.

A esse respeito, registra-se fato ocorrido no CME de Curitiba, em relação à implantação de requerimento de nome de denunciante. Mediante este posicionamento do CME, ocorreu contribuição da participação representativa para a luta classes, tendo em vista a garantia do direito de anonimato mediante inferência de representação do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba, ao argumentar que esse tipo de normativa inibe e causa insegurança para a fiscalização e denúncia no âmbito da democracia representativa (CURITIBA, 2018g).

Por isso, considera-se que os espaços e mecanismos de debate e fiscalização são fundamentais para a solidez da prática representativa e de atuação no fortalecimento da participação da classe trabalhadora. Nesse sentido, destaca-se o registro feito em questionário por representante dos docentes da rede municipal de ensino do CME/C, ao enfatizar as oportunidades de participação. O conselheiro considera importante a existência de fóruns permanentes e audiências públicas que envolvam toda a comunidade escolar para fortalecer a transparência e envolvimento na elaboração das políticas implantadas no sistema municipal.

Como momentos de coletividade, espaço de debate e envolvimento da comunidade escolar, o CME do município de Araucária também contribuiu, ao planejar datas para audiências públicas para a construção de diretrizes municipais, revisão de normas para o Ensino Fundamental, proposta pedagógica e BNCC, com o intuito de envolver toda a comunidade escolar nos debates sobre as políticas educacionais (ARAUCÁRIA 2019e; 2019h).

A esse respeito, cabe considerar que *comunidade escolar* compreende todos os sujeitos envolvidos no processo educativo: diretor; merendeira; serviços gerais; pais; alunos; segmentos da escola, como grêmios estudantis; conselhos escolares; e associação de pais e mestres. Em muitos momentos de debates e de decisões, esses sujeitos que compõem a comunidade escolar não são reconhecidos ou consultados; nesse caso, as particularidades de cada área específica são tratadas de forma fragmentada. Em outras palavras, impera a burocracia na gestão quando a decisão referente à merenda escolar é assunto apenas da diretora, da nutricionista ou do CAE,

por exemplo. Ao descaracterizar a coletividade, consolidam-se representações arraigadas na ideologia cartesiana, cartorial e burocrática, que fragmentam o trabalho de gestão aos técnicos da área.

Em relação à efetividade dos mecanismos e espaços participativos que funcionam adequadamente, identificou-se, na reposta de questionário preenchido pela representante dos docentes da rede municipal de ensino do CME/C, espaços como o CME e a Conferência Municipal de Educação ou equivalente. A representante também como não considera mecanismo representativo de funcionamento adequado a “indicação de diretores” (Informação escrita).

Como outros participantes respondentes dos questionários, a representante dos docentes do CME/C valoriza e confirma a atuação adequada do CME e das Conferências Municipais ou espaços equivalentes, os quais permitem a presença de diferentes grupos sociais para o debate e o fortalecimento da luta de classes. E é nesse sentido que justifica a efetividade da participação em relação aos espaços e mecanismos democráticos: “Paridade no Conselho Municipal de Educação; Publicização e participação da sociedade civil na Conferência Municipal de Educação, participação da comunidade escolar na eleição direta para diretores” (Informação escrita).

Reafirmam-se essas questões mediante a fala da conselheira dos profissionais do magistério do CME do município de Cascavel, a respeito da reestruturação do currículo municipal, embasado teoricamente na concepção da Pedagogia Histórico-Crítica, do Materialismo Histórico-Dialético e da Psicologia Histórico-Cultural. A representante assim se manifesta:

[...] uma das principais preocupações era a de se manter a fundamentação teórica e a qualidade de educação, ressaltando também a importância da participação de toda a rede, destacando que para as audiências a necessidade de boa divulgação possibilitando a participação de toda a comunidade escolar, para que se sintam parte do processo de construção, que por mais que tenham divergências nas opiniões não se pode perder a ideia de qual sociedade queremos, que somos classe trabalhadora e que existem lutas de classe (CASCAVEL, 2019g, p.3).

Como esses mecanismos e espaços são passíveis de permanência e ampliação? Nos escritos carcerários, Gramsci traduz essa luta por avanço e ocupação de espaços democráticos por meio de análises e debates situados no contexto da realidade concreta italiana. O autor sardo, por meio de embate com seus interlocutores, delimita pressupostos de autogestão/autogoverno a partir da filosofia da práxis nos seguintes termos:

Atitude de cada um dos diferentes grupos sociais em relação ao próprio Estado. A análise não seria exata se não se levassem em conta as duas formas sob as quais o

Estado se apresenta na linguagem e na cultura das épocas determinadas, isto é, como sociedade civil e como sociedade política, como 'autogoverno' e como 'governo dos funcionários'. Dá-se o nome de 'estatolatria' a uma determinada atitude em relação ao 'governo dos funcionários' ou sociedade política, que, na linguagem comum, é a forma de vida estatal a que se dá o nome de Estado e que vulgarmente é entendida como todo o Estado (GRAMSCI, 2007, p. 276).

Conforme Del Roio (2017), as reflexões sobre o autogoverno se desenvolveram em Gramsci no período da experiência dos conselhos de fábrica (1919-1920). O marco histórico do conselhismo possibilitou, ao autor italiano, a identificação de elementos culturais e morais dos grupos sociais que possibilitam que se posicionem como Estado, no sentido de dominar e dirigir a sociedade a partir de uma determinada concepção de mundo pautada em novas relações de produção.

Têm-se que, a afirmação de que o Estado se identifica com os indivíduos (com os indivíduos de um grupo social), como elemento de cultura ativa (isto é, como movimento para criar uma nova civilização, um novo tipo de homem e de cidadão), deve servir para determinar a vontade de construir, no invólucro da sociedade política, uma complexa e bem articulada sociedade civil, em que o indivíduo particular se governe por si sem que, por isto, este seu autogoverno entre em conflito com a sociedade política, tornando-se, ao contrário, sua normal continuação, seu complemento orgânico (GRAMSCI, 2007, p. 276).

A sistemática reflexiva do método marxista tem como base essa identificação de elementos em conflito, da consciência cultural, e da linguagem e da transformação das relações sociais que, em última instância, são determinadas pela mudança na estrutura material, mas se expressa no movimento organizativo, moral e cultural de um grupo social. Tal grupo social, concomitantemente, firma as bases da nova ordem de um sistema de produção adequado aos interesses humanos ou na conservação de estruturas vigentes.

Nesse sentido, cabe destacar que a característica moral e cultural em direção à permanência de conteúdo se expressa na ocupação de espaços do Congresso Nacional por lobistas de grupos de interesse, bancadas de representação de grupos específicos, como os da bala, de grupos evangélicos e ruralistas. Também por meio de projetos do terceiro setor, que alastram a sistemática do empreendedorismo e da responsabilidade social.

Nesses casos, os CMEs, enquanto aparelhos privados de hegemonia, sob relações de força entre grupos em conflito, resistem, defendem pautas e diminuem as consequências, ou alargam as investidas do capitalismo. Em outras palavras, os elementos morais e culturais hegemônicos ou em conflito, defendidos por grupos sociais em luta, influenciam na manutenção ou transformação da sociedade, e propiciam a construção de bases participativas que fortalecem o espaço e mecanismo de atuação representativa da classe trabalhadora.

No movimento do contexto histórico do capitalismo, compreende-se que as demandas do sistema têm sustentado contradições, no sentido da manutenção da produção material calcada na exploração do trabalho via conteúdos morais e culturais de forma insistente e organizada. Assim, os resultados nefastos tornam-se aceitáveis. Contudo, sinais do esgotamento do modo de produção hegemônico manifestam-se concretamente por meio do crescimento da pobreza extrema no mundo, dos conflitos internos e externos nas e entre nações, nos monopólios excludentes de insumos tecnológicos de bens e serviços, na proliferação de epidemias e pandemias, nas alterações climáticas, e no consumo desenfreado de recursos naturais. Estes e outros aspectos expõem as desigualdades de classe, o acirramento de conflitos, e impõem, a uma grande massa da população mundial, situações de vida insuportáveis nos diferentes cantos do planeta.

Por isso se tornam cada vez mais presentes as manifestações e confrontos em diferentes países, em contextos locais que sinalizam descontentamento dos grupos sociais subalternos, cuja urgência de consciência cultural e da linguagem expressam um movimento ético a caminho da unidade cultural da humanidade (GRAMSCI, 1999). Cabe ressaltar que, em meio ao caos proporcionado pela estrutura de um sistema em decadência, a mundialização das reformas educacionais expõe à prova o exercício democrático participativo em meio à luta de classes. Tal exercício democrático manifesta-se como elemento essencial para a representação da classe trabalhadora frente à defesa de uma escola desinteressada, no sentido de romper com plataformas políticas e mercadológicas.

Conforme foi evidenciado durante a exposição desta tese, os CMEs não assumem demandas relevantes de forma neutra: em muitas atas consultadas são registrados momentos de luta, reivindicações e manifestações fundamentadas em dispositivos legais. Demonstram, assim, resistência e atuação que freiam e rompem com as investidas de demandas incoerentes com a educação pública de qualidade. Os CMEs configuram-se como campo de resistência: como se fossem *trincheiras na guerra*, estruturam espaço coletivo para a formalização e debate de políticas educacionais.

Portanto os CMEs, ao comportarem representações dos diferentes grupos sociais, assumem, na unidade de classe trabalhadora, a descentralização da gestão para deliberar sobre políticas públicas educacionais em um contexto que impera o rechaço aos movimentos sociais, a segregação social e o flerte com políticas fascistas. Tal contexto recoloca a sociedade civil

em estado de alerta e posição de enfrentamento, tendo em vista a necessidade de fortalecimento da democracia, ainda em estado inicial no Brasil⁷⁷.

Por essa razão, é necessário considerar que o conselho representativo da vontade coletiva por meio dos grupos sociais não pode ser confundido como instrumento político ideológico de determinada categoria, como o sindicato com pauta ideológica individual de cunho político partidário: “Posicionamento significa a defesa intransigente de processo de educação emancipador, incluyente e político” (LIMA, 2020, p. 835).

Os pontos abordados por Lima (2020) permitem agregar aspectos fundamentais que indicam a não neutralidade, a condição de participação pautada na concepção de mundo dos sujeitos representativos, a postura comprometida com a realidade educacional municipal por meio de situações de reivindicação pela emancipação, aspectos que permitem posicionar a contribuição dos CMEs para a construção de regime democrático e fortalecimento da participação, mediante contradições que fundamentam as demandas da classe trabalhadora.

A partir desta reflexão, é representativo o posicionamento do CME de Ponta Grossa, que reforça ações no sentido de estabelecer espaço de luta, e reafirma a condição de aparelho privado de hegemonia ao defender e valorizar seu espaço de atuação em relação ao descompromisso apresentado por vereadores municipais. Em ata, consta o registro do momento de contradição política do grupo social em questão, em relação à ausência em evento que ocorreu na *Ordem dos Advogados do Brasil* (OAB) com o objetivo de mobilizar os integrantes do *Sistema de Garantia de Direitos* (SGD).

A Conselheira [...] lamentou que a participação da comunidade tenha sido baixa, inclusive do Legislativo que apesar dos convites e divulgação, não houve a presença de nenhum dos vereadores. O ponto positivo foi a significativa participação das crianças, especialmente no período da tarde. A Conselheira [...] concordou com a Conselheira [...], a respeito da não participação dos Vereadores da Câmara Municipal de Ponta Grossa, os quais, muitas vezes, se valem da força política para pedir vagas para alunos na Rede Municipal de Ensino e, no momento de participar de um evento com uma temática importante como essa, se ausentam. Sobre este assunto, ainda, as Conselheiras, [...], comentaram que para essa atitude do Poder Legislativo da Câmara Municipal de Ponta Grossa seria cabível um(a) ofício ou moção de repúdio, por parte dos organizadores do evento (PONTA GROSSA, 2018g, p. 1-2).

Situações de afirmação de espaço participativo e valorização da representatividade foram mote de manifestações de representantes de diferentes grupos sociais do CME de Araucária, que encaminhou orientações aos gestores municipais a respeito da importância e

⁷⁷ Segundo Buci-Gluksmann (1980, p. 210, grifo da autora), a estratégia do conselhismo gramsciano é imprescindível, sem considerar o contexto posto pela guerra e imperialismo, ou seja, “uma necessidade *imposta* por uma situação que traz em si o perigo potencial de uma pulverização das forças revolucionárias”.

necessidade da presença dos conselheiros nas reuniões. Conforme relato de conselheiro municipal de educação, quando se ausenta do setor de trabalho para participar de reuniões do CME, sempre é indagado pela gestora responsável (ARAUCÁRIA, 2017a).

Esses dois momentos exemplificam pequenas situações que se impõem na rotina dos CMEs, e que refletem posições conselhistas para a reafirmação de espaços e mecanismos que possibilitam a construção da participação da classe trabalhadora, que enfrenta rechaços velados nos ambientes de trabalho ou descasos em relação aos trabalhos desenvolvidos pelo órgão. Questões de pequena política, que desqualificam a atuação conselhista, no sentido de descaracterizar a ação dos CMEs para o enfrentamento das questões pertinentes à grande política.

As relações de forças e a presença da autonomia dos CMEs não ocorrem de forma tranquila, caracterizam-se por momentos de resistência impostos pelos interesses e demandas dos diferentes grupos sociais representados. Nesse sentido, constatarem-se investidas do empresariado de cunho educacional, em momentos de interesses fundamentados em argumentações favoráveis a adequações legislativas em relação a corte-etário, aulas presencias no período pandêmico, autonomia na gestão de contratos⁷⁸. Tais pontos foram debatidos e interpelados por conselheiros que ocupam espaço representativo em favor da classe trabalhadora. Essas posições protegem e fortalecem a participação conselhista em virtude da efetivação de sua finalidade, gestão do sistema de educação municipal.

Frente a essas situações dentre as reuniões dos CMEs identificaram-se debates sobre a implantação de sistemas de ensino privados, os quais foram questionados em diferentes ocasiões nos CMEs do Paraná. É ilustrativo o exemplo do questionamento expresso pelos conselheiros no CME de Araucária em relação à qualidade de sistema de ensino privado, em decorrência de sua implantação no município. Uma posição que reverbera os interesses por uma educação desinteressada frente à imposição de concepção burguesa de ensino (ARAUCÁRIA, 2019h).

Reinvindicações a respeito da autonomia dos CMEs são significativas para compreender as contribuições destes órgãos para a classe trabalhadora diante de questões educacionais. A Lei Municipal nº 1.527/2004 assegura, ao CME de Araucária, a garantia de bens necessários para sua atuação, tais como sede, materiais, equipamentos, profissionais, dentre outros (ARAUCÁRIA, 2020a). Na luta pela paridade em Cascavel, o CME, mediante

⁷⁸ A respeito desta questão, entidades conveniadas à prefeitura do município de Toledo, para prestação de serviços educacionais, requisitam autonomia na gestão dos recursos repassados (TOLEDO, 2019c).

atuação conselhistas na direção de representação paritária e garantia de espaços, cumpre paridade e representação conforme regimento interno (CASCAVEL, 2018b; 2019e).

O CME de Ponta Grossa apresentou discussão que sinaliza posicionamento coerente ao fortalecimento da participação democrática, e ao mesmo tempo, uma contribuição para a luta da classe trabalhadora no âmbito da formação omnilateral, no sentido da solidez de uma educação desinteressada.

Com relação à abertura das Escolas Municipais e CMEIs, nos finais de semana, a Conselheira [...] falou que ‘este é um assunto polêmico, pois vivem solicitando para que as escolas municipais abram suas portas nos finais de semana porém existe a questão de que os profissionais terão que estar lá trabalhando, para cuidar da escola, do patrimônio e documentos e isto gera custo, pagamento de hora-extra, etc, além do que terá um grande movimento de pessoas entrando e saindo do local, precisa cuidar, precisa limpar os espaços, banheiros, saguão, etc., então é tudo muito bonito e necessário para a comunidade, mas existem outros espaços que podem ser utilizados na vila ou região, também’ (PONTA GROSSA, 2018c, p. 2).

Após discussão, o CME deliberou por estudar formas de abertura da escola aos finais de semana para a comunidade, a partir de uma ação intersetorial. Ora, a escola é bem público e se caracteriza pela necessidade de acesso da comunidade. Portanto, a abertura para atividades educacionais, culturais e sociais é fundamental para a vida social em seu entorno, questão de educação desinteressada das demandas do capital, desde que projetos educacionais estabeleçam relação com os interesses da classe fundamental que a frequenta⁷⁹.

Por isso, pode-se dizer que, na escola, o nexo instrução-educação somente pode ser representado pelo trabalho vivo do professor, na medida em que o professor é consciente dos contrastes entre o tipo de sociedade e de cultura que ele representa e o tipo de sociedade e de cultura representado pelos alunos; e é também consciente de sua tarefa, que consiste em acelerar e disciplinar a formação da criança conforme o tipo superior em luta com o tipo inferior (GRAMSCI, 2001a, p. 44).

Cabe considerar que a formação educativa que observa a educação omnilateral é fundamental para a disciplina de classe. O CME ao posicionar-se, mediante o esclarecimento da importância da formação da criança em espaço comunitário, com a presença da família, contribui de forma significativa para a luta de classes, no sentido da efetivação de relações educativas pautadas na realidade social, portanto cultural e de linguagem da comunidade escolar em movimento síncrono.

Ao considerar as funções do CMEs, sendo elas: fiscalizadora, consultiva e deliberativa, é condicional a organicidade, criteriosidade e objetividade, as quais rementem estes assumir a

⁷⁹ Gramsci, ao tratar sobre o nexo de escola-vida, coloca a necessidade do trabalho vivo do professor para de superar uma atitude individualista, ao ampliar o nexo instrução-educação. Um mecanismo para superação da atitude individualista do professor pode se concretizar por meio da interlocução com a comunidade local, mediante a abertura da escola aos fins de semana (MANACORDA, 2008).

ouvidoria, a reivindicação e a mobilização por políticas educacionais pertinentes à vontade coletiva (LIMA, 2020).

Nesse sentido, ocorrem manifestações de representante do ensino superior referentes a processos de autorização de funcionamento que apresentam incoerências em relação a segurança dos alunos (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2019g). Em reafirmar as questões de fiscalização e proteção das crianças (PONTA GROSSA, 2020a; 2020b; PALMEIRA, 2020d). Também ocorreram representações mediante denúncias, fiscalizações em relação à estrutura de escolas e CMEIs (CASCAVEL, 2019d). Ainda se registraram manifestações em relação à falta de pessoal para atuação na Educação Infantil (TOLEDO, 2020a).

Em relação à qualidade do ensino remoto, fiscalização de funcionamento de escolas no período de isolamento social, e dificuldades das famílias em acompanhar o desenvolvimento escolar dos filhos, apresentam-se pautas de discussões em diferentes CMEs (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2020a; 2020c; ARAUCÁRIA, 2020b; 2020c; CURITIBA, 2020a; CASCAVEL, 2020c; TOLEDO, 2020b; 2020c).

No planejamento da educação municipal, os CMEs do Estado do Paraná, em virtude das características que exigem ampliação para demanda de Educação Infantil, organizam-se frente ao atendimento desta prestação de serviço fundamental para a classe trabalhadora. A respeito desta condição de política de Estado (grande política), o CME de Araucária debateu e organizou a planejamento para oportunizar matrículas e espaços necessários para o atendimento de alunos na etapa da Educação Infantil municipal (ARAUCÁRIA, 2019d).

A presença do SIFAR no CME do município de Araucária retrata a luta pelo respeito à qualidade e manutenção de empregos no âmbito da Educação Infantil. A representante do órgão assim se expressa:

[...] falou aos conselheiros que é contra à extinção do educador, ao inchaço nas turmas de berçário e maternal e pediu para que analisem a questão do número de crianças por profissional na pré-escola. Disse ainda que foi conselheira do órgão e as condições de trabalho e a situação das educadoras nunca foram pauta de discussão do CME. [...] afirmou que luta por uma educação pública de qualidade e auxiliou na construção das Normas da Educação Infantil (ARAUCÁRIA, 2017d, p. 2).

Em outra ocasião foram abordados problemas relativos ao sucateamento da educação municipal, e cobrança em relação à SMED sobre número de alunos atendidos no apoio, e os que são atendidos por estagiários (ARAUCÁRIA, 2018a). Isso reflete que os serviços educacionais estão sendo administrados a partir de pequenos ajustes que reorganizam a folha de pagamento, limite prudencial das prefeituras, barateamento da mão de obra e queda de qualidade, em vista da falta de qualificação profissional pertinente à legislação brasileira

vigente. O fato da alocação de estagiários no âmbito da educação de Ensino Fundamental é debate que se apresenta em muitas prefeituras do estado do Paraná e do Brasil.

O exercício democrático, a partir de relações impostas pelas representações nos sistemas de educação, consolida a interlocução e rompe com atitudes unilaterais, ao debater a extinção de cargos e contratação de serviço terceirizado no município de Cascavel. O CME indicou audiência pública para discussão com a comunidade, posição que contribui para a luta da classe trabalhadora (CASCVEL, 2018e).

A evasão escolar, hora-atividade de professores, número de alunos em sala de aula e qualidade do ensino também são temas que se apresentam a partir das representações dos grupos sociais da classe trabalhadora no CME do município de Araucária (ARAUCÁRIA, 2019b; 2019i; 2019j). Nesse sentido, na atuação técnica requerida no processo de participação democrática,

a formação acadêmica, política, sindical, ou seja, a militância de cada conselheiro impõe um determinado *modus operandi* de cada conselho. Daí imperioso o caráter de questionamento, de reivindicação, de formulação de proposta e o mais impactante, de mobilizador (LIMA, 2020, p. 836).

Ao pontuar os elementos de análise e as questões problematizadas, no decorrer desta subseção, as considerações de Lima (2020) auxiliaram a refinar a proposta de tese apresentada, problematizada e desvelada nesta pesquisa. A luta de classes no interior dos Conselhos Municipais de Educação e seus desdobramentos sinalizam o movimento histórico, de conjuntura.

Nesse movimento, há que se reconhecer o fenômeno empresarista⁸⁰, que na atividade empresarial, do terceiro setor, do empreendedorismo, tem como finalidade enredar o projeto de sociedade capitalista a partir de interesses privados, restritos ao momento econômico-passional. Este posicionamento é significativo para gerar entraves na representação participativa e fortalecimento da classe trabalhadora na luta de classes presente nas diferentes instâncias democráticas representativas.

No CME do município de Ponta Grossa foi possível encontrar a luta de classes pautada em exposição de projetos, como os desenvolvidos pela Fundação Lemann. Conforme fala da secretária de educação:

Temos o apoio da Fundação Lemon e, pelo que soube, esta fundação vai prestar serviço para o Estado, também, neste ano. O que é uma boa notícia, pois a cobrança

⁸⁰ Silva (2018) recorre ao termo *empresarismo* para designar a condição ideológica lexical que reafirma as condições de exploração e manutenção da ordem capitalista que se manifesta no empresarista, como ideólogo, intelectual orgânico da burguesia.

ou a culpa não pode recair somente sobre nós, o Estado precisa trabalhar mais a formação dos profissionais destas turmas, bem como, cuidar da evasão e da repetência destas crianças, porque quando estão conosco vamos atrás, mas quando passam para o Estado, este parece não se preocupar com isso. Mas vamos fazer a nossa parte, vamos continuar nos organizando cada vez mais, para formar melhor essas crianças até o 5º ano (PONTA GROSSA, 2018a, p. 2).

Outros CMEs apresentaram pautas e atas de reuniões que contêm discussões e encaminhamentos sobre projetos da iniciativa privada e de ONGs. Em alguns CMEs, os projetos são incentivados, e em outros, refutados por votação no CP, como é o caso do CME do município de Cascavel em relação ao projeto Agrinho⁸¹ (CASCATEL, 2019a; 2019b), ao empreendedorismo, à contratação de serviço terceirizado (CASCATEL, 2018c; 2018d; 2018f), e ao projeto com a INFRAERO (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2019a), para citar alguns exemplos.

Destacar os contrapontos exercidos pelos CMEs, ao apresentarem resistências às demandas do terceiro setor em relação a propostas empresaristas de concepção burguesa de ensino, que reafirmam a democracia sustentada na propriedade privada, em projetos empresariais vinculados à responsabilidade social, à divulgação de produtos e à conscientização da comunidade mediante gestão gerencial pertinente à instituição proponente, possibilita fortalecer a participação como mecanismo essencial para a luta da classe trabalhadora.

Cabe ressaltar o enfrentamento das contradições, mediante posicionamento dos CMEs e de conselheiros frente ao legislativo municipal. Por meio de relatos em atas, constataram-se debates entre representações de grupos sociais que inferiram argumentos contra mecanismos de cunho educativo empresarial não condizentes com a proposta pedagógica do município.⁸²

Ao retratar essas situações, problematiza-se a respeito do modelo de educação que os CMEs e conselheiros defendem. Na contradição e na luta, posicionaram-se as diferentes representações dos grupos sociais da classe trabalhadora, amparadas por determinações constitucionais e pela consciência de classe que seus representantes apresentam frente aos diversos interesses de grupos sociais presentes nas reuniões, conforme relatos em atas.

Em relação à defesa do grupo social e da concepção de educação que se pretende implantar e defender, no CME de Araucária, a representante do SISMMAR, órgão que não possui representação, mas assume demandas de outros representantes, destacou em reunião ordinária as frustrações dos profissionais da educação e suas preocupações frente às atividades remotas e à burocracia relatada. A sindicalista “pediu atenção do CME para reflexão sobre essas

⁸¹ Parecer CME nº 12, de 9 de abril de 2019 (CASCATEL, 2019l).

⁸² Aprofunda-se a discussão sobre esta temática na seção 5.1 desta tese.

questões, pois os profissionais de educação não poderão assumir essa responsabilidade de solucionar os problemas sozinhos” (ARAUCÁRIA, 2020c, p. 2).

A pressão sofrida para o retorno das aulas presenciais precisa ser analisada em consideração ao movimento internacional dos insumos, cadeia de financiamentos e comercialização de itens educacionais. A educação vigiada [2020?], que representa uma nova modalidade do capitalismo, e que foi sendo modelada e organizada durante as últimas décadas a partir de programas como ProInfo⁸³, denominada *capitalismo de vigilância*, monitora e rastreia dados com o objetivo de estabelecer e suprir demandas para a educação pública. “Nesse sentido, a adoção das ferramentas educacionais da *Google* deve ser vista no contexto da evolução do envolvimento do mercado nas decisões envolvendo a reforma na educação pública” (CRUZ; VENTURINI, 2020, p. 1069).

No caso da educação, as tecnologias educacionais das empresas de vigilância estão sendo adotadas como solução para um problema que o próprio Estado não consegue resolver: o de manter o semestre letivo a qualquer custo em tempos de distanciamento social. Sem estrutura e sem investimento, as tecnologias digitais – em especial aquelas cedidas ‘gratuitamente’ em troca dos dados coletados – estão sendo acatadas acriticamente como solução para aulas não presenciais (CRUZ; VENTURINI, 2020, p. 1082).

Nesse movimento, segundo Cruz e Venturini (2020), o Estado do Paraná organiza o desenvolvimento de aulas remotas a partir de plataforma digital do *Google*, que representa o monitoramento e a organização das atividades educacionais em tempos de pandemia. O Estado conta com um sistema de inteligência empresarial, que monitora a adesão de alunos e professores às aulas.

Os apontamentos realizados durante esta subseção apresentaram situações em que se pode observar o posicionamento dos CMEs frente aos interesses da classe trabalhadora na luta de classes, na ocupação de espaços, nas formas de atuar em virtude de planejamento estratégico, de fortalecer as representações e encaminhar deliberações em direção à qualidade e acesso educacional coerente com o enfrentamento das desigualdades de classe e imposições hegemônicas da classe burguesa⁸⁴, em um contexto histórico marcado por dificuldades pandêmicas e da crise do capitalismo.

⁸³ “Nos anos 90 viria o Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo) com o objetivo de “disseminar o uso pedagógico das tecnologias de informática e telecomunicações nas escolas públicas de ensino fundamental e médio pertencentes às redes estadual e municipal” (CRUZ; VENTURINI, 2020, p. 1080).

⁸⁴ Conforme Dias (2012, p. 276), “a relação entre capital e trabalho não é questão de pura racionalidade econômica. Elas produzem e reproduzem as subjetividades classistas e as formas pelas quais estas se conformam na realidade”.

Diante das demandas da sociedade de classes, em vista de imperativos do sistema capitalista, Dias (2012, p. 77) reforça a tese do conselhismo democrático, ao considerar a relação estabelecida entre dirigidos e dirigentes e a necessidade de conhecimento técnico (conhecimento técnico + político): “Estes não podem ignorar a experiência concreta das classes em luta, pois, caso contrário, estariam negando o real como laboratório da história. Direção e base devem estar permanentemente em contato: é a dialética espontaneidade-direção consciente”

Os CMEs possuem essas características, mas se ressalta que elas estão em latência, pois quando não exercem a representação ativa e a rotatividade entre dirigentes e dirigidos, esse movimento se apresenta nos embates e lutas travadas no seio do estado. Contudo, tal movimento dificulta a formação de uma cultura universal pautada na organização da classe trabalhadora e determinada por uma nova abordagem de produção material.

Nos registros das atas de reuniões, foi possível evidenciar a contribuição das representações em luta por condições adequadas de participação, no embate e enfrentamento de demandas incoerentes com as necessidades históricas da classe trabalhadora, com posicionamento que condensa as pautas e forma um movimento de luta, com forma e conteúdo de bloco histórico em latência. Esse aspecto do conselhismo se fortalece e se efetiva a partir das condições de fracasso da promessa de igualdade econômica firmada pelo capitalismo, que fortalece o terreno de conflito de classes e acirramentos que fermentam o exercício da participação conselhistas na luta da classe trabalhadora.

Por isso, os grupos sociais são componentes fundamentais na organização da orientação e direção do Estado, como demonstrou a experiência dos conselhos de fábrica na organização ético-política situada no interior das fábricas. Ao passo que os CMEs, como órgãos institucionais públicos pautados em princípios constitucionais e segurança jurídica, estabelecem campo de manobra e de atuação conselhistas, muito embora as diferentes representações e os interesses de grupos da burguesia local impeçam certas ações.

As demandas apresentadas pelos grupos sociais retratam a necessidade de estabelecer estratégia conselhistas, que necessita de constante planejamento em conformidade a formação de um conjunto de elementos que viabilizem a ocupação de espaços e autogestão educacional em uma sociedade cravada pela hegemonia dominante. Nesse sentido, pode-se ampliar as condições participativas a partir do movimento de classe pautado na *guerra de posição*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário continuar avançando!

Em 2003, Oliveira (2003), em breve texto com o título *A municipalização cumpriu suas promessas de democratização da gestão educacional? Um balanço crítico*⁸⁵, considera que,

Sem apoiar-me em estudo sistemático, que urge realizar, não creio estar incorrendo em equívoco ao afirmar que o processo de municipalização do ensino não apresentou uma ampliação da participação e do controle social da política educacional e da administração dos sistemas de ensino por parte da população. Ao contrário, segundo as informações, ainda dispersas que coletei, parece-me que em geral representou um processo de diminuição dessa participação, concentrando mais poder no executivo (OLIVEIRA, 2003, p. 104).

Pois bem! Passados 18 anos da exposição de Oliveira (2003), a partir do processo de pesquisa e da presente exposição desta tese, que foi pautada em diferentes categorias para analisar e compreender o fenômeno investigado, *A luta de classes nos conselhos municipais de educação*, e amparado por meio de informações disponíveis em documentos legais, como atas, questionários, e no esquadramento das entrelinhas do que se apresenta em tais elementos, a participação conselhistas avançou com forte vínculo à luta de classes.

Sendo assim, configurou-se a tese de que os CMEs, enquanto campos de relações de força política, caracterizam a ampliação do Estado por meio da presença da sociedade civil e sociedade política no movimento de processos hegemônicos que se expressam nas práticas representativas dos sujeitos participantes destes órgãos institucionalizados. Nesse sentido, a hegemonia apresenta-se na organização interna e nas representatividades de grupos de interesses que agem em conformidade com determinados grupos sociais, que materializam a luta de classes nesses conselhos.

Ao se colocar frente a um cenário descrito por meio da representação linguística das ações e posicionamento dos diferentes sujeitos representativos, que ora se expõe e ora se anulam no processo, foi possível desvelar a luta de classes, no sentido de identificar, nas falas ou silêncios⁸⁶ exercidos mediante a ausência de ativismo, a participação de representantes de

⁸⁵ Para Oliveira (2003), a tese do conselhismo é impensável, em relação ao momento atual (antidemocrático) e às intenções de seus proponentes, pois são esvaziadas por ideologias neoliberais de grupos extremistas, que as caracterizam como avanço da política comunista.

⁸⁶ O aspecto da posição *neutra* é refutado por Gramsci, pois o silêncio expressa o consenso, tendo em vista que “Uma consciência coletiva, ou seja, um organismo vivo só se forma depois que a multiplicidade se unifica através do atrito dos indivíduos: e não se pode dizer que o ‘silêncio’ não seja multiplicidade” (GRAMSCI, 2007, p. 333).

grupos sociais em diferentes momentos. Esse processo é concretizado pela presença da história viva como elemento de incursão no passado para compreender o presente e planejar o futuro.

Ao ler as atas dos conselhos, ocorreu a recordação de momentos de gestão junto à Secretaria Municipal de Educação do município de Carambeí, pois sinalizaram situações em que o CME, naquela ocasião, posicionou-se em relação ao transporte de alunos da zona rural para a zona urbana, tendo escola na região rural, prestações de contas, mudanças na legislação municipal, credenciamentos de autorização, demandas de grupos sociais específicos, interesses de grupos locais, dificuldades de diálogo, denúncias, dentre outros. Foi uma expressão do movimento vivo da participação e atuação do CME junto às demandas educacionais.

Considera-se que as atas dos CMEs se constituem como material rico em informações das políticas públicas municipais, e o conteúdo exposto torna-se importante documento de consulta, estudo e conhecimento das práticas de gestão educacional para todos os sujeitos. As questões colocadas para debate exemplificam e testemunham as complexas tramitações de processos e encaminhamentos, que refletem necessidades por parte dos conselheiros em estudar, compreender o processo de gestão e de legislação, e execução das demandas das políticas educacionais. Também refletem as contradições materiais, cuja materialização se manifesta por meio de desigualdades sociais e na luta de classes. As demandas do capitalismo moderno, que são sustentadas pela base da estrutura material da sociedade comportam, na dinâmica do desenvolvimento social e da manutenção das condições de sua perpetuação, um aparato jurídico-político que se localiza no controle do momento do Estado ampliado.

Há que se considerar que os CMEs são órgãos consultivos, deliberativos e de controle, com forte característica representativa. Ambiente de debate e da consolidação, além de porto seguro de direitos, ao mesmo tempo em que se apresenta como questionador e campo de luta: “[...] paradoxalmente os conselhos estão em disputa, interessam ao governo, bem como interessam à sociedade civil organizada” (LIMA, 2020, p. 829).

Cabe destacar que os representantes do CME são voluntários e apresentam uma característica importante para a problematização e representação de classe: a vontade espontânea e o interesse pelas demandas da classe que representam. Contudo, faz-se a ressalva que as indicações impossibilitam a espontaneidade em sua plenitude, já que a definição representativa está colada a interesses de classe do Estado e de corporativismos da sociedade civil.

Haja vista que a representação se constrói a partir das experiências de classe, formadas por ideologias que apresentam validade psicológica, as quais se formam a partir do terreno da luta, e estabelecem o sentido e compreensão e consciência da luta (GRAMSCI, 1999). Esse

aspecto se manifesta em diversos registros em atas de reuniões, quando os dirigentes de grupos sociais, principalmente na liderança dos CMEs, instigam os conselheiros sobre as suas atribuições.

Pode-se afirmar que urge a necessidade premente de organizar as ideologias do proletariado nesse momento de luta por uma educação de qualidade, a todos (as) sem distinção, com recursos necessários ao desenvolvimento de uma educação desinteressada e com perspectiva de criar uma nova concepção de mundo e romper com as demandas nefastas do capitalismo moderno. Tais demandas se materializam na falta de recursos financeiros, de pessoal, no sucateamento da educação por meio de contratação de mão de obra barata, execução de obras desnecessárias, prestações de contas nebulosas, avanço empresarial, sistemas privados de ensino, projetos e leis de cerceamento e esvaziamento da atividade educativa, contenção de gastos e afastamento do Estado de suas responsabilidades sociais e educativas.

O Estado classista encontra, na esteira dos ideólogos do capital, intelectuais tradicionais. Na concepção de Estado mínimo está a fundamentação teórica necessária para perpetuar a ideologia e sustentar a hegemonia da classe burguesa, no sentido de ampliar a distância econômica, política e cultural entre proletários e burgueses no apaziguamento dos conflitos e da luta de classes.

Os CMEs fazem frente a esse movimento, diga-se, com muito empenho e determinação, pois no interior da gestão desses órgãos se acirram os conflitos e as lutas. Contudo, cabe destacar que a necessidade de expansão da hegemonia da classe trabalhadora nesses órgãos de controle se estabelece pelo controle da burguesia, administrado pela hegemonia dos grupos representativos da classe burguesa e sociedade política, bem como na gestão pautada pela democracia burguesa.

A urgência da expansão da hegemonia da classe trabalhadora nesses órgãos, via representação conselhistas (popular), é sustentada pela luta de classes (BUCI-GLUKSMANN, 1980), a qual se apresenta no enfrentamento e posicionamento frente às relações estabelecidas nas pautas geridas pelos CMEs, em virtude das representações efetivadas nos municípios pesquisados.

A burocracia impetrada pela democracia burguesa reafirma condições de controle governamental dos CMEs, que em sua composição apresentam diferentes representações, as quais são organizadas a partir de critérios estabelecidos pelos gestores da sociedade política, em uma organização que permite definir as indicações a partir de cima. Nesse sentido, a inversão da práxis, de uma organização que se estabeleça no movimento de gestão pautada na

democracia popular, deve corresponder à horizontalidade estabelecida entre dirigente e dirigido.

Por isso a questão da frente única é fundamental para a resistência e a ocupação de espaços na guerra de posição, momento fundamental para a tomada do Estado, e a consolidação de uma nova concepção de mundo, com necessária investida na forma de se organizar a produção material para a manutenção da vida humana. Isso não significa que os CMEs não podem, de forma isolada, assumir essa tarefa, mas a estratégia conselhistas firma relação direta com a perspectiva de autogestão pautada por um novo mecanismo de luta.

Essa nova lógica de funcionamento social se desdobra nas posições que sociedade política e sociedade civil, no acirramento e na defesa de espaços, assumem em vista do alinhamento com demandas que sustentam a atuação conselhistas, a partir de condições democráticas fundadas na hegemonia de classe. Por isso a luta se torna fundamental, mas se faz necessário ocupar devidamente os espaços representativos, reconhecer-se enquanto classe e organizar-se para tanto.

Sendo assim, as situações participativas identificadas por meio do levantamento de dados estabeleceram considerações a respeito da existência de condições favoráveis à concretização de uma frente única, que tem potencialidade para consolidar o enfrentamento de pautas incoerentes com as necessidades de classe, na luta pelas demandas educacionais da classe trabalhadora.

Destaca-se o posicionamento de representantes da sociedade civil e sociedade política, no sentido de questionar e clamar espaço de participação a partir da demarcação da representatividade e na função específica, que se expressa no enfrentamento e no conflito gerado frente às demandas de representatividade e de condução da gestão democrática. Portanto, caracteriza-se a luta de classes nesses ambientes.

Contudo, configuram-se as coalisões entre segmentos divergentes em relação a pautas de interesse. Esse aspecto foi constatado em diferentes momentos que, mediante debate, se revelam nas falas de apoio e de manutenção de propostas acompanhadas por justificativas e encaminhamentos favoráveis.

Pode-se afirmar que os registros e declarações apreciados na investigação confirmam o caráter essencial da participação do colegiado do CME em assumir as demandas do sistema municipal de ensino. Isto porque o Conselho Pleno dos CMEs estabeleceu debate contínuo, estudos de resoluções, leis e problemas específicos do município, e o mais importante: a manutenção, possibilidade e gerenciamento da luta de classes a partir de conflitos, acirramentos e ações apaziguadoras entre as representações de segmentos de diferentes grupos sociais.

Embora a luta de classes seja visível em relação aos órgãos de governo (GRAMSCI, 2007), a secretaria municipal de educação e a câmara de vereadores, bem como aos aparelhos privados de hegemonia, também foi possível identificar e analisar momentos específicos de luta interna nos CMEs. Tais momentos se caracterizaram por interesses e demandas antagônicas apresentadas por diferentes segmentos representativos de classes.

Mediante as intervenções registradas nas atas do período pandêmico, verifica-se a importância da representatividade e da voz ativa no âmbito das instituições democráticas. As representações de classe estabeleceram pautas específicas condizentes com a realidade vivida por diferentes aparelhos privados de hegemonia. Constatou-se a necessidade de fortalecimento da representação, sendo ponto importante para o equilíbrio de compromissos e da ação política pertinente ao regime democrático participativo. Destaca-se que a luta de classes se apresenta de forma bem clara e visível nos momentos de crise aguda, como o experienciado na pandemia de *Covid-19*.

As condições econômicas expostas no decorrer desta tese foram alvo de debates recorrentes sobre as necessidades materiais apresentadas nos municípios paranaenses na gestão dos CMEs investigados. Entre elas é importante destacar as vagas para Educação Infantil, estrutura e funcionamento do sistema de educação, plano de cargos e salários das redes municipais de ensino, extinção de cargos dos quadros da educação pública, contratação de profissionais sem capacitação correspondente às determinações legais, terceirização e privatização do ensino público, insumos e materiais pedagógicos na linha empresarial, condições de planejamento e aferição da qualidade a partir do racionalismo e otimização do trabalho sob o manto da eficácia e eficiência. Esses são temas enfrentados pelos conselheiros de educação, que se manifestaram e debateram arduamente para a manutenção ou transformação dessas condições.

A luta de classes refere-se a momentos de estabelecer campo de atuação do CME enquanto instituição democrática, ou suas conflituosas decisões estabelecidas no itinerário conselhistas, que representa vontades e interesses diversos. Pode-se afirmar, a partir dos documentos, que a luta pela manutenção do espaço e da ação no campo do protagonismo pautou-se pelo objetivo de efetivar a qualidade e fortalecer as políticas educacionais, fato que pode ser verificado em vários momentos nos diferentes conselhos pesquisados. Entretanto, fica claro que é necessário identificar de qual educação se fala e para quem se destina.

Indica-se, a partir dos dados levantados mediante leitura de atas de reuniões dos CMEs do Paraná, a necessidade premente de desvincular a burocracia representativa, fortes mecanismos da democracia burguesa, no sentido de hierarquização dos órgãos e instituições

governamentais. Também a necessidade de evitar o enviesamento das demandas da educação mundializada no capitalismo globalista, o gerenciamento da secretaria municipal de educação em relação a demandas de interesse, o coronelismo presente nas relações locais, e a definição de políticas de governo pautadas no empresarismo, no sentido de organizar a gestão no âmbito da democracia popular.

Diante do exercício da participação democrática via CMEs, há que se organizar e romper com condições hegemônicas de direção e consenso de classe que se definem a partir de cima, situação que não corresponde com uma teoria-prática, práxis autogestionária a partir dos conselhos de fábrica/CMEs, que representam novas formas de organização de massa, novos instrumentos de luta política (BUCI-GLUKSMANN, 1980).

Sendo assim, o que se expressa é a necessidade de organização entre os grupos sociais de forma ampliada e antecipada, mediante uma dinâmica de participação que estabeleça uma cultura de contato direto com as bases dos respectivos grupos sociais. O objetivo é de unificação e de autocrítica, por meio de reuniões e deliberações pertinentes a demandas e necessidades das massas, dos contextos de vida e de experiências de classe, em direção a estabelecer uma agenda de discussão e de luta para um fim único, conforme legado de luta estabelecido pelo exemplo histórico dos conselhos de fábrica no início do século passado.

Destarte, as condições de participação ainda carecem de aprimoramento para ampliar as representações de forma efetiva, tendo em vista firmar a presença de representantes de pais de alunos, associações de bairros, comunidades negras, indígenas, LGBT, população sem teto, grêmios estudantis, dentre outras. Tais representantes muito têm a colaborar, e colocar questões fundamentais para a gestão educacional, tendo em vista o aprimoramento e acirramento da luta de classes, além do fortalecimento da estratégia conselhistas, logo, no viés da democracia popular.

Portanto, ao identificar a necessidade de estabelecer novas estratégias que possibilitem transformar os mecanismos da democracia burguesa, o incremento das novas lógicas de participação coloca a sociedade civil como qualificada para o processo participativo, em virtude de equiparação no equacionamento do monitoramento e melhoria da gestão a partir do conselhismo. Com isso, busca-se a redução da burocracia, do gasto público incoerente com as necessidades humanas, e enfrentar e esvaziar a corrupção econômica, política e moral que se apresenta no contexto brasileiro.

Os temas de ocupação de espaço apresentados neste trabalho, como hegemonia, intelectuais, grupos sociais, relações de força, política, dentre outros, são importantes categorias que se delinearão nos registros das atas e declarações dos conselheiros participantes via

preenchimento do questionário de pesquisa. Esses elementos de pesquisa reafirmam a tese da luta de classes nos Conselhos de Municipais de Educação, desvelada pela ocupação de espaços e de mecanismos que se conformam em limites postos pela democracia burguesa desenvolvimento da gestão educacional.

Nesse sentido, a guerra de posição apresenta-se como estratégia fundamental, pois a ocupação de espaços e mecanismos de controle e de participação democrática é condição que fortalece a participação da classe fundamental na definição e tomada de decisões na gestão das políticas públicas. Os grupos sociais anseiam por espaços e mecanismos que propiciem o controle e a definição de políticas pertinentes à demanda da sociedade. Por esta razão, os segmentos representados são considerados essenciais para o fortalecimento do processo de participação democrática e possibilidade real de ocupação de espaços significativos na luta de classes.

Portanto, registra-se que a preocupação e o desafio recorrente nas declarações dos conselheiros respondentes dos questionários se localizaram na necessidade de efetivar a presença da comunidade, daqueles que são povo, que se caracterizam todo dia como povo, pois vivem e compreendem o espaço da vida concreta que reflete as determinações de um sistema que produz desigualdades em escalas insuportáveis.

As instituições democráticas são aclamadas como necessárias e vias de acesso ao fortalecimento da democracia e de melhores condições de atuação dos grupos sociais na composição do Estado. Contudo, há que se considerar a relação e a atuação estabelecidas no momento de organização dos membros institucionais para a consciência de classe pautada na transformação e na capacidade de romper com critérios hegemônicos que definem quem está capacitado e quando os sujeitos podem participar. Denota-se que Gramsci, alicerce intelectual desta tese e filtro para desvelar a luta de classes, foi reticente em colocar a necessidade da organização e da disciplina da classe para ela se tornar dirigente, depois dominante e continuar dirigente.

Nesta tese, foi possível registrar a voz e identificar as ações das classes em luta, expressão dos grupos sociais por meio daqueles que os representam, enquanto intelectualidade organizada na classe e para classe, uma classe para si. Portanto, o caráter da luta representa-se e avoluma-se justamente em momentos de crise, configurando-se em uma reflexão necessária neste novo milênio, marcado por dificuldades e demandas específicas. Essas dificuldades e demandas compreendem a aproximação interessada aos modos de vida dos sujeitos da classe fundamental em relação as suas experiências cotidianas.

Os tempos mudaram, mas a base da produtividade da vida material permanece, com arranjos que contornam crises e que revelam a verdadeira essência da luta de classes no processo de conquista da hegemonia. Destarte, é preciso romper com os limites impostos pela institucionalização para solapar a burocracia estatal, o caráter de controle social que marca o movimento de representação, e reverberar a horizontalidade na representação a partir de uma concepção de mundo fundada na disciplina da classe fundamental, “em certas condições (revolucionárias) que não se decretam” (BUCI-GLUKSMANN, 1980, p. 147), com o intuito de acelerar o passo da história.

Em que pese a necessidade de considerar a incorporação dos elementos e da construção histórica humana da experiência da representatividade, as mudanças efetivadas nas organizações sociais em que se estabelece a universalidade do fenômeno representativo, os traços do conselhismo datado no período do *biênio vermelho*, a partir da relação histórica da experiência democrática burguesa e democrática conselhistas, apresentam contradições que se revelam no âmbito de controle das lutas de classe que efetivam sua transformação e incorporação de elementos, e jamais deve estar ao largo das convenções e das necessidades humanas. Esses elementos localizam as relações de força estabelecidas nas sociedades humanas como critérios a lançar compreensão sobre as características da efetivação de um determinado regime democrático.

Por ora, destaca-se que o movimento de representação conselhistas, constituído de implicações sociais posicionadas no passado, permitiu conduzir as análises da investigação e concluir que as condições humanas em processo de incorporação e superação dos elementos sociais, mediante retrocessos e avanços, balizam a condição de problematização constante da atividade humana participativa em regimes democráticos. Também permitem a necessária inferência de posicionamento no campo acadêmico por meio da análise das situações para identificar o bloco histórico e reconhecer a direção definida pelo regime democrático burguês, além de apontar caminhos concretos para a efetivação de uma democracia popular.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ. **Projeto pretende transformar realidade no Vale do Ribeira**. Disponível em:

<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=102683&tit=Projeto-pretende-transformar-realidade-no-Vale-do-Ribeira>. Acesso em: 20 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **37 deputados (as) aprovam projeto de Ratinho Junior que destrói carreira do funcionalismo**. 2020. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/37-deputados-as-aprovam-projeto-de-ratinho-junior-que-destroi-carreira-do-funcionalismo/>. Acesso em: 17 dez. 2020.

ARAGÃO, E. Mobilização, garante vitória do Fundeb no Senado, pressão agora é na Câmara. **CUT Brasil**. 2020. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/mobilizacao-garante-vitoria-do-fundeb-no-senado-pressao-agora-e-na-camara-018a>. Acesso em: 17 dez. 2020.

ARAUCÁRIA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião extraordinária realizada no dia 19 de dezembro de 2017e**. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1CvbH0vcg2nXIAkRHhR07f-_nUvzLGgK_/view. Acesso em: 22 fev. 2021.

ARAUCÁRIA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião extraordinária realizada no dia 22 de dezembro de 2017f**. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1nptbqNSaroW_MM3kGFDEMnOBfhMASKRa/view. Acesso em: 22 fev. 2021.

ARAUCÁRIA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião extraordinária realizada no dia 18 de novembro de 2019j**. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1T1JQ64XSQT1hFtzKsuwApyeas066LTmf/view>. Acesso em: 23 fev. 2021.

ARAUCÁRIA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 04 de julho de 2017a**. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1CipHTFBFiNNtprAa9Qg7ZtLLK4BwY_Zz/view. Acesso em: 23 fev. 2021.

ARAUCÁRIA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 01 de agosto de 2017b**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1os0TC--WlaAKeoSBqWjaTaeQ2sGVISgf/view>. Acesso em: 24 fev. 2021.

ARAUCÁRIA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 03 de outubro de 2017c**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ZH02Ipu1P56e822-GiLaKRBX6ZKpFOqq/view>. Acesso em: 22 fev. 2021.

ARAUCÁRIA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 05 de dezembro de 2017d**. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1y7mWKJ33y2gdQqxJ31EUi1AxWyjskgP4/view>. Acesso em: 22 fev. 2021.

ARAUCÁRIA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 05 de julho de 2018a.** Disponível em: https://drive.google.com/file/d/12TRiRmQZUNg7tjp_QscjdfL3JCMZ4PEv/view. Acesso em: 23 fev. 2021.

ARAUCÁRIA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 04 de setembro de 2018b.** Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0Bys1c6ItN_WNczdyczVtU0liTlkxSV9iV1gwOEhZVm1RUVMw/view. Acesso em: 22 fev. 2021.

ARAUCÁRIA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 19 de fevereiro de 2019a.** Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0Bys1c6ItN_WNT0o3NHpJXzRUVEMwMk5BeWxYOUphenBiT0VN/view. Acesso em: 22 fev. 2021.

ARAUCÁRIA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 02 de abril de 2019b.** Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0Bys1c6ItN_WNNURjbl9Rbmg1a2NONW9Ydjg5Z2N3cEs0Z2tB/view. Acesso em: 22 fev. 2021.

ARAUCÁRIA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 07 de maio de 2019c.** Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0Bys1c6ItN_WNZUhIMS1IemhINEhCNy1QYnA1VIM5S0pEUXIJ/view. Acesso em: 22 fev. 2021.

ARAUCÁRIA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 04 de junho de 2019d.** Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0Bys1c6ItN_WNaHJUzm5ZWHFMUXNrNThBUmN3V2laaFdiblJr/view. Acesso em: 22 fev. 2021.

ARAUCÁRIA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 17 de junho de 2019e.** Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0Bys1c6ItN_WNdU9iLUgzZUZNeE1oMDN0VUVPSUt5SVRjY2Fv/view. Acesso em: 22 fev. 2021.

ARAUCÁRIA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 02 de julho de 2019f.** Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0Bys1c6ItN_WNaDVmRHBrQmxZWE14QktSSEU0SXJJSUcwbC1J/view. Acesso em: 22 fev. 2021.

ARAUCÁRIA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 06 de agosto de 2019g.** Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0Bys1c6ItN_WNN2h4VUREclNWS3RSbm9QeFlDRExYb0h4Q1B3/view. Acesso em: 24 fev. 2021.

ARAUCÁRIA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 11 de novembro de 2019h.** Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1_vuZTtnxs2LgiT9OZTvM5EfKE40EU06n/view. Acesso em: 23 fev. 2021.

ARAUCÁRIA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 03 de dezembro de 2019i**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Ar3CcTjDIrNVdw-RHGQxVIAvIM5OVtF3/view>. Acesso em: 23 fev. 2021.

ARAUCÁRIA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 03 de março de 2020a**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1WOpnbsz20gCze34XiDmaP3VpCQ9hKfQn/view>. Acesso em: 23 fev. 2021.

ARAUCÁRIA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 22 de abril de 2020b**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/10nPsY8eamrl8en-37kXY7tW6GDyK0jvw/view>. Acesso em: 23 fev. 2021.

ARAUCÁRIA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 07 de julho de 2020c**. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1De7nwKtppOovjeVAPso1_nDhfp-UgWbo/view. Acesso em: 23 fev. 2021.

ARAUCÁRIA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 01 de setembro de 2020d**. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1xp4zJpjU5JyIq0sxxm4-RJ73H2ad3aM_/view. Acesso em: 22 fev. 2021.

BARATTA, G. Americanismo e fordismo. In: LIGUORI, G.; VOZA, P. (org.). **Dicionário Gramsciano: 1926-1937**. 1. ed. São Paulo: Boimtempo, 2017.

BASBAUN, L. **História sincera da república**. 3. ed. São Paulo: Fulgor, 1968.

BASTOS, P. P. Z. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. **Rev. Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, dez. 2012, p. 779-810. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/05%20Economia%20e%20Sociedade%20Especial%20Artigo%203.pdf> Acesso em: 12 mar. 2014.

BORGES, A. Governança e política educacional: a agenda recente do Banco Mundial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 52, jun. 2003.

BOTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. Câmara da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Estado**. Brasília. 1995.

BRASIL. Câmara dos deputados. Direitos Humanos. **Projeto anula decreto do governo Bolsonaro que altera funcionamento do Conanda**. 2019e. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/611493-projeto-anula-decreto-do-governo-bolsonaro-que-alterou-funcionamento-do-conanda/>. Acesso em: 16 dez. 2020.

BRASIL. Câmara dos deputados. Meio ambiente e energia. **Projeto susta decreto que altera composição do Fundo Nacional do Meio Ambiente**. 2020b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/640561-projeto-susta-decreto-que-altera-composicao-do-fundo-nacional-do-meio-ambiente/>. Acesso em: 16 dez. 2020.

BRASIL. Congresso Nacional. **Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 55, de 2020c**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Congresso/adc-55-mpv914.htm. Acesso em: 17 dez. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Presidência da República, Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto Federal nº 10.224 de 05 de fevereiro de 2020a**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10224.htm. Acesso em: 16 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto Federal nº 10.003, de 04 de setembro de 2019c**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10003.htm#:~:text=Altera%20o%20Decreto%20n%C2%BA%209.579,d a%20Crian%C3%A7a%20e%20do%20Adolescente.&text=VII%20%2D%20nove%20de%20 entidades%20n%C3%A3o,meio%20de%20processo%20seletivo%20p%C3%ABlico. Acesso em: 23 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto Federal nº 8.243, de 23 maio de 2014a**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%208.243%2C%20DE%2023%20DE%20MAIO%20DE%202014&text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacio nal%20de,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em: 23 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto Federal nº 9.759 de 11 de abril de 2019b**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9759.htm#art10. Acesso em: 16 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 147 de 2014b**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/118766>. Acesso em: 23 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto Nº. 9.759, de 11 de abril de 2019d**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95 de 16 de dezembro de 2016**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 18 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/559748>. Acesso em: 07 abr. 2020.

BRASIL. **Portaria nº 1.030, DE 1º de Dezembro de 2020d**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.030-de-1-de-dezembro-de-2020-291532789>. Acesso em: 01 fev. 2021.

BRASIL. **Portaria nº 1.038, de 07 de dezembro de 2020e**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-mec-n-1.038-de-7-de-dezembro-de-2020-292694534>. Acesso em: 23 mar. 2021.

BRASIL. **PNE em Movimento**. 2015. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/publicacoes/itemlist/category/4-monitoramento-e-avaliacao>. Acesso em: 27 de jan. de 2021.

BRASIL. Supremo tribunal federal. **Medida Cautelar Na Ação Direta De Inconstitucionalidade 6.341**. 2020f. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI6341.pdf>. Acesso em: 29 maio 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ministro determina observância de lista tríplice para nomeação de reitores das universidades federais**. 2020g. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=457000&ori=1>. Acesso em: 17 fev. 2021.

BUCCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BUVINICH, D. P. R. O mapeamento da institucionalização dos conselhos gestores de políticas públicas nos municípios brasileiros. **Rev. Administração Pública**, Rio de Janeiro, 48 (1) 55-82. jan./fev. 2014. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/16047/14874>. Acesso em: 14 mar. 2018.

CALGARO, F.; CLAVERY, E.; BARBIÉRI, L. F. Fundeb: Câmara aprova lei de regulamentação sem trechos que tirariam R\$ 16 bi da rede pública. **G1, Política**. 17 dez. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/12/17/camara-aprova-mudancas-feitas-pelo-senado-no-projeto-que-regulamenta-o-novo-fundeb.ghtml>. Acesso em: 17 dez. 2020.

CANDIDO, D. No Paraná, apenas Ponta Grossa elegeu mandato coletivo. **Periódico UEPG**. 2020. Disponível em: <https://periodico.sites.uepg.br/index.php/todas-as-noticias/232-politica/1998-apanas-ponta-grossa-elegeu-um-mandato-coletivo-no-parana-em-2020>. Acesso em: 07 mar. 2021.

CARNOY, M.; CASTRO, C. de M. A melhoria da educação na América Latina: e agora, para onde vamos? In: BROOKE, N. (org.). **Marcos históricos na reforma da educação**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

CASCAVEL. Conselho Municipal de Educação. **Parecer CME nº 12, de 9 de abril de 2019I**. Disponível em: <https://cascavel.atende.net/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrev=1557924271990&file=193E43A1DE31E08A84A59853C00FA444B28B2717&sistema=WPO&classe=UploadMidia>. Acesso em: 02 de fev. de 2021.

CASCAVEL. Conselho Municipal de Educação. **Síntese da ata de reunião realizada no dia 20 de fevereiro de 2018a**. Disponível em: <https://cascavel.atende.net/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPre>

vent=1522095423170&file=i9xvrndanbm1kwotzuydvhi4fggrrzercjfgluqmr&sistema=WPO&classe=UploadMidia. Acesso em: 20 fev. 2021.

CASCAVEL. Conselho Municipal de Educação. **Síntese da ata de reunião realizada no dia 7 de agosto de 2018b.** Disponível em:

<https://cascavel.atende.net/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1551018352866&file=A1E38FF51941AA1028EE717F1CEEEB7615C674B0&sistema=WPO&classe=UploadMidia>. Acesso em: 20 fev. 2021.

CASCAVEL. Conselho Municipal de Educação. **Síntese da ata de reunião realizada no dia 25 de setembro de 2018c.** Disponível em:

<https://cascavel.atende.net/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1551018421035&file=0D845BD03CAAF971606AE3000A7CD1C60A389DA9&sistema=WPO&classe=UploadMidia>. Acesso em: 17 fev. 2021.

CASCAVEL. Conselho Municipal de Educação. **Síntese da ata de reunião realizada no dia 9 de outubro de 2018d.** Disponível em:

<https://cascavel.atende.net/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1551018443073&file=A4048B67E81CDCF1DFCC61D5046F6DCC53B1A132&sistema=WPO&classe=UploadMidia>. Acesso em: 20 fev. 2021.

CASCAVEL. Conselho Municipal de Educação. **Síntese da ata de reunião realizada no dia 9 de outubro de 2018e.** Disponível em:

<https://cascavel.atende.net/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1551018464234&file=121EF55313DE366601CEA3F1CE469EC3730129DF&sistema=WPO&classe=UploadMidia>. Acesso em: 23 fev. 2021.

CASCAVEL. Conselho Municipal de Educação. **Síntese da ata de reunião realizada no dia 27 de novembro de 2018f.** Disponível em:

<https://cascavel.atende.net/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1551018486496&file=AADEF40A0495E0CB9DE84628763553CB0E43CC69&sistema=WPO&classe=UploadMidia>. Acesso em: 23 fev. 2021.

CASCAVEL. Conselho Municipal de Educação. **Síntese da ata de reunião realizada no dia 19 de fevereiro de 2019a.** Disponível em:

<https://cascavel.atende.net/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1557510377824&file=BF834C4AC1073FAC86CBE4C1D26C279B9C4FA7E0&sistema=WPO&classe=UploadMidia>. Acesso em: 23 fev. 2021.

CASCAVEL. Conselho Municipal de Educação. **Síntese da ata de reunião realizada no dia 12 de março de 2019b.** Disponível em:

<https://cascavel.atende.net/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1557510386829&file=6C32B9EA27D7FE4463E7B8B2938147EF07378BCA&sistema=WPO&classe=UploadMidia>. Acesso em: 23 fev. 2021.

CASCAVEL. Conselho Municipal de Educação. **Síntese da ata de reunião realizada no dia 7 de maio de 2019c.** Disponível em:

<https://cascavel.atende.net/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1563802268786&file=D5C4CB95D82855B07521BF9789CA66EB5F0F6199&sistema=WPO&classe=UploadMidia>. Acesso em: 20 fev. 2021.

CASCAVEL. Conselho Municipal de Educação. **Síntese da ata de reunião realizada no dia 21 de maio de 2019d.** Disponível em:

<https://cascavel.atende.net/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1563802313092&file=82801BE83FCE17CEA94927716D57150094559074&sistema=WPO&classe=UploadMidia>. Acesso em: 23 fev. 2021.

CASCAVEL. Conselho Municipal de Educação. **Síntese da ata de reunião realizada no dia 22 de agosto de 2019e.** Disponível em:

<https://cascavel.atende.net/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1581464563147&file=19473684E5344ADCEB04D722BA5D46CE2455E023&sistema=WPO&classe=UploadMidia>. Acesso em: 23 fev. 2021.

CASCAVEL. Conselho Municipal de Educação. **Síntese da ata de reunião realizada no dia 24 de setembro de 2019f.** Disponível em:

<https://cascavel.atende.net/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1581464614287&file=26E5239021DB54D69121DD2EF4755005E1BE47FD&sistema=WPO&classe=UploadMidia>. Acesso em: 20 fev. 2021.

CASCAVEL. Conselho Municipal de Educação. **Síntese da ata de reunião realizada no dia 08 de outubro de 2019g.** Disponível em:

<https://cascavel.atende.net/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1581464638818&file=F044685960E2E61B5DE58E340FD92E3F8A4F70FD&sistema=WPO&classe=UploadMidia>. Acesso em: 22 fev. 2021.

CASCAVEL. Conselho Municipal de Educação. **Síntese da ata de reunião realizada no dia 22 de outubro de 2019h.** Disponível em:

<https://cascavel.atende.net/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1581464660532&file=493C2C78E8E08B5ACB95D1802EAC39F95FE3F3A3&sistema=WPO&classe=UploadMidia>. Acesso em: 20 fev. 2021.

CASCAVEL. Conselho Municipal de Educação. **Síntese da ata de reunião extraordinária realizada no dia 12 de novembro de 2019i.** Disponível em:

<https://cascavel.atende.net/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1581464711667&file=63EE2E5CB327DC76025546BEF799B084FEE3C7BC&sistema=WPO&classe=UploadMidia>. Acesso em: 20 fev. 2021.

CASCAVEL. Conselho Municipal de Educação. **Síntese da ata de reunião realizada no dia 26 de novembro de 2019j.** Disponível em:

<https://cascavel.atende.net/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1581464734349&file=133D085476D7766981368C83BC1652E73DD2E651&sistema=WPO&classe=UploadMidia>. Acesso em: 22 fev. 2021.

CASCAVEL. Conselho Municipal de Educação. **Síntese da ata de reunião extraordinária realizada no dia 17 de dezembro de 2019k.** Disponível em:

<https://cascavel.atende.net/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1581464788767&file=61624AC500DCF248F43E85926CFABA6F8BAF2ED0&sistema=WPO&classe=UploadMidia>. Acesso em: 20 fev. 2021.

CASCAVEL. Conselho Municipal de Educação. **Síntese da ata de reunião realizada no dia 05 de maio de 2020a.** Disponível em:

<https://cascavel.atende.net/atende.php?rot=1&aca=571&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1613963872635&file=69A3CA49DC424450C7566CB869817DADDE071CA6&sistema=WPO&classe=UploadMidia>. Acesso em: 22 fev. 2021.

CASCAVEL. Conselho Municipal de Educação. **Síntese da ata de reunião realizada no dia 4 de agosto de 2020b**. Disponível em: <https://cascavel.atende.net/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1600892022762&file=A5F8C9149FA7FED0E444FD62EE43343F15370E17&sistema=WPO&classe=UploadMidia>. Acesso em: 21 fev. 2021.

CASCAVEL. Conselho Municipal de Educação. **Síntese da ata de reunião realizada no dia 8 de setembro de 2020c**. Disponível em: <https://cascavel.atende.net/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1600892056338&file=F3502649545759702E27D47259174C0D376B1063&sistema=WPO&classe=UploadMidia>. Acesso em: 20 fev. 2021.

CASCAVEL. **Decreto Municipal nº 15.267, de 03 de março de 2020D**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/cascavel/decreto/2020/1526/15267/decreto-n-15267-2020-aprova-o-regimento-interno-do-conselho-municipal-de-educacao-do-municipio-de-cascavel-pr>. Acesso em: 02 fev. 2021.

CASTRO, H. C. de O. de. Cultura política, democracia e hegemonia na América Latina. In: GONZÁLES, R. S. (org.). **Perspectivas sobre participação e democracia no Brasil**. Ijuí: Unijuí, 2007. p. 29-54.

CASTRO, S. B. D de. **Conselho Municipal de Educação de Feira de Santana: o contexto da produção dos textos oficiais**. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3746714. Acesso em: 26 mar. 2021.

CATONE, A. Bordiga, Amadeo. In: LIGUORI, G.; VOZA, P. (org.). **Dicionário Gramsciano: 1926-1937**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

CHÂTELET, F. **História das ideias políticas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

CHÂTELET, F. **Uma história da razão**: entrevista com Émile Noël. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

CHERNAVSKY, E. *et al.* Descontrole ou inflexão? A política econômica do governo Dilma e a crise econômica. **Rev. Economia e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 3, p. 811-834, set./dez., 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ecos/v29n3/1982-3533-ecos-29-03-0811.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2020.

CNN Brasil. **STF divulga íntegra do vídeo da reunião ministerial de 22 de abril**. (Vídeo). 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TjndWfgiRQQ>. Acesso em: 17 dez. 2020.

CORONAVÍRUS BRASIL, 2021. **Painel Coronavírus**. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 03 fev. 2021.

COSPITO, G. Hegemonia. *In*: LIGUORI, G.; VOZA, P. (org.). **Dicionário Gramsciano: 1926-1937**. 1. ed. São Paulo: Boimtempo, 2017.

COSTA, F. J. F. Elementos para a compreensão da defesa da escola pública no contexto do capitalismo periférico brasileiro. *In*: SCHLESENER, A. H.; OLIVEIRA, A. L. de; ALMEIDA, T. M. G. de. **A atualidade da filosofia da práxis e políticas educacionais**. Curitiba: UTP, 2018.

COSTA, L. C. da. **Os impasses do Estado capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2006.

COUTINHO, C. N. **De Rousseau a Gramsci**. São Paulo: Boimtempo, 2011.

COUTINHO, C. N. Grande política/pequena política. *In*: LIGUORI, G.; VOZA, P. (org.). **Dicionário Gramsciano: 1926-1937**. 1. ed. São Paulo: Boimtempo, 2017.

CRUZ, L. R.; VENTURINI, J. R. Neoliberalismo e crise: o avanço silencioso do capitalismo de vigilância na educação brasileira durante a pandemia *Covid-19*. **Rev. Brasileira de Informática na Educação**, n. 08, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/User/AppData/Local/Temp/9306-12641-1-PB.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2021.

CUNHA, L. A.; GÓES, M. de. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

CURITIBA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião – 2ª seção, realizada no dia 21 de fevereiro de 2018a**. Disponível em: <https://mid-educacao.curitiba.pr.gov.br/2019/5/pdf/00215154.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2021.

CURITIBA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião – 2ª seção, realizada no dia 14 de março de 2018c**. Disponível em: <https://mid-educacao.curitiba.pr.gov.br/2018/4/pdf/00170312.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2021.

CURITIBA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião extraordinária realizada no dia 05 de março de 2018b**. Disponível em: <https://mid-educacao.curitiba.pr.gov.br/2019/6/pdf/00222941.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2021.

CURITIBA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 11 de abril de 2018d**. Disponível em: <https://mid-educacao.curitiba.pr.gov.br/2019/6/pdf/00222941.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2021.

CURITIBA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 16 de maio de 2018e**. Disponível em: <https://mid-educacao.curitiba.pr.gov.br/2019/6/pdf/00222944.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.

CURITIBA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 15 de junho de 2018f**. Disponível em: <https://mid-educacao.curitiba.pr.gov.br/2019/5/pdf/00215156.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.

CURITIBA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 13 de setembro de 2018g**. Disponível em: <https://mid-educacao.curitiba.pr.gov.br/2019/6/pdf/00223329.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2021.

CURITIBA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 18 de outubro de 2018h**. Disponível em: <https://mid-educacao.curitiba.pr.gov.br/2019/5/pdf/00215157.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2021.

CURITIBA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 22 de novembro de 2018i**. Disponível em: <https://mid-educacao.curitiba.pr.gov.br/2018/12/pdf/00200721.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2021.

CURITIBA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 21 de novembro de 2019a**. Disponível em: <https://mid-educacao.curitiba.pr.gov.br/2019/12/pdf/00261986.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2021.

CURITIBA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 19 de março de 2020a**. Disponível em: <https://mid-educacao.curitiba.pr.gov.br/2020/6/pdf/00282459.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2021.

CURY, C. R. J. **Educação e contradição**. 4 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

DARCOLETO, C. A. S.; FLACH, S. de F. Relações entre ideologia e fascismo: a destruição dos princípios educacionais no Brasil. *In*: PAULA, A. S. do N. de *et al* (org.). **Crítica, trabalho, e políticas educacionais no cenário do capitalismo mundializado**. Marília: Lutas anticapital, 2020.

DEL ROIO, Marcos. *In*: LIGUORI, G.; VOZA, P. (org.). **Dicionário Gramsciano: 1926-1937**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Revolução passiva e modo de vida**: ensaio sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia. São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

EDUCAÇÃO VIGIADA. **Sobre**. [2020?] Disponível em: <https://educacaovigiada.org.br>. Acesso em: 10 jul. 2021.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 9. ed. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FLACH, S. de F. A gestão democrática nos sistemas municipais de ensino do Paraná: uma análise a partir dos conselhos municipais de educação. **Rev. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, jan./mar. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362019005002102&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 30 mar. 2020.

FLACH, S. de F. Contribuições da Filosofia da Práxis para a análise e gestão de políticas educacionais. *In*: SCHLESNER, A. H.; OLIVEIRA, A. L. de; ALMEIDA, T. M. G. de. **A atualidade da filosofia da práxis e políticas educacionais**. Curitiba: UTP, 2018.

FREITAS, L. O. Políticas públicas, descentralização e participação social. **Rev. Katálises**, Florianópolis, v. 18, n. 1, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/1796/179640033011.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2018.

GONÇALVES, M. D. de S *et al.* A presença do Banco Mundial e do Banco Interamericano no financiamento do ensino fundamental e médio na Rede Estadual de Ensino do Paraná. **Rev. Educar**, Curitiba, 2003, p.71-99. Disponível: https://www.scielo.br/pdf/er/nspe_/nspea04.pdf. Acesso em: 24 mar. 2021.

GOUNET, T. **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

GRAMSCI, A. Antes de tudo, precisamos ser livres. **II Grido del popollo**, 1918.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: A introdução ao estudo filosofia: a filosofia de Benedetto Croce. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. 3. ed. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: O risorgimento. Notas sobre a história da Itália. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: Os intelectuais. Princípio educativo. Jornalismo. 2. ed. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b.

GRAMSCI, A. **Cartas do cárcere**. Seleção e tradução de Noêmio Spínola. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

GRAMSCI, A. **Democracia e Fascismo**. Escritos Políticos, vol II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 2004a.

GRAMSCI, A. **Elementos da situação**. Escritos Políticos, vol II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 2004c.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. v.1. Lisboa: Seara Nova. Coleção Universidade Livre, 1976.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. v.4. Lisboa: Seara Nova. Coleção Universidade Livre, 1978.

GRAMSCI, A. **Que fazer?**. Escritos Políticos, vol II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da História**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GURGEL, C.; JUSTEN, A. Controle Social e políticas públicas: a experiência dos conselhos gestores. **Rev. Administração Pública**, Rio de Janeiro, 47 (2) p. 357-378. mar./abr.2013. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8062/6851>. Acesso em: 14 mar. 2018.

HAVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

HELFENSTEIN, J. Dois olhares sobre wolgadeutschen: o imigrante ideal dos memorialistas e colono indolente dos relatórios provinciais – Paraná, séculos XIX e XX. *In*: PRIORI, A. (org.). **A história do Paraná revisitada**. Maringá: Eduem, 2014.

HENRIQUE, A. Um olhar dos trabalhadores: um balanço positivo, uma disputa cotidiana e muitos desafios pela frente. *In*: SADER, E. (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2020**. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2020/estimativa_dou_2020.pdf. Acesso em: 15 maio 2021.

IPARDES. **As especialidades socioeconômicas-institucionais no período de 2003-2015**. Curitiba: IPARDES, 2017.

IPARDES. **Estatísticas, pesquisas e estudos: Paraná em números - Apresentação, 2020**. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Parana-em-Numeros>. Acesso em: 01 fev. 2020.

IPARDES. **Paraná em perspectiva**. 2019. Disponível em: http://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2020-11/PARANA%20EM%20PERSPECTIVA_2019_20.pdf Acesso: 30 jan. 2020.

IPARDES. **Regiões geográficas**. 2010. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/regioes_geograficas_base_2010.jpg. Acesso: 30 jan. 2020.

JACAREZINHO. **Decreto n. 5.277 de 8 de dezembro de 2015**. Disponível em: <file:///C:/Users/User/AppData/Local/Temp/MEMBROS+DO+CME+2017.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2021.

JACAREZINHO. **Lei n. 1.958 de 8 de setembro de 2008**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/j/jacarezinho/lei-ordinaria/2008/195/1958/lei-ordinaria-n-1958-2008-institui-e-organiza-o-sistema-municipal-de-ensino-do-municipio-de-jacarezinho-estado-do-parana-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 24 fev. 2021.

KLEINKE, M. de L. U. *et al.* Federalismo e políticas sociais. **Rev. Paranaense de desenvolvimento**, n.117, p.07-28. Curitiba: IPARDES, jul./dez. 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/User/AppData/Local/Temp/Dialnet-FederalismoEPolíticasSociais-4813353.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2018.

KONDER, L. **Histórias das ideias socialistas no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

KONDER, L. Limites e possibilidades de Marx e sua dialética para a leitura crítica da história neste início de século. *In*: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (org.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LIGUORI, G. Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade. *In*: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. de P. (org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

LIGUORI, G.; VOZA, P. (org.). **Dicionário Gramsciano: 1926-1937**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

LIMA, A. B. de (org.). **Estado e o controle social no Brasil**. Uberlândia: EDUFU, 2011.

LIMA, A. B. de. Estado, educação e controle Social: introduzindo o tema. **Rev. RBP**, v. 25, n. 3, set./dez. 2009. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19661/11459>. Acesso em: 11 de jun. 2014.

LIMA, A. B. de. Teses sobre a educação municipal e o conselho municipal de educação no Brasil. **Rev. Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. esp. 1, p. 825-839, maio 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/13352/9006>. Acesso em: 27 nov. 2020.

LIMA, A. B. de; NUNES, J. C. Controle Municipal de Educação e Controle Social. *In*: LIMA, A. B. de (org.). **Estado e o controle social no Brasil**. Uberlândia: EDUFU, 2011.

LIMA, A. B. de; VIRIATO, E. O. As políticas de descentralização, participação e autonomia: desestatizando a educação pública. 23ª REUNIÃO DA ANPED, 2000. **Anais...** Disponível em: <http://www.anped.org.br/biblioteca/item/politicas-de-descentralizacao-participacao-e-autonomia-desestatizando-educacao>. Acesso em 14 mar. 2018.

LONDRINA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião extraordinária realizada no dia 21 de maio de 2020b**. Disponível em: <https://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/conselho-educacao/calendario-1/2020-27/atas-2020-2/35014-ata-n-7-quarta-extraordinaria-21-05-2020/file>. Acesso em: 18 fev. 2021.

LONDRINA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião extraordinária realizada no dia 03 de julho de 2020c**. Disponível em: <https://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/conselho-educacao/calendario-1/2020-27/atas-2020-2/35016-ata-n-9-quinta-extraordinaria-03-07-2020/file>. Acesso em: 18 fev. 2021.

LONDRINA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 19 de fevereiro de 2020a**. Disponível em: <https://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/conselho-educacao/calendario-1/2020-27/atas-2020-2/35009-ata-n-3-primeira-ordinaria-19-02-2020/file>. Acesso em: 17 fev. 2021.

LONDRINA. **Editais de convocação nº 1/2020**. Disponível em: <https://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/conselho-educacao/editais-4/2020-31/30300-edital-01-2020-convocacao-eleicao-cmel-vacancias-1/file>. Acesso em: 03 fev. 2021.

LOPES, E. C. C. *et al.* As políticas de gestão educacional no município de Uberlândia/MG: concepções de democratização. *In*: LIMA, A. B. de (org.). **Estado e o controle social no Brasil**. Uberlândia: EDUFU, 2011.

LOSURDO, D. **A luta de classes**: uma história política e filosófica. São Paulo: Boitempo, 2015.

LOSURDO, D. **Gramsci, do liberalismo ao “comunismo crítico”**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

LOURENÇO, G. M. **Pauta para interiorização do crescimento industrial do Paraná**. IPARDES: Comunicado para o planejamento, n. 20, abr. 2012. Disponível em: http://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/Comunicado_Planejamento_20_2012.pdf. Acesso em: 27 mar. 2021.

LÖWY, M. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Rev. Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n124/0101-6628-ssoc-124-0652.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2020.

LUZ, A. J. C. **As implicações da reorganização do estado brasileiro (a partir dos anos 1990) nos processos de planejamento da educação brasileira e o controle social**: o caso do Plano Municipal de Carambeí (PR) 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro, Guarapuava, 2014.

MAGALHÃES, M. B. **Paraná**: política e governo. 2. ed. Eletrônica. Curitiba: SAMP, 2017.

MANACORDA, M. A. **O princípio educativo em Gramsci**: americanismo e conformismo. Campinas: Alínea, 2008.

MARTINS, I. C. Rufino, Fogaça e outros nomes: práticas de mestiçagens nos campos gerais do paraná – século XIX. *In*: PRIORI, A. (org.) **História do Paraná**: novos caminhos e novas abordagens. Curitiba: CRV, 2016.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K. **Sobre a questão Judaica**. Tradução Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010. (Coleção Marx-Engels).

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. 16. ed. Tradução Maria Lúcia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. 1. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORDENTI, R. Grupo social. *In*: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.) **Dicionário Gramsciano**: 1926-1937. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MOURA, R. *et al.* Os vários Paranás: diversidade, desigualdade e inserção diferenciada na divisão social do trabalho. **Rev. Paranaense de desenvolvimento**, n. 111, p.145-150. Curitiba, jul./dez. 2006.

NETTO, J. P. **A introdução ao método de Marx**. São Paulo: Expressão popular, 2011.

NEVES, L. M. W. Determinantes das mudanças no conteúdo das propostas educacionais no Brasil dos anos 90: período Itamar Franco. *In*: NEVES, L. M. W. (org.). **Educação no limiar do Século XXI**. 2. ed. Campinas: Autores associados, 2008.

OLIVEIRA, F. de. A nova hegemonia da burguesia no Brasil dos anos 90 e os desafios de alternativa democrática. *In*: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M (org.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, R. C. *et al.* Família, parentesco, instituições e poder no Brasil: retomada e atualização de uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 05, n. 11, 166-198, set./ dez., 2017. Disponível em: file:///C:/Users/User/AppData/Local/Temp/324-182-1-PB.pdf. Acesso em: 01 fev. 2020.

OLIVEIRA, R. C. Família, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007. Dossiê. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, nº 18, jun./dez. 2007, p. 150-169. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n18/n18a08.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2020.

OLIVEIRA, R. P. de. A municipalização cumpriu suas promessas de democratização da gestão educacional? Um balanço crítico. **Rev. Gestão em ação**, vol. 6, n.2, jun./dez. UFBA, Salvador, 2003. Disponível em: http://www.gestaoemacao.ufba.br/revistas/gav6n203_avaliacao.pdf. Acesso em: 07 dez. 2021.

OLIVEIRA, T. C. Nota sobre Estado, poder político e processo revolucionário em Marx e Gramsci. *In*: SCHLESNER, A. H.; OLIVEIRA, A. L. de; ALMEIDA, T. M. G. de. **A atualidade da filosofia da práxis e políticas educacionais**. Curitiba: UTP, 2018.

PALMAS. **Lei n. 1.654 de 05 de abril de 2006**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/p/palmas/lei-ordinaria/2006/166/1654/lei-ordinaria-n-1654-2006-institui-o-conselho-municipal-de-educacao-cme-e-da-outras-providencias?q=1654%2F2006>. Acesso em: 24 fev. 2021.

PALMEIRA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 22 de fevereiro de 2018a**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1bbokBypmt2569WRwZzbJbN1R9qOrhPro/view>. Acesso em: 20 fev. 2021.

PALMEIRA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 05 de abril de 2018b**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1bbokBypmt2569WRwZzbJbN1R9qOrhPro/view>. Acesso em: 17 fev. 2021.

PALMEIRA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 19 de abril de 2018c**. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1bbokBypmt2569WRwZzbJbN1R9qOrhPro/view>. Acesso em: 20 fev. 2021.

PALMEIRA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 02 de agosto de 2018d**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1bbokBypmt2569WRwZzbJbN1R9qOrhPro/view>. Acesso em: 20 fev. 2021.

PALMEIRA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 02 de agosto de 2018e**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1bbokBypmt2569WRwZzbJbN1R9qOrhPro/view>. Acesso em: 20 fev. 2021.

PALMEIRA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 30 de agosto de 2018f**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1bbokBypmt2569WRwZzbJbN1R9qOrhPro/view>. Acesso em: 20 fev. 2021.

PALMEIRA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 27 de setembro de 2018g**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1bbokBypmt2569WRwZzbJbN1R9qOrhPro/view>. Acesso em: 20 fev. 2021.

PALMEIRA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 13 de março de 2019a**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1bbokBypmt2569WRwZzbJbN1R9qOrhPro/view>. Acesso em: 20 fev. 2021.

PALMEIRA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 4 de abril de 2019b**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1bbokBypmt2569WRwZzbJbN1R9qOrhPro/view>. Acesso em: 20 fev. 2021.

PALMEIRA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 31 de janeiro de 2020a**. Disponível em: http://www.palmeira.pr.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/Ata-CME-01_2020.pdf.

PALMEIRA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 27 de fevereiro de 2020b**. Disponível em: http://www.palmeira.pr.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/Ata-CME-02_2020.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

PALMEIRA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 17 de abril de 2020c**. Disponível em: <http://www.palmeira.pr.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/Ata-CME-03-2020.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.

PALMEIRA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 23 de abril de 2020d**. Disponível em: <http://www.palmeira.pr.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/Ata-CME-04-2020.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2021.

PARANÁ. **Constituição do Estado do Paraná, de 05 de outubro de 1989**. Disponível em: <http://www.assembleia.pr.leg.br/legislacao/constituicao-estadual>. Acesso em: 30 jan. 2020.

PARANÁ. **Lei 18.469, de 30 de abril de 2015**. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=140073&indice=1&totalRegistros=1>. Acesso em: 05 fev. 2021.

PAULA FREITAS. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 12 de março de 2020**. Disponível em: <http://paulafreitas.pr.gov.br/site/wp-content/uploads/2020/10/ATA-DE-REUNI%C3%83O-DO-CONSELHO-MUNICIPAL-DE-EDUCA%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2021.

PAULA FREITAS. **Lei n. 1.366, de 17 de julho de 2015**. Aprova o plano municipal de educação para o decênio 2015/2024 e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-municipal-de-educacao-paula-freitas-pr>. Acesso em: 03 fev. 2021.

PAULA FREITAS. **Regimento Conselho Municipal de Educação**. 2016. Disponível em: <http://paulafreitas.pr.gov.br/site/wp-content/uploads/2019/06/Regimento-conselho-municipal-de-educacao%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2021.

PINHAIS. **Lei n. 1.722 de 30 março de 2016**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/pinhais/lei-ordinaria/2016/172/1722/lei-ordinaria-n-1722-2016-altera-dispositivos-da-lei-n-1055-de-23-de-dezembro-de-2009-que-dispoe-sobre-criacao-do-conselho-municipal-de-educacao-de-pinhais>. Acesso em: 26 abr. 2020.

PONCE, A. **Educação e luta de classes**. São Paulo: Cortez, 1994.

PONTA GROSSA. Câmara Municipal. **Lei nº 13.139, de 23 de maio de 2018h**. Disponível em: <http://www.legislador.com.br/legisladorWEB.ASP?WCI=LeiTexto&ID=9&inEspecieLei=1&nrLei=13139&aaLei=2018&dsVerbete=>. Acesso em: 07 mar. 2021.

PONTA GROSSA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 30 de agosto de 2017a**. Disponível em: <https://sme.pontagrossa.pr.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/ATA-N%C2%BA-160.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2021.

PONTA GROSSA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 13 de dezembro de 2017b**. Disponível em: <https://sme.pontagrossa.pr.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/ATA-N%C2%BA-164.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2021.

PONTA GROSSA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 21 de fevereiro de 2018a**. Disponível em: <https://sme.pontagrossa.pr.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/ATA-N%C2%BA-165.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2021.

PONTA GROSSA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 14 de março de 2018b**. Disponível em: <https://sme.pontagrossa.pr.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/ATA-N%C2%BA-166.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2021.

PONTA GROSSA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 14 de março de 2018c.** Disponível em: <https://sme.pontagrossa.pr.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/ATA-N%C2%BA-168.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2021.

PONTA GROSSA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 15 de agosto de 2018d.** Disponível em: <https://sme.pontagrossa.pr.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/ATA-N%C2%BA-170.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2021.

PONTA GROSSA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 19 de setembro de 2018e.** Disponível em: <https://sme.pontagrossa.pr.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/ATA-N%C2%BA-171.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2021.

PONTA GROSSA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 10 de outubro de 2018f.** Disponível em: <https://sme.pontagrossa.pr.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/ATA-N%C2%BA-172.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2021.

PONTA GROSSA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 14 de novembro de 2018g.** Disponível em: <https://sme.pontagrossa.pr.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/ATA-N%C2%BA-173.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2021.

PONTA GROSSA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 13 de fevereiro de 2019a.** Disponível em: <https://sme.pontagrossa.pr.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/ATA-N%C2%BA-175.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2021.

PONTA GROSSA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 12 de junho de 2019b.** Disponível em: <https://sme.pontagrossa.pr.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/ATA-N%C2%BA-178.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.

PONTA GROSSA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 28 de agosto de 2019c.** Disponível em: <https://sme.pontagrossa.pr.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/ATA-N%C2%BA-181.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.

PONTA GROSSA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 18 de setembro de 2019d.** Disponível em: <https://sme.pontagrossa.pr.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/ATA-N%C2%BA-182.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2021.

PONTA GROSSA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 09 de outubro de 2019e.** Disponível em: <https://sme.pontagrossa.pr.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/ATA-N%C2%BA-183-.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2021.

PONTA GROSSA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 16 de outubro de 2019f.** Disponível em: <https://sme.pontagrossa.pr.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/ATA-N%C2%BA-184.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2021.

PONTA GROSSA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 13 de novembro de 2019g.** Disponível em: <https://sme.pontagrossa.pr.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/ATA-N%C2%BA-185.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.

PONTA GROSSA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 12 de fevereiro de 2020a**. Disponível em: <https://sme.pontagrossa.pr.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/ATA-N%C2%BA-188.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2021.

PONTA GROSSA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 11 de março de 2020b**. Disponível em: <https://sme.pontagrossa.pr.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/ATA-N%C2%BA-189.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2021.

PONTA GROSSA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 19 de maio de 2020c**. Disponível em: <https://sme.pontagrossa.pr.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/ATA-N%C2%BA-190.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2021.

PONTA GROSSA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 10 de junho de 2020d**. Disponível em: <https://sme.pontagrossa.pr.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/ATA-N%C2%BA-191.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2021.

PONTA GROSSA. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 8 de julho de 2020e**. Disponível em: <https://sme.pontagrossa.pr.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/ATA-N%C2%BA-192.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2021.

PONTA GROSSA. Conselho Municipal de Educação. **Deliberação 02, de 12 de dezembro de 2018**. Disponível em: <https://sme.pontagrossa.pr.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Delibera%C3%A7%C3%A3o-CME-002-2018.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2021.

PONTA GROSSA. Conselho Municipal de Educação. **Deliberação CME 003/2020, de 19 de maio de 2020**. Disponível em: <https://sme.pontagrossa.pr.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Delibera%C3%A7%C3%A3o-CME-003-2020-COVID-19.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2021.

PORTA, Lelio La. Disciplina. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org). **Dicionário Gramsciano: 1926-1937**. 1. ed. São Paulo: Boimtempo, 2017.

RAGGIO, A. Z. Considerações sobre o caráter dos conselhos e o princípio constitucional da soberania popular. **Cad. IPARDES**, v.4, n.2, p. 15-37, jul./dez. Curitiba, PR, 2014. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/ojs/index.php/cadernoipardes/article/view/834>. Acesso em: 01 fev. 2020.

REDE GLOBO. **Manual amigos da escola** – Guia de Ação. [s.d.]. Disponível em: <http://download.globo.com/amigosdaescola/manual.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2020.

REVISTA CONSULTOR JURÍDICO. **Decreto sobre política de educação especial é suspenso por Toffoli**. 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-dez-02/decreto-politica-educacao-especial-suspenso-toffoli>. Acesso em: 18 dez. 2020.

RIBAS, J. A. N.; PIRES, V. da R.; LUIZ, D. E. C. A Política Nacional de Participação Social: apontamentos sobre a relação do Estado com a sociedade civil brasileira. **Rev. Serviço Social**, v. 17, n. 36, p. 84-103, jan/jun, Brasília, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/User/AppData/Local/Temp/13417-Texto%20do%20artigo-23880-1-10-20180918.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2021.

SADER, E. A construção da hegemonia pós-neoliberal. *In*: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo, 2013.

SAES, D. A democracia burguesa e a luta proletária. *In*: SAES, D. **Estado e democracia**: ensaios teóricos. 2 ed. Campinas: UNICAMP/IFCH. 1998.

SAID, A. M. **A estratégia e o conceito de democracia em Gramsci e o PCB**. Tese de doutorado: Universidade de Campinas. Faculdade de Educação, 2006.

SANTIAGO, S. H. M.; LIMA, A. B. de. Reforma do estado e controle avaliativo. *In*: LIMA, A. B. de (org.). **Estado e o controle social no Brasil**. Uberlândia: EDUFU, 2011.

SÃO JOSÉ DE PINHAIS. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião extraordinária realizada no dia 19 de dezembro de 2018a**. Disponível em: <http://conselhos.sjp.pr.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/ata-08.2018-extraordinaria.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2021.

SÃO JOSÉ DE PINHAIS. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 26 de outubro de 2018b**. Disponível em: <http://conselhos.sjp.pr.gov.br/wp-content/uploads/2019/02/ata-n%C2%BA-09-Pleno-2018.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2021.

SÃO JOSÉ DE PINHAIS. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 06 de dezembro de 2018c**. Disponível em: <http://conselhos.sjp.pr.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/ata-11-pleno-2018.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

SÃO JOSÉ DE PINHAIS. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 11 de abril de 2019a**. Disponível em: <http://conselhos.sjp.pr.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/ata-Pleno-01.19.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2021.

SÃO JOSÉ DE PINHAIS. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião extraordinária realizada no dia 25 de abril de 2019b**. Disponível em: <http://conselhos.sjp.pr.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/ata-Pleno-01.19.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021.

SÃO JOSÉ DE PINHAIS. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 9 de maio de 2019c**. Disponível em: <http://conselhos.sjp.pr.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/ata-Pleno-02.19.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2021.

SÃO JOSÉ DE PINHAIS. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião extraordinária realizada no dia 23 de maio de 2019d**. Disponível em: <http://conselhos.sjp.pr.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/ata-extraordin%C3%A1ria-do-pleno-02.19.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2021.

SÃO JOSÉ DE PINHAIS. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 06 de junho de 2019e**. Disponível em: <http://conselhos.sjp.pr.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/ata-Pleno-03.19.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.

SÃO JOSÉ DE PINHAIS. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 11 de julho de 2019f**. Disponível em: <http://conselhos.sjp.pr.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/ata-Pleno-04.19.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.

SÃO JOSÉ DE PINHAIS. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 1 de agosto de 2019g**. Disponível em: <http://conselhos.sjp.pr.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/ata-Pleno-05.19.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2021.

SÃO JOSÉ DE PINHAIS. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 11 de setembro de 2019h**. Disponível em: <http://conselhos.sjp.pr.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/ata-Pleno-09.19.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2021.

SÃO JOSÉ DE PINHAIS. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 13 de fevereiro de 2020a**. Disponível em: <http://conselhos.sjp.pr.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/ata-01.2020-ordinaria.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2021.

SÃO JOSÉ DE PINHAIS. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 05 de março de 2020b**. Disponível em: <http://conselhos.sjp.pr.gov.br/conselho-municipal-de-educacao/atas/>. Acesso em: 17 fev. 2021.

SÃO JOSÉ DE PINHAIS. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 23 de julho de 2020c**. Disponível em: <http://conselhos.sjp.pr.gov.br/wp-content/uploads/2020/10/ata-04.2020-ordin%C3%A1ria.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2021.

SAVIANI, D. Intelectuais, memória e política. **Rev. HISTEDBR on-line**, Campinas, n. 67, mar., 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8646114>. Acesso em: 26 abr. 2020.

SAVIANI, D. O plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Rev. Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1231 – 1255, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2728100.pdf>. Acesso em: 10 maio 2014.

SAVIANI, D. **Sistema nacional de educação e plano nacional de educação**: significado, controvérsias e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 2014.

SCHERER, R. M. D. **Sistema Municipal de Ensino**: da sua constituição às contribuições para as políticas públicas de educação no município. Tese de doutorado. Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2665048. Acesso em: 27 mar. 2021.

SCHLESENER, A. H. "Esta mesa redonda é quadrada": notas sobre gestão democrática a partir dos escritos de Antonio Gramsci. In: SCHLESENER, A. H.; OLIVEIRA, A. L. de; ALMEIDA, T. M. G. de. **A atualidade da filosofia da práxis e políticas educacionais**. Curitiba: UTP, 2018.

SENADO NOTÍCIAS. **CCJ pode aprovar suspensão de decreto sobre Política Nacional de Participação Social**. 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/11/10/ccj-pode-aprovar-suspensao-de-decreto-sobre-politica-nacional-de-participacao-social>. Acesso em: 16 dez. 2020.

SENADO NOTÍCIAS. **Mudança de escolha de reitores gera crítica no Senado**. 24 abr. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/04/24/mudanca-na-forma-de-escolha-de-reitores-gera-criticas-no-senado>. Acesso em: 16 dez. 2020.

SERRANO, F.; SUMMA, R. Conflito distributivo e o fim da “breve era do ouro” da economia brasileira. **Novos estudos. CEBRAP**, São Paulo. v. 37, n. 2 mai./ago., 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/v37n2/1980-5403-nec-37-02-175.pdf>. Acesso 14 mar. 2019.

SERTANÓPOLIS. **Lei municipal nº 2.737, de 15 de maio de 2018**. Dispõe sobre a organização e implantação do sistema municipal de ensino no município de Sertanópolis e dá outras providências. Disponível em: https://www.sertanopolis.pr.gov.br/temp/27032021005545arquivo_2737_2018.pdf. Acesso em: 27 mar. 2021.

SILVA, Adnilson José da. Regulação social neoliberal e empresarismo toyotista: a ideologia do atual assalto à classe trabalhadora. In: SCHLESENER, Anita Helena; OLIVEIRA, André Luiz de; ALMEIDA, Tatiane Maria Garcia de. **A atualidade da filosofia da práxis e políticas educacionais**. Cutitiba: UTP, 2018.

SIMIONATTO, I.; COSTA, C. R. Estado e políticas sociais: a hegemonia burguesa e as formas de dominação. **Rev. Katályses**, Florianópolis, v. 17, n. 1, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802014000100007/26860>. Acesso em: 14 mar. 2018.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. **História** [s.d.]. Disponível em: <https://www.andes.org.br/sites/historia>. Acesso em 13 fev. 2021.

SIPIONI, M. E.; SILVA, M. Z. Reflexões e interpretações sobre a participação e a representação em conselhos gestores de políticas públicas. **Rev. de sociologia e política**, v. 21, n. 46, jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n46/09.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2018.

SOBOUL, A. **A revolução francesa**. 6. ed. São Paulo: Difel: Difusão Editorial S. A., 1986.

SOUSA, Y. M. D. **Arena interorganizacional**: um sistema complexo para gestão educacional em Abaetetuba – PA. Tese de doutorado. Salvador, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/User/AppData/Local/Temp/Yana%20Moura.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2021.

SPAGNOLO, C. Fascismo. In: LIGUORI, G.; VOZA, P. (org.). **Dicionário Gramsciano: 1926-1937**. 1. ed. São Paulo: Boimtempo, 2017.

SPRIANO, P. Introdução. In: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. v.1. Lisboa: Seara Nova. Coleção Universidade Livre, 1976.

SUPPA, S. Política. In: LIGUORI, G.; VOZA, P. (org.). **Dicionário Gramsciano: 1926-1937**. 1. ed. São Paulo: Boimtempo, 2017.

TAVARES, F.; SILVA, G. A Ciência Política Brasileira Diante do Novo Regime Fiscal: Para uma Agenda de Pesquisas sobre Democracia e Austeridade. **Rev. Dados**, Rio de Janeiro, n. 63 (2), 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/dados/v63n2/0011-5258-dados-63-2-e20180320.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2020.

TOLEDO. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião extraordinária realizada no dia 29 de março de 2019c**. Disponível em: https://www.toledo.pr.gov.br/sites/default/files/ata_no_06_-_2019_ok.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

TOLEDO. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 13 de fevereiro de 2019a**. Disponível em: https://www.toledo.pr.gov.br/sites/default/files/ata_no_03_2019_-_reuniao_ordinaria.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

TOLEDO. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 11 de março de 2019b**. Disponível em: https://www.toledo.pr.gov.br/sites/default/files/ata_n_o_04-_2019_ok.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

TOLEDO. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 8 de abril de 2019d**. Disponível em: https://www.toledo.pr.gov.br/sites/default/files/ata_n_o_07_-_2019_ok.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

TOLEDO. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 16 de agosto de 2019e**. Disponível em: https://www.toledo.pr.gov.br/sites/default/files/ata_n_o_15_-_2019_ok.pdf. Acesso em: 14 fev. 2021.

TOLEDO. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 10 de fevereiro de 2020a**. Disponível em: https://www.toledo.pr.gov.br/sites/default/files/ata_n_o_01-_2020.pdf. Acesso em: 23 fev. 2021.

TOLEDO. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 19 de junho de 2020b**. Disponível em: https://www.toledo.pr.gov.br/sites/default/files/ata_06_reuniao_19-06-2020_ultima.pdf. Acesso em: 22 fev. 2021.

TOLEDO. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 20 de julho de 2020c**. Disponível em: https://www.toledo.pr.gov.br/sites/default/files/ata_07_reuniao_20-07-2020.pdf. Acesso em: 22 fev. 2021.

TOLEDO. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 14 de agosto de 2020d**. Disponível em: https://www.toledo.pr.gov.br/sites/default/files/ata_08_reuniao_14-08-2020.pdf. Acesso em: 13 fev. 2021.

TOLEDO. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 05 de outubro de 2020e**. Disponível em: https://www.toledo.pr.gov.br/sites/default/files/ata_10_reuniao_05_-10-2020.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

TOLEDO. Conselho Municipal de Educação. **Ata de reunião realizada no dia 09 de novembro de 2020f**. Disponível em: https://www.toledo.pr.gov.br/sites/default/files/ata_11_reuniao_09-11-2020.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

TOLEDO. Conselho Municipal de Educação. **Composição do CME Toledo**: conselheiros e presidência. Disponível em: <https://www.toledo.pr.gov.br/portal/composicao-do-cmetoledo-conselheiros-e-presidencia/composicao-do-cmetoledo-conselheiros-e>. Acesso em: 24 jan. 2020.

UNIÃO NACIONAL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO. **Nota Pública 003/2020**. “Em Defesa da Inclusão e pelas Garantias Legais Democraticamente Construídas”. Disponível em: <https://uncme.org.br/novo/blog/uncme-divulga-nota-em-defesa-da-inclusao/>. Acesso em: 18 dez. 2020.

VAZ, A. C. N. Modelando a participação social. **Rev. Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n.10, janeiro - abril de 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n10/03.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2018.

VILELA, P. R. “Mau exemplo na pandemia, Bolsonaro força volta as aulas sem planejamento”. **Brasil de Fato**. Brasília, 08 de dez., 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/12/08/mau-exemplo-na-pandemia-governo-federal-forca-volta-as-aulas-sem-planejamento>. Acesso em: 04 fev. 2021.

WANDERLEY, L. E. Sociedade Civil e Gramsci: desafios teóricos e práticos. **Rev. Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 109, jan./mar. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000100002. Acesso em: 14 mar. 2018.

APENDICE A – TERMO DE ACEITE**TERMO DE ACEITE PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA**

O (A) Presidente do Conselho Municipal de Educação de _____ (indicar Município), no uso de suas atribuições legais, aceita participar da pesquisa a ser realizada por Angelo Juliano Carneiro Luz, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, a qual tem por objetivo desvelar a luta de classes no processo participativo de Conselhos Municipais de Educação do Paraná e como esta se materializa nas ações políticas locais.

A participação do Conselho Municipal de Educação dar-se-á por meio de questionários a serem aplicados e entrevistas realizadas com membros do referido Conselho, desde que estes se disponham a participar da pesquisa.

_____, ____ de _____ de 2020.

Assinatura do Presidente do Conselho Municipal de Educação

**APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO UTILIZADO PARA MEMBRO DO CONSELHO
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – REPRESENTANTE DA SOCIEDADE
CIVIL/SOCIEDADE POLÍTICA**

Município: _____

1. Dados do(a) respondente:

Tempo de experiência no Conselho Municipal de Educação:

- ☐ até dois anos
- ☐ mais de dois até três anos
- ☐ mais de três anos

Sua vinculação profissional:

- ☐ funcionário público federal
- ☐ funcionário público estadual
- ☐ funcionário público municipal
- ☐ empregado da iniciativa privada
- ☐ outra

Antes ou durante sua atuação no Conselho Municipal de Educação recebeu alguma formação?

- ☐ sim
- ☐ não

2. Sobre oportunidades para a participação da sociedade nos processos de tomada de decisão a respeito de assuntos da educação pública municipal, você diria que no seu município:

- ☐ existem muitas oportunidades adequadas
- ☐ existem muitas oportunidades, mas são parcialmente adequadas
- ☐ existem muitas oportunidades, mas são inadequadas
- ☐ existem algumas oportunidades adequadas
- ☐ existem algumas oportunidades, mas são parcialmente adequadas
- ☐ existem algumas oportunidades, mas são inadequadas
- ☐ inexistem oportunidades

3. Descreva a razão que melhor justifica a resposta dada à questão anterior:

4. Quais dos seguintes espaços e mecanismos institucionalizados de participação *existem* em seu município e *são conhecidos* por você:

Espaços

- ☐ Conselho Municipal de Educação
- ☐ Conselhos Escolares
- ☐ Fórum Municipal de Educação
- ☐ Conferência Municipal de Educação ou equivalente
- ☐ Grêmios Estudantis
- ☐ Associações de Pais e Professores
- ☐ Outro – Descreva: _____

Mecanismos

- ☐ Projetos Político-Pedagógicos
- ☐ Plano Municipal de Educação
- ☐ Eleição direta para diretores das escolas da rede municipal
- ☐ Outra forma de indicação de nomes para diretores das escolas da rede municipal
- ☐ Outro – Descreva: _____

5. Dentre os que você conhece, indique os que, em sua opinião, funcionam adequadamente?

Espaços

- ☐ Conselho Municipal de Educação
- ☐ Conselhos Escolares
- ☐ Fórum Municipal de Educação
- ☐ Conferência Municipal de Educação ou equivalente
- ☐ Grêmios Estudantis
- ☐ Associações de Pais e Professores
- ☐ Outro – Descreva: _____

Mecanismos

- ☐ Projetos Político-Pedagógicos
- ☐ Plano Municipal de Educação
- ☐ Eleição direta para diretores das escolas da rede municipal
- ☐ Outra forma de indicação de nomes para diretores das escolas da rede municipal
- ☐ Outro – Descreva: _____

6. Registre até três razões que, segundo sua opinião, justificam a **efetividade** dos espaços e mecanismos de participação, apontados na questão anterior, para a democratização da gestão da educação pública municipal.

a) ____

b) ____

c) ____

7. Entende que as condições de democratização da gestão educacional em seu município seriam reforçadas com a existência de outros espaços ou mecanismos de participação?

☐ Sim

Qual (is)? _____

☐ Talvez

☐ Não

8. Aponte até três desafios a serem superados em seu município a fim de que haja avanços na democratização da gestão do ensino público na educação básica, seja em nível de sistema de ensino, seja de escola.

a) _____

b) _____

c) _____

**APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO – REPRESENTANTE DO SEGMENTO DOS DOCENTES DA REDE
MUNICIPAL DE ENSINO**

Município: _____

1. Dados do(a) respondente:

Tempo de experiência no Conselho Municipal de Educação:

- ☐ até dois anos
- ☐ mais de dois até três anos
- ☐ mais de três anos

Antes ou durante sua atuação no Conselho Municipal de Educação recebeu alguma formação?

- ☐ sim
- ☐ não

2. Sobre oportunidades para a participação da sociedade nos processos de tomada de decisão a respeito de assuntos da educação pública municipal, você diria que no seu município:

- ☐ existem muitas oportunidades adequadas
- ☐ existem muitas oportunidades, mas são parcialmente adequadas
- ☐ existem muitas oportunidades, mas são inadequadas
- ☐ existem algumas oportunidades adequadas
- ☐ existem algumas oportunidades, mas são parcialmente adequadas
- ☐ existem algumas oportunidades, mas são inadequadas
- ☐ inexistem oportunidades

3. Descreva a razão que melhor justifica a resposta dada à questão anterior:

4. Quais dos seguintes espaços e mecanismos institucionalizados de participação *existem* em seu município e são *conhecidos* por você:

Espaços

- ☐ Conselho Municipal de Educação
- ☐ Conselhos Escolares
- ☐ Fórum Municipal de Educação

- ☐ Conferência Municipal de Educação ou equivalente
- ☐ Grêmios Estudantis
- ☐ Associações de Pais e Professores
- ☐ Outro – Descreva: _____

Mecanismos

- ☐ Projetos Político-Pedagógicos
- ☐ Plano Municipal de Educação
- ☐ Eleição direta para diretores das escolas da rede municipal
- ☐ Outra forma de indicação de nomes para diretores das escolas da rede municipal
- ☐ Outro – Descreva: _____

5. Dentre os que você conhece, indique os que, em sua opinião, funcionam adequadamente?

Espaços

- ☐ Conselho Municipal de Educação
- ☐ Conselhos Escolares
- ☐ Fórum Municipal de Educação
- ☐ Conferência Municipal de Educação ou equivalente
- ☐ Grêmios Estudantis
- ☐ Associações de Pais e Professores
- ☐ Outro – Descreva: _____

Mecanismos

- ☐ Projetos Político-Pedagógicos
- ☐ Plano Municipal de Educação
- ☐ Eleição direta para diretores das escolas da rede municipal
- ☐ Outra forma de indicação de nomes para diretores das escolas da rede municipal
- ☐ Outro – Descreva: _____

6. Registre até três razões que, segundo sua opinião, justificam a **efetividade** dos espaços e mecanismos de participação, apontados na questão anterior, para a democratização da gestão da educação pública municipal.

d) ____

e) ____

f) ____

7. Entende que as condições de democratização da gestão educacional em seu município seriam reforçadas com a existência de outros espaços ou mecanismos de participação?

☐ Sim

Qual (is)? _____

☐ Talvez

☐ Não

8. Aponte até três desafios a serem superados em seu município a fim de que haja avanços na democratização da gestão do ensino público na educação básica, seja em nível de sistema de ensino, seja de escola.

d) _____

e) _____

f) _____

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a), como voluntário (a), a participar da pesquisa:

CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ: LUTA DE CLASSES E SUA RELAÇÃO COM O PRINCÍPIO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS

As razões que justificam a importância do projeto residem, especialmente, na possibilidade de aprimoramento do desafiante processo de democratização da gestão educacional e de uma leitura ampliada do processo organização dos sistemas municipais de ensino em diferentes regiões do país.

O **objetivo** do presente projeto é analisar o quadro normativo e as condições político-institucionais relativos à gestão democrática do ensino público no âmbito dos sistemas municipais de ensino, tendo em vista a atribuição que lhes foi conferida pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Art. 14) quanto à definição de normas de gestão democrática na educação básica, de acordo com suas peculiaridades. Os procedimentos de pesquisa compreendem exame documental (legislação municipal) e a aplicação de questionários e entrevistas a membros do Conselho Municipal de Educação, representantes da sociedade civil, representantes do governo e do segmento dos docentes dos sistemas municipais de ensino pesquisados.

DESCONFORTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS

A sua participação neste estudo não acarretará riscos ou desconfortos. O anonimato está preservado e os benefícios esperados são os referidos na justificativa, além da contribuição acadêmica oportunizada pelos resultados da pesquisa.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO

Você poderá solicitar esclarecimento sobre a pesquisa em qualquer etapa do estudo, junto ao comitê de ética da Universidade Estadual de Ponta Grossa via e-mail: coep@uepg.br. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação na pesquisa a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Os pesquisadores irão tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa permanecerão confidenciais. Sua identificação ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO

A participação no estudo, não acarretará custos para você e não será disponibilizada nenhuma compensação financeira.

DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE:

Declaro que fui informado (a) dos objetivos da pesquisa de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e ou retirar meu consentimento. O responsável pela pesquisa certificou-me de que todos os meus dados serão confidenciais.

☐ Concordo em participar da pesquisa.

Data/Cidade

Esfera representativa

Assinatura do Conselheiro

APÊNDICE E – TEXTO ENVIADO POR E-MAIL AOS CMES – APRESENTAÇÃO E TERMO DE ACEITE

Sr. Presidente do Conselho Municipal de Educação

Meu nome é Angelo Juliano Carneiro Luz, conforme contato telefônico, atualmente desenvolvo pesquisa de Doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, sob a orientação da Prof. Dra. Simone de Fátima Flach.

Minha pesquisa, denominada "**Conselhos Municipais de Educação: luta de classes e democracia**" está vinculada ao Projeto de Pesquisa "**Gestão democrática do ensino público: mapeamento das bases normativas e das condições político-institucionais dos sistemas municipais de ensino**", desenvolvido pela professora.

O objetivo de minha pesquisa está centrado na análise do processo participativo de CMES do Paraná e como este se materializa nas ações políticas locais. Para tanto, em razão de solicitação do Comitê de Ética, preciso de sua anuência para o desenvolvimento da pesquisa junto ao Conselho de seu município.

Portanto, encaminho o Termo de Aceite em anexo, para que seja assinado pelo Presidente do Conselho Municipal de Educação.

Posteriormente estarei enviando questionário aos Conselheiros representantes de Professores, da Sociedade Civil e dos órgãos governamentais para coleta de dados para a pesquisa.

O preenchimento do questionário não ultrapassa a 8 minutos. Abaixo encaminho contato pessoal e de minha orientadora para maiores esclarecimentos. Certo de sua valiosa colaboração, agradeço antecipadamente.

Ângelo Juliano Carneiro Luz - Doutorando em Educação
Contato: e-mail - kaiteangelo@hotmail.com / cel. (42) 999504640

Prof. Dra. Simone de Fátima Flach - Orientadora da Pesquisa
Contato: e-mail - eflach@uol.com.br / cel. (42) 99942-6920

APÊNDICE F – TEXTO ENVIADO POR E-MAIL AOS CMES COM ORIENTAÇÕES DE PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO

Sr. Presidente do Conselho Municipal de Educação

Meu nome é Angelo Juliano Carneiro Luz, conforme contato telefônico e anuência deste conselho municipal de educação em participar da pesquisa de doutorado "**Conselhos Municipais de Educação: luta de classes e democracia**" estamos executando a segunda fase da pesquisa. Nesse sentido pedimos a sua colaboração em operacionalizar o envio de questionários bem como Termo de consentimento aos representantes deste conselho.

Para tanto, encaminhamos dois questionários, sendo que um questionário destinado para um representante dos professores e o outro para um representante da sociedade civil e um representante de órgão governamental.

As questões norteadoras foram organizadas a fim de compreender o campo da prática democrática a partir das dinâmicas concretas de participação operadas na gestão educacional no âmbito do sistema de ensino do seu município.

Sendo assim, solicitamos que o questionário seja encaminhado as seguintes representações:

- **1 Conselheiro representante de Professores;**
- **1 Conselheiro representante da Sociedade Civil (não governamental);**
- **1 representante de órgão governamental.**

(É necessário que o participante da pesquisa assine o Termo de Consentimento e o encaminhe junto com o questionário)

* O preenchimento do questionário não ultrapassa a 8 minutos.

Certo de sua valiosa colaboração, agradecemos antecipadamente a participação e o apoio.

Ângelo Juliano Carneiro Luz - Doutorando em Educação
Contato: e-mail - kaiteangelo@hotmail.com / cel. (42) 999504640

Prof. Dra. Simone de Fátima Flach - Orientadora da Pesquisa
Contato: e-mail - eflach@uol.com.br / cel. (42) 99942-6920

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: LUTA DE CLASSES E DEMOCRACIA

Pesquisador: ANGELO JULIANO CARNEIRO LUZ

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 26984419.0.0000.0105

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Ponta Grossa

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.895.940

Apresentação do Projeto:

Projeto de Pesquisa:

CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NO PARANÁ: LUTA DE CLASSES E SUA RELAÇÃO COM O PRINCÍPIO DA GESTÃO. A luta de classes está presente na definição das políticas públicas no movimento democrático permeado pela hegemonia de determinados grupos e com interesses definidos.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Desvelar a luta de classes no processo participativo de CMEs do Paraná e como esta se materializa nas ações políticas.

Objetivo Secundário:

Identificar os CMEs do Paraná que têm funções propositivas e deliberativas na política educacional local. Descrever como ocorre o controle social nas políticas educacionais locais a partir da atuação dos CMEs. Analisar as possíveis relações entre a implementação de políticas educacionais locais e o controle social exercido pelos CMEs.

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco M, Sala 116-B
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3108 **E-mail:** coep@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 3.895.940

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Todos os direitos de sigilo serão garantidos aos participantes

Benefícios:

Compreender o exercício da gestão democrática a partir do envolvimento da sociedade civil e política nas políticas educacionais paranaenses.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A democracia participativa organizada a partir da institucionalização do controle social instituiu a sociedade civil à tarefa de fiscalizar e

responsabilizar-se pelo controle das atividades não-exclusivas do Estado, dentre elas a educação. Nesse sentido o objetivo da pesquisa em

andamento é compreender o controle social das políticas educacionais a partir da democracia capitalista.

Para a investigação adota-se o

materialismo histórico e dialético no sentido de encontrar a relação entre os fatos econômicos e políticos acerca do fenômeno em evidência, pois,

pretende-se compreender os nexos e contradições intrínsecos ao processo de participação da sociedade civil e o exercício democrático dos

conselhos municipais de educação no Estado do Paraná.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Em anexo e de acordo com as resoluções 466/2012 e 510/2016

Recomendações:

Enviar o relatório final ao término do projeto de pesquisa por Notificação via Plataforma Brasil para evitar pendências.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvararanas, Bloco M, Sala 116-B
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3108 **E-mail:** coep@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 3.895.940

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1482767.pdf	19/02/2020 22:50:26		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termoaceitetoledo_teste.pdf	19/02/2020 22:49:51	ANGELO JULIANO CARNEIRO LUZ	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termoaceitetelemacoborba_teste.pdf	19/02/2020 22:49:32	ANGELO JULIANO CARNEIRO LUZ	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termoaceitepontagrossa_teste.pdf	19/02/2020 22:48:56	ANGELO JULIANO CARNEIRO LUZ	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termoaceitearaucaria_teste.pdf	19/02/2020 22:43:54	ANGELO JULIANO CARNEIRO LUZ	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termoaceitecascavel_teste.pdf	19/02/2020 22:42:12	ANGELO JULIANO CARNEIRO LUZ	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	JUSTIFICATIVA AUSENCIA TERMOS_Teste.docx	19/02/2020 22:39:45	ANGELO JULIANO CARNEIRO LUZ	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_teste.docx	19/02/2020 22:38:32	ANGELO JULIANO CARNEIRO LUZ	Aceito
Folha de Rosto	termo_teste.pdf	13/12/2019 23:56:44	ANGELO JULIANO CARNEIRO LUZ	Aceito
Outros	Entrevista_teste.docx	13/12/2019 23:55:28	ANGELO JULIANO CARNEIRO LUZ	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_teste.docx	13/12/2019 21:25:15	ANGELO JULIANO CARNEIRO LUZ	Aceito
Outros	Questionariodocentes_teste.doc	13/12/2019 21:20:18	ANGELO JULIANO CARNEIRO LUZ	Aceito
Outros	questionariosociedadecivil_teste.doc	13/12/2019 21:06:34	ANGELO JULIANO CARNEIRO LUZ	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco M, Sala 116-B
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3108 **E-mail:** coep@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 3.895.940

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PONTA GROSSA, 03 de Março de 2020

Assinado por:
ULISSES COELHO
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvararanas, Bloco M, Sala 116-B
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3108 **E-mail:** coep@uepg.br

ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: LUTA DE CLASSES E DEMOCRACIA

Pesquisador: ANGELO JULIANO CARNEIRO LUZ

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 26984419.0.0000.0105

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Ponta Grossa

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.374.757

Apresentação do Projeto:

CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NO PARANÁ: LUTA DE CLASSES E SUA RELAÇÃO COM O PRINCÍPIO DA GESTÃO. A democracia participativa organizada a partir da institucionalização do controle social instituiu a sociedade civil à tarefa de fiscalizar e

responsabilizar-se pelo controle das atividades não-exclusivas do Estado, dentre elas a educação.

Nesse sentido o objetivo da pesquisa em

andamento é compreender o controle social das políticas educacionais a partir da democracia capitalista.

Para a investigação adota-se o

materialismo histórico e dialético no sentido de encontrar a relação entre os fatos econômicos e

políticos acerca do fenômeno em evidência, pois,

pretende-se compreender os nexos e contradições intrínsecos ao processo de participação da sociedade civil e o exercício democrático dos

conselhos municipais de educação no Estado do Paraná.

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22

Bairro: Uvaranas

CEP: 84.030-900

UF: PR

Município: PONTA GROSSA

Telefone: (42)3220-3282

E-mail: propespsecretaria@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 4.374.757

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Desvelar a luta de classes no processo participativo de CMEs do Paraná e como esta se materializa nas ações políticas.

Objetivo Secundário: Identificar os CMEs do Paraná que têm funções propositivas e deliberativas na política educacional

local. Descrever como ocorre o controle social

nas políticas educacionais locais a partir da atuação dos CMEs. Analisar as possíveis relações entre a implementação de políticas educacionais

locais e o controle social exercido pelos CMEs.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

No sentido de manter o anonimato dos participantes todas as informações obtidas por meio de questionários ou entrevista, quais sejam utilizadas

nas análises e reflexões do trabalho, não irão apresentar identificação de nomes dos sujeitos envolvidos tendo em vista o sigilo correspondente entre as informações e o informante.

Benefícios:

Compreender o exercício da gestão democrática a partir do envolvimento da sociedade civil e política nas políticas educacionais paranaenses.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O presente projeto apresenta alguns apontamentos referentes ao desenvolvimento da pesquisa de doutoramento em andamento junto ao programa

de pós-graduação em educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no sentido de

abordar questões referentes à atuação dos conselhos

municipais de educação do Estado do Paraná, mediante o processo participação democrática e a luta de classes. A atuação dos conselhos

municipais de educação na construção do processo participativo e na construção democrática das políticas educacionais apresenta como

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvararanas, Bloco da Reitoria, sala 22

Bairro: Uvaranas

CEP: 84.030-900

UF: PR

Município: PONTA GROSSA

Telefone: (42)3220-3282

E-mail: propespsecretaria@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 4.374.757

possibilidade a ampliação de intervenção da sociedade civil nos processos decisórios. Contudo, esse movimento é marcado por mediações hegemônicas e de classe que determinam aspectos fundamentais para o envolvimento participativo da sociedade civil, os quais comprometem a participação efetiva dos conselheiros e do controle social. Nesse sentido, considera-se as relações hegemônicas estabelecidas no âmbito dos conselhos municipais de educação e as condições estabelecidas para a formulação e implementação de tais políticas. Sendo assim, problematizase a pesquisa a partir da seguinte questão: Como ocorre a participação dos membros dos conselhos municipais de educação dos sistemas de ensino do Estado do Paraná, mediante a as relações hegemônicas presente na definição e deliberação da política educacional municipal? A categoria dos intelectuais aludida por Gramsci (1984) subsidia a compreensão da participação como componente de um processo democrático carregado de interesses, que, conduzido no sentido de fomentar as condições de igualdade e coletividade sob o crivo das necessidades reais, pode instigar os sujeitos ao embate e à compreensão dos processos de participação. Portanto, compreender o processo de organização participativa em sua dinâmica institucional, contribui para a elucidação de categorias como hegemonia, ideologia e relações de força no momento superestrutural da estrutura, remetendo a indicar dificuldades e contradições presentes na democracia capitalista participativa

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Em anexo e de acordo com as normas 466/2012 e 510/2016

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3282 **E-mail:** propespsecretaria@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 4.374.757

Recomendações:

Enviar o relatório final ao término do projeto por Notificação via Plataforma Brasil para evitar pendências.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após análise documental considera-se aprovado este projeto e devidamente autorizado para seu início conforme cronograma apresentado. Conforme Termo de "justificativa de ausência de termos" (anexo ao projeto) de anuência de alguns

conselhos municipais de educação tendo em vista que alguns conselhos solicitaram aguardo devido transição de conselheiros, solicita-se a incorporação dos termos de aceite dos conselhos municipais de Curitiba, Chopinzinho, São José dos Pinhais e Palmeira, os quais encaminharam termo de aceite após aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_1643898_E1.pdf	26/10/2020 17:26:03		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termodeaceitepalmeira_teste.pdf	06/10/2020 10:18:43	ANGELO JULIANO CARNEIRO LUZ	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termodeaceitesaojosedospinhais_teste.pdf	06/10/2020 10:12:22	ANGELO JULIANO CARNEIRO LUZ	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termodeaceiteChopinzinho_teste.pdf	06/10/2020 10:09:03	ANGELO JULIANO CARNEIRO LUZ	Aceito
TCLE / Termos de	termodeaceitecuritiba_teste.pdf	06/10/2020	ANGELO JULIANO	Aceito

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22

Bairro: Uvaranas

CEP: 84.030-900

UF: PR

Município: PONTA GROSSA

Telefone: (42)3220-3282

E-mail: propespsecretaria@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 4.374.757

Assentimento / Justificativa de Ausência	termodeaceitecuritiba_teste.pdf	10:07:49	CARNEIRO LUZ	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termoaceitetoledo_teste.pdf	19/02/2020 22:49:51	ANGELO JULIANO CARNEIRO LUZ	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termoaceitetelemacoborba_teste.pdf	19/02/2020 22:49:32	ANGELO JULIANO CARNEIRO LUZ	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termoaceitepontagrossa_teste.pdf	19/02/2020 22:48:56	ANGELO JULIANO CARNEIRO LUZ	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termoaceitearaucaria_teste.pdf	19/02/2020 22:43:54	ANGELO JULIANO CARNEIRO LUZ	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termoaceitecascavel_teste.pdf	19/02/2020 22:42:12	ANGELO JULIANO CARNEIRO LUZ	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	JUSTIFICATIVAAUSENCIATERMOS_Teste.docx	19/02/2020 22:39:45	ANGELO JULIANO CARNEIRO LUZ	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_teste.docx	19/02/2020 22:38:32	ANGELO JULIANO CARNEIRO LUZ	Aceito
Folha de Rosto	termo_teste.pdf	13/12/2019 23:56:44	ANGELO JULIANO CARNEIRO LUZ	Aceito
Outros	Entrevista_teste.docx	13/12/2019 23:55:28	ANGELO JULIANO CARNEIRO LUZ	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_teste.docx	13/12/2019 21:25:15	ANGELO JULIANO CARNEIRO LUZ	Aceito
Outros	Questionariodocentes_teste.doc	13/12/2019 21:20:18	ANGELO JULIANO CARNEIRO LUZ	Aceito
Outros	questionariosociedadecivil_teste.doc	13/12/2019 21:06:34	ANGELO JULIANO CARNEIRO LUZ	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvararanas, Bloco da Reitoria, sala 22

Bairro: Uvaranas

CEP: 84.030-900

UF: PR

Município: PONTA GROSSA

Telefone: (42)3220-3282

E-mail: propespsecretaria@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 4.374.757

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PONTA GROSSA, 02 de Novembro de 2020

Assinado por:
ULISSES COELHO
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvararanas, Bloco da Reitoria, sala 22
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3282 **E-mail:** propespsecretaria@uepg.br